

EDUCAÇÃO E VELHICE

MARGARETH BRANDINI PARK
LUÍS ANTONIO GROppo
(ORGANIZADORES)

EDUCAÇÃO E VELHICE

1ª Edição

Editora Setembro/Unicamp 
Holambra-SP/Americana-SP

2009

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA DIAS GOMIDE é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora da Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte e do Sistema COC de Ensino.

AMANDA GALDINI é jornalista, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).

AMARILDO CARNICEL é jornalista, mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutor em Educação pela Unicamp, docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR/UNICAMP), das Faculdades Hoyer e pesquisador do Centro de Memória da Unicamp.

CARLA GRANDRELLI MEASSI é cientista social, professora de Filosofia e Sociologia no ensino fundamental e médio e participante do Grupo de Estudos Idosomídia na Universidade Estadual Paulista de Bauru (UNESP).

CLAUDETE DE SOUSA NOGUEIRA é mestre em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca (UNESP) e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

DILA MARIA BAHIANSE MACIEL é advogada, professora de Direito Ambiental em cursos de pós-graduação, graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá e sócia-fundadora do Instituto Brasil Direito (IBD).

DIVINA DE FÁTIMA DOS SANTOS é psicóloga, pedagoga e mestranda em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

FÁBIO LUIZ VILLANI é mestre e doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), diretor efetivo da Rede Pública Municipal de São Paulo e docente das Faculdades Integradas Torricelli de Guarulhos.

JAIME LISANDRO PACHECO é psicólogo, pedagogo, mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e editor da *Zinha Envelhecimento Humano* da Editora Setembro.

JOSÉ CARLOS FERRIGNO é psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e pela Universidade de Barcelona, pesquisador da Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SDESC), editor da Revista *A Terceira Idade* e coordenador do Programa *Seu Gerações*.

JUDITH MADER ELAZARI é educadora de museu, atuando no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

KATIA RICCI DOS SANTOS é mestre em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora convidada do curso de especialização em Psicoterapias de Orientação Psicanalítica da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e professora do curso de Psicologia das Faculdades Atibaia (FAAT).

LIGIA PY é psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), gerontóloga titulada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), mestre em Sociologia e doutora em Psicologia.

pelos membros da Comissão Permanente de Cuidados Paliativos da SBP, presidente do Conselho de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e professora colaboradora do Instituto de Psicologia da UFRJ.

LIGIA CLARET LORENCINI WILD é pedagoga, mestre em Comunicação e diretora do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Jarinu/SP.

LUÍS ANTONIO GROppo é sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).

MARGARETH BRANDINI PARK é pedagoga, doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora do Centro de Memória da Unicamp, autora de inúmeras obras focalizando educação, memória e comunidades.

OLGA RODRIGUES DE MORAES VON SIMSON é cientista social, mestre em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), doutora em Antropologia pela USP, tem pós-doutorado pela Universidade de Tübingen/Geographisches Institut e é professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

REGINA TAAM é pedagoga, mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

RICARDO ROBERTO PLAZA TEIXEIRA é doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (Cetec).

RUTH GELEHRTER DA COSTA LOPES é doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

OLGA RODRIGUES DE MORAES VON SIMSON..... 00

APRESENTAÇÃO

MARGARETH BRANDINI PARK

LUÍS ANTONIO GROppo 00

PARTE 1

ESPAÇOS EDUCACIONAIS E VELHICE

Capítulo 1

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DO IDOSO: UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE E CENTRO DE CONVIVÊNCIA

REGINA TAAM..... 00

Capítulo 2

ATIVIDADES EDUCATIVAS NO ASILO: O QUE PENSAM OS MORADORES, OS GESTORES E OS VOLUNTÁRIOS

KATIA RICCI DOS SANTOS

MARGARETH BRANDINI PARK..... 00

Capítulo 3

ENCONTROS COM IDOSOS: “ESCAVANDO” A MEMÓRIA A PARTIR DE OBJETOS

JUDITH MADER ELAZARI 00

Capítulo 4

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E PROJETOS INTERGERACIONAIS

LIGIA CLARET LORENCINI WILD..... 00

PARTE 2

CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO VELHICES

Capítulo 5

EDUCAÇÃO, TRABALHO E APOSENTADORIA

JAIME LISANDRO PACHECO..... 00

Capítulo 6

ENVELHECIMENTO E CIDADANIA: A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DA MÍDIA

CARLA GRANDRELLI MEASSI..... 00

Capítulo 7

O IDOSO NAS PÁGINAS DO JORNAL COMUNITÁRIO: VISIBILIDADE, RECONHECIMENTO E ELEVAÇÃO DA AUTOESTIMA

AMARILDO CARNICEL

AMANDA GALDINI..... 00

Capítulo 8

A BUSCA DOS IDOSOS PELA FORMAÇÃO EDUCACIONAL CONTINUADA: UMA NECESSIDADE DO SÉCULO 21

FÁBIO LUIZ VILLANI..... 00

Capítulo 9

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E TERCEIRA IDADE: EM DEFESA DE UMA SOCIEDADE DEMOCRATICAMENTE SUSTENTÁVEL

DILA MARIA BAHIANSE MACIEL..... 00

PARTE 3

COEDUCAÇÃO ENTRE GERAÇÕES

Capítulo 10

COEDUCAÇÃO ENTRE GERAÇÕES NA OBRA
“O SORRISO ETRUSCO”

DIVINA DE FÁTIMA DOS SANTOS

RUTH GELEHRTER DA COSTA LOPES

RICARDO ROBERTO PLAZA TEIXEIRA..... 00

Capítulo 11

EDUCAÇÃO PARA OS VELHOS, EDUCAÇÃO PELOS
VELHOS E A COEDUCAÇÃO ENTRE GERAÇÕES:
PROCESSOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E
INFORMAL

JOSÉ CARLOS FERRIGNO..... 00

Capítulo 12

BOCA DE MESTRE, OUVIDO DE APRENDIZ:
TRANSMISSÃO DE SABERES ENVOLVENDO OS VELHOS
MESTRES BATUQUEIROS

CLAUDETE DE SOUZA NOGUEIRA..... 00

Capítulo 13

A VELHICE RECRIADA: DAS CANTIGAS DE RODA ÀS
CANTIGAS DAS “MENINAS DE SINHÁ” 

ADRIANA DIAS GOMIDE..... 00

INTRODUÇÃO

A maior longevidade alcançada pelas gerações contemporâneas da nossa sociedade ocidental, condição que vem sendo ampliada tanto na quantidade de anos de sobrevivência conquistados pelos nossos velhos quanto no número de idosos de diferentes classes sociais que passaram a usufruir de uma velhice mais longa, mais saudável e muitas vezes produtiva, é um fenômeno típico do último quartel do século 20 e início do 21 e ainda pouco estudado em nosso país.

O livro que o leitor tem agora em mãos, elaborado por pesquisadores e estudiosos em Gerontologia, procura mostrar alguns aspectos novos e interessantes que esse fenômeno adquiriu em sua relação com o campo da Educação no Brasil.

A primeira parte, intitulada “Espaços Educacionais e Velhice”, discute uma realidade específica da nossa atualidade, pois, sendo esse um fenômeno muito recente, a geração que alcançou, nos últimos anos, a quadra dos 60 anos (idade que marca o início do período da velhice), nasceu no final da primeira metade do século 20, tendo chegado aos bancos escolares no final dos anos de 1950 ou no início de 1960.

Ora, nesta fase da vida brasileira, o sistema educacional não oferecia a um grande número de cidadãos a oportunidade de cursar o ensino médio e muito menos de chegar aos bancos da universidade. Muitos dos idosos da atualidade construíram sua trajetória de trabalho com os conhecimentos que obtiveram nos ensinos fundamental e início do médio, pois a maioria ingressou precocemente no mercado de trabalho para colaborar com o orçamento das famílias, as quais viviam processos de ascensão social em cidades que cresciam e se industrializavam.

Para muitos deles, embora se orgulhem dessa bela trajetória de muito trabalho, a qual envolve conquistas importantes quanto à qualidade de vida, ficou, entretanto, um desejo insatisfeito de obter uma melhor formação educacional. Os processos de ascensão social por eles vivenciados vieram acentuar ainda mais as lacunas de sua formação, e que atualmente desejam preenchê-las.

É por isso que as pesquisas têm mostrado quão grandes são as demandas dos idosos por oportunidades diversificadas de aprendizagem, enfocando diferentes áreas do conhecimento científico, da cultura e das artes. Eles demandam cursos que, nessa fase final de suas vidas, possam acompanhar com prazer, que lhes permitam fazer grandes descobertas, viver a riqueza de, ao aprender algo novo, experimentar novas técnicas e maneiras originais do fazer, e, além disso, eles desejam também que sejam enriquecedoras essas trajetórias, tal como ram as até então percorridas.

Os estudos no campo da Gerontologia têm salientado que os velhos não se intimidam em receber conhecimentos e informações tanto das gerações mais jovens quanto de outros idosos que vivenciaram oportunidades diferenciadas de formação. Também aceitam fazer esta complementação de sua formação tanto em espaços especialmente criados para isso, denominados de Universidades para a Terceira Idade, como de maneira mais espontânea, em Centros de Convivência para Idosos, os quais funcionam como locais de reunião, em bairros com grande concentração de velhos, existentes nas grandes cidades contemporâneas.

Mesmo aqueles que vivenciam a fase final de suas vidas em instituições asilares, seja por limitações de saúde, seja pelo caráter econômico, têm manifestado desejos de continuar aprendendo, e explicitam esta demanda para cuidadores e voluntários, visto que são estes que estão no cotidiano do asilo e que escutam as experiências anteriormente vivenciadas pelos idosos, relatos estes que ocorrem por meio de exercícios de memória oral e que se valem dos mais diversos elementos disparadores, como fotos do passado, músicas antigas, objetos de estimação, filmes *cult*, cheiros especiais e paladares marcantes.

Desta maneira, a Educação Não Formal tem sido um campo crescente na contemporaneidade para atender também às demandas dos idosos, e se faz, portanto, necessário preparar geriatras, gerontólogos e pedagogos para enfrentarem este desafio já presente em suas profissões e que vem ganhando importância a cada dia, ante a força ampliada do fenômeno da velhice.

A segunda parte desta obra, intitulada “Construindo e Reconstruindo a Velhice” aponta para outro desafio do binômio educação-velhice: educar a sociedade para conviver, valorizar e integrar seus velhos, agora cada vez mais longevos.

Nessa parte, é discutido o papel da mídia em processos de educação cotidiana do homem comum, pois esta educação visa facilitar uma progressiva inclusão dos idosos em todas as esferas da vida social, sem discriminação de idade ou de gênero, e podendo gozar das benesses que uma melhor qualidade de vida concede àqueles que não mais têm, sob sua responsabilidade, a mesma formação das novas gerações. Constata-se também, nesta parte do livro, a crescente busca, por parte dos velhos, de oportunidades de formação continuada, tendência já observada no último quartel do século passado, mas que vem se intensificando na primeira década do século 21. Os autores mostram que a Educação Não Formal pode ser uma estratégia muito válida para promover a recapacitação dos velhos, propiciando a meta tão desejada da formação de uma sociedade democraticamente sustentável.

Esse renascer da figura do idoso como um ator social importante fica bem registrado quando se examina sua participação, direta ou indireta, em um jornal comunitário, editado por meio de um trabalho educacional não formal, realizado por uma organização não governamental de um bairro popular de Campinas. Em várias edições deste jornal – já em seu 21º número –, as matérias sobre os idosos da comunidade, elaboradas pelos adolescentes que frequentam a entidade, certamente vieram enriquecer a qualidade desse órgão da imprensa comunitária, como também contribuíram muito para melhorar as relações entre as gerações desse bairro popular campineiro.

A terceira e última parte desta obra ousada e inovadora, sob a denominação de “Coeducação entre Gerações”, aborda as diversas maneiras encontradas pelas gerações para mutuamente se educarem em processos informais e não formais. Neles, os conteúdos são escolhidos pelos educandos, com as orientações e contribuições de seus educadores, os tempos respeitam os ritmos diversos dos indivíduos e das gerações, e inexistem processos formais de avaliação, o que torna a aventura de aprender uma atividade prazerosa, envolvente e sedutora. Assim, as gerações educam umas às outras, ora invertendo seus papéis, passando de educando a educador, e vice-versa, conforme o tema escolhido. Além disso, muitas vezes, nem sequer se percebe que, por meio de uma determinada atividade em grupo, interessantes experiências educativas se processam espontaneamente.

Duas situações concretas exemplificam tais processos, mediante o modo como o domínio das habilidades necessárias para participar de manifestações da cultura popular é ensinado às novas gerações. São dois aspectos da cultura popular, um paulista e outro mineiro, que, no passado, foram rituais e brincadeiras e, atualmente, ganham, muitas vezes, o palco, transformando os antigos fiéis, ou brincantes do passado, em atores contemporâneos.

Um deles é o Samba de Batuque de Piracicaba, Tietê e Capivari, no qual os afrodescendentes mais velhos destas três cidades recriam danças trazidas pelos africanos da costa ocidental angolana, danças estas que foram vivenciadas, desde o final do século 19, nas grandes fazendas de cana-de-açúcar e de café do estado de São Paulo. Quando a pesquisadora deste artigo perguntou a um dos membros mais velhos do grupo como é que se dava o processo de inserção dos mais jovens nessa dança, ele simplesmente afirmou: “*Para acontecer tem que haver o encontro entre a boca de mestre e o ouvido de aprendiz*”, explicitando, assim, o necessário entrosamento entre o velho, que se propõe a ensinar as artes do batuque, e o jovem, que anseia aprender a sambar. Neste esforço, uma maneira tipicamente paulista de fazer samba é não só mantida pelos velhos como também ensinada às novas gerações

pelos mestres – cultura antes proibida pela Igreja e por seus senhores –, introduzindo os mais jovens nas artes do samba rural, o que ainda, atualmente, inclui o ato de dar a umbigada – uma homenagem à deusa da fertilidade, trazida da África nos porões dos navios negreiros.

A outra manifestação de cultura popular, surgida em um dos morros que circundam a capital mineira, foi criada por senhoras com mais de 50 anos de idade, as quais, ao viverem situações de isolamento e de baixa autoestima em espaços periféricos da grande cidade, recorriam ao apoio medicamentoso para enfrentar suas dificuldades familiares. Decidiram então se reunir para falar de seus problemas comuns e, assim, quase naturalmente, surgiram as memórias que as levaram às cantigas de infância, aprendidas nas folgas da vida rural, entoadas, agora, como uma espécie de lenitivo para seus sofrimentos atuais. O prazer de cantá-las novamente foi tão grande que decidiram apresentá-las em eventos e festividades da comunidade, e ensiná-las a seus netos, por meio de apresentações realizadas nas escolas da proximidade. Desta forma, as idosas do bairro popular foram ganhando uma crescente notoriedade, seguida de convites para se apresentarem em programas televisivos e radiofônicos, e começaram até a viajar a outras cidades para fazer suas apresentações musicais. Gravaram CDs com grande aceitação, sendo que a fase de isolamento e de depressão ficou como um tempo longínquo e já quase esquecido de sua vivência urbana. Atualmente, elas constituem uma referência no que concerne à cultura popular do norte de Minas Gerais, e ensinam, com alegria e despreendimento, às novas gerações já urbanizadas o prazer de cantar e folgar.

As reflexões e exemplos contidos na obra aqui apresentada poderão servir de inspiração para projetos e programas educacionais formais e não formais que envolvam nossos velhos, mas, tenho certeza, constituem também uma experiência de leitura enriquecedora para muitos profissionais e mesmo para o leitor comum, o qual, por meio dela, perceberá a possibilidade de envelhecer com consciência.

Professora Doutora Olga Rodrigues de Moraes von Simson

APRESENTAÇÃO

MARGARETH BRANDINI PARK

LUÍS ANTONIO GROppo

Organizadores

Quando rascunhávamos esta introdução, o jornal Folha de São Paulo publicou um belo caderno especial sobre os velhos brasileiros da atualidade, intitulado “Maioridade” (15 de março de 2009). Mais belos ainda foram os versos de Paulo Leminski trazidos logo na abertura:

Que podia um velho fazer,
nos idos de 1916,
a não ser pegar pneumonia,
deixar tudo para os filhos
e virar fotografia?¹

Nos dias atuais, em parte importante do mundo, e em grande parte do Brasil, a condição do velho parece ter se alterado bastante. Primeiro, a longevidade. Ano a ano, anos vêm se somando aos indicadores de expectativa de vida, país a país, região a região. Há exceções, certamente, no tempo e no espaço. Mas a tendência ao longo do século 20 foi a do aumento da longevidade. Chegar à velhice passou não mais a significar, simplesmente, esperar a chegada de doenças certas, a morte à espreita por detrás dos dias.

O aumento da expectativa de vida significou a possibilidade de um sentido novo à velhice. A velhice está se tornando um estágio da vida, não mais apenas uma categoria etária relativa aos que, muito em breve, pegariam pneumonia ou outra doença corriqueira, deixariam tudo (ou

pouco) aos filhos e virariam mera fotografia. Ser velho passou a ter um sentido em si mesmo, para além da doença, para quem da morte. Os velhos passaram a ter tempo. Tempo para construir outras identidades, recompondo o significado de sua vida, revendo o passado, com olhos do presente. Tempo para recriar seus papéis sociais, os de outrora e os do presente.

A semântica foi apenas um dos campos atingidos por esta mudança. O termo “velho” virou pejorativo. E nem mesmo o termo “idoso” pareceu suficiente, soando mais como um eufemismo. Quis-se identificar a emergência então de uma “Terceira Idade”. Alguns até preferem “A Melhor Idade”, pretensa idade do descomprometimento, suposto tempo para tão somente retomar projetos abandonados outrora. Por um lado, o velho deixava de ser visto como velho, sem deixar de o ser, pois é inegável que o tempo traz mudanças no corpo, na mente e no comportamento, mudanças estas que envelhecem o ser, o pensar e o relacionar-se, e que desgastam tanto quanto fazem acumular experiência. Por outro lado, o velho negado é reafirmado como cidadão, mas desde que consumidor e juvenilizado. Porém, terão todos os velhos recursos financeiros e/ou condições físicas para as novas exigências requeridas pela nova cidadania anciã?

Neste sentido, ousamos considerar que é possível utilizar o termo “velho” sem tom pejorativo. Afinal, não soaria muito bem, conforme alguém já disse, se o grande clássico de Hemingway se chamasse “O idoso e o mar”. Também consideramos que é preciso usar com prudência o termo “Terceira Idade”, o qual pode nos fazer escorregar para ideologias pró-consumistas ou que pouco consideram as marcas que o tempo traz no corpo e no espírito dos seres humanos.

É preciso lembrar que a longevidade oferece ao sistema econômico a criação de um novo nicho de produção/consumo que tanto se foca nas necessidades existentes no segmento “idoso” quanto cria necessidades gestadas pela propaganda.

Há lugares para velhos, roupas, excursões, remédios, complementos alimentares, obras literárias, filmes, desfiles de moda, espaços

de ensino-aprendizagem e lazer. Cria-se todo um aparato voltado às faixas etárias que representam este segmento. Estar inserido na sociedade atual é ter o papel de consumidor de produtos, de saberes e de fazeres.

Assim, para serem saudáveis, os idosos precisam de complementos alimentares, exercícios mentais e físicos, e precisam maquiagem as marcas do tempo, pois nossa sociedade lê e interpreta, em tais marcas, os sinais da finitude tão temida.

A sociedade atual não suporta o corpo do velho, com suas marcas, como em uma cartografia do tempo. Ela clareia manchas, escurece fios, alisa. Maquia. O velho, para ser aceito precisa ser outro, que não ele. Seu corpo é reescrito numa linguagem apta às normas do consumo. Ser velho sem ter rugas, sem ter cabelos brancos ou pele flácida, cuja performance, principalmente sexual, pode ser garantida dando-lhe cada vez mais o desejo de vida que o afasta da morte (PARK, 2003, p. 177)

Como mais um desdobramento do aumento da longevidade, surge uma nova categoria etária para além da “Terceira Idade”: a “Quarta Idade”. Tal nomenclatura referencia os indivíduos com mais de 80 anos, expoentes de um universo que cresce de forma exorbitante na atualidade. Segundo declaração de Danilo Miranda (2009), no Portal do SESC (Serviço Social do Comércio), instituição pioneira em trabalhos voltados à velhice, as projeções para 2050, nos chamados países emergentes, apontam para uma população de velhos que suplantará numericamente a faixa etária compreendida entre 0 e 15 anos.

A respeito da “Quarta Idade”, Paul Baltes, pesquisador do Instituto Max Planck de Berlim, afirma que a ciência e a sociedade deverão refletir sobre a fragilização da vida neste período, e que a ética será necessária para garantir a dignidade humana. Tal período de vida exige um grande suporte para atender as perdas físicas e cognitivas que ocorrem, sob risco de termos uma mera sobrevivência sem qualidades mínimas (BALTES; SMITH, 2006).

Talvez, ao discutirmos de forma corajosa a “Quarta Idade”, poderemos recuperar, inclusive, as formas de morrer mais humanizadas, em contraposição à solidão dos aparatos tecnológicos em sofisticadas e frias Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), tão distantes das artes do “bem morrer” apresentadas por Philippe Ariès em seu livro “História da morte no Ocidente”, de 2003.

Além destes temas, cremos que esta obra contribuirá para a discussão de um aspecto que é tão característico da velhice – na verdade, de toda expressão da vida humana –, que sempre foi verdadeira e que atualmente é mais verdadeira do que nunca: a heterogeneidade, a diversidade.

Não há um único modo, nem natural, universal ou ideal, de ser idoso, como não há um único modo de ser adulto, jovem ou criança, assim como não há um único modo de vir a este mundo – há partos naturais de vários tipos e cesarianas, nasce-se em hospitais, casas e até em becos – e nem de deixá-lo. Existe apenas a certeza de que, se estamos vivos, vamos um dia morrer. Mas até a certeza de que o ingresso na velhice significaria a morte breve já não mais existe. Felizmente. E é justamente aqui que a velhice passa a ganhar sentido em si mesma.

A velhice é diversa porque não é apenas um fenômeno biológico ou natural. Mesmo assim, o envelhecimento, no seu aspecto físico, pode ser vivido diferentemente, de gênero a gênero, etnia a etnia, indivíduo a indivíduo. Mas a velhice é ainda mais diversa em suas outras dimensões: psicológica, social e cultural, em especial nestas duas últimas. Envelhecer é também uma experiência cultural, de ressignificação de identidades, e, enfim, também é social, de reposicionamento de indivíduos e grupos nas estruturas sociais, comunitárias e familiares.

O envelhecimento é vivido socioculturalmente de modo diverso, conforme a classe social do velho, seu gênero, etnia, país, região, religião, condição urbano-rural etc. O aumento da complexidade das sociedades e das inter-relações entre povos, tradições, culturas e estilos de vida só aumenta a diversidade social e cultural, e, com isto, aumenta a diversidade do envelhecer e dos modos de ser idoso. Como exemplo,

é o que ocorre entre os Iorubas da Nigéria, onde a mulher é considerada idosa quando se torna avó, ou na Índia, quando o filho mais velho se casa. Em outras culturas, considera-se a mulher idosa quando ela atinge a menopausa.

Mas cada categoria etária e cada estágio do curso da vida trazem características mais ou menos gerais, vividas pelos que fazem parte deles. E há algo mais específico à velhice do que à infância e juventude: trata-se do conjunto de experiências acumuladas ao longo do curso da vida.

Se a juventude se caracteriza socialmente como período real ou potencial de experimentação – de ensaio, aposta, risco e vivência –, a velhice é condição marcada, entre outros aspectos, por um conjunto de experiências acumuladas.

Uma poesia diz que quando a velhice chegar poderemos usar o chapéu vermelho que sempre quisemos, sem medo de parecermos ridículos. Vários filmes e peças de teatro mostram os idosos sem as amarras do superego, dizendo o que realmente pensam e causando “saías justas” nas famílias e no entorno – características transgressoras e atraentes aos indivíduos tão conformados de nossa sociedade. Será que tal comportamento transgressor não poderia nos inspirar mais do que causar temor? Não seria ele um aspecto positivo da velhice “plena”?

E o tempo em preto e branco, mais lento e bem vivido, em que percebemos os sujeitos imersos nos momentos/fatos/episódios tão próprios do viver intenso do que aqueles que já experimentaram a efemeridade trazida pela pressa? Não seria também uma dessas positivities? Como na sabedoria da Pedagogia della lumaca, seria a lentidão criativa e necessária à vida humana? Tais aspectos “colados” à velhice não seriam positivos? A extrema franqueza e um “viver lento” não seriam deturpados ao serem mostrados como atraso, como limitantes do “ser velho”? Excluindo-se agravos psicológicos e cognitivos, vamos ter a coragem de admitir que “lentificar” as coisas poderia ser bastante interessante para agregarmos maior qualidade ao cotidiano?

Um dos riscos ao pensarmos a velhice é o de a inserirmos em universos de nosso domínio, fugindo do desafio de pensá-la em si mesma, com o que nos oferece e com o que nos esconde. Assumimos aqui o desafio de buscá-la em sua diversidade, um dos motivos que nos fez assumi-la semanticamente – “velhos”, “Terceira Idade”, “Quarta Idade”, “A Melhor Idade” – nos textos que apresentamos, esclarecendo que nós, organizadores, assumimos que o termo “velho” seduz e provoca mais do que desqualifica a faixa etária em questão. Lembramos ainda que os ciclos da vida que aparecem representados desde iluminuras da Idade Média apresentam as idades vinculadas às “Idades da vida”. As “Idades da vida”, para nossos ancestrais, foram relacionadas às noções positivas e usuais que passaram do domínio da ciência para o cotidiano, conforme podemos constatar em latim as sete idades, correspondentes ao número de planetas. A mesma lei que rege o movimento dos planetas, o ciclo vegetativo das estações, as relações entre os elementos, o corpo humano e seus humores, rege o destino humano. Quando Ariès (1981, p. ) fala sobre as “Idades da vida”, ele salienta que a delimitação exata das idades, tal como conhecemos atualmente, foi um conceito construído socialmente ao longo dos séculos 16 e 17:

[...] Para o homem de outrora, ao contrário, a vida era a continuidade inevitável, cíclica, às vezes humorística ou melancólica das idades, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade [...].

A educação para e com os jovens não pode deixar de levar em conta aquele período de experimentação vivido por eles, rumo à construção de identidades e papéis mais estáveis na maturidade. E a educação para e com a velhice não pode deixar de levar em conta este conjunto de experiências vividas, referentes não apenas à construção paulatina de identidades e à ocupação de papéis sociais, mas também a vivência, de fato, destas identidades e papéis. Entretanto, este conjunto de experiên-

cias dos velhos nem sempre é valorizado no presente, para o bem e para o mal. O certo é que este conjunto pode trazer saberes e narrativas que não servem mais imediatamente, nem para ele e nem para a sociedade ao seu redor, ou pode trazer conhecimentos obsoletos sobre técnicas e tecnologias, assim como valores intolerantes, preconceituosos e fechados.

Mesmo estes saberes, fazeres e valores, contudo, podem ser recuperados e reconstruídos para o autoconhecimento, tanto do indivíduo quanto da sociedade, desde que a atitude seja aberta. Em seu processo de autoconhecimento, ou autorreconhecimento, o velho pode retomar projetos abandonados de vida de outrora. Por sua vez, a sociedade pode retomar ou reconstruir sua própria memória, considerando diferentes modos de sentir e conceber as transformações históricas e o modo de se viver no presente. Os portadores destes outros modos de sentir e pensar, entre outros, são os velhos.

Os velhos carregam também conhecimentos que súbita e inesperadamente passam a ser importantes, voltam a ser valiosos. De repente, eis lá que os vemos ensinando a contar contos infantis, a cantar canções de ninar e sambas-de-roda e dançar ritmos tradicionais.

É preciso considerar, enfim, que o conjunto de experiências dos velhos contém também o não saber. Por exemplo, o não conhecimento de novas tecnologias de comunicação e informação que podem lhe valer o isolamento de inúmeras criações culturais e a exclusão de relações – como o simples uso de um caixa eletrônico. E o velho não é alguém que viveu todas as experiências com as quais sua velhice significaria apenas uma retomada, uma repetição. É preciso, por exemplo, aprender a ter uma nova relação com o trabalho, inclusive com o não trabalho, o tempo livre, a aposentadoria.

No processo de aprendizagem constante, a sociedade e os cidadãos vêem os velhos como figuras fundamentais, não apenas como educandos ou coeducandos, mas também como educadores.

Os capítulos reunidos nesta obra trazem como sua principal contribuição um retrato desta diversidade da condição idosa no Brasil e também da diversidade das experiências educacionais vividas para e com os velhos no Brasil.

Como mostrou Carlos Rodrigues Brandão (1984), não há um único modo de educar, nem no tempo e nem no espaço. E os modos de educar podem se sobrepor no tempo e no espaço: aprendizado e ensino, dizia então Brandão; educação informal, Educação Não Formal e educação formal, diz-se atualmente com mais frequência.

Assim, eclode novamente a diversidade do que é trazido por esta obra. À diversidade da condição idosa se soma à diversidade dos modos de educar. Os capítulos trazem diversas situações educacionais vividas por diversos velhos no Brasil: os velhos como educandos, os velhos como educadores, os velhos como educandos-educadores. As situações educacionais são múltiplas, como já mencionadas: educação informal, na transmissão de saberes e fazeres, misturada com outros afazeres do cotidiano; Educação Não Formal, em Centros de Convivência e museus; e educação quase formal, nas Universidades da Terceira Idade etc. Temos ainda: velhos educadores com memórias e práticas, velhos educandos diante de novos valores e saberes, velhos educadores educandos relacionando seus saberes a outros conhecimentos, ou ressignificando, com a ajuda de outros educadores, o que sabem para ser levado às novas gerações.

Entretanto, percebemos que em vários projetos sociais e educativos, os quais têm por eixo a velhice e os velhos, surgem procedimentos que os isolam em guetos, preservando atividades de forma a homogeneizar o grupo – velho entre velhos. Discordamos de tais procedimentos. Cremos que o ideal é que os mesmos circulem por ambientes habitados por várias faixas etárias, favorecendo, assim, a tão desejada geratividade abordada por Uhleberg (1995).

Há muitos projetos que são elaborados para os velhos sem consultá-los. Projetos que reduzem os sujeitos a meros executores de tarefas, como se todos gostassem das mesmas atividades. Pela experiência, percebemos que estes projetos têm vida curta e, muitas vezes, resultados medíocres. Lopes (2008), ao analisar um projeto desenvolvido em uma cidade, e que envolvia velhos em suas atividades, constatou que muitos deles não achavam interessante trabalhar diretamente com

crianças. Preferiam ficar com adultos, ensinar coisas aos adolescentes e usufruir dos pagamentos decorrentes das atividades, pois, em uma sociedade que valoriza as pessoas produtivas, isto significava uma forma de reinserção social. Há inúmeros modos de se “desenhar projetos” que respeitem as idiosincrasias, compondo com indivíduos plenos de desejos, valores e saberes. Nem todos gostam de contar histórias, de falar de passado, de se assumir pais-avós. Respeitá-los em sua heterogeneidade deve ser ponto de partida para qualquer proposta que pretenda contemplar projetos interetários. Lembramos também que a infantilização, comum a tal segmento, deve ser banida – nada de vovinhos, tiozinhos. Os sujeitos têm nome, e serem perguntados sobre tal prática, respondem que se sentem menosprezados: “*Não somos crianças!*”, dizem eles. Portanto, nomear os locais como creches de vovós e vovós está fora de cogitação, segundo nosso ponto de vista.

Como educadores e pesquisadores, vivenciamos a necessidade cada vez maior de publicações voltadas ao universo da velhice, as quais possam amparar discussões, estimular reflexões, ampliando lugares de produção de saberes que respeitem a heterogeneidade do universo da velhice. A necessidade em oferecer diversidade teórica e prática nos levou a coletar produções variadas que focalizassem educação e velhice sob tais aspectos. Pretendemos com a presente coletânea inspirar, sugerir e também cercear práticas não emancipatórias que comumente são oferecidas para o grupo em questão, em nome de uma cidadania presumida.

Organizamos nossa coletânea em três partes. Na primeira, de título “Espaços Educacionais e Velhice”, trazemos quatro capítulos que focalizam espaços educativos e suas práticas voltados ao segmento focalizado.

O primeiro, “A Educação não-normal do idoso: Universidade da Terceira Idade e Centro de Convivência”, escrito por Regina Taam, oferece-nos uma problematização sobre aspectos constitutivos das práticas das universidades públicas e privadas, as quais oferecem tal modalidade de ensino, e dos riscos e armadilhas a que estão sujeitos os educadores de tais espaços.

O segundo, “Atividades educativas no asilo: o que pensam os moradores, os gestores e os voluntários”, de Katia Ricci e Margareth Brandini Park, apresenta parte da dissertação de mestrado da primeira autora, orientada pela segunda. Nele, o foco foi para as narrativas dos diversos segmentos que vivenciam o asilo sobre as atividades educativas que por lá ocorrem e que ressaltam a transitoriedade, dificuldades burocráticas calcadas principalmente em trabalhos voluntários e no desafio da diversidade instituída. A metodologia da pesquisa elegeu o uso de um acervo fotográfico institucional aliado a entrevistas, demonstrando como podemos nos valer de técnicas da história oral com excelentes resultados pelo envolvimento tecido via imagens.

O terceiro capítulo, “Encontros com idosos: ‘Escavando’ a Memória a partir de objetos”, escrito por Judith Mader Elazari, apresenta um interessantíssimo trabalho educativo desenvolvido no interior de um museu universitário, com um grupo de velhos da comunidade que reside no entorno. A sensibilidade dos envolvidos instiga as memórias e produz um acervo imagético, que nos captura ao primeiro olhar, produzindo significados diversos às vidas castigadas pelas agruras do cotidiano de grupos fragilizados socialmente.

No quarto capítulo, “Políticas Públicas, Educação e Projetos Intergeracionais”, a autora Lígia Claret Lorencini Wild analisa as experiências decorrentes de política pública implantada em um município paulista, tendo por eixo um trabalho com memória local e envolvimento da comunidade, que problematiza os desafios encontrados na implantação de um projeto que mobilizou a cidade nos diversos espaços de formação, tais como, escolas, Centro Comunitário, igreja, antigas edificações e espaços públicos diversos, assim como as conquistas decorrentes de tal processo. Em sua análise, fica explícito o desafio para a integração dos velhos, os quais precisam ser assumidos em sua alteridade.

A segunda parte, “Construindo e reconstruindo velhices”, composta por cinco capítulos, tem por objetivo problematizar as construções sociais – “teóricas e práticas” – relacionadas ao cotidiano da velhice.

Jaime Lisandro Pacheco, no capítulo 5, “Educação, trabalho e aposentadoria”, traz-nos as narrativas de um grupo de velhos aposentados que relatam as dificuldades encontradas após a aposentadoria – um rito de passagem para a velhice, segundo ele. Para entendermos melhor todo o mecanismo envolvido no processo, discute-se a educação e o trabalho no mundo moderno, sua fragmentação, a aposentadoria como entrada em um “mundo desvalorizado” e o papel do gerontólogo no trabalho com os aposentados visando refazer caminhos e projetos de vida.

O sexto capítulo, “Envelhecimento e cidadania: a educação da sociedade através da mídia”, é de autoria de Carla Grandelli Meassi. Este trabalho obteve o primeiro lugar no concurso do Banco Real “Talentos da Terceira Idade – 2009”. A preocupação da autora foi a de analisar como a imagem da velhice é construída pelas mídias e dada a ler para as populações que a assumirão como modelo a ser seguido, observado. A importante discussão nos ajuda a compreender, entre outros, a significação do termo “Terceira Idade” e dos aspectos a ele relacionados, em sua veiculação pelas mídias e em sua recepção não passiva pelo público.

O sétimo capítulo, “O idoso nas páginas do jornal comunitário: visibilidade, reconhecimento e elevação de autoestima”, escrito por Amarildo Carnicel e Amanda Galdini, oferece-nos o relato de uma emblemática vivência comunitária proporcionada em um projeto desenvolvido na periferia de uma grande cidade, sendo que esta costuma aparecer na grande mídia somente nas páginas policiais. A experiência dos autores nos traz as vozes de velhos que participaram de reportagens em um jornal comunitário redigido por adolescentes de um reconhecido projeto existente na comunidade e também de algumas escolas da região. Os desdobramentos de tal participação vão de reconhecido aumento na autoestima dos velhos a um aumento na qualificação das relações intergeracionais nesse local.

“A busca dos idosos pela formação educacional continuada: uma necessidade do século 21” escrito por Fábio Luis Villani, o oitavo capítulo, aborda com perspicácia o interesse de muitos velhos pelo retorno ou

continuidade de sua formação educacional. Além disso, busca captar as diversas motivações existentes, em especial, dos velhos que se tornaram educandos em um curso de língua inglesa, ministrado pelo próprio autor.

Fechando a segunda parte da coletânea, temos o capítulo 9, escrito por Dila Maria Bahiense Maciel, intitulado “Educação não formal e terceira idade: em defesa de uma sociedade democraticamente sustentável”. Ele aponta para uma educação permanente, ancorada em uma práxis transformadora, emancipatória, e que oferece ao velho a possibilidade de conhecer as políticas voltadas ao meio ambiente, assim como seus direitos e deveres instituídos no Estatuto do Idoso, para que assim ele possa refletir sobre o papel de cidadão na sociedade, exercendo-o ativamente. Dado aumento da população idosa e da devastação ambiental, tais reflexões são de importância indiscutível no momento em que vivemos, e poderão inspirar pertinentes políticas públicas intergeracionais.

A terceira parte, com a temática “Coeducação entre gerações”, apresenta-se em quatro capítulos.

O primeiro deles, de número 10, embasado na belíssima obra “O Sorriso etrusco”, de José Luis Sampedro, “Coeducação entre gerações na obra ‘O sorriso etrusco’”, com como autores Divina de Fátima Santos, Ruth Gelehrter da Costa Lopes e Ricardo Roberto Plaza Teixeira. Dialogando com a obra literária, eles trazem aspectos interessantes que caracterizam a relação de um avô, campesino italiano, portador de grave doença, e seu neto, refletindo sobre o processo de mútua aprendizagem que ocorre entre eles. Particularmente, os questionamentos às relações colocados pelo avô, normalmente estabelecidas entre a universidade e a cultura popular, são instigantes para os pesquisadores, que se debruçam sobre tais questões.

José Carlos Ferrigno, autor do capítulo 11, “Educação para os velhos, educação pelos velhos e a coeducação entre gerações: processos de educação formal e informal”, descreve e problematiza conceitualmente o trabalho desenvolvido pelo Sinc, por meio de dois programas: o Programa Trabalho Social com velhos, pioneiro no gênero

no Brasil, o SESC Gerações, cujos objetivos principais são estimular o velho integrando-o a atividades de lazer e cultura em grupos de diversas faixas etárias. Os conceitos de educação informal e não formal são explicitados como suportes metodológicos, assim como a importância do velho como sujeito da ação educativa. Citando Bosi (1979, p. 77), a autora, ao refletir sobre a contribuição do velho às novas gerações, coloca: “Esta força, essa vontade de revivência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente.” Completaríamos afirmando que tal movimento, trazendo sua experiência/memória, poderá forjar um futuro construído com conhecimentos que se intertecem no tempo, misturando espaços e gerando reflexões.

O capítulo 12, “Boca de mestre, ouvido de aprendiz: transmissão de saberes envolvendo os velhos mestres batuqueiros”, investiga o processo de identificação e transmissão de saberes a partir de uma prática cultural negra do interior paulista – o batuque de umbigada. Parte da pesquisa de doutoramento da autora, Claudete de Souza Nogueira, focaliza a reconstituição dos processos de socialização e transmissão da cultura via tradição oral e educação não formal, destacando o papel dos velhos mestres batuqueiros. Em sua leitura, temos o privilégio de acompanhar o crescimento de gerações que se coeducam no e pelo batuque por meio de uma educação calcada na oralidade, trazendo de volta ecos de gritos africanos que subsistem no tempo e no espaço.

O capítulo 13, “A velhice recriada: das cantigas de roda às cantigas das ‘Meninas de Sinhá’”, da autora Adriana Dias Gomide, apresenta uma reflexão sobre a prática de um importante grupo da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, formado majoritariamente por mulheres negras, da terceira idade, moradoras de uma favela da cidade, e que ganharam reconhecimento por meio da prática de difusão de cantigas de roda. O efeito terapêutico desta atividade criou possibilidades de reconstrução de autoestima e também a construção de objetivos comuns para as participantes do grupo. Reconhecendo as múltiplas configurações e representações da velhice, discute-se a história da formação do

grupo, correlacionando-a com estudos sobre as relações de sexo, trabalho e território habitado. Ressaltamos, nele, a importante declaração da fundadora do grupo, Valdete Cordeiro, sobre a realização de atividades que têm por objetivo “fazer dinheiro”, em contraposição às que são realizadas tendo por princípio o bem-estar integral das mulheres, posicionamento que questiona a maioria dos “projetos” desenhados para grupos considerados excluídos, centrados na geração de recursos, sem ouvir os sujeitos partícipes.

Esperamos que esta obra possa levar o leitor a conhecer alguns dos múltiplos meandros da relação entre educação e velhice, bem como contribuir para o aprofundamento daqueles já iniciados na temática. Esperamos, principalmente, que de alguma forma o livro ajude-nos a viver a velhice - a nossa e a dos outros - com mais significado, e não apenas com mais longevidade. Que a velhice seja muito mais  e uma espera, diversamente dos velhos descritos por Leminski no início desta apresentação .

NOTAS

¹ (*O que passa, passa? apud* FOLHA DE SÃO PAULO, 2009, p. )

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 312 p. 

_____. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279 p.

BALTES, Paul B.; SMITH, Jacqui. Novas fronteiras para o futuro do envelhecimento: da velhice bem sucedida do idoso  aos dilemas da quarta idade. *A Terceira Idade*,  Paulo, SEESC. v. 17,  36, p. 7-31, 2006

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiróz Editor, 1979. 402 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 116 p.

- FOLHA DE SÃO PAULO. *Maioridade*. Caderno Especial, São Paulo, 15 de março de 2009.
- LOPES, Ewellyne Suely de Lima. *Encontros intergeracionais e representação social: o que as crianças pensam sobre velhos e velhice*. Campinas: Setembro/FAPESP, 2008.
- MIRANDA, Danilo. Portal do SEBEC. www.sescsp.org.br
- PARK, Margareth Brandini. O ciclo da vida representado nas páginas dos almanaques de farmácia brasileiros. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Orgs). *As Múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Alínea, 2003. p. 55-76.
- _____. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1999. 216 p.
- UHLEMBERG, P. Commentary: demographic influences on intergenerational relationships. In: BENGSTON, V. L.; SCHAIE, K.W.; BURTON, L. (Orgs). *Adult intergenerational relationships*. New York: Springer Publishing Company, 1995.

ESPAÇOS EDUCACIONAIS E VELHICE

Capítulo 1

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DO IDOSO EM UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE E CENTROS DE CONVIVÊNCIA

REGINA TAAM

No século 21, o envelhecimento populacional se apresenta como um desafio a ser enfrentado por diferentes campos do saber. A Pedagogia, de forma ainda tímida, desconcertada com a ausência de respostas para as indagações que orientaram seus esforços no século que findou, ensaia alguns passos e apresenta os primeiros resultados de estudos e de práticas que podem contribuir com a Gerontologia. Há mais de 30 anos, a Gerontologia Educacional, um campo de estudo definido por David Peterson, em 1976, e redefinido em 1980 (CACHIONI, 2003), espera pela contribuição dos pedagogos, os quais chegam aos poucos, arriscando-se num terreno ainda pouco conhecido. Já o pedagogo, a Educação Não Formal é uma área de risco, que o força a estender suas reflexões para além da escola e do ensino regular.

Iniciamos nosso trabalho refletindo sobre alguns aspectos da história da educação que nos ajudam a entender porque precisamos tanto da Educação Não Formal no atendimento à população idosa. Falaremos, a seguir, de alguns programas que oferecem este atendimento, focalizando as universidades abertas e os Centros de Convivência. Na conclusão, expressamos nossa compreensão dos limites, das possibilidades e das contradições que identificamos em intervenções que se

apresentam como formas de inclusão social, com tudo o que de “es-corregadio” esta expressão comporta.

A educação sempre foi chamada a responder às tensões e às con-tradições produzidas numa sociedade que tem de administrar profun-das desigualdades estabelecidas pela relação entre capital e trabalho no capitalismo, cuja “excelência” foi duramente questionada por Paulo Freire (2003). O envelhecimento populacional é um desafio do nosso século e que exige a participação dos educadores para muito além das velhas práticas de alfabetização de adultos, dentro dos padrões da edu-cação formal. Vai longe o tempo em que o nacionalismo e a ascensão da burguesia industrial, dos anos de 1950, reclamavam soluções para o grande contingente de analfabetos, entrave ao desenvolvimento. Os tempos são outros e as questões são outras.

A educação de adultos se tornou de jovens e adultos. Na verdade, está cada vez mais de jovens, os quais têm a pressa em vencer o atraso produzido pelo “novo modelo socioescolar” (CHARLOT, 2005, p.79) que promete o que não pode cumprir. Comoda-nos tratar da Educação Não Formal sem fazer referência aos idosos e frequentam os Progra-mas de Educação de Jovens e Adultos (PROEJAS), onde são infantiliza-dos e recebem muito menos do que a sociedade lhes deve. Entretanto, o artigo fugiria aos seus propósitos se avançássemos nesta direção. Acho que podemos dizer que este é o século do idoso, assim como o século 20 foi o século da criança e do adolescente. Na divulgação de dados esta-tísticos, com enfoque demográfico, constatamos a rapidíssima mudança na estrutura etária brasileira (CARVALHO; GARCIA, 2003) e o enve-lhecimento da população. Outro dado que chama a atenção é o aumento da expectativa de vida, mesmo nas regiões mais pobres. Este é um fenô-meno preocupante para muitos setores governamentais, especialmente para a Previdência Social e para a saúde. No primeiro caso, travam-se combates acirrados entre associações de aposentados e de pensionistas e o Poder Público. Haddad (2001, p.) assim descreve essa luta: “Ve-lhos trabalhadores velhos... lutando pelo direito à velhice... exemplos de resistência na guerra pela vida.” Se quisermos entender melhor do que

Haddad nos fala, a “Pedagogia do Oprimido”, do mestre Paulo Freire (2002) que significa essa luta dos “esfarrapados do mundo” contra a opressão. Afinal, vivemos numa sociedade profundamente excludente, em que poucos conseguem envelhecer com dignidade, e em que muitos são os “humilhados e ofendidos”.

Outro lado desta guerra são os embates no campo da Saúde Pública. Os idosos são mais vulneráveis a doenças crônico-degenerativas (hipertensão, derrame, diabetes, câncer, doenças crônicas do pulmão, doenças das articulações). A grande maioria depende do Sistema Único de Saúde (SUS) para obtenção de medicamentos, consultas e internações. Como enfrentar o desafio que o envelhecimento populacional representa para a Saúde Pública? Uma resposta que nos parece satisfatória é dada por Lima-Costa e Veras (2003, p. 177):

Temos de encontrar os meios para incorporar os idosos em nossa sociedade, mudar conceitos já enraizados e utilizar novas tecnologias, com inovação e sabedoria, a fim de alcançar de forma justa e democrática a equidade na distribuição dos serviços e facilidades para o grupo populacional que mais cresce em nosso país.

Considerando que muitas doenças que afetam os idosos podem ser evitadas e que, com ações preventivas e cuidados adequados, podem provocar menos sofrimento, convém salientar a importância da Atenção Primária à Saúde, na qual “a educação não é um mero componente” (VASCONCELOS, 2001, p. 177). O autor desta afirmação é um médico que traz para seu trabalho, na área da promoção da saúde, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o que aprendeu com Paulo Freire, cuja metodologia ele utiliza em seus trabalhos de Educação Popular em Saúde, realizados em Centros de Saúde. Os Centros desenvolvem ações educativas, muitas delas com idosos, que se caracterizam pela “criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e o fazer cotidiano da população” (*idem, ibidem*, p. 177). Este é um exemplo de Educação Não Formal que tem avançado muito com a Estratégia Saúde da Família (ESF), beneficiando, sobretudo, gestantes, crianças e idosos.

O adulto idoso do século 21 está sendo chamado a frequentar espaços de Educação Não Formal que acenam com a possibilidade de “inclusão social”, expressão muito utilizada para justificar práticas educativas que pretendem dar conta da imensa dívida social contraída com os afrodescendentes, pessoas com necessidades especiais e a população que tem, ou teve, menos oportunidades de acesso ao sistema educacional. Teríamos muito a dizer sobre as práticas inclusivas e as novas formas de exclusão. Entretanto, o destino deste trabalho dará ao texto limites e contornos definidos pela Educação Não Formal do adulto idoso, que chegou aos 60 anos, e daqueles que estão próximos desta idade e já vivem os prelúdios do envelhecimento.

A Educação Não Formal se orienta por uma racionalidade que a distancia da educação formal, na medida em que não se deixa direcionar por diretrizes curriculares – a Educação Não Formal não está amarrada a conteúdos disciplinares padronizados, representantes da fragmentação do saber. Toda a herança civilizatória, todo o conhecimento produzido por todos os homens, de todas as regiões do mundo, através dos séculos, tudo tem lugar na esfera de possibilidades da Educação Não Formal. A ausência de amarras, porém, não é garantia de uma educação que atenda aos interesses dos protagonistas, dialogue com seus saberes e acolha sua forma de ser no mundo. Outro aspecto a ser considerado é que estamos nos referindo a um processo que traz as marcas do seu tempo, arrastando as contradições que nele se produzem:

As expectativas sociais e a natureza das decisões políticas que configuram a educação [formal ou não-formal] não são indiferentes às épocas e conjunturas históricas, sendo por isso necessário caracterizá-las tendo em conta os valores a cada momento dominantes ou emergentes (AFONSO, 2001, p. 77)

No último livro da “Coleção Velhice e Sociedade”, publicação da Editora Alínea, Anita Néri (2007, p. 77) uma das precursoras no campo da Psicologia do Envelhecimento, dá um depoimento que ilustra o que dissemos acima:

Hoje eu avalio que, nos idos de 1992, para aumentar a chance de publicar a primeira coletânea brasileira sobre qualidade de vida na velhice, eu escolhi um eufemismo para designar essa fase da vida. Não o faria hoje, não apenas por motivos ideológicos e científicos, mas porque os tempos são outros.

O eufemismo a que Néri se refere foi “idade madura”, num tempo em que não ficava bem, ou, sendo melhor, não vendia o termo “velhice”. Poucos anos antes, em 1988, o médico Américo Piquet Carneiro provocou espanto ao proferir, na Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), um discurso apontando a responsabilidade da universidade em relação ao segmento idoso (PACHECO, 2003). Ao espanto, seguiram-se ações que resultaram na Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ.

A sigla UNATI ou UATI pode ser lida como Universidade Aberta à Terceira Idade ou Universidade Aberta a Todas as Idades. Em nossa opinião, a melhor forma de lê-la é unir as duas possibilidades. Dizemos “Aberta à Terceira Idade”, chamando para ela pessoas que, mesmo tendo passado dos 60 anos, gostariam de continuar a estudar, ou começar a estudar; pessoas com muita, pouca ou nenhuma formação escolar; enfim, aberta a todos, para que não seja uma nova forma de exclusão. Dizemos “Aberta a Todas as Idades” porque entendemos que a idade não deve ser critério para impedir qualquer pessoa de participar de projetos, cursos, atividades. Ou seja, estar aberta a um segmento não implica estar fechada a outros. Pessoas de todas as idades, com experiências de vida diferentes, podem se beneficiar das trocas intergeracionais, e, juntas, pensarem um tempo que pertence a todos, um tempo que carregue questões que dizem respeito a todos, enquanto cidadãos coletivos e enquanto indivíduos afetados (de formas diferentes, é verdade) pelo mesmo contexto sociopolítico, e sujeitos do mesmo tempo histórico, em que deixarão as marcas de sua presença no mundo, marcas que são produzidas a cada dia, durante a vida inteira.

A contribuição das UNATIS, avaliada em diversas pesquisas (WEBBER; CELICH, 2007), evidencia uma forte repercussão na vida de seus

frequentadores, com reflexos no grupo familiar e na comunidade. Destacamos, a seguir, alguns resultados que aparecem com mais frequência:

- aumento da autoestima;
- melhoria da autoimagem;
- aumento do nível de autonomia;
- redução da procura por serviços de saúde;
- redução do nível de tensão e dos atritos no meio familiar;
- ampliação dos conhecimentos e elevação do nível cultural;

Gostaríamos, nesta altura dessa exposição, de convidar o leitor a pensar na seguinte questão: a Dra. Zilda Arns, o arquiteto Oscar Niemeyer, o Papa Bento XVI, todas pessoas idosas com mais de 70 anos, são, por acaso, considerados “inativos”, “improdutivos”? Ou, pelo contrário, são pessoas socialmente ativas, politicamente influentes, respeitadas, admiradas? No entanto, milhares de homens e mulheres, da mesma faixa etária, são considerados inúteis, um estorvo para a sociedade, um problema para o sistema de saúde e para as contas da Previdência. Não são respeitados nem admirados. Não são sequer ouvidos. O que diferencia um grupo do outro? O que faz com que o olhar da sociedade para eles seja tão diferente? O que faz com que uns sejam aplaudidos e outros sejam ignorados? É a idade? Não, não é a idade. Então, o que é? A resposta a esta indagação, no nosso entender, é fundamental para pensarmos no compromisso a ser assumido pelas UNATIS, especialmente por aquelas que funcionam em universidades públicas.

A primeira UNATI surgiu na França, em Toulouse, em 1973. Seu criador foi Pierre Vellas, um professor de Direito Internacional. Tudo aconteceu após visitas feitas a hospícios, alojamentos e pensões de aposentados para avaliar a situação destas instituições (CACHIONI, 2003). O que Vellas sentiu e observou nestas visitas está descrito no livro que publicou em 1974, “Les chances du troisième âge”. Vellas constatou que os internos haviam sido “depositados” por seus familiares, principalmente no período das férias de verão, fato até certo ponto compreensível para o autor. O que Vellas considerou grave é que

quando as famílias voltavam das férias, não vinham buscar seus idosos, que ficavam abandonados nos asilos. Vellas (1974, p. 177) faz a seguinte comparação: “É o mesmo fenômeno que existe para os cachorros e os gatos [...] também são abandonados.” A observação que chocou o professor Vellas, levou-o a aprofundar a investigação, cujos resultados se evidenciavam num gráfico: duas curvas paralelas mostravam que o tratamento dado aos animais domésticos e aos idosos tinha muito em comum. No texto em que nos conta esta experiência, Vellas (1974, p. 177) conclui o relato da seguinte forma:

Assim, apareceu de modo tão brutal quanto insólito o quanto as pessoas idosas são largadas (à própria sorte) na nossa sociedade industrial. Uma sociedade que é de desenvolvimento e crescimento, mas que é também, e quanto, uma sociedade destruidora das solidariedades primeiras e dos valores essenciais.

A situação descrita por Vellas, observada na cidade de Toulouse, há mais de 30 anos, não é coisa do passado. No dia 30 de abril de 2006, a Folha de São Paulo publicou uma matéria intitulada “Retratos da Solidão”, com dois subtítulos: “Famílias ‘esquecem’ idosos em hospitais” e “Rejeição familiar pode gerar ações na justiça”. Quando esta reportagem veio a público, Pierre Vellas já havia morrido (em 2005). Ele deixou, porém, uma herança que se multiplicou pelo mundo, chegando ao Brasil, na década de 1980, e que se espalhou por todas as regiões, e que atualmente está presente em 100 universidades brasileiras.

Um professor universitário, diante de um fato perturbador, pode apenas se comover, transformá-lo em tema de pesquisa e escrever um artigo para evento científico, ou fazer algo que contribua verdadeiramente para modificar a realidade que se apresenta como inaceitável. Pierre Vellas, como Paulo Freire, escolheu a última opção quando se deparou com o drama dos idosos asilados. Para ambos, Vellas e Freire, “a palavra verdadeira é trabalho, é transformar o mundo” (FREIRE, 2002, p. 177)

A Educação Não Formal do adulto idoso, realizada nas UNATIS, caminha com Paulo Freire no respeito e na valorização da autonomia

do sujeito, entendida “como um imperativo ético, e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 2002, p. 111). Estudando o funcionamento das UNATIS, vemos que se diferenciam em muitos pontos: instalações, horário de funcionamento, forma de ingresso, pré-requisitos, cursos e atividades ofertados etc. Fica claro, entretanto, que todos, cada um do seu jeito e na sua medida, contribuem para que o idoso seja o autor e o ator principal de sua própria vida. É ainda o pensamento freiriano que nos alerta para o caráter permanente da educação do homem, este ser que aprende a vida inteira. E se essa vida é longa, longo será o tempo do aprender. Então, por que não viver uma parte desse tempo mergulhando no caldo cultural de uma universidade? As instituições de nível superior têm muito a oferecer a pessoas de todas as idades. Infelizmente, como pudemos constatar pessoalmente, “os sujeitos mobilizados por esses programas (UNATIS) não são os trabalhadores, em especial, os mais pobres, mas, sobretudo, mulheres de classe média e alta que podem pagar pelos serviços” (TEIXEIRA, 2008, p. 110).

Em outro espaço para idosos, os Centros de Convivência, pessoas, em geral de baixo poder aquisitivo, utilizam-se deste mecanismo de socialização previsto na Política Nacional do Idoso (Portaria nº 11/1999). Nestes Centros, a oferta de cursos e atividades é muito variada. Alguns oferecem oficinas de geração de renda, ginástica, música, artesanato, teatro. Outros são espaços em que os idosos são deixados por parentes, para ter com quem ficar durante o dia. Visitamos um lugar assim, em Cambira, uma cidade do interior do Paraná. O significado daquele espaço nos foi trazido por uma moradora da cidade: “É uma espécie de creche para idosos.” Em pesquisa realizada com idosos que frequentam o Centro de Convivência Palmeiras, em Maringá (TAKAM, 2008), verificamos que as pessoas gostam de frequentá-lo por vários motivos:

- “para distrair a cabeça”;
- “é uma terapia; se eu ficar em casa, eu fico nervosa”;
- “para distrair, pegar amizade com as pessoas”;
- “para ter uma vida melhor”.

O associativismo promovido pelos Centros de Convivência recebe a crítica de Dumazedier (*apud* TEIXEIRA, 2008, p. 

Pode-se (e isso deve ser feito) criticar a despolitização dos sujeitos envolvidos e o caráter compensatório de intervenções que evitam olhar de frente a construção social do envelhecimento, com todas as suas implicações. Entretanto, toda ação educativa é potencialmente capaz de promover um deslocamento do sujeito, do ponto em que se encontra, e de aumentar seu nível de reflexão e de autonomia. A educação é um processo que produz tensões e contradições:  movimento da história. Seria um erro deixarmos que a percepção crítica das mazelas e dos limites de práticas pretensamente inclusivas, que servem mais aos interesses do capital do que aos do trabalhador, imobilize-nos e nos afaste do bom combate, na forma da relação dialética, proposta por Freire, entre “a denúncia e o anúncio”.

CONCLUSÃO

A educação não pode tudo (novamente é Freire quem nos inspira). Nossas boas intenções são insuficientes para fazermos da Educação Não Formal do idoso a panaceia que dará conta de atender plenamente suas necessidades.

O trabalhador que envelhece,  tendo seus direitos sendo desrespeitados na infância, na juventude, na maturidade, acumula perdas ao longo da vida, sequelas que não irão desaparecer, como num passe de mágica, por meio de práticas compensatórias e assistencialistas, ou de programas sociais de cunho filantrópico. O que de fato pode modificar o envelhecer da classe trabalhadora são políticas públicas, investimentos em áreas sociais que garantam a todos uma vida digna e condições satisfatórias de trabalho, no curso da vida. A história nos ensinou que isto só ocorrerá pela ação da sociedade civil organizada, empenhando-se em lutas sociais, no pleno exercício da cidadania coletiva.

Concordamos com a importância de abriremos as universidades às pessoas da Terceira Idade, pois os benefícios dos programas implementados

são evidentes. Não podemos, porém, descartar o risco de se fazer das UNATIS e dos Centros de Convivência lugares para preencher o tempo de vidas que já não fazem mais sentido, sem tentar dar um sentido a essas vidas. Estes espaços não podem ser um depósito de ex-trabalhadores, de pessoas que não têm mais utilidade para o mercado, às quais se precisa dar uma ocupação, enquanto os elementos “produtivos” da sociedade trabalham. Também temos que estar atentos à constituição de “guetos”, pois estes reforçam a discriminação e o preconceito, e reduzem o envelhecimento a uma questão de “estilo de vida”.

A Educação Não Formal do adulto idoso não pode deixá-lo à margem da vida econômica, social e política do país, afinal as pessoas que envelheceram não perderam, junto com a juventude, seus direitos e responsabilidades de cidadãos, e não são o resto que sobrou de um trabalhador. Zelar pela integridade das pessoas idosas e trabalhar para que estas sejam respeitadas, e se façam respeitar, são, no nosso entender, a primeira obrigação do educador.

Seja na educação formal, seja na Educação Não Formal, o educador tem que dar conta de um direito social – a educação –, um direito que deve “caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo” (TELLES, 1999, p. 100). A defesa intransigente deste direito, duramente adquirido, vitória obtida por meio da luta de homens e mulheres, tem que ser firme, apaixonada, especialmente se ela se refere às pessoas idosas que tiveram seus direitos negados ao longo da vida. Por meio dos espaços que conseguirmos, da forma como for possível, temos que oferecer oportunidades educacionais que ampliem o exercício da cidadania e façam com que os olhos cansados, mas ainda curiosos, dos que envelheceram possam olhar mais longe e mais alto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. Os lugares da educação. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). *Educação não-formal: cenários de criação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 29-38

- CACHIONI, Meire. *Quem educa os idosos?: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade*. Campinas: Alínea, 2003. 258 p.
- CARVALHO, J. A. M., GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *CAD. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19, n.3, p.725 – 733
- CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005. 159 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Cad. *Zoukian*, 30 de abril de 2006
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 245 p.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 184 p.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *O direito à velhice*. São Paulo: Cortez, 2001. 115 p.
- LIMA-COSTA, Maria Fernanda; VERAS, Renato. Saúde pública e envelhecimento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 700-701, 2003.
- NERI, Anita Liberalesso (Org.). *Qualidade de vida na velhice*. Campinas: Alínea, 2007. 300 p.
- PACHECO, Jaime Lisandro. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre as gerações. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Alínea, 2003. p. 223-250.
- TAAM, Regina; STIELTJES, Claudio; MAIO, Eliane Rose Braga; LAMB, Marly. Projeto de criação da Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Maringá. 2008 (Trabalho Técnico)
- TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital. São Paulo: Cortez, 2008
- TELLES, Vera da Silva. *Direções Sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação popular e a atenção à saúde da família*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 336 p.

VELLAS, Pierre. *Les chances du troisième âge*. Paris: Stock, 1974. 216 p.

WEBBER, Francieli ; CELICH, Kátia Lilian Sedrez. As contribuições da Universidade Aberta À Terceira Idade no envelhecimento saudável. Rev. Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento. Rio Grande do Sul : UFRGS, v.12, p.127 - 142

Capítulo 2

ATIVIDADES EDUCATIVAS NO ASILO: O QUE PENSAM OS MORADORES, OS GESTORES E OS VOLUNTÁRIOS

KATIA RICCI DOS SANTOS
MARGARETH BRANDINI PARK

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Imagens e narrativas de uma instituição asilar e da velhice, construídas por três segmentos distintos: idosos moradores, gestores e voluntários” (SANTOS, 2007), na qual se propôs analisar como pessoas envolvidas com o universo asilar constroem a história do asilo e suas histórias de vida a partir dos vínculos institucionais, estimulados por imagens fotográficas do acervo oficial.  pesquisadora analisou as escolhas fotográficas individuais e por segmento e as narrativas produzidas dessas escolhas, assim como as imagens excluídas, apresentando reflexões sobre o envelhecimento institucionalizado, e tornando conhecido o que vê e pensa o idoso asilado sobre seu lugar de moradia e os vínculos ali construídos.

Este artigo, sustentado no estudo mais amplo, pretende tomar como foco as atividades educativas desenvolvidas na instituição e fazer uma reflexão sobre seus aspectos relevantes, a efemeridade das atividades e as atividades inexistentes, mas desejadas por quem participa do processo de aprendizagem – morador, voluntário e gestor.

Na literatura científica há, para o envelhecer, um constructo pedagógico que promova alterações de paradigmas sobre a velhice asilar. Entendemos que é fundamental descrever e analisar as atividades educativas desenvolvidas numa instituição ao longo dos anos para formar um instrumento de base para novos projetos pedagógicos, mais elaborados e sustentados numa pedagogia que incite a novas descobertas e que seja estruturado no discurso do idoso.

PERFIL DA INSTITUIÇÃO

A pesquisa foi realizada na Vila São Vicente de Paulo, uma instituição de longa permanência, fundada na cidade de Atibaia, São Paulo, em 1924, por um grupo vinculado à igreja católica e aos vicentinos. Atualmente, atende 40 idosos independentes ou com incapacidade leve, isto é, que requerem usos de equipamentos de autoajuda. A maioria procede de situações bastante precárias. Alguns eram moradores de rua, viviam em situação de pobreza ou em lares em que os filhos não podiam oferecer os cuidados necessários para garantir uma vida digna.

Por ser uma instituição filantrópica, seus recursos financeiros são limitados e direcionados às necessidades básicas de cuidado – alimentação, moradia, saúde e higiene pessoal. Para garantir a existência de grande parte das atividades sociais e educativas desenvolvidas, a diretoria recorre à ajuda voluntária. Consequentemente, a instituição enfrenta uma elevada rotatividade de voluntários e constantes impermanências de algumas atividades.

Em 2007, ano de finalização da pesquisa, a equipe voluntária era composta de 50 pessoas: quatro médicos, dois fisioterapeutas, uma enfermeira, dois psicólogos, um podólogo, três cabeleireiros, dois músicos (acordeom), quatro voluntários do teatro, um professor, três acompanhantes, quatro professores de artesanato, dois professores de dança sênior, uma professora de ioga, dois profissionais de seleção e de recrutamento de pessoal, três responsáveis pelo cine-debate, dez responsáveis pela organização e vendas no bazar e cinco responsáveis por atividades religiosas. Atualmente, a equipe diminuiu para

28 voluntários. Houve a desistência de um médico, um fisioterapeuta, um psicólogo, dois cabeleireiros e três colaboradores do bazar. O prejuízo maior foi com a extinção de quatro atividades em decorrência da desistência de todos os voluntários responsáveis – artesanato, dança, cine-debate e teatro.

As atividades de vida diárias são realizadas por 19 funcionários, sendo seis cuidadoras, quatro faxineiras, três cozinheiras, dois funcionários da manutenção e de serviços gerais, uma lavadeira, um jardineiro, uma pedagoga/gerontóloga (cedida pela secretaria de educação da Prefeitura de Atibaia), um auxiliar administrativo e uma coordenadora administrativa.

A diretoria é formada por cinco membros, também voluntários, que cumprem mandato de dois anos e são responsáveis por gerir e administrar a instituição. Todos desenvolvem atividades com o objetivo de melhorar os cuidados físicos e emocionais dos idosos e estimular um envelhecimento com qualidade de vida.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A pesquisa se desenvolveu com 13 sujeitos que compõem os três segmentos do estudo e que fazem a leitura das mesmas fotografias, com diferentes interpretações, de acordo com a história individual e a posição de cada um na instituição:

- moradores: dona Hilda, 88 anos (*in memoriam*), morou na instituição durante 9 anos; dona Isaura (*in memoriam*), 80 anos, morou por 27 anos na instituição; sr. Ditão, 73 anos, morador há 13 anos; sr. Pedro, 62 anos, morador há 12 anos;
- voluntários: Ingeborg, 63 anos, voluntária há oito anos na instituição; Rita, 45 anos, voluntária há sete anos; dona Genny, 73 anos, voluntária há 30 anos; dr. Ettore, 65 anos, voluntário há 26 anos;
- gestores: sr. Odécio, 74 anos, gestor há 25 anos na instituição; sr. Leonino (*in memoriam*), 74 anos, gestor há 24 anos; sr. José Cintra, 68 anos, gestor há 14 anos; sr. Cardoso, 73 anos, gestor há 12 anos; dr. Gilberto, 45 anos, gestor há sete anos.

REFLEXÕES SOBRE O MORADOR DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA E SUA ROTINA DE VIDA

Pensar na capacidade do velho asilado para realizar atividades exige refletir sobre quatro questões fundamentais 

REAÇÕES EMOCIONAIS E SOCIAIS DECORRENTES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO – PERFIL DA INSTITUIÇÃO

Antes do asilamento, o velho vive um processo de perdas dos seus principais papéis sociais. Encontra-se em situação de isolamento e melancólico. Perdeu sua capacidade de intervenção sobre o meio familiar e a capacidade produtiva no mercado de trabalho. Consequentemente, o idoso chega à Vila São Vicente de Paulo com muitas dificuldades para ocupar e circular pelo novo espaço físico e estabelecer relações interpessoais. A disponibilidade e a expectativa para construir novos vínculos afetivos dependerão do seu histórico de vida e das condições externas que favorecerão ou não as relações de carinho e amizade

Sustentando estes dados, há a teoria da seletividade socioemocional de Carstensen (1995) que afirma ocorrer uma mudança nos padrões de interação social do idoso. Os velhos interagem com menos frequência e se tornam mais seletivos nos contatos sociais, e os vínculos são cuidadosamente escolhidos e procuram iniciar exclusivamente relacionamentos significativos. Isto ocorre porque privilegiam interações que proporcionam experiências positivas e bem-estar em função da diminuição do tempo de vida. Estas alterações são de natureza adaptativa porque permitem aos idosos poupar recursos já escassos, canalizar os remanescentes para focos importantes e otimizar seu funcionamento afetivo e social.

AS CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE INSTITUCIONAL

Quanto às condições externas, o que se observa na Vila São Vicente de Paulo é muito semelhante ao observado e descrito por Born  instituições que estudou  (2002, p. ):

No microcosmo da instituição, a realidade costuma ser bem distinta da imaginada: as perdas auditivas ou visuais sofridas por muitos

idosos podem dificultar a comunicação. Idoso com confusão mental pode acusar colegas ou funcionários de furtarem seus pertences. Há as “panelinhas” dos antigos residentes para beber novos internos. Até mesmo conflitos abertos podem eclodir...

Diariamente, ocorrem situações que requerem o diálogo da coordenação técnica com os moradores ou funcionários para retornar o clima de estabilidade e tolerância. Da parte dos moradores, há reclamações e discussões pelos mais variados motivos: altura do som dos aparelhos de televisão e rádio; idosos demenciais que entram no quarto de outro morador para se apropriarem de pertences que lhes interessam; desorganização nos banheiros que são de uso coletivo; morador que maltrata e falta com respeito ao outro morador ou funcionário; reclamações sobre uma alimentação insossa etc.

Os funcionários também demonstram dificuldades para lidar com conflitos entre moradores ou para aceitarem reações de contrariedade de idosos mais ríspidos. Muitas vezes, o funcionário confunde uma reação de desinteresse do idoso para fazer sua refeição no refeitório como desrespeito às regras e rotina da instituição. A expectativa é que o morador tenha comportamentos sempre exemplares, como não beber, não ofender, não gritar.

Os sentimentos de amizade existem, mas não são facilmente exteriorizados. Contudo, observa-se que, com a ajuda e o estímulo dos profissionais que estão mais capacitados para lidar com essas dificuldades de interação, novos vínculos afetivos vão se formando com o decorrer do tempo, passando a existir o sentimento de solidariedade mútua na dor e nas perdas. Estes dados também foram observados por Silva *et al.* (2006) em um asilo em Salvador. Bulla e Mediondo (2004) complementam essa análise relatando que somente uma minoria de idosos asilados (7%), no município de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, costuma propor atividades novas aos outros residentes ou à instituição. Geralmente, eles ficam inativos e sozinhos.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ENVELHECIMENTO

A imagem estereotipada dos idosos institucionalizados está relacionada à diversidade encontrada de patologias mentais dentro da instituição. Alcântara (2004) sinaliza que a família busca no asilo a solução para seus conflitos advindos do alcoolismo e distúrbios emocionais. A sociedade civil, por sua vez, pressiona para que a instituição acolha pessoas em estado de pobreza ou de abandono, originárias da falta de tratamento necessário e do acolhimento familiar para os comprometimentos mentais. Ambos, família e sociedade, esperam que as instituições asilares sejam parceiros sociais, e que ofereçam tratamento especializado para problemas que excedem as necessidades da velhice.

Dentro das instituições asilares, os preconceitos, muitas vezes, são velados e difíceis de serem identificados. Com relação aos gestores, voluntários e funcionários, podem ser manifestados na forma de restrições de oportunidades para que os moradores participem e respondam plenamente por si. Por outro lado, os moradores assumem um comportamento passivo que tende ao isolamento e à improdutividade, manifestando uma atitude alienada ou desinteressada, além de não verbalizarem o que é melhor para si. Esta é a dinâmica nos relacionamentos institucionais, sendo complexo identificar se a filosofia administrativa provoca a dependência e a perda da autonomia ou se o morador demora em reagir ao meio que lhe dá o direito de fazer escolhas depois de um período prolongado de exclusão e de se estigmatizar, ou ambas. O que se tem concluído é que a participação do idoso no ambiente institucional é inibida e quase sempre sem representação.

Borges (2006,  24) propõe adaptações ambientais, por meio de um contexto estimulador, que deem oportunidades para novos comportamentos, tornando o idoso mais ativo, participativo, satisfeito e competente: “Mudanças sociais significativas podem derivar da alteração de conceitos arraigados que, ao preconizar uma postura paternalista e assistencialista, dificultam a inserção do idoso na sociedade.”

Na Vila São Vicente de Paulo, um dos gestores, o sr. Gilberto,

ênfatiou a mudança de postura e as resistências à inovação por parte de alguns funcionários e voluntários:

[...] vamos perguntar pra eles, vamos ouvir o que eles estão querendo. Tinha uma pessoa que trazia um aparelho de som (refere-se a uma voluntária), ligava uma música e ficava lá no meio deles e achava que era uma grande ação. Só que ninguém gostava daquelas músicas, só os mais demenciados que ficavam lá... os mais lúcidos fechavam o quarto e aí vinha aquela questão: “Tá vendo como eles são bicho-do-mato, eles não têm sociabilização.”

Diminuir as influências ambientais que mantêm falsas crenças sobre o envelhecimento é uma tarefa necessária para a reestruturação das atividades diárias na instituição.



O PROCESSO DE DECLÍNIO FÍSICO E DA FINITUDE

O velho vai perceber concretamente o envelhecimento com a diminuição da potência física e a conseqüente dependência que passará a ter dos outros. Isto difere amplamente de uma pessoa para outra, e depende do curso de vida e da personalidade. O declínio físico provoca uma mudança fundamental na posição em que a pessoa ocupa na sociedade e em todos os seus relacionamentos. Portanto, seu poder e *status* se modificam.

Na instituição, há idosos que vivem o envelhecimento de forma mais realista. A moradora dona Isaura abordava o declínio físico dos outros moradores com penar e conseguia identificar em si a diminuição das suas capacidades locomotoras, mas compensava as perdas usando o andador que lhe dava segurança e a possibilidade de continuar circulando no espaço físico da instituição. A idosa experimentava o envelhecimento biológico evidente, mas seus pensamentos e sentimentos a ajudavam na adaptação da situação atual.

Neri (2002) afirma que a adaptação do idoso às perdas físicas e sociais no envelhecimento está relacionada ao seu bem-estar psicológico¹ e à inteligência emocional², garantindo, assim, a compensação. O reforçamento da dependência terá efeitos negativos na competência diária

dos idosos e poderá acelerar o declínio do envelhecimento. Contudo, a aceitação da dependência suportada permite ao idoso otimizar ou, ao menos, manter contato social e conservar energias para outros objetivos que podem ter mais alta prioridade individual (NERI, 2006).

Os exemplos de novos objetivos individuais dentro de um asilo que demonstra vida são: a religiosidade para a dona Isaura, a atividade criativa de construir miniatura de móveis e ensinar a técnica em escolas de ensino fundamental para o sr. Ditão e a participação social ativa do sr. Pedro para fazer compras e ajudar outros moradores dependentes. Já dona Hilda percebia e descrevia em tom queixoso seu declínio físico e demonstrava a indisponibilidade para lidar com o envelhecimento e reagir ao descontentamento em relação à vida e à institucionalização: “... eu vou pro meu quarto. Fico o dia inteiro... Só venho pra comer e toma banho. Eu vinha, depois não deu certo. Então, eu fico no meu quarto porque eu não amolo a cabeça dos outros e os outros nem a minha. Fico sem ninguém.”

A questão principal no envelhecimento que interfere no funcionamento emocional é a ampliação da consciência do tempo, ou seja, a proximidade da morte que provoca uma mobilização emocional e psíquica, oposta à prevalência da energia para a vida. Os relacionamentos se modificam e algumas regras perdem o sentido diante da presença do fim.

Na sociedade atual, o medo de morrer, ou a percepção da finitude, fragiliza as pessoas e passa a ser problematizada, transformando-se numa ameaça constante para as pessoas que buscam a longevidade (PARK, 2003; WATKINS, 2003). A identificação e o compartilhamento de sentimentos com as pessoas que envelhecem diminuíram, criando nas pessoas um sentimento de desconforto e constrangimento diante dos que envelhecem e morrem, e, principalmente, provocam o rompimento dos laços afetivos do velho com as pessoas com as quais ele se relaciona no dia a dia. Conseqüentemente, institucionalizam-se os cuidados.

A reação emocional de estranheza do idoso com o próprio envelhecimento e o declínio físico, associada à falta de continência das pessoas para

reconstruir atualmente a consciência da finitude e enfrentá-la, provocam um sentimento imenso de solidão nos idosos. Se as equipes responsáveis pelos cuidados nas instituições asilares puderem propiciar que o morador continue sendo sujeito da sua história, provavelmente a morte física virá antes da morte social.

ATIVIDADES OFERECIDAS AO LONGO DOS ANOS

Desde a fundação da Vila, várias atividades foram desenvolvidas, muitas foram modificadas, outras abolidas e muitas precisam ser criadas. Há datas comemorativas que sempre foram realizadas, tais como: a festa do Dia das Mães, a comemoração do Dia dos Pais, a Festa de Natal, a Festa Junina tradicional com casamento caipira, o Dia do Idoso, a Páscoa e a comemoração dos aniversários.

Existem atividades esporádicas com frequência mensal, trimestral ou semestral: passeios; apresentação de grupos teatrais, da fanfarra, da banda e músicos da região; visita de grupos religiosos e filosóficos; chá da tarde com grupo da Terceira Idade; atividades intergeracionais com alunos das escolas de ensino fundamental e médio e atividades de cuidado estético e cuidados de saúde, tais como os cortes de cabelo, manicure, fisioterapia e orientação psicológica.

Também existem atividades, realizadas de forma descontinuada por voluntários, que deixaram de ser executadas ou foram retomadas depois de um tempo de paralisação: aulas de cerâmica, atividades de recreação, atividades físicas, ioga, alfabetização dos moradores, dança sênior, artesanato e jogos que estimulam a memória (bingo e jogo da memória). Ainda há duas atividades que se mantêm ininterruptas há vários anos: a “segunda-feira do acordeom” e a celebração religiosa semanal (reza do terço) e nos dias de festas (missas).

A partir de agosto de 2006, a direção da instituição autorizou a realização de atividades pedagógicas voltadas à formação gerontológica de profissionais. Assim, alunos do curso de Técnico de Atendentes de Enfermagem e graduandos de Psicologia realizaram estágios supervisionados.

REFLEXÕES SOBRE AS ATIVIDADES LEVANTADAS

A partir da análise dos relatos orais dos participantes na pesquisa e das escolhas fotográficas relacionadas às atividades, observou-se que há atividades preferenciais e atividades atualmente não realizadas, mas reconhecidas e valorizadas pelos participantes. Para fins didáticos e de discussão, organizaram-se nove grupos de atividades, os quais serão analisados individualmente.

APRENDIZAGEM DA EXTERIORIZAÇÃO DOS SENTIMENTOS POR MEIO DA FESTAS E DE SEUS RITUAIS

Todos os moradores que participaram da pesquisa escolheram duas imagens fotográficas que retratavam o casamento da Festa Junina. Estas escolhas e as narrativas desencadeadas a partir da visualização das imagens foram analisadas profundamente para se compreender o sentido que esta atividade tinha na vida do morador.

Observou-se que a Festa Junina tinha uma função simbólica na qual os idosos se sentiam autorizados a expressar seus sentimentos afetuosos e libidinais por meio da festa popular e tradicional. Quase todos os moradores se prepararam para a festa por intermédio de cuidados pessoais, como uso de terno, chapéus, vestidos e acessórios, em que representavam os convidados da cerimônia religiosa ou faziam parte do ritual tradicional que era o casamento propriamente dito. É o que vamos chamar aqui de “corpo em festa”. Os moradores vivem a manifestação do desejo sexual e da união conjugal uma vez por ano, diferentemente do cotidiano. Toda a equipe de voluntários e funcionários se mobilizou para preparar o evento. Portanto, a festa caipira, tão esperada pelos moradores e incentivada pelos voluntários e gestores, tinha o significado latente de transformar a festa em uma tradição inventada.

Cassiano (2001) descreve e desenvolve o conceito proposto por Hobsbawn de tradição inventada como a necessidade de criar tradições novas quando existe ruptura da continuidade com o passado, isto é, quando uma situação nova deixa de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos na sociedade precedente, surgindo lacunas que podem ser preenchidas por acessórios rituais e formais.

No asilo, a importância que essa festa tem para os idosos também está associada à união da música com a comida e a encenação teatral de vários papéis representados nos rituais da festa. O caipira, que é caricaturado como o tipo simplório, sem instrução e, muitas vezes, sem higiene, mas que possui um repertório de tradições passadas por meio de gerações, promove um mecanismo de identificação pelos velhos da instituição. Eles são os caipiras. Não representam o papel. Estão vivendo sua identidade real, mas, no dia da festa, são valorizados por serem assim, e, no cotidiano, muitas vezes, são criticados pela falta de virtudes esperadas.

Sempre existe mais de uma idosa que se candidata a casar e se vestir de noiva para viver a emoção do casamento. Para algumas, talvez seja a única chance de experimentar o ritual dos preparativos de um casamento. É interessante notar que as noivas dos últimos anos foram idosas solteiras. Existe muita expectativa no aguardo dos homens que se apresentarão para serem os noivos. Estes também se preparam com elegância.

Também é possível a exteriorização da sexualidade, o que, conforme Alcântara (2004) relata por meio de depoimentos de velhos asilados, ainda é visto por alguns com repulsa, vergonha e culpa e fruto de uma educação repressiva.

Outra atividade que passou a ter uma maior importância são as festas de aniversários. Até 2005, os aniversários dos moradores eram festejados com uma única festa no mês. A partir de 2006, os aniversários passaram a ser comemorados individualmente e o aniversariante participa da organização de sua festa. Alguns não querem bolo e festa, mas um almoço com a escolha de um prato especial, o que vem sendo respeitado.

A aprendizagem por intermédio das festas e de seus rituais está em viver simbolicamente o que não pôde ser vivido, mas desejado, e em ajudar a criar novos significados para a vida diante da inexorabilidade do destino, do tempo e do declínio físico.

EDUCAÇÃO PARA A VIVÊNCIA CULTURAL E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

Refere-se às atividades relacionadas às visitas e trocas de aprendizagens intergeracionais e às tradições culturais, tais como: apresentação da banda municipal, fanfarras ou músicos da região; audição de músicas antigas; apresentação de grupos teatrais; visita de grupos religiosos e filosóficos; chá da tarde com grupo da Terceira Idade; visita dos alunos das escolas de ensino fundamental e médio e cozinha experimental.

Em 2004, foi implantado na Vila São Vicente de Paulo o trabalho intergeracional vinculado às escolas de ensino fundamental e médio de Atibaia. Trata-se de um programa que se inicia no espaço escolar com alunos de escolas privadas, municipais e estaduais. Estes alunos, juntamente com as professoras e uma gerontóloga, fazem uma reflexão e discussões sobre o envelhecimento e recebem a visita de idosos da comunidade e da Vila. Posteriormente, retribuem a visita oferecendo alguma atividade no ambiente institucional, como coral, chá da tarde, teatro, jogos etc. Após as atividades, muitos alunos se mostram surpresos com a aparência do ambiente e com a autonomia e iniciativa de alguns idosos, modificando parcialmente a imagem introjetada culturalmente sobre a velhice asilada.

Alguns idosos, a partir do convívio com esses alunos, passam a oferecer algum ensinamento às crianças. O sr. Ditão ensina crianças das escolas públicas de ensino fundamental a construir objetos em miniaturas com palitos de sorvete. Dona Beti ensina pintura em tela. O sr. João dá palestras aos adolescentes sobre sua vivência como ex-dependente de substância alcoólica. Certamente, a possibilidade de otimizar nos moradores as funções que estão preservadas, como no caso dos moradores Ditão, Beti e João, fará com que não percam seu papel social, e seu *status* e prestígio social não vão se alterar mesmo morando numa instituição.

Brandão *et al.*  06, p. ) constata(m) a importância do contato intergeracional ser um programa educacional efetivo para se resgatar o

papel do idoso na sociedade como alguém que reflete o significado de sua própria existência no contexto sociocultural e que prolonga suas experiências acumuladas às novas gerações por meio da narrativa:

É ingênuo supor que o simples contato assistencialista e altruísta entre crianças e idosos, em visitas, ou até mesmo brincando juntos, vai modificar de forma consistente a visão infantil sobre o envelhecimento, ou a solidão e o abandono de pessoas idosas em instituições. Tais programas não devem tampouco se restringir a desenvolver habilidades de entretenimento, mas legitimar uma prática narrativa que possa ser aproveitada nas escolas como parte integrante do currículo.

Lima (2007, p. ) em seu estudo sobre programas intergeracionais, destaca a importância em se desenvolver atividades de interação e cooperação entre as gerações:

Os velhos ensinam o conhecimento do envelhecer, transmitem a memória cultural e valores éticos fundamentais do seu grupo, e as outras gerações lhes ensinam os conhecimentos tecnológicos e os colocam em contato com as transformações sociais em curso, o que enfatiza o papel do diálogo entre as gerações como fundamental na prevenção da dependência do idoso e do preconceito etário. [...] os participantes... podem crescer confortavelmente com as diferenças e semelhanças individuais entre eles e, ao mesmo tempo, enfraquecer qualquer tipo de discriminação.

Segundo Baltes (1997), à medida que a pessoa envelhece, ela terá uma necessidade maior da cultura para compensar perdas decorrentes do envelhecimento, e a educação pode oferecer instrumentos para otimizar³, compensar e estimular o desenvolvimento e a aquisição de novas habilidades e recursos.

Grande parte dos moradores das instituições de longa permanência é analfabeta ou não completou o ensino fundamental. Repensar estratégias para ajudar o idoso institucionalizado a compensar as perdas

normais do processo de envelhecimento e a desenvolver recurso para enfrentamento destas perdas é atitude imprescindível. Excederam-se os limites da responsabilidade pessoal, e a resposta para diminuir a dificuldade dessa população passa a ser de caráter sociocultural ou de ações governamentais.

Neri (2006, p.20) descreve um importante estudo desenvolvido por Baltes e Staudinger sobre os efeitos da dinâmica das relações interpessoais sobre a plasticidade comportamental:

[...] mostraram que a exposição de crianças e idosos a situações reais de solução de problemas existenciais em grupos (mentes interativas, segundo eles), produziu respostas complexas e efetivas nos dois grupos. Mais importante: os adultos mais velhos beneficiaram-se mais do que as crianças, o que sugere a interveniência de influências sócio-culturais acumuladas.

As perdas mais visíveis no envelhecimento são as perdas biológicas, pois estas causam restrições corporais e a diminuição da capacidade funcional, provocando, muitas vezes, dependência. A institucionalização, por sua vez, pode agravar as perdas sociais, e ser vivida como fim da vida social. A compensação destas perdas, muitas vezes, está na manutenção diária de atividades tradicionais que ajudam o idoso na adaptação e no restabelecimento dos vínculos que formam sua identidade ou sua forma de ser no mundo.

Diante desta reflexão, é preciso repensar as diretrizes adotadas na implantação de atividades que envolvem a participação das pessoas idosas. Geralmente, as atividades são escolhidas numa perspectiva externa, desconsiderando-se a percepção que o idoso tem de sua própria condição. Desconsidera-se também seu curso de vida, ou seja, suas prioridades e investimentos pessoais que não são arbitrários – estão dentro de um contexto histórico que envolve concepções subjetivas, preferências individuais e experiências.

Uma das fotografias utilizadas na pesquisa retratava a banda municipal que tocava todo ano na Vila. Esta imagem desencadeou vários

depoimentos, valorizando as tradições e o que podia “lembrar o tempo antigo”, como a religiosidade, a banda, a música e a Festa Junina.

... a banda lembra pra eles do tempo antigo... tudo pra eles que é coisa antiga, é interessante... é ótimo, música (GESTOR).

Essa foto, eu acho bonita... dá uma amostra do que é o asilo. O pessoal tem ideia de que asilo é pra enterrar velho (GESTOR).

Os gestores identificam que as atividades preferidas dos moradores estão relacionadas às suas tradições, às histórias de vida ou às escolhas pessoais. No entanto, não associam estas preferências a possíveis competências profissionais e pessoais previamente desenvolvidas durante a vida, ou, simplesmente, formas de entretenimentos que identificam e caracterizam toda uma geração de pessoas. O idoso tem algumas competências pessoais previamente desenvolvidas e que certamente tem o desejo de compartilhá-las.

Erikson (1976), em 1950, introduziu o conceito de geratividade no seu modelo de oito estágios para o desenvolvimento da personalidade. O sétimo estágio é a geratividade como uma reação à estagnação e como uma propensão que o adulto tem em transmitir suas competências naturais às próximas gerações, visando a melhoria da vida. Para o autor, a geratividade é um indicador de ajustamento na meia-idade e na velhice e está relacionada ao cumprimento de tarefas evolutivas interna e culturalmente determinadas.

McAdams e St. Aubin (*apud* QUEROZ; NERI, 2005, p. 275) e McAdams, Hart e Maruna (*idem*) são pesquisadores que ampliaram o conceito de geratividade e descreveram as ações gerativas em três dimensões:

Criação ou geração de indivíduos, coisas, ações e idéias que sirvam para perpetuar a espécie humana, no sentido biológico e sociocultural; manutenção, que se reflete em cuidar, amar, responsabilizar-se, cultivar, preservar, proteger, apoiar, ajudar, socorrer, promover e restaurar e se aplica a indivíduos, grupos, instituições, produtos culturais e à natureza e oferta, que se expressa na transmissão do

que foi criado por meio do ensino, do aconselhamento, da orientação e da modelação e no deixar um legado pessoal, permitindo que os beneficiários dele desfrutem segundo seus próprios desígnios.

Dentro deste tipo de educação, denominado pelas autoras de vivência cultural e relações intergeracionais, a busca de suporte teórico na psicologia, como o conceito de geratividade, otimização e compensação, é fundamental para o entendimento da preferência por atividades que envolvam tradições musicais, religiosas e festivas movidas pelo encontro de várias gerações. Porém, faltam estudos que aprofundem esta relação.

3. EDUCAÇÃO FORMAL

Trata-se das atividades de aprendizagem formal de leitura e escrita, e aprendizagem de artesanato e de canto. Na Vila, atualmente, só está acontecendo a “segunda-feira do acordeom” e as aulas de crochê e tricô. Todas as outras variações pararam por abandono dos professores voluntários. Apesar do reconhecimento e dos benefícios que estas atividades propiciam, não há colaboração por parte dos funcionários para incorporarem estas atividades à rotina institucional. Não estimulam o morador a participar ou se esquecem de lembrá-lo do horário e dia da atividade. Os voluntários perdem muito tempo tentando agrupar os idosos na sala de atividade, e os mais comprometidos psiquicamente abandonam a sala antes do professor iniciar a atividade, e estes fatores, conjuntamente, provocam a desistência do professor.

A condição silenciosamente perpetuada é de ociosidade do morador. O discurso explícito é de respeito às necessidades do morador, mas o pensamento implícito manifestado, principalmente na postura de alguns funcionários, é não ser fundamental investir na vida e em novos projetos. Não é preciso resignificar a vida, mas é importante ao morador esperar a morte chegar alimentado, medicado e higienizado.

Em 1997, a Universidade São Francisco (USF) fez a proposta de o asilo ser um “Núcleo de Alfabetização de Jovens e Adultos”. A pro-

gramação foi realizada de junho a novembro desse mesmo ano, com a participação ativa dos moradores e entrega de diplomas aos participantes. Esta atividade foi relatada durante a coleta de depoimento por vários participantes e reconhecida como uma atividade importante, mas não voltou a ser realizada.

Observe a ênfase dada pelo morador Pedro à possibilidade de estudar com o curso de alfabetização e obter o diploma de alfabetizado:

Aqui é a escola que eu tava. (fala com empolgação)... Só que a professora se mandou, se mandou e foi embora... Saudade dela, ela não vinha. Não vi mais ela... Tô com saudade dela... Foi embora daqui, não gostava daqui. Porque aqui é ruim.... Aqui fica mais doente, né? ... Eu tirei o diploma, aqui na escola.

Toda sua narrativa é uma reflexão sobre o porquê das pessoas – funcionários, voluntários e moradores – irem embora depois de um tempo de permanência na instituição. Na tentativa de buscar respostas, ele justificou as razões da seguinte maneira: “fica mais doente” (referindo-se aos moradores); “aqui é ruim”; “dá muito trabalho tem que levar e trazer” (idoso que mora no Centro Dia); “foi mais com a mãe”; “Foi embora porque ela achou a comida ruim... Não tem sal, tem pouquinho”; “Agora sumiu e voltou mais. Acho que foi morar com a filha”; “Sozinha aqui ela não gosta” (ficar sozinha sem a família).

As voluntárias Rita e Inge se surpreenderam ao ver a fotografia de 1997 que retratava a atividade escolar na instituição e fizeram comentários diferentes:

Rita: Olha que interessante, você vê aqui uma foto antiga... parece que estavam estudando que interessante, tinha mais atividade antes. Precisava resgatar isso. [...] É um momento mostrando que houve antes aula... tinha uma atividade com muito mais frequência...

Inge: ... eu achei legal assim ter tido essa atividade, com todas essas pessoas... Então, pode até vir a ser alguma coisa novamente, depende das pessoas que estão aqui, talvez tenha um grupinho que queira, mas não vou por.

Em 2006, ano em que foi realizada a entrevista, Inge era a coordenadora do grupo de voluntários da instituição e, apesar de reconhecer a importância e a alta frequência de moradores participando da atividade, o que não era comum, não cogitou implantar novamente a atividade para os moradores.

Os gestores também mostraram opiniões diferentes quanto à educação formal do morador na instituição:

Sr. Cardoso: Isso aqui foi, deve ter sido... um curso de alfabetização que houve aí... Esse curso até podia ser repetido se fosse o caso. Porque mudou muito os moradores, entrou um saiu outro, quem sabe tem moradores aí que queiram ser alfabetizados.

Sr. Leonino: Aqui quando esses estavam aprendendo a ler e a escrever, mas nenhum quis nada, então nem adianta porque não aprenderam nada. O único que se interessou um pouquinho foi o Zezinho. O Zezinho aprendeu um pouquinho, aí nós fizemos ele escrever o nome dele, ele aprendeu... foi o único também....

Segundo Patrocínio (2003), a experiência pedagógica com educação de senhoras idosas demonstra que a preocupação maior não é com a aprendizagem e alfabetização, mas sim com o encontro e com a rede de relações sociais significativas que se constroem. Outro aspecto observado é a questão da transformação de uma pessoa passiva, apenas receptora de conhecimento, para um indivíduo que participa e propõe atividades.

O que se observa nos relatos é que, para os moradores, essa atividade representa a recuperação de uma habilidade que traz dignidade, mas que ficou perdida durante seu processo de desenvolvimento. A desvalorização desta atividade por parte de alguns voluntários e gestores parece estar relacionada à expectativa  e o idoso não alcance o objetivo pedagógico da alfabetização, isto é, a capacidade de leitura e escrita. No entanto, a motivação que o próprio morador tem com o aprendizado formal está em aprender a escrever o próprio nome, o que representa, para ele, uma mudança na imagem que tem de si, e o desejo de reconhecimento e aprovação social. É a oportunidade de

frequentar uma escola e receber o diploma que não pôde viver até o momento. O sr. Zezinho, citado pelos gestores, mostrou à pesquisadora com orgulho o quadro de seu diploma pendurado na parede do quarto e falou: “*Com esse diploma agora sei escrever meu nome, antes eu não sabia, agora eu sei.*”

Proporcionar uma atividade relacionada à educação no asilo está na concepção de alfabetização que transcende o saber ler e escrever. O mais importante na velhice talvez seja, numa perspectiva de Paulo Freire (1982), possibilitar o agrupamento do saber do velho e o que o professor pode proporcionar com suas técnicas pedagógicas, evitando a sensação de fracasso ou de vergonha. Nesta relação, o idoso pode reconhecer valores em si e se perceber necessário para com o outro, e, portanto, sentir-se seguro para emitir suas opiniões. O voluntário professor pode criar uma outra percepção de envelhecimento e de institucionalização, e, assim, ambos fazem uma nova leitura de mundo.



4. EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Toda semana ocorre a visita do médico voluntário, e esta atividade foi narrada, comentada e valorizada por todos os participantes da pesquisa. Ser ouvido por um profissional da saúde ou realizar procedimentos de enfermagem parece ter uma função educativa para os moradores. O tempo de permanência com o profissional promove uma função diagnóstica e curativa, ou seja, o morador aprende a reconhecer sinais e sintomas orgânicos. Mas a principal aprendizagem para o morador é a construção do conhecimento a partir da problematização de suas vivências, o que só é possível pelo caráter sigiloso e acolhedor das consultas.

Muitos idosos institucionalizados têm um histórico de vida marcado por repressões severas na vida. Dependendo das condições em que se desenvolvem as intervenções de saúde, pode-se provocar uma sensação de alívio ou um desencadeamento de reflexões. Também emergem informações importantes sobre a vida do morador, as quais podem ser consideradas fundamentais para compreender sua dinâmica pessoal:

Dr. Ettore: *Catarina!* (fala enfaticamente ao ver a fotografia), *eu lembro. Viveu mais de 100 anos..., toda vez que eu vinha queria passar comigo. E eu, no início, não sabia que ela era solteira e eu falei: “Dona Catarina, a senhora é viúva, tem filhos?” Ela falou: “Não eu sou solteira eu nunca tive nada com homem nenhum.” Eu achei interessante esse comentário dela. Ela achou estranha a pergunta, acho que ela ficou até meio ofendida que eu falei isso.*

EDUCAÇÃO PARA A CONCEPÇÃO DE VELHICE, DE INSTITUIÇÃO ASILAR E PARA AS NORMAS SOCIAIS

As instituições de longa permanência têm duas funções principais no atendimento às pessoas idosas. A primeira função se refere ao acolhimento do idoso vulnerável em um ambiente seguro e acolhedor, garantindo-lhe o atendimento às necessidades básicas e psicossociais. A segunda função, mais indireta, relaciona-se ao aspecto dos vínculos e papéis sociais, seja no convívio no ambiente interno da instituição, seja com a comunidade.

Estes vínculos, segundo Creutzberg, Gonçalves e Sobottka (2008), surgem dentro de um sistema social organizacional cuja base da estruturação está nas relações produzidas e reproduzidas internamente e em contínuo acoplamento estrutural com seu entorno. Portanto, atualmente, as instituições de longa permanência têm sua identidade influenciada pela concepção histórica inicial relacionada à caridade, ao assistencialismo, ao abandono familiar, à exclusão e, conseqüentemente, à percepção de velhice como degeneração, decadência e infantilização do idoso.

Pondera-se a necessidade de uma compreensão global das mudanças ocorridas no ambiente asilar ao longo dos anos para não haver uma estagnação da imagem do velho e dos objetivos da instituição asilar. A atualização sobre a concepção das Instituições de Longa Permanência para idosos pode ampliar a relação com a comunidade e gerar ações mais efetivas com relação ao envelhecimento.

A identidade inicial do asilo foi descrita por Goffman (2001, ) como uma instituição total⁴, onde há a restrição de contato e “desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos

com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração.” A ligação com o mundo externo acontece por meio das pessoas que atuam no funcionamento da estrutura asilar – funcionários, administradores e voluntários. Estes exercem a função de controlar a manutenção dos papéis sociais e até mesmo de reafirmar os estereótipos existentes.

Em muitas instituições, o idoso, ao ser admitido, não é recebido como sujeito histórico. Muitas vezes, não tem a identificação completa e são ignoradas suas diferenças, desejos e expectativas de futuro. A ruptura dos laços afetivos deixados na vida anterior ao asilamento, associada à necessidade de submissão a uma vida comunitária com pessoas com as quais ele nunca antes teve qualquer ligação afetiva, significa, em princípio, um estado de extrema solidão. “Muitos asilos são, portanto, desertos de solidão” (ELIAS, 2001, p. 75-86).

Para Goffman (2001), a vida institucionalizada reprimida causa formas de “mortificação do eu”⁵, e que são operadas de forma racionalizada de proteção ao interno. Muitas delas, às vezes sutis, são observadas nas instituições asilares, tais como: os apelidos para os internos dados pela equipe dirigente; o caráter público de visitas; a colocação do interno em posição tão secundária que a equipe responsável pelos cuidados se esquece, por diversas vezes, de cumprimentá-lo; os diálogos estabelecidos se relacionarem somente à verificação do banho, vestuário e alimentação.

Segundo Goffman (2001), as linhas da adaptação do interno ao asilamento ocorrem de formas individuais, alterando-se entre diferentes táticas: afastamento da situação, quando o interno entra num processo de alienação e se abstém de participar das atividades que envolvem interação com os demais; a intransigência, quando o interno tem uma atitude de rebeldia e se recusa a colaborar com a equipe dirigente; “colonização”, quando o interno fica num estado de resignação e percebe a instituição como um mundo estável e satisfatório; e a conversão, na qual o interno aceita e se identifica com as regras estabelecidas pela direção, adotando, muitas vezes, o estilo e o vocabulário próprio dos dirigentes.

Na Vila São Vicente de Paulo, observa-se uma evolução gradativa na maneira de compreender o envelhecimento asilar e na forma de lidar com a rotina de vida dos moradores a partir da reformulação dos estatutos e do regimento interno da instituição. O primeiro estatuto foi elaborado em 1930, alterado em 1967, e totalmente reformulado em 2004, para a adequação às exigências do novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), à regulamentação da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8872 de 04/01/1994) e à realidade da instituição no momento histórico e social.

Duas mudanças foram propostas e aprovadas referentes aos fins institucionais, tornando-os mais amplos em comparação. A instituição passou a oferecer dois outros tipos de atendimento para incrementar os serviços assistenciais e as atividades ocupacionais e de lazer dos internos: o atendimento em centro-dia, no qual o idoso é trazido à instituição por familiares, permanecendo durante o dia, recebendo alimentação e cuidados básicos e participando de diversas atividades ocupacionais e de lazer e retornando a sua residência no final da tarde; e o atendimento em centro nvivência, que consiste na realização de atividades de entretenimento destinado à frequência dos idosos da comunidade e de suas famílias.

Também foi previsto o desenvolvimento de esforços para reconstrução dos vínculos familiares que propiciem aproximação e retorno dos moradores à família.

Em 1930, foi feito o primeiro regulamento interno do asilo, documento que foi revisado em 1968 e reformulado em 2003 para estar em  consonância com a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e a Portaria nº 1395-GM, de 10 de dezembro de 1999, referente à Política Nacional de Saúde do Idoso. Recentemente, alguns artigos precisaram de adequação pela regulamentação da Normatização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre funcionamento das Instituições de Longa Permanência (Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005) e pelas adaptações ocorridas espontaneamente na instituição. Dentre os tópicos significativos, destacam-se: 

partir de 2003, os horários das refeições, da higiene pessoal e visitas foram modificados, flexibilizados e ampliados; há o impedimento legal em se acolher, em qualquer modalidade de atendimento, idosos que não concordem espontaneamente com a institucionalização; as visitas dos familiares são liberadas e incentivadas, e as visitas de grupos são orientadas, evitando-se a invasão na privacidade da rotina do morador, nos seus hábitos e preferências relacionadas às opções religiosas e culturais; e, atualmente, os residentes são autônomos para sair, excetuando-se os casos de demência ou déficit cognitivo, nos quais o idoso é acompanhado por uma cuidadora.

Lentamente, começa a surgir na instituição a desmistificação de que o idoso asilado precisa ser educado e regrado para o convívio social. Não se pode negar a existência de problemas, tais como o alcoolismo, transtornos de personalidade e desajuste na convivência social, mas o idoso deve e pode participar de ações que propiciem adaptações sociais e psicológicas e não ser um sujeito passivo de normas institucionais.

As intervenções no ambiente necessitam ser realizadas e orientadas visando a promoção da autonomia e do autocuidado do idoso, estimulando-o para a aprendizagem da convivência social. A voluntária dona Genny descreveu o isolamento social do morador e se mostrou preocupada em mudar o cenário atual:

Os velhos de hoje são exigentes... Quando vêm pra cá, eles estão cansados, estão mais sofridos que os de antes... eles estão cansados de tudo. Cansados de trabalhar, cansados de viver, alguns de andarem na rua, então eles preferem ficar aqui e aqui realmente é a casa deles. Só que eles perderam a vontade.... Eles... se fecham no ambiente deles...

A institucionalização na velhice está passando por uma redefinição de seu papel na sociedade. Atualmente, há muitos idosos que escolhem morar na instituição como a única alternativa de um envelhecimento saudável ou de preservar mecanismos de sobrevivência, diante das dificuldades socioeconômicas, afetivas e familiares.

As instituições de longa permanência, quando planejadas e estruturadas como um ambiente social, podem possibilitar aos idosos relacionamentos interpessoais saudáveis, ressignificação de suas trajetórias de vida e a vivência de uma velhice digna. No entanto, se continuarem funcionando como um lugar de confinamento e exclusão social da velhice, não passarão de um local de espera e preparação para a morte física e social. O morador precisa aprender formas de convívio social que não sejam a alienação, a resignação, a atitude de intransigência ou de recusa ou a aceitação passiva, como Goffman observou.

EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA E PARA A INTERAÇÃO

A interação social é a base de toda vida social. Sem ela, os grupos não seriam mais do que aglomerados de indivíduos que permaneceriam lado a lado como pessoas estranhas. Interagindo, as pessoas confrontam os seus pontos de vista, podendo ou não causar uma modificação e aprendizagem subsequentes dos seus pensamentos e valores pessoais e morais.

Sr. Ditão, ao ver uma das fotografias de 1993 que retratava um almoço festivo na instituição, em que as pessoas estavam fazendo a refeição todas agrupadas, fez o seguinte comentário:

Ditão: ... *Isso é bonito.*

Pesquisadora: *Com quem o senhor costuma almoçar e jantar?*

Ditão: *Sozinho... Gosto de ficar sozinho na mesa... Tem dois lugares, mas eu como sozinho. ... uma cadeira aqui e uma cadeira aqui (sinaliza com as mãos para eu compreender a disposição das cadeiras do refeitório)... Mas eu almoço sozinho...*

O morador admira uma situação que até hoje ele não conseguiu ressignificar. Ele deixou de se alimentar no refeitório em companhia de outras pessoas depois de várias agressões verbais e físicas com outro morador. Para ele, é difícil a convivência com alguns moradores do sexo masculino 

O conceito de interação foi enfaticamente discutido na obra de Vygotsky. Para este autor, o processo de aprendizagem e de aquisição de novos conhecimentos se dá pela interação social, pela linguagem e pelas influências culturais, provocando um intenso efeito no desenvolvimento humano. É da relação com o outro e da convivência social que se promove a interação constante entre os processos internos (intrapicológicos) e as influências do mundo social (interpsicológicos), proporcionando à pessoa condições de desenvolver aprendizagens. Este processo é permeado sempre por aspectos cognitivos, motores e afetivos, ocorrendo ao longo da história do indivíduo (VYGOTSKY, 1998).

Segundo a teoria de Vygotsky (1998), a convivência social, em qualquer momento da vida, pode provocar mudanças de comportamentos decorrentes da reflexão que reorganiza e transforma aspectos importantes do desenvolvimento. As pessoas vivenciam situações de sucesso, fracasso e limites na convivência, situações estas que melhoram a comunicação e as relações sociais. São por meio de atividades comunicativas nas relações que são construídos novos significados.

Observa-se na dinâmica asilar o que Pollack (1989) denomina de função do “não dito”, ou seja, o que é sabido pelos idosos, é indizível ao grupo que administra ou executa os cuidados. O silêncio do morador é moldado pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou de se expor a mal-entendidos.

É fundamental identificar e compreender os silêncios, as alienações, os “não ditos” dos moradores sem interpretações errôneas. A interação social diminuiu a fronteira perigosa entre o reprimido (o que pode se tornar conhecido) e o esquecimento definitivo no qual o idoso não tem consciência do que o angustia e o impede de ser atendido.

O que motivaria um idoso asilado a sair do seu compromisso do não dito, diminuir a resistência passiva e falar por si mesmo seria uma atitude de facilitação de quem cuida e administra a instituição. A resposta está na forma de interagir. Interagir com uma aproximação cativante que diminua receios, respeitando o tempo de reação e rituais de aproximação do morador.

A voluntária Rita refletiu sobre a importância de dar voz e escuta a uma população desacostumada de fazer escolhas e impossibilitada de aprender novos formatos de interação:

...no início o que eu me considerava é que eu era uma ouvidora. Todo sábado eu ia lá e ficava conversando com os idosos e ouvia as reclamações deles, as impressões deles e aí eu transmitia pra diretoria, me fazia meio que de porta-voz. Problemáticas de relacionamento, reclamações de degrau, barulhos coisas assim de estrutura e de relacionamento, de comida, insatisfação com algum alimento, ou querendo comer alguma coisa diferentes.... algumas idosas elas ficaram ligadas a mim também... algumas ficavam me esperando pra conversar

O que se observa dos gestores, voluntários ou funcionários é uma convicção de proporcionar o melhor ao morador com respeito à individualidade, com afeto, alimentação, condições favoráveis de moradia etc. Mas o que se nota nos moradores, por meio das suas atitudes e resignação, é que lhes falta a aprendizagem da interação. O que parece óbvio às pessoas, não é óbvio ao morador percebido por intermédio do seu não saber.

O não saber não implica na falta de significado ou compreensão interna, mas denota uma dificuldade em usar as palavras certas para exprimir um pensamento. Para Vygotsky (1998), o pensamento vai além do que conseguimos verbalizar. Para a expressão verbal do pensamento, às vezes, é preciso um esforço grande para concentrar todo o conteúdo de uma reflexão em uma frase ou em um discurso. Para o teórico, o pensamento não se reflete na palavra; realiza-se nela, na medida em que é a linguagem que permite a transmissão do seu pensamento para outra pessoa. Além da linguagem, há a motivação do pensamento que abrange nossas inclinações e necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções. Tudo isso vai refletir imensamente na nossa fala e no nosso pensamento.

A importância que Vygotsky (1998) dá às interações sociais nos leva a conceber não só a função do cuidador, do gestor, do voluntário, do amigo, da família, enfim, da sociedade, como responsáveis potenciais

pelas transformações que desejamos provocar no olhar do idoso, mas também a importância das interações entre os idosos, incentivadas por todos que são responsáveis por essa convivência, como fundamentais para o processo de novas aprendizagens.

As dimensões sociais e pessoais se articulam nas interações verbais levando em conta uma pluralidade de aspectos históricos e culturais. O diálogo é um processo ativo de produção de significados que se dá na relação de alteridade, portanto é fundamental reconhecer que o convívio permite o diálogo entre as diferentes vozes sociais. Assim, são possíveis níveis mais positivos de cooperação, aprendizagens, mudança de crenças, confronto de opiniões, concepção de vida institucional etc.

O gestor Gilberto descreveu que o incentivo ao diálogo, a princípio, gerava conflitos a uma população que não estava acostumada a expor suas ideias, mas era um momento de transição necessário para a educação da interação e o convívio:

Eles sabem se relacionar, gostam de conversar com as pessoas, a interação ficou clara, eles demonstram uma sensação que não há mais o medo.  am de vez em quando. Tem discussões, tem conflito de um morador com outro, mas não é uma coisa grave.

Outro ponto enfatizado e explorado pela voluntária dona Genny é a necessidade de proteger com atitudes de carinho e amizade aquele idoso mais frágil e comprometido do ponto de vista relacional. Segundo a voluntária, este é o que sofre mais preconceitos, críticas e interpretações parciais pelo seu comportamento resignado ou ríspido.

EDUCAÇÃO PARA A INTERAÇÃO IDOSOS-COMUNIDADE É COMUNIDADE-IDOSOS

A voluntária Inge descreveu a importância de atividades que agregassem dois tipos de interação: a interação interna, entre os moradores, e a externa, dos moradores com o mundo, com a sociedade:

Não adianta fazer um gueto aqui dentro, lindo e maravilhoso... eles com eles mesmos, seus cuidados... com saúde, com beleza... com artesanato, com música,

fazendo atividades... E a parte externa... a convivência? [...] outra coisa importante que a gente também está fazendo é com a integração com o mundo de fora... Vir o mundo aqui dentro, essa é a segunda vertente. Tentativa de integração deles com o mundo de fora.

Groisman (1999) também observou que, embora as portas do asilo se mantivessem abertas para receber um grande número de pessoas e visitantes nas solenidades, o cotidiano dos moradores asilados era caracterizado por um grande distanciamento do mundo externo.

Atualmente, na Vila São Vicente de Paulo, a maneira como os voluntários propiciam essa interação com o mundo externo aos moradores é por meio das atividades do Centro de Convivência, aumentando as atividades desenvolvidas por voluntários e convidando as famílias dos idosos, amigos e as pessoas vinculadas à instituição para participarem das atividades. Assim, a voluntária Rita descreveu este processo de abertura da instituição:

Os idosos no início ficavam meio ressabiados... Quando a gente fez os passeios, alguns idosos mesmo em condições de andar, eles não iam aos passeios.  gente sentia que os idosos da Vila estavam muito acomodados, talvez por questões culturais, eles não aderiam a essas ideias, mas aos poucos muita coisa mudou. Até o grupo que o Zé fazia de vivência (refere-se ao psicólogo), esse grupo foi muito importante para eles ficarem soltos, expressarem os seus sentimentos, poderem namorar, porque nada disso podia. Porque antes os homens não podiam vir nas alas das mulheres.

A narrativa dos gestores, voluntários e moradores demonstra que, nos últimos anos, vem se reavaliando o papel social do velho institucionalizado, e é por intermédio da convivência com a comunidade que se criará uma nova representação social do idoso. É a educação para os novos papéis sociais do idoso e para a reinserção social:

Dona Genny: Sabe o que acontece os velhos estão muito apagados, eles cansaram de viver. Eles comem, bebem, dormem, mas tanto faz pra eles viver ou morrer, esses que estão aqui agora, mas tem aqueles que gostam da vida... tem

velho que gosta muito da Vila..

Dr. Gilberto: ... *passamos agora uma fase de fato a desenvolver mais a independência, a autonomia do morador, a observar a questão da socialização, da inclusão social desse morador e passamos a desenvolver mais ações nesse sentido.*

Um dos gestores, sr. Cardoso, ampliou a discussão do papel social do idoso, enfocando a ociosidade masculina após a aposentadoria e a importância da integração instituição-comunidade para lidar com as dificuldades comuns:

A cidade tem muito aposentado e muita aposentada... se você passa na praça do mercado tá cheio. Os homens estão lá, a mulher não fica parada, os homens ficam.....Por que não vêm aqui pro Centro de Convivência ouvir uma música, bater um papo aqui, jogar uma dama?...Eles não sabem que exercendo uma atividade qualquer fora, isso seria muito benéfico pra eles... em vez de ficar sentado no banco da praça. Não sei, precisava haver um... movimento... talvez de um órgão público que conscientize: “Olha o senhor tá aí, vamos em tal lugar? Vamos lá no Centro de Convivência da Vila!”

APRENDIZAGEM ESTÉTICA: O DESPERTAR PARA O CORPO E PARA O AMBIENTE ESTIMULANTE E AGRADÁVEL

Um dos moradores, sr. Ditão, em sua narrativa, falou do espaço físico e da circulação de pessoas na instituição com empolgação: “Flo-reiras... flores... o povo... tudo bacana, tudo bacana.” Este morador expressou a importância que tinha para ele o ambiente estético e a existência de vida no asilo – as plantas e a participação social.

Os asilos filantrópicos não têm um planejamento arquitetônico. Quando são construídos, edificam-se os pavilhões dentro de um orçamento escasso, e a importância de um espaço agradável, estimulante, iluminado, acessível, apropriado e esteticamente bonito fica em segundo plano. Quando a instituição é adaptada zando-se um prédio já construído, a preocupação em oferecer esse ambiente harmonioso é ainda mais difícil.

Institucionalizar implica acolher o idoso em uma nova moradia, portanto deve haver uma preocupação em transformar o ambiente asilar o mais próximo possível de um lar. Como a maioria desses idosos procede de lares pobres ou era morador de rua, há uma tendência em se priorizar a alimentação, a higiene, o quarto que os abrigue etc.

Administra-se o espaço físico eliminando barreiras que dificultam a circulação do idoso e o põem em risco de quedas. No entanto, são raras as mudanças ambientais e estéticas acompanhadas por reflexões sobre as atividades desenvolvidas, os serviços prestados, as atitudes adotadas em relação ao idoso e ao processo de envelhecimento, e, principalmente, o respeito aos costumes e tradições. O sr. Ditão manifestou seu interesse para algo que ia além das necessidades básicas.

No período de agosto a meados de outubro de 2008, foi realizada a troca do telhado em dois pavilhões na instituição. Foram planejados o custo da obra e o pagamento dos pedreiros, a retirada dos entulhos e a agilidade na troca de quarto do morador, mas não foram previstas as reações psicológicas, orgânicas e relacionais provocadas em decorrência do estresse sofrido pelas mudanças radicais sem preparo antecipado.

Tornar o ambiente um lar, criando um espaço que respeite a individualidade de cada morador, exige mais do que adaptações gerontológicas em banheiros, corredores e pisos. É preciso aprender a desenvolver uma escuta para as questões subjetivas. Por exemplo, em 2006, o fato de alguns moradores alimentarem gatos ou pombos dentro da instituição provocou um aumento desproporcional destes animais. Ao avaliar objetivamente o problema, concluiu-se que os animais podiam provocar doenças, reproduzir-se-iam rapidamente e, com isso, passariam a incomodar alguns moradores, e interferirem na assepsia do ambiente. Portanto, deveriam ser transferidos. Outra decisão concreta e objetiva tomada pelos gestores foi com relação à limpeza e à organização do ambiente físico do asilo, em 2000. Para se preservar a higienização do lugar e os cuidados direcionados aos idosos foram removidos rapidamente vasos de plantas e gaiolas de animais da instituição, e as árvores também sofreram uma poda radical. Mas como abordar esses proble-

mas cotidianos analisando tanto os fatos concretos quanto as questões subjetivas envolvidas e, normalmente, não consideradas?

Nestes casos, as questões subjetivas seriam: alguns moradores gostam e precisam conviver com animais. No caso das mudanças físicas do ambiente asilar, o tempo de adaptação do idoso às mudanças é lento, portanto deve ser considerado para que haja uma adaptação motora e psicológica.

Como relata Funchs (2005), para idosos que sentem um isolamento social cada vez maior, os animais são fontes de apoio emocional, pois substituem a estreita rede social ou facilitam na aproximação das pessoas. Este é um fator preponderante para a diminuição de medicamentos, menor incidência de depressão, regularização da pressão arterial e aumento da sobrevivência de enfartados. A permanência dos animais na instituição é possível, mas implica negociações e implantações de medidas gradativas, como a castração dos animais, evitando a reprodução desmedida, a adequação no número de animais, cais apropriados para não incomodarem outros moradores.

Outras questões subjetivas existem, mas, para identificá-las, é preciso consultar as pessoas envolvidas diretamente, ou seja, ouvir os idosos moradores antes da tomada de decisão. A tendência dos idosos asilados de raramente se manifestarem e opinarem sobre a vida e a rotina da instituição exige um estilo de relacionamento que promova a diminuição da alienação, ou seja, a busca de novos espaços de diálogo e de autonomia.

Por meio das atividades sociais e institucionais, é possível fazer uma intervenção no ambiente, o que Siqueira e Moi (2003, p. ) chamam de familiaridade:

Tornar o ambiente o menos institucional possível e levar os idosos a perceberem a instituição como pertencente a eles é um desafio para os dirigentes. Conhecer a herança cultural do público atendido, propondo práticas e adequações ambientais que respeitem o senso de familiaridade. Sugere-se estimular a participação do idoso na decoração dos locais de uso coletivo, a adequação do cardápio a costumes regionais, respeitando-se as orientações dietéticas, bem como criar oportunidades para atuação nos trabalhos diários da instituição, considerando a disponibilidade e potencialidade de cada um .

O cuidado com o espaço físico não pode anular o homem, sua história de vida e o processo de envelhecimento, mas tem que ser um lugar de aconchego, proteção, de presença de objetos e características pessoais e que propicie o sentimento de pertencimento com o local de moradia. Assim, inclui-se o conceito de estética no ambiente asilar.

Dona Auxiliadora, moradora há seis anos na instituição, expressou seu desejo à coordenadora técnica da Vila de ajudar na cozinha, contribuindo com seus conhecimentos na preparação de pratos e temperos. Já colabora há um ano com as funcionárias da cozinha, sendo notado pelos moradores e funcionários a melhora na culinária. Benjamin tem cuidado há dois anos das jardineiras constantemente floridas em frente aos quartos. Elizabeth pinta paisagens e flores do ambiente institucional e vende seus quadros aos visitantes.

A aprendizagem estética está relacionada também à valorização da aparência e dos cuidados pessoais, tornando-se mais ampla que ambiente físico. O sr. Ditão, ao olhar a fotografia que retrata ele e mais dois moradores trajados com terno, gravata e chapéu, enfatizou a aparência física visivelmente cuidada e produzida para a atividade festiva: “*todos bonitos de chapéu ... Aqui tô bonito (sorri).*” O morador expressou contentamento e admiração com sua aparência e a dos amigos. Sabe que estava diferente neste dia. Estava mais cuidado e elegante.

Os funcionários da Vila São Vicente têm recebido treinamento para cuidar das vestes e dos cuidados pessoais dos moradores no dia-a-dia. É incentivada a feitura diária da barba nos homens e a depilação facial nas mulheres. O corte de cabelo é feito mensalmente por cabeleireiros voluntários. A podóloga e a manicure vão quinzenalmente para os cuidados de pés e mãos. Diariamente, são separadas roupas de doação em bom estado para serem lavadas, ajustadas e oferecidas aos moradores, preservando uma aparência estética e harmoniosa. As cuidadoras orientam os moradores com demência na combinação de cores e no uso de calçados confortáveis.

Normalmente, o que se observa nas instituições de longa permanência é um total descuido com as vestes dos moradores, principalmente

nos idosos com maior comprometimento cognitivo. Exclui-se do corpo do velho qualquer significado de beleza e desejo. É como se o idoso já tivesse manifestado tudo o que tinha que ser vivido em sua vida e, agora, desgastado, pode descansar com roupas largas e descombinadas. A única preocupação é oferecer conforto. Conforto para esperar a morte?

É vital para os organismos humanos a interação com o seu ambiente e com outros organismos humanos. Somos seres gregários e, portanto, precisamos receber e expressar, pela emoção do corpo, o conhecimento necessário que nos auxilie na adaptação às diversas circunstâncias da vida. Por isso, precisamos aprender, e somente por meio do processo do envelhecimento – entendido como processo de viver – iremos pertencer a um espaço e a um tempo subjetivo que nos proporcione viver em busca do conhecimento que não se esgota. Vivemos pelo conhecer, e a aquisição do conhecimento surge pelo sentir, ou seja, pela experiência instantânea e pontual de algo que atinge o corpo (MONTEIRO, 2001, p. 86).

A aprendizagem estética ajuda o morador a despertar novamente para o corpo, a fazer o movimento em direção aos desejos: o desejo de elevar a autoestima, o desejo de buscar uma nova velhice, o desejo de visualizar um corpo que ainda sente o desejo de novas alternativas para o viver. É a aprendizagem que faz emergir com novos pensamentos, novas maneiras de ser e estar no mundo. Segundo Monteiro (2001), quando há o esquecimento do corpo, o maior instrumento do agir e estar no mundo, esquece-se também de como viver.

APRENDIZAGENS ASILARES: EDUCAÇÃO PARA A MORTE

O conceito de velhice se modificou a partir da transformação das pessoas no modo de enfrentarem o fim da vida: “a sociedade prolonga o maior tempo possível a vida dos doentes, mas não os ajuda a morrer” (ARIÈS, 2003, p. 77). As pessoas enfrentam a finitude, evitando a ideia da morte, afastando e reprimindo tal pensamento. Morrer é algo

terrificante e ameaçador e é expresso nas narrativas dos participantes da pesquisa. Sob este ponto de vista, o velho representa a clara evidência do fim. A sociedade passa a disseminar a ideia de que o idoso deve ser respeitado, porém o elimina da convivência, ocultando a proximidade da morte e institucionalizando os cuidados. Constrói-se a ideia da improdutividade e se limita sua capacidade de decisão e participação. O idoso, no asilo, ganha o cuidado especializado, mas perde a autonomia para fazer escolhas.

Enfrentar o fim da vida é algo temido e negado no ambiente asilar:

Rita: *...a única coisa que eu parei (refere-se às atividades que desempenha na instituição) foram minhas idas sistemáticas aos sábados de manhã... eu diminuí minhas idas por conta do mestrado e eu acho também que chegou um certo momento, quando eu comecei a ter as perdas... isso me afetou (Rita fica com os olhos marejados). Porque eu acho que... eu tive (voz embargada de emoção) ... eu tive uma certa dificuldade com isso, isso me distanciou um pouco quando eu vi que eles morriam...*

O asilo, como lugar de acolhimento de idosos excluídos e resignados, deveria possuir planejamento e consciência de valores construídos socialmente que circulassem e se cristalizassem. Estes são incompletos e, muitas vezes,  conceituosos, reproduzindo um cuidar limitado em relação à velhice asilada. Por esta óptica, escutar, identificar e compartilhar sentimentos com as pessoas que envelhecem na instituição pode diminuir a reação de estranheza do idoso com o próprio declínio físico e diminuir o medo das pessoas com a finitude. O idoso deixa de ser um velho institucionalizado e passa a ser uma pessoa com identidade própria, com autonomia para tomar decisões e direito de participar da vida institucional. Ele ganha um lugar de pertencimento, um lugar de identidade e um lugar de vida.

O voluntário estabelece uma ponte entre o idoso e o mundo social, mas demonstra dificuldades em lidar com o declínio físico e a finitude. Ele procura a instituição com a necessidade implícita de aprender a lidar com o próprio envelhecimento, com o declínio e a finitude. É o

aprender simbolicamente com quem está aprendendo concretamente a lidar com o fim da vida.

Dona Genny descreveu que o maior ensinamento que obteve no asilo, além do carinho, da confiança e amizade de alguns idosos, foi que a morte não era algo tão assustador como parecia:

Aqui eu aprendi ... que às vezes a gente passa uma vida inteira morrendo de medo de morrer. Quando a morte chega a gente não vê, não percebe ela vem leva e... quando ela chega mesmo a gente acha que ela é um descanso...pode ter certeza que isso ficou marcado. [...] eu acho que eu não fiz muita coisa, mas o asilo fez pra mim. Por que o asilo foi excelente vivi com os velhos tudo dessa vida. Se eu viver 100 anos ainda eu usaria... aquilo que eles me ensinaram.

Nas instituições de idosos, está implícita a aprendizagem orientada para a resolução de problemas vivenciais temidos e insolúveis, como a finitude, o envelhecimento com dependência e o declínio físico e cognitivo. São ensinamentos obtidos a partir da experiência do idoso, e a troca interacional deste com as demais pessoas do seu convívio diário pode proporcionar a superação do medo da morte e/ou a compensação dos declínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas atividades na instituição têm caráter transitório, mas aparecem na narrativa dos moradores com conteúdo saudosista.

Algumas propostas surgem baseadas em inferências pessoais, de forma intuitiva, e têm êxitos, mas não são mantidas. Principalmente os gestores mais antigos não se sentem preparados e com formação para o contato direto com o morador. Lembram-se, momentaneamente, que também são idosos, mas não valorizam sua vivência e experiência pessoal sobre o envelhecimento.

Outras atividades surgem com respaldo teórico e gerontológico sobre a eficácia no envelhecimento, mas são mal conduzidas e falham na proposta inicial. Transformam-se num problema a ser resolvido e algo a ser manipulado de acordo com as regras institucionais, como é o caso da adoção de animais para a convivência com o morador.

As atividades que envolvem música, construção criativa, como o artesanato, e cuidados pessoais são vistos como o diferencial para a diminuição da vida solitária e ociosa do asilo. São recursos que facilitam a aproximação e a interação entre os moradores e com as pessoas de fora da instituição. A participação dos moradores no encontro com os sanfoneiros é um exemplo da força das tradições e da memória cultural. O mesmo pode ser observado das Festas Juninas que fazem parte dos costumes e hábitos dos moradores. São atividades que favorecem a inclusão social e a troca cultural.

Proporcionar atividades parece uma intervenção simples, mas nem sempre está ao alcance do voluntário ou dos funcionários a sensível habilidade de perceber e descobrir essa herança cultural do público atendido. Muitas vezes, investe-se em atividades que não despertam o interesse dos moradores, como foi o caso da formação de um grupo de culinária. A maioria tem um histórico de trabalho pesado e esgotou a disponibilidade interna para considerar saudável e interessante a atividade.

É de extrema importância que a interação com outras pessoas e a realização de atividades sociais esteja de acordo com a vontade e habilidades pessoais do morador idoso. As relações novas são vistas com desconfiança, necessitando um tempo de acomodação para que o idoso se disponibilize a investir num novo vínculo e numa nova atividade.

O que os voluntários parecem constatar e desejam modificar é que, no asilo, os idosos vivem próximos, mas não se comunicam, e, muitas vezes, estão enclausurados em sua imensa solidão. Como o homem é um ser social e necessita se comunicar, os voluntários esperam poder oferecer estratégias para estimular a interação e o diálogo.

Observa-se que o fortalecimento da comunicação e da interação envolve um processo de mudança que engloba esforços e participação de cuidadores, voluntários e demais profissionais da instituição. É igualmente interessante notar como em dias festivos, quando a instituição recebe famílias e convidados, a participação e a disponibilidade

para o convívio se modificam, e os idosos mais rígidos se adaptam a algumas mudanças momentaneamente, como ceder seu lugar na mesa do almoço para os convidados.

De forma global, o desenvolvimento das atividades educacionais dentro de uma instituição deve respeitar alguns princípios básicos:

1. a promoção de uma educação permanente, considerando-se que o idoso não esgota sua capacidade de aprender;
2. a promoção da troca de saberes, no qual se tenta adequar o saber técnico, o saber da experiência e o saber popular. A aprendizagem tem que superar a esfera do pensar lógico e racional e envolver a esfera do sentir, do saber teórico e do saber baseado em crenças e na representação social de velhice;
3. a promoção da uma educação integral, considerando a dimensão física, psíquica, social e gerontológica, sendo que esta última está em desenvolvimento;
4. a promoção da educação contínua e multiprofissional dos funcionários, gestores e voluntários, considerando que o envelhecimento é singular, heterogêneo, e o padrão de cuidados no envelhecimento sofre influência da cultura e precisa ser constantemente revisto e adaptado por quem atua diretamente com o envelhecimento;
5. a promoção da relação de cooperação, considerando-se que o idoso asilado não manifesta abertamente seu querer. Observa-se uma postura de resignação e apatia, e, quando há expressão, geralmente é de forma crítica e queixosa, ou com total aceitação do que lhe propõe.

Observa-se que dentro da instituição existem basicamente dois tipos de ações educativas: uma que pretende a inclusão do morador na sociedade e outra que pretende, simplesmente, dignificar as atividades para valorizar a continuação da vida. No primeiro caso, as atividades educativas vêm colaborar, no contexto asilar, para que o morador construa sua velhice e sua inclusão social. A segunda ação educativa se relaciona

com o reconhecimento das necessidades do morador, identificando sua história, sua cultura, seus costumes e seu ritmo de vida e, assim, produzir um senso de familiaridade, de continuidade e de pertencimento.

Tem que haver interesse e preocupação por parte de quem está envolvido com as atividades em descobrir e adequar as propostas de ação abrangendo todas as diversidades do envelhecimento, não perdendo de vista a otimização das capacidades de cada morador e o sentimento de pertencer à instituição.

A preocupação exagerada com a criação de atividades novas pode subestimar a importância do fazer diário, o que dignifica, dá maior autonomia, voz e identidade ao morador para valorizar a continuação da vida.

Conclui-se, a partir do levantamento das atividades desenvolvidas na instituição, que a permanência ou transitoriedade das mesmas não depende somente de ações educativas planejadas. É um processo mais amplo, que envolve conhecimento gerontológico por parte de quem desenvolve as atividades. É a valorização do sentimento de pertencimento e de inclusão social do morador. É a criação de um ambiente harmonioso, de cuidados, de identidade que se assemelhe a um lar. É a promoção de um lugar de aprendizagem para o enfrentamento do declínio físico e da finitude.

NOTAS

¹ Segundo Neri (2002), o bem-estar psicológico é o ajustamento pessoal que o idoso tem em relação ao enfrentamento dos desafios existenciais na vida adulta e na velhice.

² Inteligência emocional, segundo Queroz e Neri (2005) é a capacidade de monitorar e discriminar emoções próprias e de outrem e de utilizar esta informação para orientar pensamentos e ações, expressando-se, nas dimensões sociabilidade, empatia, autoconsciência, automotivação e autovalorização

³ Otimização refere-se à aquisição, aplicação, coordenação e manutenção de recursos internos e externos envolvidos no alcance de níveis mais altos de funcionamento. É realizada mediante a educação,

a prática e o suporte social dirigidos à cognição, à saúde, à capacidade atlética e às habilidades artísticas e sociais (NERI, 2006).

⁴ Instituição total é “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001, p. 1).

⁵ “Mortificação do eu” se refere à rigidez do contexto asilar que impede a pessoa de ter o controle de sua vida. Tem que se adaptar às normas administrativas rígidas de horários (alimentação, banho, visitas) e convivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Adriana Oliveira. *Velhos institucionalizados e família: encontros e abafos e desabafos*. Campinas: Alínea, 2004. 149 p.

ARIES, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BALTES, Paul B. On the incomplete architecture of human ontogeny: selection, optimization, and compensation as foundation of developmental theory. *American Psychologist*, v. 52, n. 4, p. 366-380, 1997.

BORGES, Maria Claudia Moura. Gestão participativa em organizações de idosos: instrumento para a promoção da cidadania. In: FREITAS, Elizabeth Viana et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1.326-1.429.

BORN, Tomiko. Cuidado ao idoso em instituição. In: PAPALÉO NETTO, Matheus. *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu. 2002, p. 403-414.

BRANDÃO, Lenisa et al. Narrativas intergeracionais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 98-105, 2006.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDIONDO, Marisa Silvana Zazzetta de. Velhice, dependência e vida cotidiana institucional. In: CORTELLETTI, Ivone Assunta; CASARA Miriam Bonho; HERÉDIA,

- Vânia Beatriz Merlotti (Orgs.). *Idoso asilado: um estudo gerontológico*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 87-107.
- CARSTENSEN, Laura. Motivação para contato social ao longo do curso de vida: uma teoria de seletividade socioemocional. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). *Psicologia do envelhecimento: temas selecionados na perspectiva de curso de vida*. Campinas: Papirus, 1995. p. 111-144.
- CASSIANO, Célia Maria. A cultura popular como possibilidade educativa não-formal. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001. p. 209-226.
- CREUTZBERG, Marion, GONÇALVES, Lucia Hisako Takase; SOBOTTKA, Emil Albert. Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece. *Revista Texto Contexto-Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 273-279, abr./jun. 2008.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971. 107 p.
- ERIKSON, Erik H. *Infância e sociedade*. Tradução de Gildásio Amado. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 404 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 218 p.
- FUNCHS, Hannelore. Dosagem Animal. *Revista Kalunga*, São Paulo. Disponível em: <http://www.kalunga.com.br/revista/revista_maior_05.asp>. Acesso em: 3 de janeiro de 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 312 p.
- GROISMAN, Daniel. Asilos de velhos: passado e presente. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, 1999.
- LIMA, Cristina Rodrigues. *Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações*. 2005. 5 p. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Programa da Pós-

- graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MONTEIRO, Pedro Paulo. Corpo: imagem e transformação. *Revista Kairós*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 83-93, jun. 2001
- NERI, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento. *Revista Temas em Psicologia*, v. 14, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2/vol14n1/v14n1a05t.htm>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2008.
- _____. Teorias Psicológicas do envelhecimento: percurso histórico e teorias atuais. In: FREITAS, Elisabete Viana et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 58-77.
- _____. Bienestar subjetivo en la vida adulta y en la vejez: Hacia una psicología positiva en la América latina. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 34, n. 1 e 2, p. 55-74, 2002.
- PARK, Margareth Brandini. O ciclo da vida representado nas páginas dos almanaques de informática brasileiros. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Alínea, 2003. p. 55-76.
- PATROCÍNIO, Wanda Pereira. O movimento abrindo portas e sua inserção na sociedade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Alínea, 2003. p. 211-221.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- QUEROZ, Nelma Caires; NERI, Anita Liberalesso. Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia-idade e na velhice. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000200018-&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 de novembro de 2008.

- SANTOS, Katia Ricci dos. *Imagens e narrativas de uma instituição asilar e da velhice, construídas por três segmentos distintos: idosos moradores, gestores e voluntários*. 2007. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Programa da Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000412291>>
- SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de; MOI, Regiane Cristina. Estimulando a memória em instituições de longa permanência. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Alínea, 2003. p. 165-186.
- SILVA, Cátia Andrade et al. Relacionamento de amizade na instituição asilar. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 274-283, jun. 2006.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 194 p.

Capítulo 3

ENCONTROS COM IDOSOS: “ESCAVANDO” A MEMÓRIA A PARTIR DE OBJETOS

JUDITH MADER ELAZARI

Os museus são lugares da memória onde se procura dar espaço para que diferentes grupos sociais possam ter suas histórias preservadas, estudadas e compartilhadas. Os museus têm o papel de instituição que reconhece as identidades dos povos, valorizando-as, assim como suas culturas, sendo também local de produção de conhecimento, com uma função social, na medida em que se pretende que seja espaço de comunicação com as comunidades.

Os museus são ainda espaços de educação, não da educação formal que caracteriza a instituição escolar, mas de Educação Não Formal, a qual procura, entre outras coisas, considerar e reavivar a cultura das pessoas envolvidas nela, fazendo com que a bagagem cultural de cada uma seja respeitada e esteja presente no decorrer do processo educativo. Este tem mão dupla, pois educador e educando tanto ensinam como aprendem, ressignificando identidades.

Partindo-se especialmente destas premissas, o Serviço Técnico de Musealização do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) desenvolve ações educativas com diferentes públicos, entre eles o da Terceira Idade, há mais de dez anos¹. São projetos de valorização das experiências e das vivências dos participantes tanto para o bem das gerações atuais como futuras e para a melhoria da autoestima desses grupos sociais, pois, como afirma Aidar

(2002, p.  “os museus podem ajudar a desenvolver um sentimento de pertença e afirmação de identidades para grupos que podem estar marginalizados.”

Neste artigo, destacarei o projeto “Encontros com idosos: “es  vando” a memória a partir de objetos”, realizado com alguns idosos da Comunidade São Remo. Esta comunidade se localiza cerca de 200 m do MAE, ao lado da Cidade Universitária da USP, *campus* da capital, da qual é separada por um muro – não somente de concreto.

Este grupo de idosos já se reunia na Associação de Moradores da Comunidade São Remo, sob a orientação de uma educadora de saúde e duas agentes comunitárias de saúde do Centro de Saúde Escola do Butantã (vinculado à Faculdade de Medicina da USP), para discutir e refletir sobre questões de saúde, tendo como principal objetivo melhorar a qualidade de vida de cada participante por meio de sua valorização como ser humano.²

No final de 2005, constou na programação do grupo de idosos uma visita cultural à exposição de longa duração “Formas de Humanidade” do MAE. Foi uma visita orientada por um monitor que não estava preparado para trabalhar com este tipo de público especial, e, assim, o envolvimento dos idosos foi muito pequeno. Para conhecê-los melhor, neste mesmo ano, realizamos algumas atividades na sede da Associação de Moradores.³ Foi após este contato que se criou a parceria envolvendo as duas unidades da USP – o MAE e o Centro de Saúde –, e, assim, originou-se o projeto acima, com os seguintes objetivos:

1. promover encontros de idosos da Comunidade São Remo, favorecendo a troca de experiências entre eles e possibilitando sua valorização como seres produtores e consumidores de cultura;
2. propiciar aos idosos oportunidades para que tenham uma relação prazerosa com os novos conhecimentos que serão adquiridos e construídos no decorrer do trabalho conjunto;
3. possibilitar aos participantes do grupo que ressignifiquem o passado por eles abandonado ou deixado de lado pela sociedade em que vivem;

4. discutir questões relacionadas à saúde que não sejam apenas físicas, mas que também envolvam a valorização do ser humano na sua totalidade;
5. conhecer a história da Comunidade São Remo a partir da memória de alguns de seus habitantes mais antigos e socializá-la entre os seus moradores.

O projeto se iniciou em março de 2006, com reuniões de duas horas, todas as terças-feiras, geralmente na sede da Associação de Moradores da Comunidade São Remo.

Durante os primeiros encontros, houve um aprofundamento do reconhecimento mútuo, pois esse era um grupo heterogêneo, composto por pessoas com diferentes níveis de participação em trabalhos coletivos. As atividades envolveram, inicialmente, afetividade, prazer e ludicidade, formando, com o passar do tempo, uma cumplicidade entre seus componentes – após o desenvolvimento das outras etapas do projeto.

Foram manuseados e observados alguns objetos arqueológicos e etnográficos⁴,  desta forma, os idosos trabalharam suas emoções e suas sensibilidades táteis. A partir deste contato, os objetos foram sendo contextualizados.

Porém, não ficou bem esclarecido, ou não teve sentido para o grupo, o tipo de pesquisa realizada por arqueólogos e etnólogos, pois esta forma de construção de conhecimentos estava ainda muito distante da realidade vivencial de cada um. Foram sim esclarecidos certos processos de trabalho, algumas cadeias operatórias referentes à confecção de objetos/utensílios de pedra, argila, fibras vegetais, visto que alguns dos participantes já estavam familiarizados com estes processos devido a vivências antigas e longínquas. Pouco a pouco, o grupo percebeu como os objetos também podiam ser considerados suportes de informações que levavam a conhecimentos sobre quem os projetou, realizou, usou etc.

A etapa seguinte foi a simulação de uma escavação arqueológica, realizada em caixas com areia, nas quais foram enterrados, por nós, objetos

semelhantes aos que eles haviam manuseado anteriormente.⁵ Esta representação do trabalho do arqueólogo – desenterrando/escavando objetos, e também suportes de conhecimentos – tem semelhança ao “escavar” a memória em busca de informações sobre a história dos idosos, as quais também estavam “enterradas”.⁶

Para relacionar essas reflexões com a memória individual de cada um dos participantes do grupo, mostramos ilustrações do livro “Guilherme Augusto Araújo Fernandes” (FOX, 1995)  conta a história de um menino que mora ao lado de um asilo de velhos e que quer compreender o que é memória para poder ajudar uma velhinha que a havia perdido. Ele vai procurar e juntar muitos objetos, e, a partir das lembranças provocadas por ele, a senhora consegue recordar muitos dados sobre a história de sua vida.

Desencadeou-se, desde então, a troca de ideias sobre memória e sua reconstrução a partir de objetos significativos, a qual passou a permear nosso processo de trabalho educativo de forma mais intensa.

No encontro seguinte, o grupo visitou a exposição “Formas de Humanidade” do MAE, e observou, especialmente, o setor “Brasil Indígena: Origens e Expansão Indígena” e “Manifestações Socioculturais Indígenas”.⁷

Alguns idosos já haviam estado na exposição no final de 2005, como vimos anteriormente, mas demonstraram não se lembrar de quase nada. Aos poucos, foram identificando tanto os objetos, semelhantes aos que já haviam manuseado anteriormente, como os relacionados as suas vivências, mas que há muito tempo não tinham contato com eles, desde que saíram do nordeste do Brasil, de onde todos os idosos migraram há dezenas de anos.

Eles reconheceram, por exemplo, o “processamento da mandioca”, do qual muitos participaram quando crianças, aos três ou quatro anos de idade, trabalhando em moinhos de farinha de mandioca ou mesmo na plantação das mesmas para obter a sobrevivência, juntamente com seus familiares.

Demonstraram também reconhecer a técnica dos roletes, utilizada para produzir vasilhas de argila. Muitos já haviam confeccionado

utensílios semelhantes, juntamente com os familiares, para vender, mas nunca tinham visto, aqui, no sudeste, objetos parecidos. Descrições minuciosas da técnica e utilização das vasilhas foram sendo completadas por vários dos participantes na medida em que iam observando a diversidade deles existente na exposição.

Em outras vitrinas, diferentes experiências foram sendo observadas e eram geralmente lembranças comuns a quase todo o grupo, constando-se a existência de uma memória coletiva do grupo relacionada principalmente a trabalho e sobrevivência.

Os idosos se tornaram os “mediadores” da exposição, e, nós, o público para quem eles iam explicando seu conteúdo e o relacionando com a memória que tinham de suas vivências. Percebeu-se uma intensa identificação com os objetos “musealizados” observados e analisados na exposição, foi um reencontro com parte de suas vidas esquecidas, mas reativadas a partir dos objetos expostos. O olhar dessas pessoas foi bem diferente do de outros visitantes, os quais normalmente não têm esta identificação.

Foi pedido, em seguida, que selecionassem três objetos próprios, existentes em suas casas, relacionados as suas vivências, para serem apresentados ao grupo e contextualizados.

A reação a esta solicitação foi quase unânime: disseram que não tinham objetos para apresentar. No encontro seguinte, apenas três pessoas levaram objetos que contextualizavam a partir da história de suas vidas. Após esta reunião, todos passaram a trazer objetos pessoais. Um dos idosos mencionou que precisou “escavar bem a memória” para lembrar quais objetos seriam significativos para apresentar ao grupo. Eram objetos relacionados principalmente a trabalho e cotidiano. 



Fig. 1 - Esquadro. Comprou o esquadro juntamente com o prumo. Foi trabalhar em uma obra, o chefe de obras ofereceu e assim foi comprado.
JOSÉ ALTINO DA SILVA
Fotos: Wagner Souza e Silva
Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia

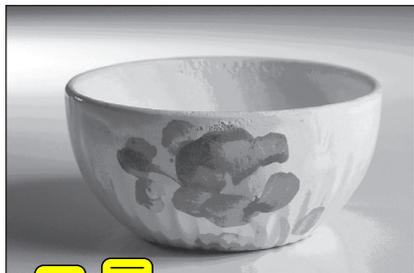


Fig. 2 - Tigelas. Ganhou um jogo de tigelas da filha. Quase todas quebraram. Ela quis jogar esta no lixo, mas a filha disse para guardar de lembrança.
GIVALGINA A. BORGES
Fotos: Wagner Souza e Silva
Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia



Fig. 3 - Colcha de Cama. Ganhou de enxoval do pai, em Fortaleza. Ele sempre dava bons presentes para os filhos.
ISABEL X. DOS REIS
Fotos: Wagner Souza e Silva
Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia



Fig. 7. Canivete. Presente do pai. Chegou a ver o pai usando o objeto como navalha.
 JOÃO H. DA SILVA
 Fotos: Wagner Souza e Silva
 Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia



Fig. 8. Caneca de cerveja. Meu esta capote porque é uma coisa antiga que tem em casa.
 PALMIRA R. DE OLIVEIRA
 Fotos: Wagner Souza e Silva
 Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia

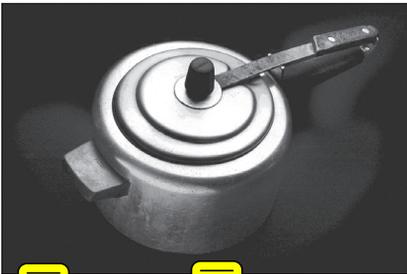


Fig. 9. Panela de Pressão. Quando chegou em São Paulo tinha em latas das quais saía muito zinabre, fazendo o feijão ficar preto e com gosto ruim. Sonhava com uma panela de alumínio. Um dia viu esta panela brilhando perto do lixão e a pegou, limpou e usa até hoje. Cozinhando nela criou os filhos.
 FRANCISCA TENÓRIO
 Fotos: Wagner Souza e Silva
 Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia



Fig. 10. Martelo. Troupe no serviço porque precisava de um martelo desta marca. Belota. Comprou usado. Chegou a pregar três quilos de pregos com ele.
 RAIMUNDO J. IRINEU
 Fotos: Wagner Souza e Silva
 Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia

Estes objetos são também, segundo Violetta Morin (*apud* BOSI, 2003, p. )

objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida [...] Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva [...] porque considera que eles são incorporados à vida das pessoas [...] Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade.

Constata-se que estes objetos, ao serem contextualizados por seus proprietários, passam a ter “vida na vida” deles. Inicialmente, notou-se que eles não tinham consciência da importância dos mesmos, não demonstraram que davam importância/valor a eles, apesar de os terem guardado. Mas à medida que iam contando a história dos mesmos, relacionados as suas próprias histórias, perceberam sua real importância, o quanto eram importantes em suas vidas. Suscitaram-se reflexões sobre as mesmas na medida em que foram se lembrando, e, citando ainda Bosi, passaram a “[...] atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (*idem, ibidem*, p. ).

Dentro deste contexto, pode-se fazer uma analogia, uma reflexão sobre esta possibilidade de rememoração de histórias de vida dos idosos,  partir de seus objetos, e o processo de trabalho do arqueólogo, e os resultados que eles buscam.

O arqueólogo Eduardo Góes Neves (1995, p. ) explica que:

Quando descoberto, o sítio arqueológico se apresenta como uma unidade estática, um conjunto de objetos e estruturas com distribuição mais ou menos aleatória, vertical e horizontalmente. Enfim, um fenômeno do presente que contém, no entanto, o produto de atividades dinâmicas realizadas no passado. O processo de descrição, análise e interpretação dos vestígios arqueológicos é nada mais que uma tentativa de se reconstituir ao menos algumas dessas atividades do passado ().

Tanto os objetos guardados pelos idosos e levados ao grupo, como os que são encontrados em escavações arqueológicas, importantes para a reconstrução de conhecimentos sobre quem os pensou, os produziu, os usou ou os possuiu, possibilitando uma compreensão sobre a vida dessas pessoas em diferentes prismas. Evidente é que, nas devidas proporções, estamos trabalhando com questões semelhantes, com objetos parecidos, mas os processos de trabalho e suas abrangências são diferentes.

Os conhecimentos obtidos a partir dos objetos dos idosos, assim como os que se obtêm com as pesquisas arqueológicas, não devem ficar apenas para serem refletidos no âmbito do grupo ou nas quatro paredes da academia. Eles devem ser extrovertidos para outros públicos. A instituição museológica possibilita esta socialização/comunicação, por exemplo, com a montagem de exposições. Uma das etapas finais do projeto aqui descrito foi a montagem da exposição “Objetos e Lembranças”, na Associação de Moradores da Comunidade São Remo. Ela envolveu os objetos dos idosos, com etiquetas explicativas contendo parte da história dos objetos, no linguajar de seus proprietários, as fotografias ampliadas dos objetos e o painel fotográfico mostrando as etapas do processo de trabalho desenvolvido durante semanas.

Foram elaborados convites e cartazes, com fotos dos participantes, e entregues para pessoas da comunidade e de fora dela, convidando-as para conhecerem a exposição.⁹ Este processo envolvendo o relato de recortes/fases das vidas dos idosos foram momentos muito intimistas para eles, foram representações do passado no presente, as quais se deram dentro de um grupo com o qual já estavam familiarizados. Verem-se em outro contexto, expostos a um público inesperado, trouxe novas sensações e entendimentos sobre a importância do trabalho que estavam realizando, tanto para si como para a comunidade à qual estão inseridos no presente.

Muito intimistas para eles, foram representações do passado no presente que se deram dentro de um grupo com o qual já estavam familiarizados. Verem-se em outro contexto, expostos a um público

inesperado, trouxe novas sensações e entendimentos sobre a importância do trabalho que estavam realizando tanto para si como para a Comunidade à qual estão inseridos no presente.

A visitação à exposição pelos moradores da comunidade foi bastante significativa, principalmente por ter ficado aberta apenas dois dias (pois o espaço onde ela esteve montada era muito requisitado para festas familiares dos habitantes da Comunidade São Remo).

Três escolas da comunidade levaram seus alunos para visitarem a exposição: a Escola Girassol (crianças até seis anos), o Circo-Escola e o Curso de Alfabetização de Adultos. Durante o período de visitação, os idosos foram convidados a contar histórias dos objetos para os visitantes, empolgando principalmente as crianças, as quais deixaram suas impressões por meio de desenhos.

Foi montada, com base nesta exposição, uma outra, itinerante, com fotos ampliadas dos objetos e do processo de trabalho desenvolvido durante o projeto. Foi exposta no Centro de Saúde Escola do Butantã, onde permaneceu mais de um mês com uma significativa visitação. Logo após, foi montada no MAE, estando agendada sua montagem na Faculdade de Medicina da USP.

As exposições foram a primeira síntese do trabalho realizado por nossa equipe e podem ser consideradas também como o “dar voz aos silenciados” a partir de seus objetos “musealizados”, além da utilização da linguagem fotográfica, que segundo Souza e Silva (2007, p.758) é “uma outra forma de aproximação com o objeto.”

Entretanto, este projeto não está totalmente terminado porque consideramos de grande importância “devolver”, para que se conheça e se reflita, alguns dos conhecimentos colhidos com o trabalho de memória dos idosos à comunidade em que vivem atualmente. Estamos elaborando um “Livreto”, no qual constarão retratos dos idosos, fotos dos seus objetos e do processo de trabalho do qual todos nós participamos, textos que explicam o sentido deste projeto para a equipe técnica e entrevistas com alguns idosos sobre suas vivências na Comunidade São Remo.

O “Livreto” será distribuído para os habitantes da comunidade para que possam conhecer mais profundamente alguns moradores mais antigos e para que sua leitura forneça novas formas de percepção e compreensão de suas origens. O conhecimento e a valorização da cultura e da história dos moradores dessa comunidade são formas de suas autoestimas e de seus sentimentos de pertencimento e de identidade serem desenvolvidos e aumentados por instituições museológicas e de saúde.

NOTAS

¹ As atividades realizadas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) com idosos foram iniciadas em 1994 (Mader Elazari, 1997). Oferecemos visitas orientadas à exposição “Formas de Humanidade” do MAE para grupos espontâneos da Terceira Idade, dentro do programa Universidade Aberta à Terceira Idade da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da USP, e, desde 2005, realizamos semestralmente oficinas para a Terceira Idade, seguindo metodologia semelhante à descrita neste artigo.

² Participantes do grupo, o qual, no decorrer do trabalho, tornou-se uma equipe: idosos – Epitácio Fernandes, Francisca Tenório, Givalgina A. Borges, Isabel X. dos Reis, João H. da Silva, José A. da Silva, Palmira de Oliveira e Raimundo J. Irineu; educadora de saúde – Beatriz Pereira; educadora de museu – Judith Mader Elazari; agentes comunitárias de saúde – Rita de Cássia Silva e Gislene de Almeida; estagiária – Karina Giusti; fotógrafo – Wagner Souza e Silva; designer gráfica – Cida Santos.

³ Estiveram nos acompanhando, neste período, o estagiário Maurício André da Silva e as agentes comunitárias de saúde Maria Aparecida dos Santos Pessoa e Luciana Eduardo de Rezende.

⁴ Os objetos manuseados foram os seguintes: lâmina de machado (pedra), ponta de projétil (pedra), furador (pedra), raspador (pedra), fragmento cerâmico, cesta de fibra vegetal, boneca de madeira e chocalho.

⁵ Algumas das atividades educativas desenvolvidas neste projeto fazem parte da metodologia educacional utilizada no Serviço Técnico de Musealização do MAE/USP.

⁶ Meneses (1990) desenvolveu reflexões sobre o confronto e analogia entre Arqueologia e Psicanálise. Não é objetivo, deste artigo, aprofundar-se nestas questões, mas fica aqui um desafio intrigante, pois um dos objetos de estudo destas ciências, e também nosso, mesmo que de forma rudimentar, é o estudo da memória a partir de “escavações”.

⁷ Este setor se refere, no módulo I, “Origens e expansão indígena”, à cultura de povos pré-coloniais, e, no módulo II, “Manifestações socioculturais indígenas: culturas e sociedades”, às culturas de povos indígenas contemporâneos.

⁸ Os objetos escolhidos pelos idosos foram os seguintes: tigelinha, panela de pressão, escorredor de macarrão, caneca, dois canivetes, martelo, prumo, chapéu de palha, colcha de cama bordada, rádio e pedras. São alguns destes tipos de objetos que geralmente os arqueólogos encontram nos sítios arqueológicos, objetos estes que são, por eles, observados, classificados, analisados, interpretados e, muitas vezes, musealizados.

⁹ Ao retornarmos às casas dos idosos, vimos os convites e cartazes expostos e, até mesmo, emoldurados, demonstrando a importância que foi dada ao evento pelos idosos, pois representou um estímulo, alimento para a elevação de suas autoestimas, visto que são pessoas geralmente marginalizadas em seu meio social e na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, Gabriela. Os museus e inclusão social. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 53-62, jan./jun. 2002.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003. 219 p.

ELAZARI, Judith Madder. Relato de uma experiência educativa: Projeto Piloto Patrimônio Cultural e Memória: a Terceira Idade no

- MAE/USP. *Revista do MAE*, São Paulo, n. 7, p. 85-97, 1997.
- FOX, Mem. *Guilherme Augusto Araújo Fernandes*. São Paulo: Brinque-Book, 1995. 32 p.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Freud, Arqueólogo. *Atlante*, n. 3, p. 60-69, 1990.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benxi. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC, 1995. p. 171-192
- SOUZA e SILVA, Wagner. Entre fotografias científicas e a ciência da fotografia. *Revista do MAE*, São Paulo, v. 1, p. 432-441, 2007.



Capítulo 4

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E PROJETOS INTERGERACIONAIS

LIGIA CLARET LORENCINI WILD

O PROJETO “JARINU TEM MEMÓRIA”

De abril de 1998 a dezembro de 2004, aconteceu em Jarinu, pequeno município distante 60 km da capital paulista – São Paulo –, um projeto de formação de professores intitulado “Jarinu tem Memória”, decorrente de uma parceria entre o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CMU) e a prefeitura municipal da cidade. O eixo do projeto compreendia os estudos da memória local utilizando os pressupostos da história oral.

No final do século 20, já acontecia na sociedade ocidental um movimento intenso sobre a necessidade da lembrança. Tal movimento se ancorava em uma nova concepção de história, oriunda da escola dos Annales (1929-1969), e denunciava que a escolha dos documentos escritos como único instrumento capaz de reter a história dotou esta de um caráter político excludente, restrito às grandes personalidades. Admite-se, a partir de então, uma outra concepção que reconhece que a história não é produto apenas de heróis, mas que se constitui no protagonismo de todos os “anônimos”, e, em decorrência, os velhos, portadores privilegiados da memória, ganham papel relevante.

Elza Bost, precursora no Brasil dos trabalhos científicos que

incorporavam o ato de lembrar, afirma que “a memória não é sonho, mas trabalho”, e van Simson acrescenta que “o ato de compartilhar a memória é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos – porque alicerçadas numa bagagem cultural comum – e que, talvez por isso, conduza à ação” (*apud* PARK, 2000, p. 10). Foi nesse movimento de construção de redes de relacionamento, nas quais é possível focalizar em conjunto aspectos do passado, que pessoas da comunidade se agregaram ao projeto inicial de formação de professores em exercício. Assim foi estimulada a participação efetiva da comunidade no cotidiano escolar, e os velhos participantes do grupo, nomeados como “membros da comunidade”, desempenharam papel de suma importância, pois, sendo portadores privilegiados de memória, puderam se constituir protagonistas dessa história, gerada e documentada por meio de suas vozes que dialogavam com outros documentos recolhidos durante o processo. Desta forma, aprendiam e ensinavam com a flexibilidade de métodos, horários e locais, de modo não formal. Ressaltamos que o grupo da comunidade era heterogêneo. Nele, adolescentes, adultos e velhos interagiam discutindo, analisando materiais em torno de eixos escolhidos para cada encontro, segundo o grupo.

Lembramos que a nomenclatura “não formal”, que hoje abrange diversas ações, inclusive os fazeres desta experiência, foi inicialmente utilizada na década de 1970 com referência à educação de adultos que ocorria nos países do terceiro mundo. Desde então, ela tem sido utilizada também em referências à capacitação de indivíduos para o trabalho, para a aprendizagem e exercício de práticas que possibilitem a organização de grupos, geralmente vinculados a projetos de educação comunitária e como educação complementar ou supletiva à educação sistemática, oferecida em formas e espaços diferentes por associações, organizações não governamentais e até pelo Poder Público. Acreditamos que as sementes dessa modalidade de educação tenham sido lançadas na primavera de 1968, com a contestação da pedagogia autoritária, ou seja, com a aspiração de novas modulações nas relações entre os

sujeitos de ensino. Vemos atualmente que sob a temática da Educação Não Formal abrigam-se diversas “carências” e rubricas, o que gera controvérsias a respeito do que se pode incluir ou excluir nesta categoria sobre objetivos, métodos e formas de ação contempladas.

Retomando esse percurso, podemos dizer que nos anos de 1970 apontava-se para o antagonismo entre a Educação Não Formal e a educação formal-escolar, destacando a maior flexibilidade desta em relação às estruturas de programa, as metodologias utilizadas e as formas de abordagem dos conteúdos. Posteriormente incorporado mais um diferencial – a preocupação com a mudança ou transformação social. Nos anos 1990, ocorreu outro avanço: já se concebia a Educação Não Formal com um papel suplementar, complementar ou alternativo à educação formal/escolar. Há ainda necessidade de clarearmos as diferenças entre esta e a modalidade designada como educação informal para melhor justificarmos a designação “não formal” adotada em Jarinu. Para tanto, recorremos a Park, Fernandes e Carnicel:

Delimitando, ainda que momentaneamente – os usos e definições dos termos, entende-se que educação informal é toda a gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes) e que acontece sem que haja um planejamento específico e, muitas vezes, sem que nos demos conta (Trilla, 1996). Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado. Fazem parte desse rol de aprendizagens e conhecimentos, a percepção gestual, moral, comportamentos, provenientes de meios familiares, de amizade, de trabalho, de socialização, midiática, nos espaços públicos em que repertórios são expressos e captados de formas assistemáticas. Tais experiências e vivências acontecem, inclusive, nos espaços institucionalizados, formais e não-formais e a apreensão se dá de forma individualizada, podendo, posteriormente, serem socializadas (2007, p. 127).

Uma educação sem adjetivos se basearia no tripé - educação formal, não-formal e informal – acontecendo de forma concomitan-

te. Propostas educacionais ampliadas, sejam de que campo forem, expandem e oferecem espaços e conhecimentos para os indivíduos que compõem os variados grupos sociais (2007, p. .

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E VELHICE

O grupo participante do projeto “Jarinu tem Memória”, denominado “grupo da comunidade”, era constituído na maior parte por velhos e se formou a partir de convites, para rememorar o passado, publicados em jornais e na rádio comunitária. Responderam e participaram, com assiduidade variável, 40 pessoas de diversas faixas etárias:

- 30 a 40 anos: 2 participantes;
- 40 a 50 anos: 4 participantes;
- 50 a 60 anos: 5 participantes;
- Acima de 60 anos: 29 participantes.

Este grupo participava de reuniões mensais com a coordenadora geral do projeto,  Margareth Brandini Park, e foi convidado a apresentar nas escolas temas que surgiam nas rodas de conversa, tais como: a saúde no município, benzedadeiras, primeiros farmacêuticos, transportes, esportes, banda musical, festas religiosas, cinema etc. O grupo também foi encarregado do recolhimento de fotos antigas, as quais foram encaminhadas ao CMU  e foram gerados os respectivos negativos. Algumas fotos foram doadas para a formação de um acervo e outras foram reproduzidas. Coube também ao grupo a tarefa de reconhecer e identificar pessoas nas muitas fotos que chegavam ao departamento. Esta atividade resultou no acervo fotográfico de quase 5.000 fotos mantido na biblioteca municipal e no acervo duplicado no CMU.

A formação do acervo demandou algumas tarefas, por isso pessoas desse grupo foram capacitadas tecnicamente por pesquisadores do CMU para higienizar, catalogar e arquivar as imagens recolhidas.

Marcondes (*apud* PARK, 2003, p. 160), pesquisadora, restauradora e conservadora de fotografias do CMU, responsável técnica pela for-

mação do arquivo municipal, explica:

[...] buscou-se, com o projeto JARINU TEM MEMÓRIA, dentro do plano de educação não- formal preparar profissionais para as atividades próprias a um arquivo, quer seja no processamento técnico, quer na conservação/preservação. Essa formação envolveu diferentes etapas, tendo-se iniciado com a identificação das imagens por meio de entrevistas com os membros da comunidade. Para realizar esse trabalho os profissionais tiveram acesso a uma bibliografia específica. A segunda etapa, que envolveu maior tempo, foi a da conservação. Os profissionais foram treinados para a identificação do processo fotográfico e o tratamento destinado a esses materiais, como higienização (mecânica e química), restauração (velatura), planificação, confecção de embalagens e acondicionamentos. A terceira e última etapa foi a informatização do acervo. Os dados das fichas catográficas foram transferidos para uma base de dados ACCESS, podendo se acessar o banco de imagens já previamente escaneadas e indexadas.

Dos três voluntários capacitados para as duas primeiras etapas, dona Marly (sexagenária), funcionária pública aposentada, foi posteriormente contratada pela prefeitura. A terceira etapa contou com a participação exclusiva dos funcionários da biblioteca municipal, os quais também participaram das outras fases do processo de capacitação.

Sobre o significado que a participação no projeto teve para dona Marly, Lopes (2008, p. 280), aponta em seu Diário de Campo:

Aos poucos pude perceber o cuidado e o carinho de dona Marly por aquele trabalho. Diz querer continuar ali enquanto deixarem [...] Pergunto sobre o projeto e sua participação. Afirma que foi uma coisa ótima o que aconteceu e que se sente feliz por participar no reconhecimento das fotos e no cuidado delas.



Todo o material fotográfico coletado, assim como objetos utiliza-

dos pelos antigos moradores em suas lidas domésticas ou agrícolas, foi apresentado à comunidade na semana de 17 de abril de 1999, quando o município completou 50 anos de emancipação política, por meio de uma exposição realizada no Ginásio de Esportes Jairo Lorencini, e que contou com a presença, registrada em livro, de 5.000 pessoas, sendo a população do município de aproximadamente 12.000 habitantes. Durante essa semana, apresentaram-se grupos artísticos e culturais relevantes no histórico da cidade, e, dentre estes, destacamos duas apresentações que resultaram na revitalização de atividades culturais que estavam esquecidas: a Dança de São Gonçalo e a Banda Musical.

A Dança de São Gonçalo, tradição antiga e que estava desprestigiada no município, foi muito lembrada nas reuniões mensais que aconteciam com o grupo da comunidade e com a coordenadora geral do projeto. Por esta razão, o grupo foi convidado a se apresentar em escolas e na semana comemorativa ao cinquentenário da emancipação política da cidade. Capitaneada pelos folgazões Benedito Machado e Amado Damasceno, o grupo passou, desde então, a receber convites para apresentações em outros municípios nos festivais de cultura tradicional. Assim, ao terem seu conhecimento – a poesia, a música, a dança religiosa, a memória – valorizado como patrimônio sociocultural, o grupo de reza adquiriu maior visibilidade e conquistou respeito na comunidade. Seu Benedito, em entrevista concedida à pesquisadora Ewellyne Lopes, fala sobre a felicidade que a família tem ao vê-lo ser procurado por pesquisadores e pelo prestígio que ele alcançou na comunidade: “Apontando para seu filho Roberto, diz seu Benedito: ‘Ai tem um ali que abriu a asa, ô... mas o papai tem, tem um valor...’” (risos).” (*apud* LOPES, 2008, p. 267).

Outro grupo artístico que ressurgiu com o projeto foi a Banda Musical. A cidade fora celeiro de músicos desde a chegada dos imigrantes italianos, notadamente a família Contesini, em 1888. A partir de então, até o início da década de 1950, duas bandas se rivalizavam abrilhantando as festas cívicas e religiosas: a Banda Contesini e a Banda XV de Novembro. Esta foi a primeira a encerrar suas atividades, e depois a

própria Banda Contesini encerrou suas atividades, não sem antes lutar para renascer com outro nome ou outros músicos. Era com tristeza que o grupo da comunidade apontava a falta da Banda Musical nos festejos cívicos e religiosos.

Sebastião Ferreira, também participante do grupo de São Gonçalo, foi um dos revitalizadores da banda. Foi ele quem convidou os músicos para apresentação da exposição de 17 de abril e depois convidou o maestro Antão para reger o grupo.

Nos dias atuais, pondera o Dr Álvaro Lorencini, só se pode louvar a iniciativa do maestro Antão Fernandes que, após sua longa experiência à frente da Banda da Força Pública Estadual, esforça-se agora por dotar Jarinu de uma nova banda de música digna de sua tradição (WILD, 2004, p. 242).

Para o sr. Sebastião Ferreira, popularmente conhecido como Bordinho, à reativação da banda, além da satisfação pessoal, trouxe, tal como para dona Marly, benefício financeiro, como se vê no depoimento abaixo:

Ah, formaro a banda lá (Jundiaí) e nossa banda tinha parado, aí eu fui lá. Daí formamo aqui de novo, voltei pra cá de novo. Então, São João (Banda de Jundiaí) faço parte... quando eles precisa eu vou na Banda de Atibaia, toquei na Banda de Campo Limpo, toquei na banda Nossa Senhora do Carmo, toquei na Contesini toquei na Dezesseis de Julho [...] Agora tô na Dezesete de Abril. Ah, e vou continuar. Até dar pra dar uns passos eu vou continuar [...] E ele ficam contente porque em cada serviço que faz, assim num recebe na hora, né? Mas sem a gente esperar, chega lá, eles pagam pra gente, né? Quarenta pau pra cada um já serve, né? (LOPES, 2008, p. 278).

Seu Sebastião também fala sobre a escola para formação de jovens músicos que a banda mantém: “[...] cê vê que entrou cinco. Já tem cinco que era da escola e já tá na banda. Tocando e toca bem pra ca-



ramba” (LOPES, 2008, p. 281).

Este aspecto de formação de jovens músicos ganha relevância ao se considerar que os músicos mais velhos, muitas vezes, encontram limitações físicas para continuar a tocar instrumentos de sopro e, então, direcionam-se para os instrumentos de percussão, sendo substituídos em sua função antiga pelos jovens oriundos da escola.

Nos exemplos citados, com os depoimentos de dona Marly, seu Benedito e seu Sebastião, que passaram também a ser procurados pelas escolas para que transmitissem o conhecimento que a comunidade desejava preservar ou reavivar, percebemos a vivência da máxima freiriana do ensinar-aprendendo. Eles tiveram a oportunidade de se reverem como produtivos – numa sociedade na qual somente quem produz tem valor –, pois, com as ferramentas que refletem e resultam de suas histórias de vida, eles conseguiram ressignificar as práticas sociais, o que remete à ideia de sustentabilidade local, considerando-se este conceito nos aspectos social, econômico, político, ambiental e cultural que os envolve.

DESAFIOS

Trabalhar com memória, com a história local, no âmbito da Educação Não Formal, constitui-se em duplo desafio. Justificamo-nos por meio das palavras de Park (2003, p. 31):

Os trabalhos envolvendo a memória trazem marcas específicas, idiossincráticas. Ao trabalharmos com a memória, trabalhamos também com o esquecimento. As rupturas ou cortes utilizados decorrem, principalmente, da cultura que responderá como filtro estabelecedor de sentido para algumas práticas e não outras, um processo de esquecimento do indivíduo-sujeito social que elege, submerge, apaga, de acordo com o peso que lhe acarreta a decisão de suas versões.

Para um grupo que havia partilhado vivências e memórias, a aceitação de diferentes e múltiplas visões sobre um mesmo fato demandou

intenso trabalho por parte da coordenadora. Aceitar e compreender que o outro percebeu de forma diversa o mesmo fato, e que isso não inviabiliza sua versão, mas que todas as outras versões devem ser consideradas, implicaram em desistências e dissentimentos. Trabalhar com memória é estar pronto para aceitar também os esquecimentos e os desapontamentos.

Outra dificuldade foi retomar a rotina do grupo após a morte de um companheiro, e, nesse percurso, perdemos três participantes: dona Carmelita, professor Fortunato e dona Leta.

O modelo do projeto era inovador. Pela primeira vez a universidade chegava até a comunidade do município, causando euforia em alguns e desconfiança e inibição em outros.

No enfoque da universidade, a coordenadora do CMU,  Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson, relata seu desafio:

Desejava contribuir para que, de alguma forma, os moradores de Jarinu percebessem a necessidade da recuperação do seu passado, para que esses pequenos fragmentos, depois de cientificamente tratados e interpretados em um conjunto que lhes permitissem dialogar entre si, pudessem ajudá-los a melhor compreender: quem eram? Por que atuavam? E o que buscavam? (WILD, 2004, p. 12).

Não sem dificuldades, o desejo anteriormente explicitado se concretizou.

O CIDADÃO PESQUISADOR

O grupo da comunidade participante do projeto, que então já reconhecíamos como uma modalidade de Educação Não Formal, também participou com seus relatos e lembranças da escrita de um livro, o qual foi intitulado “Memória em Movimento na Formação de Professores: Prosas e Histórias”, organizado por Park (2000), e que reuniu textos de professores e de pessoas da comunidade. Voltando-se para a memória e para sua própria produção, o livro legitimou, até porque registrou sob a forma escrita, uma polifonia de vozes e um mosaico de lembranças.

No biênio 2001-2002, o grupo da comunidade também foi às escolas e participou dos trabalhos desenvolvidos, os quais tinham por eixo temático o meio ambiente. Em muitos dos relatos, foram lembrados as antigas configurações das ruas da cidade, os rios e riachos que desapareceram, as técnicas agrícolas utilizadas pelos primeiros imigrantes, o início do uso dos agrotóxicos, o desmatamento irresponsável, as queimadas, a reutilização de alguns materiais hoje substituídos por descartáveis, o aproveitamento das sobras das refeições na alimentação de animais domésticos, as técnicas construtivas das moradias que ainda estão visíveis em um ou dois prédios municipais etc.

Ao final, aconteceu a exposição de fotos “Meio Ambiente Ontem e Hoje”, e um novo livro foi produzido – “Formação de Educadores: Memória, Patrimônio e Meio Ambiente”, organizado também por Park (2003), desta vez com a participação dos professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A esses produtos foi agregado mais um de relevante valor socioambiental: a coleta seletiva de lixo, a qual foi requisitada pela comunidade e atendida pelo Poder Público. Ressaltamos que a coleta no município se desencadeou a partir de um trabalho realizado nas salas de aula com crianças, famílias e comunidade.

Também na educação infantil se trabalhou o meio ambiente tendo como embasamento a arte e a educação por meio de músicas e artes plásticas. Neste projeto, destacou-se a figura de um artista nascido na Letônia e residente em Jarinu, que tinha na época 90 anos e mantinha o Centro Cultural Tao Sigulda. A riqueza de sua pintura foi o início para o estudo do meio ambiente voltado para bichos (que dão em gente e nos jardins), para o equilíbrio ecológico e foi o caminho que conduziu a outros pintores também reconhecidos internacionalmente. Sobre esse trabalho, foi publicado o livro “Tao Sigulda Arte, Educação e Projetos”, no qual as atividades desenvolvidas foram relatadas e teoricamente embasadas por Margareth Park e Sueli Iório (2004). O artista Tao foi escolhido não por ser velho, mas por ser um habitante da cidade e pelo inegável valor do conjunto de sua obra.

Cabe aqui uma pequena reflexão sobre o termo “velho”. Lopes (2008), ao estudar a representação social das crianças acerca de velho e velhice, apresenta como justificativa o aumento da população considerada velha e a maior visibilidade da velhice na sociedade atual. A autora assume, e também o fazemos, o termo “velho” em detrimento a idoso, ou melhor, *idade*, com a intenção de contemplar a função social que o velho desempenha na sociedade: a de lembrar, de portar memórias e saberes apreendidos e (re) elaborados no transcorrer de sua vida. A autora pontua ainda que o termo “idoso” é mais adequado à questão de longevidade e o termo “melhor *idade*” pode estar ligado às práticas consumistas que tendem a negar a velhice e promover a busca do rejuvenescimento.

Com muitos e variados os parâmetros para se enquadrar um indivíduo na velhice, porque a condição de velho é construída social e historicamente e, portanto, varia nas diferentes sociedades. Nas atuais sociedades ocidentais, considerando apenas a idade cronológica, as pessoas são consideradas velhas aos 60 anos nos países em desenvolvimento e aos 65 anos nos países desenvolvidos.

A participação do grupo, especialmente dos idosos, na elaboração do livro “Memória em Movimento na Formação de Professores: Prosas e Histórias” deu ânimo para que eles saíssem a campo, juntamente com o grupo de professores, tomando para si a responsabilidade de pesquisar a história de suas famílias e de outras conhecidas e registrá-las para as gerações futuras. Assim, dona Marly, seu Arlito, dona Dirce, dona Diva, dona Mercedes, dona Amélia, seu Sebastião, seu Antonio Soranz, todos acima dos 60 anos, tornaram-se pesquisadores e coautores de um novo livro intitulado “Travessias: Memórias do Povoamento e da Imigração de uma Cidade Paulista”, organizado por Wild (2004).

CONSTATAÇÕES

Firmados e trabalhados os desafios, os quais não foram poucos e nem sempre foram vencidos, buscamos embasamento de pesquisadores para nossas constatações. Parte do grupo da comunidade que par-

ticipou do projeto “Jarinu tem Memória” foi ouvido pela pesquisadora Ewellyne Lopes: seis mulheres e quatro homens de diferentes classes sociais, com idades entre 60 e 81 anos, portanto considerados velhos. Nessas conversas, os velhos mostraram a diversidade de significados que o projeto “Jarinu tem Memória” assumiu em suas vidas, variando conforme suas realidades, motivações e personalidades. Estes significados foram agrupados em quatro categorias convergentes:

- reconhecimento: foi relevante não só abrir espaço para que os velhos pudessem se apresentar, mas valorizar o que tinham a oferecer como patrimônio sociocultural e dar-lhes visibilidade diante da sociedade. Este processo contribuiu para o aumento de autoestima;
- papéis e funções sociais: alguns participantes tiveram atividades iniciadas ou reavivadas pela participação no projeto, reconhecendo-se e sendo reconhecidos novamente no papel de trabalhador, ou em novos papéis, por isso se sentiram novamente úteis;
- transmissão de saberes e cuidado com as novas gerações: a maioria dos entrevistados viu a oportunidade de falar do passado como uma forma de transmissão de saberes e conhecimentos. A validade deste ato estava na possibilidade de preservação da memória sociocultural da cidade, divulgando os costumes e tradições que lhe são caros;
- satisfação pessoal: para alguns participantes, as atividades desenvolvidas durante o projeto representavam suas únicas ocupações e lhes garantiam satisfação pessoal, principalmente por serem significativas.

Outra constatação nos é apontada por   Vera Wilson, coordenadora do CMU, na apresentação do quarto livro decorrente do projeto “Jarinu tem Memória”:

Foi, entretanto, a elaboração espontânea desse livro – **Travessias: memórias do povoamento**  **imigração de uma cidade pau-**

lista: Jarinu – por atores sociais que acompanharam o desenvolvimento do projeto, embora não estivessem diretamente envolvidos nele, e que, por viverem o cotidiano da cidade e deterem muitas lembranças de um passado que merecia ser reconstruído pelo trabalho com a memória ou, ainda por conhecerem os caminhos para buscar e envolver depoentes que pudessem ajudá-los a realizar tal tarefa, que nos proporcionou, hoje, o prazer de nos deliciarmos com relatos tão vivos e envolventes do passado local, confirmando que a minha esperança escondida de uma ampliação do nosso trabalho, que explodisse os limites dos espaços educacionais, tinha sim, fundamento.

Ela foi preenchida com espontaneidade, entusiasmo, envolvimento e certamente com muita emoção, pois RECORDAR, como frequentemente relembro aos meus alunos é colocar de novo no coração.

Os autores [...] tomaram em suas mãos as rédeas do processo e, como guardiões da memória de Jarinu, saíram para a largueza dos campos do passado, em busca dos mais variados fragmentos [...] (WILD, 2004, p. 77)

Constatamos, então, que esse projeto tornou possível ao jovem e ao idoso em interação o autoconhecimento e o autorreconhecimento num processo de construção de identidade, sendo que este processo conduziu ao sentimento de pertencimento e inserção social, pilares da cidadania.

Também notamos que a construção de redes de relacionamento entre pessoas de diferentes grupos sociais e faixas etárias, as atividades desenvolvidas com outras linguagens que valorizavam a cultura tradicional e a memória fizeram dessa experiência um exemplo bem sucedido de Educação Não Formal, na qual o maior patrimônio dos idosos – seu passado, sua memória –, ao ser compartilhado, deu novos significados as suas histórias de vidas e novas dimensões aos seus papéis ou posições sociais.

Para o pesquisador italiano Francesco Tonucci (2005, p. 71)¹:

O velho vive um período muito particular da vida: terminaram as expectativas, o desejo de se destacar, a necessidade de competir. Um período que poderia ser tranqüilo, despreocupado, livre se não obrigasse o velho a se espelhar tristemente nos outros velhos ou a se perder no seu futuro de morte em solidão.

A serenidade, a felicidade do velho são ligadas à possibilidade que sua experiência possa servir a alguém, que ele ainda possa ser útil, que todo o tempo que ainda tem possa ser tão importante como o que já passou.

Eis, portanto, o velho, o avô, como aliado privilegiado das crianças.

Concluimos que a Educação Não Formal e a metodologia da história oral – usada para a ressignificação da memória histórica, socio-cultural do município, um dos eixos principais do projeto “Jarinu tem Memória” – podem ser simbolizadas como uma ponte que uniu os dois do rio, os velhos e as crianças, sujeitos não raramente esquecidos às margens da sociedade capitalista e globalizada que somente valoriza os que são economicamente produtivos.

NOTAS

¹ Tradução literal realizada pela autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

GARCI, Valéria Aroeira. Educação não-formal: do histórico ao trabalho local. In: PARK, Margareth Brandini (Org.). *Formação de educadores: memória, patrimônio e meio ambiente*. Campinas, SP: Ed. Mercado de Letras, 2003. p. 123-145.

LOPES, Ewellyne Suely de Lima. *Encontros intergeracionais e representação*

- social*: o que as crianças pensam sobre velhos e velhice. Holambra, SP: Editora Setembro, 2008. 319 p.
- XXXXXXXXXXXXXXXPARK, Margareth Brandini (Org.). MANTER A BIBLIOTECA Formação de educadores: memória, patrimônio e meio ambiente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. 208 p.
- _____. (Org.). *Memória em movimento na formação de professores*: prosas e histórias. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000. 303 p.
- PARK, Margareth Brandini; IÓRIO, Suely Aparecida (Orgs.). *Arte, educação e projetos*: Tao Sigulda para crianças e educadores. Jundiaí, SP: Arvore do Saber, 2004. 60 p.
- PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (Orgs.). *Palavras-chave em educação não formal*. Holambra: Editora Setembro; Campinas: UNICAMP/CMU, 2007. 194 p.
- TONUCCI, Francesco. *La città dei bambini*. 3. ed. Roma: Editori Laterza, 2005.
- WILD, Lígia Claret Lorencini (Org.). *Travessias*: memórias do povoamento e da imigração de uma cidade paulista: Jarinu. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. 256 p.

CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO
VELHICES

Capítulo 5

EDUCAÇÃO, TRABALHO E APOSENTADORIA

JAIME LISANDRO PACHECO

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu da escuta de um grupo de reflexão, composto por seis idosos que apresentaram sintomas depressivos após a aposentadoria – este “rito de passagem” que é como uma das portas de entrada para a velhice. Para se compreender esta complexa dinâmica e como ela marca, muitas vezes, negativamente a vida do sujeito, serão discutidos, ao longo do texto: o trabalho no mundo moderno, buscando-se entender como sua fragmentação também dividiu o ser humano; a aposentadoria como entrada num mundo desvalorizado; o papel do gerontólogo no trabalho com aposentados e as possibilidades de cada um deles, ontocriativamente, refazer caminhos e projetos de vida.

O TRABALHO NO MUNDO MODERNO

Antes do advento do capitalismo, o trabalho estava centrado na sua divisão social. Ele representava o exercício livre e consciente do homem sobre a natureza para modificá-la em seu benefício. Na divisão social do trabalho, a distribuição das tarefas, ofícios e especialidades era feita de forma  todos podiam participar do processo inteiro de produção de um bem ou serviço.

Com o início da Revolução Industrial, houve uma modificação estrutural na forma de se organizar e dividir o trabalho. O trabalhador

passou a apenas colaborar, parcial e mecanicamente, na fabricação de um artigo.

Mesmo com o trabalho já fragmentado, até o final do século 19, os trabalhadores ainda detinham o conhecimento necessário à execução das atividades laborativas. Eram os sindicatos que contratavam os oficiais para a realização dos serviços previamente definidos pelos empregadores. Até então, embora a forma de trabalhar já estivesse fortemente dividida, o conhecimento acumulado ainda era fator de valorização do trabalhador. Era ele quem detinha o conhecimento e o domínio das técnicas para a fabricação de um produto.

No início do século 20, Frederick Taylor, engenheiro americano, lançou-se à organização do trabalho. Baseando seus estudos nos tempos e movimentos e nas formas de organização administrativa, Taylor reorganizou o trabalho, descrevendo e detalhando cada ação na linha de produção e dividindo-a em unidades. Este movimento ficou conhecido como taylorismo. Ao descrever as ações necessárias à execução do trabalho, ele retirou do trabalhador seus conhecimentos acumulados e os registrou em manuais técnicos. O saber passava a ser propriedade dos donos dos meios de produção.

Assim, os conhecimentos dos operários na execução das atividades foram apropriados e ordenados em manuais descritivos de atividades, nos quais cada movimento e rotina, por menores que fossem para a produção de algum bem, passaram a ser a memória das ações laborativas. Poderiam, assim, ser executadas por qualquer pessoa que pudesse seguir corretamente as instruções. O conhecimento, que não mais estava com o operário, mas sim em poder dos técnicos e engenheiros, possibilitou uma outra divisão do trabalho: o planejamento e a execução. O planejamento cabia aos engenheiros, e a execução, aos trabalhadores braçais (HELOANI, 1996; FRIGOTTO, 1998).

Com base nos princípios taylorista, Henry Ford, nos anos de 1920, implantou as denominadas linhas de montagem – um ato simples de inversão do movimento. Ao invés de o trabalhador se deslocar até aos materiais e às ferramentas, estes vinham até ele, por meio das esteiras

rolantes. Esta inovação revolucionou a indústria, ampliou os conceitos tayloristas e deu origem a uma nova forma de se organizar o trabalho, conhecida como fordismo.

No que se refere à aceleração da fabricação, ao barateamento do produto, ao controle do trabalho e à gerência das atividades, ao pagamento por produtividade, à pressão sobre o Estado para a instituição do Estado de Bem-Estar Social e à acumulação do capital, o fordismo representou um avanço no processo de modernização.

Todavia, pelo lado do trabalhador, este processo mudou radicalmente sua relação com o trabalho. Charles Chaplin retrata, no filme “Tempos Modernos”, esse momento da história, mostrando, com singular clareza e bom humor, a fragmentação do trabalho e a redução do trabalhador a apenas uma peça na engrenagem do intrincado mundo do trabalho, na modernidade.

Com a fragmentação das operações na indústria, necessária à implantação das linhas de montagem e ao aumento da produtividade, deu-se também a fragmentação do homem como sujeito. Para isto, novos hábitos necessitavam ser inculcados aos futuros trabalhadores, desde a infância, para os transformarem em “corpos dóceis”, no dizer de Foucault (1983).

Na empreitada de manutenção dessa nova ordem dos interesses dominantes, engajaram-se organismos sociais, entre eles a escola e a família, com o objetivo de construir regras sociais que correspondessem aos objetivos da sociedade e sobrepujassem aos desejos dos indivíduos. Os interesses da sociedade estariam sempre acima dos interesses individuais. Assim, os valores básicos da sociedade deveriam ser reproduzidos para que os indivíduos os internalizassem durante todas as etapas de seu ciclo de vida (CHARLOT, 1986; ENGUITA, 1989; SEGNINI, 1998; FRIGOTTO, 1998).

Mas o modelo fordista de produção começou a apresentar problemas, entre eles a crise do aumento de produtividade. Uma nova ordem econômica e social globalizada se engendrava no mundo neoliberal. A política de pagamento por produtividade e a política do Estado de

Bem-Estar Social passaram a ser duramente atacadas. A internacionalização da produção, a reengenharia e a informática despontavam como possibilidades de instrumentos de flexibilização do trabalho nas linhas de montagem.

Por outro lado, os operários, além dos grandes movimentos sindicais, teciam resistências silenciosas ao modelo fordista de produção por meio do “adoecimento”, do absenteísmo. Começou a aparecer um desinteresse crescente dos jovens, nos países ricos, de se tornarem operários, pela falta de perspectivas de realização pessoal pelo trabalho que era oferecido aos seus pais. Eles conviviam em casa e nas ruas com o estilo de vida de seus pais operários e não queriam isto para seu futuro. O trabalho, neste modelo fabril, passava a ser percebido pelos jovens como a possibilidade de ser apenas um meio de sobrevivência, nada mais.

Isso exigiu do capital uma reestruturação da organização do trabalho. m de obter a adesão dos trabalhadores, desenvolvendo um modelo que foi chamado, no início, de administração participativa, mas que, na prática, buscava atenuar a fuga do trabalho e torná-lo mais atraente aos jovens das classes operárias. Esta nova proposta passou a ser conhecida como pós-fordismo.

O TRABALHO NO MUNDO PÓS-FORDISMO

Pode-se dizer que a pressão constante do trabalho assalariado no mundo atual, sob uma capa de participação, apenas reproduz os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. A coação sobre o trabalhador nas empresas atuais, gerada pela excessiva competitividade, redução dos postos de trabalho e aumento do desemprego, tem levado o indivíduo a estreitar laços de dependência com a organização, criando uma identificação afetiva que permite ao indivíduo se apropriar da ideologia da empresa, de seus recursos e de sua segurança.

Segundo Heloani (1996), a empresa pós-fordista, na concepção ideológica de submissão do trabalhador, reproduz um paradigma maternal que induz a uma reciprocidade: a proteção deve ser retribuída com

a fidelidade no exercício do trabalho. Mas o modelo maternal também se reproduz a partir do aumento da angústia: “Quanto maior a angústia provocada pelas várias exigências da empresa sobre o indivíduo, maior a identificação com a ‘empresa-mãe’” (HELOANI, 1996, p. 177). Esta imagem protetora da empresa pós-moderna continua encobrendo os conflitos trabalho-capital e submetendo os indivíduos à lógica abstrata construída a partir de uma forma inconsistente de dominação.

No final do século 20 e início do 21, começou-se a se desenhar um quadro complexo em relação à organização do trabalho. De acordo com Linhart (2002), falando dessa era pós-fordista, conclui que a demanda das empresas por uma gerência transparente que atenda aos ditames de uma nova ordem social, da globalização, da informática e da re-engenharia das linhas de montagem busca mobilizar os assalariados para resolver os imperativos cada vez mais numerosos com os quais as empresas se confrontam, como qualidade e produtividade. É como se houvesse uma

terceirização das dificuldades e das próprias impossibilidades da organização que recaem sobre os assalariados, para que encontrem permanentemente soluções em seu trabalho, quer tornando-o mais operacional, quer inventando para si um *one best way* propositalmente inscrito nas lógicas tayloristas (LINHART, 2002, p. 178 grifo do autor).

Pode-se então pensar em três tipos de situações atuais no mundo do trabalho, os quais afetam os trabalhadores, segundo Linhart (2002), e cujos resultados só poderão ser avaliados ao final de suas vidas, quando aposentados ou expulsos do mercado de trabalho:

1. SITUAÇÃO TAYLORISMO AUTÊNTICO

A primeira situação pode ser chamada de taylorismo autêntico. Taylor preconizava uma organização definida por prescrições e normas estabelecidas às quais os assalariados deveriam ser submetidos. O planejamento feito pela engenharia deveria ser executado como tal,

sem mudanças e sem questionamentos pelos operários.

Os tayloristas ouviam, periodicamente, os trabalhadores para as soluções dos inúmeros problemas que o planejamento a distância não conseguia resolver. Em seguida, aqueles saberes desenvolvidos pelos operários eram rigorosamente transformados em normas e rotinas que deveriam ser rigidamente seguidas. Mas os planejadores também sabiam que existiriam atos de resistência silenciosa que modificariam a ordem estabelecida, no sentido de melhorar a atividade, manter a produtividade e trabalhar menos, sem lhes comunicar ou revelar “seus inventos”.

Estes comportamentos, contudo, eram tolerados e “desconhecidos” pelas chefias, pois sempre resultavam em aumento da produtividade. Mas, para o trabalhador, funcionavam como uma subversão da ordem estabelecida, mantendo consigo suas pequenas descobertas para a melhoria da execução de suas tarefas. Esses “segredos” demonstravam sua “esperteza” de produzir o exigido trabalhando menos e lhe davam a oportunidade de se vangloriar de sua capacidade perante a “incompetência e ignorância” dos engenheiros e planejadores.

Já no movimento pós-fordista, não são mais toleradas essas práticas, pois a gerência precisa ser transparente e os operários devem trabalhar de forma “participativa”, cooperativa e integrada. A gerência necessita saber das competências e dos saberes ainda não apropriados, no sentido de solucionar rapidamente os entraves que retardam o aumento da produtividade, em nome da participação do trabalhador.

Esta postura de organização do trabalho coloca o assalariado diante de uma exigência que o dicotomiza: precisa ser motivado, reativo, mostrar capacidade de análise para adaptar as prescrições à realidade e ser cooperativo, mas também precisa se comportar estritamente como mandam as normas e as prescrições da organização. Ficam os trabalhadores, portanto, submetidos à lógica de natureza contraditória. Internalizam as coerções que os métodos de trabalho lhes impõem, mas precisam ser capazes de buscar soluções para objetivos que foram traçados sem sua participação. A todo momento os trabalhadores têm

de buscar, dentro da linha de produção que lhes é imposta, outros caminhos melhores que, apropriados e descritos pelos tayloristas, devem ser seguidos por completo, até novo desarranjo da organização do trabalho.

A formação escolar precisa, então, tê-los preparado para novas competências e para o desempenho de habilidades necessárias à nova realidade. Assim, são mais bem formados do que os trabalhadores do antigo modelo fordista, mas, por serem mais competentes e mais bem formados, custam a suportar as atividades conforme prescrições minuciosas e muito coercitivas que eles mesmos ajudaram a montar, de forma consentida, em nome da participação.

Essa dinâmica acarreta situações esquizofrênicas, pois os operários são confrontados com papéis contraditórios: por um lado, são autores das prescrições as quais submetem os trabalhadores a uma rigidez na linha de produção, e, por outro, são seus executores sob o princípio da estrita obediência. A perversidade desta relação é que ela é jogada de maneira aberta, sob o discurso da participação, barrando, assim, qualquer possibilidade de resistência.

2. SITUAÇÃO NEO-TAYLORISTA

A segunda situação pode ser denominada neotaylorista. Nela, a melhor organização do trabalho, que precisa ser regularmente ajustada, tem que ser reforçada por qualidades especificamente humanas, entre as quais estão a iniciativa, a capacidade de adaptação, o saber relacional e a compreensão daquilo que pode convencer em situações de negociações. Estas atividades são desenvolvidas em interação com o público, face a face, ou com a mediação de modernas tecnologias das centrais de teletendimento.

Nestas centrais altamente taylorizadas acontecem situações estranhas de subjetividade, pois as atividades só podem ser realizadas pelo envolvimento dos assalariados que trazem para si os objetivos comerciais das empresas. Os assalariados devem dar vida às prescrições e rotinas, rigidamente traçadas pelos planejadores, engajando sua

subjetividade por meio de adesão. Os atendentes dos telecentros, por exemplo, precisam dar vida e personalizar ao máximo, mesmo que de uma maneira falsa, sua relação com o cliente, encenada por roteiros minuciosamente preestabelecidos e duramente regida por normas de produtividade.

Esta é uma situação dita neotaylorista, pelo fato de que sua implementação organizacional não pode ser questionada, mas só pode ser viável e operacionalizada se os assalariados aceitarem se envolver subjetivamente com a causa da empresa e executarem regidamente as normas que ela estabelece.

Esses trabalhadores, formados para a competência e a solução de problemas, vivem a necessidade, a todo momento, de se superarem. Essa dicotomia no trabalho, que aparentemente se apresenta integrada, gera uma tensão pessoal interna e constante, da qual o indivíduo não tem como se desligar por meio de atos silenciosos de resistência a sua despersonalização.

3. SITUAÇÃO AUTOTAYLORISMO

O terceiro tipo de situação pode ser chamado de autotaylorismo. Este modelo de organização se refere a um crescente aparecimento de atividades que, a cada dia, são mais complexas e variadas, impossibilitando os engenheiros planejadores de estabelecerem o melhor caminho para atingir os objetivos e as metas da empresa. Assim, recorrem aos trabalhadores para que eles desenhem o melhor caminho, segundo os princípios tayloristas de economia de tempo e movimento. Cada trabalhador inventa, em sua cabeça, uma nova linha de montagem, mas que também seja visível e clara  para possibilitar aos gerentes o acompanhamento e a avaliação da produtividade.

Como essa forma não se atrela a uma lógica taylorista pura, uma vez que tudo depende do estado de espírito do assalariado, de sua disposição para com a empresa e de sua subjetividade, a empresa se torna vulnerável. Assim, é necessário, antes de tudo, que o trabalhador internalize a filosofia da empresa, sua cultura e sua racionalidade, de

uma forma muito mais acentuada do que as outras formas de administração.

Este terceiro tipo de organização do trabalho, que num olhar desatento pode parecer o ideal pelo fato de levar o trabalhador a planejar seu melhor caminho, corresponde talvez à forma mais dura de alienação. O assalariado, que em nenhum momento foi consultado quanto aos objetivos e metas da empresa, depara-se com a necessidade de pensar, permanentemente, maneiras de implementar um uso de si mesmo de forma eficiente e produtiva, segundo parâmetros de produção previamente definidos. Mas, embora tenha sob sua responsabilidade a inventiva de caminhos a seguir, ele desconhece as coações e os mecanismos de controle aos quais está submetido, pois estes não são claramente objetivados.

Pode-se argumentar que este modelo de desenvolvimento humano tem trazido benefícios para a humanidade. E realmente tem. Um deles é o aumento da expectativa de vida, que colocou mais anos na vida do trabalhador. Mas há um outro lado perverso da modernidade: ao mesmo tempo em que a longevidade aumentou, engendrou a velhice como uma etapa da vida de menor valia, de perdas e de improdutividade.

As formas de trabalho assalariado concebidas a partir do taylorismo exigem destreza, velocidade e rotinização, e as pós-tayloristas exigem, além destas, outras competências, excluindo, quase sempre, os que envelhecem e apresentam mudanças no seu padrão de agilidade física e mental.

Assim, muitas fórmulas têm sido concebidas para retirar do mercado de trabalho aqueles que não preenchem mais tais requisitos, entre eles os velhos. Embora não haja evidência do envelhecimento das competências, o discurso ideológico sobre a agilidade, a precisão, a capacidade de resolução rápida de problemas, a atualização em tecnologias de informática faz “envelhecer” populações acima dos 40 anos, tornando-as descartadas para esse mercado de trabalho altamente competitivo.

O resultado vem sempre com a aposentadoria ou o não trabalho, acarretando um corte no vínculo social dos indivíduos, os quais, formados para o sucesso e para um desempenho de alta produtividade, veem-se colocados num plano secundário da sociedade, reservando-lhes os papéis de *status* mais baixo.

A APOSENTARIA COMO PORTA DE ENTRADA NA VELHICE

A aposentadoria pode ser melhor entendida como a porta de entrada para a velhice, por quase sempre coincidir com o início da chamada “Terceira Idade”.

Algumas teorias sociais, em meados do século 20 caram explicar as relações do indivíduo envelhecido com a sociedade industrial e discutir a questão do trabalho e retirada do idoso do processo produtivo.

A primeira, a teoria do desengajamento, de Cumming e Henry (1961), postula que o afastamento do velho do mundo produtivo possibilita à sociedade abrir espaço para os mais jovens e conceder ao idoso maior tempo para a preparação da finalização do seu ciclo de vida. Ela também sugere que a sociedade se afasta das pessoas idosas à medida que estas se afastam da sociedade; que o afastamento é um processo natural e espontâneo, como algo inerente ao envelhecimento; que o desengajamento é colocado como pré-requisito funcional para a estabilidade social e que todo o sistema social, para se manter equilibrado, deve incentivar o afastamento de seus idosos (SIQUEIRA, 2001).

A segunda teoria, a teoria da modernização, construída por Cowgill e Holmes (1972), busca explicar a relação das sociedades industrializadas do mundo capitalista ocidental com os seus idosos. Para os autores, nas sociedades modernas – aqui, sociedade moderna é entendida como a industrializada – são reservados aos velhos os papéis sociais de mais baixo *status*.

Até hoje, essas duas teorias – apesar de toda a crítica que recebem e do surgimento de outras – ainda influenciam e explicam o pensamento de grande parte da sociedade, a qual continua vendo nos velhos um estorvo quando estes “teimam” e tentam manter suas competências profissionais.

A aposentadoria, como parte do processo de desengajamento, apresenta aos trabalhadores o tempo liberado como recompensa, mas também expõe a contradição do mundo ocidental na valorização do ser humano.

O aposentado, quase sempre sem ter consciência do que se passa socialmente com eles, sem ter oportunidades de se preparar para outras atividades, sem o trabalho o qual se dedicou durante longos anos, muitas vezes, desenvolve sintomas depressivos em face das dificuldades de refazer seu projeto de vida de uma maneira socialmente útil. Com a autoestima diminuída, ele tende a debitar em si mesmo esse seu momento como fracasso pessoal e não consegue entender que esse é um processo socialmente produzido.

As mulheres, na sua maioria, têm, na atualidade, uma percepção diferente dos homens em relação à aposentadoria. Assim, tornam-se necessárias algumas considerações sobre as diferenças de como elas enfrentam o não trabalho assalariado – sem querer discutir aqui, apesar de sua importância, a relação de gênero.

Para Kergoat (2002), no mundo ocidental, convencionou-se destinar as atividades da esfera produtiva aos homens e da esfera reprodutiva às mulheres. Desta forma, a divisão social do trabalho por sexo, na modernidade, acabou afirmando algumas crenças: a primeira, que há trabalho de homens e trabalho de mulheres; a segunda, que o trabalho do homem vale mais que o trabalho das mulheres; a terceira, que mesmo as mulheres assumindo também o trabalho produtivo, é “natural” que elas continuem com o trabalho doméstico.

Após a aposentadoria, as mulheres retornam, quase sempre, ao trabalho primeiro que a “natureza” lhes impôs e continuam aptas a desenvolvê-lo, como o socialmente esperado. Isto as possibilita man-

ter o sentimento de utilidade por toda a vida dentro de seu espaço doméstico, onde nunca se exaurem as possibilidades da atenção de provedoras. Os homens, por outro lado, não tendo a supremacia do espaço doméstico socialmente criado para as mulheres, buscam outros espaços em que possam vivenciar este seu tempo liberado.

Mas mulheres e homens aposentados que não tiveram oportunidades de construir alternativas para que os tornassem capazes de exprimir sua humanidade, de se sentirem úteis, marcam seus dias de não trabalho pelas lembranças do tempo em que produziam, eram reconhecidos e podiam se manter independentes. Em suas histórias estão registrados os fatos que os tornaram sujeitos, a preparação escolar, a relação com a família, a vida no trabalho, o tempo de aposentadoria e as formas como interpretaram o mundo.

Independentemente do gênero, uma alternativa para se trabalhar com aposentados que apresentam sintomas depressivos é oportunizar-lhes a revisão de suas histórias por meio de uma escuta atenta e reflexiva, para que eles se entendam socialmente construídos e, a partir daí, tenham a possibilidade de refazer seus projetos de vida.

A ideologia dominante imposta aos seres humanos pela educação, pelos valores culturais e pela força dos papéis sociais pode parecer determinante. Porém, ela não consegue abafar a capacidade de transformação do ser humano. O homem é um ser ontocriativo (LISANDRO, 1976) e traz em si a capacidade de se modificar e de engendrar resistências na busca de se superar, de expressar sua humanidade e de resistir à dominação. Essa capacidade se faz presente mais intensamente nos momentos decisivos de sua vida, os quais, como ritos de passagem, introduzem-no num outro mundo, numa outra categoria. A aposentadoria pode ser um destes ritos.

A aposentadoria pode se apresentar como um tempo de reconstrução de novos investimentos e novas descobertas. Projetos de aproveitamento deste tempo de vida, ideologicamente alinhados à moderna sociedade de consumo, podem ser apenas a repetição alienante de uma situação de menos-valia imposta aos aposentados, os quais não dis-

põem mais de recursos como antes para “comprar” seu bem-estar e para a utilização lúdica do seu tempo liberado. Por outro lado, projetos criativos, elaborados a partir da tomada de consciência de sua situação de sujeitos socialmente construídos, podem oportunizar-lhes novos relacionamentos positivos com a vida, a despeito das limitações sociais que lhe são impostas (PACHECO, 2005).

A ampliação desta consciência, a partir da rememoração de suas caminhadas de vida, possibilita a reconstrução dos idosos como sujeitos, o estabelecimento de novos projetos, o rompimento das “conservas culturais” que abafam a capacidade criadora e o engendramento de práticas cotidianas de resistência às ideologias que os dominam (MORENO, 1993; CERTAEAU, 1999).

PROJETO A REFAZER, CAMINHOS A PREPARAR

Muitos fatores podem dificultar uma aposentadoria ou uma velhice tranquila. O gerontólogo deve atentar a eles quando se dispõe a trabalhar na implantação de programas que visem à preparação para a aposentadoria ou à intervenção junto aos idosos aposentados que apresentam sintomas depressivos. Entre os diversos fatores, pode-se destacar:

- a pecha de improdutivos e inativos, que pode gerar um sentimento de menos-valia no sujeito, colocando-o numa posição inferior aos outros cidadãos;
- o rompimento abrupto das relações sociais com os colegas, amigos e clientes do trabalho, com os quais se conviveu durante longas décadas;
- a redução salarial quando se aposenta, que pode significar uma perda no poder aquisitivo, limitando ainda mais a utilização criativa desse tempo útil;
- a falta de atividades alternativas desenvolvidas ao longo da vida fora do âmbito do trabalho, como lazer, frequência a clubes, trabalhos voluntários, vinculação a projetos sociais, hábitos esportivos, viagens, atividades religiosas etc.;

- a falta de preparação familiar para receber, em tempo integral, aquele ou aquela que, muitas vezes, durante décadas, esteve ausente grande parte do dia, na busca da manutenção da família.

Há muitas formas de minimizar o impacto destes fatores na vida dos futuros ou dos já aposentados. Este é um trabalho que precisa ser compartilhado entre o sujeito e o gerontólogo, na práxis e não na prática, pois, na gênese dos problemas que se buscam minimizar, está, na verdade, a estrutura excludente da moderna sociedade capitalista de consumo.

Assim, as intervenções necessitam ser transformadoras, ontocriativamente articuladas, isto é, vivenciadas de uma forma que transforme os sujeitos envolvidos enquanto eles transformam a si mesmos (SIK, 1976).

Envolvido neste processo, o gerontólogo deve exercer suas intervenções na práxis, unindo teoria e prática numa ação laborativa transformadora do outro e de si mesmo, pois também é um ser que envelhecerá.

A grande maioria das organizações que desenvolvem programas de preparação para a aposentadoria ainda se centra apenas em questões práticas a serem executadas após a retirada do indivíduo, sem ampliar sua consciência para as questões ideológicas que se colocam como fundamentais para o entendimento da menos-valia imposta aos velhos e aos aposentados.

Pode-se pensar, então, em programas de preparação para aposentadoria, os quais contemplem algumas estratégias, como uma preocupação permanente dos centros de recursos humanos, das entidades de classe e dos gerontólogos.

Muitas destas estratégias poderiam ser adotadas e negociadas pelas entidades de classes, associações de funcionários, sindicatos e órgãos de administração de recursos humanos, acordos coletivos de trabalho, centros de convivência e centros de atenção à saúde integral do idoso. Entre elas, citam-se as ações que visem:

- compreender e fazer compreender o porquê dos aposentados e velhos serem desvalorizados em nossa sociedade. Quando se entende que esta menos-valia não é uma responsabilidade pessoal, mas uma questão social que perpassa todas as pessoas aposentadas e velhas, pode-se sentir menos culpado por aquilo que não se pode ou deixou de se fazer;
- incentivar a ampliação das relações sociais fora do âmbito do trabalho, como clubes, associações, atividades religiosas, grupos de viagens, esportivos, culturais, de lazer, de voluntariado etc. Na verdade, esta prática, olhando a vida como processo, deveria ser incentivada e processada durante todo o ciclo de desenvolvimento do sujeito;
- incentivar a continuação dos estudos. Os cursos supletivos de educação fundamental e média, assim como os cursos universitários, estão cheios de adultos maduros e idosos que renovam seus conhecimentos, aprendem coisas novas, fazem amigos e utilizam, de forma criativa, seu tempo. As Universidades Abertas à Terceira Idade recebem, na maioria, pessoas acima de 45 anos, sem exigência mínima de escolaridade para matrícula;
- buscar com os trabalhadores que já pensam em suas aposentadorias uma forma de poupança complementar para enfrentar uma possível perda salarial futura. Sabe-se que o idoso que detém recursos para se manter com dignidade tem aumentadas suas chances de ser respeitado e melhor cuidado;
- prever uma outra atividade que possa suplementar a renda após a aposentadoria, caso haja perda salarial e não tenha sido possível uma aposentadoria complementar. Mas, neste caso, é necessário ter o cuidado de não repetir o mesmo erro de voltar-se totalmente a outro trabalho assalariado, de horário integral, repetindo tudo o que se viveu no trabalho anterior, sem chances de construir uma outra relação com a vida. Esta opção tem de ser preparada com antecedência a que haja tempo suficiente para o aposentado descobrir com tranquilidade alguma

atividade à qual possa se dedicar, sem estresse, sem a pressão, muitas vezes familiar, de se ter que arrumar algo para fazer;

- promover uma retirada paulatina das atividades rotineiras por meio da redução gradual da carga horária, abrindo, assim, espaço para se dedicar a outros projetos e se preparar para esta passagem com mais tranquilidade e segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou construir neste capítulo foi o entendimento da relação do homem com o trabalho assalariado, relação a qual gera mais-valia do capital. Atualmente, um século depois da aceleração do processo de industrialização pela adoção do taylorismo e do fordismo, pode-se observar o que este processo acarretou – e continua acarretando – na vida dos trabalhadores, dos aposentados e dos idosos.

Após a era fordista, uma outra etapa de organização do trabalho se constrói: a flexibilização. Trata-se da reorganização do capitalismo, e, com ela, uma nova maneira de regulação do mundo do trabalho, pela qual não será retirado seu referencial de mercadoria, e, portanto, mantém em si a essência da exploração do trabalho humano (HARVEY, 1996).

Mas, acima das ideologias, está a capacidade do ser humano de resistir a sua despersonalização e de buscar formas de resistência na prática cotidiana. Mesmo que a aposentadoria e a velhice o introduzam num mundo de papéis de mais baixo *status*, o homem, a partir da tomada de consciência de sua história socialmente construída, pode ontocriativamente  começar a novos projetos de bem viver. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

 CERTAEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 arte de fazer*. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 351 p.

CHARLOT, Bernard. *A manifestação pedagógica: realidades sociais e pro-*

- cessos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 314 p.
- COWGIL, Donald; MEN, Lowell. *Aging and modernization*. New York: Appleton-Century-Crofts Eds, 1972. 331 p.
- CUMMING, Eliane; HENRY, William. *Growing old: the process of disengagement*. New York: Basic Books, 1961. 293 p.
- ENGUITA, Mariano Fernandes. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 252 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento e prisão*. Tradução de Lígia Ponde Vassallo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 277 p.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 230 p.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 349 p.
- HELOANI, José Roberto. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 112 p.
- KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão: mudanças nas relações do trabalho, relações profissionais e formação. *Pro-posições*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2002, v. 13, n. 1, p. 60-67.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 203 p.
- LINHART, Danièle. Organização do trabalho e partição dos assalariados: alguma novidade na França? *Pro-posições*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2002.
- MORENO, Jacob Levy. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1993. 496 p.
- PACHECO, Jaime Lisandro. *Elos refeitos: aposentados contam e refazem seus projetos de vida*. Campinas: Unicamp/UFPA; Holambra: Setembro, 2005. 249 p.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *A liturgia do poder: trabalho e disci-*

plina. São Paulo: EDUC, 2008. 187 p.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda. Teorias sociológicas do envelhecimento. In: NERY, Anita Liberalesso. *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papyrus, 2001. p 73-112.

Capítulo 6

ENVELHECIMENTO E CIDADANIA: A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DA MÍDIA

CARLA GRANDELLI MEASSI

INTRODUÇÃO

A visibilidade nos meios de comunicação de massa é uma das formas mais importantes de reconhecimento social dos variados segmentos populacionais no que diz respeito à consideração de seu papel na sociedade da qual faz parte. Neste sentido, pode-se afirmar que os meios de comunicação são também um instrumento de difusão de saberes, atuando na esfera de uma Educação Não Formal.

Ao falar em educação por intermédio dos meios comunicacionais, o que se destaca é o fato de que as pessoas têm acesso aos mais diversos conteúdos e visões de mundo, por meio da mídia, e podem se orientar a partir da compreensão de conceitos difundidos nos meios de comunicação.

Assim, ao relacionar educação por meio da mídia e do envelhecimento, destaca-se, fundamentalmente, o consciente coletivo que se forma em torno do termo “Terceira Idade”, o autorreconhecimento das pessoas que se encaixam nesta faixa etária e ainda a função social dos meios de comunicação enquanto formadores e difusores de opinião pública, agindo, portanto, sobre os ideais que as pessoas esperam viver ao longo de suas vidas.

Os temas que destacam a parcela populacional compreendida na faixa etária igual ou superior a 65 anos de idade, enfatizados pelos meios de comunicação, contribuem para a formação de um referencial, ou seja, uma “imagem” construída pela mídia por meio dos enquadramentos e questões exibidos, os quais levam à constituição de um ideário social, uma classificação de quem e como são os idosos, determinando espaços e criando identificações.

Os assuntos explorados com relação a essa faixa etária giram em torno de algumas problemáticas básicas que atingem a “Terceira Idade”, e isto faz com que categorizações sejam reforçadas. Os profissionais que se dedicam de forma especializada ao atendimento do velho também são importantes do ponto de vista de divulgar uma imagem preconcebida, valorizando alguns aspectos em detrimento de outros.

Neste sentido, uma visão a respeito do idoso na sociedade brasileira contemporânea pode ser inicialmente abordada a partir de conceitos que se solidificam por meio das pessoas envolvidas em seu tratamento e convívio e, principalmente, pelo destaque midiático dado ao tema.

É visível o processo de reorganização pelo qual a sociedade brasileira vem passando nas últimas décadas. Resultado da elevação da expectativa de vida, a pirâmide social do país passa por mudanças que refletem uma nova forma de encarar as relações entre os diversos grupos que compõem o todo da população nacional.

De acordo com a pesquisa de projeção do IBGE, o Censo de 2000, em 2025, o Brasil será o sexto país em número de idosos, chegando a índices iguais a alguns países desenvolvidos. Com a crescente população de idosos, vários estudos têm sido desenvolvidos, embora não sejam amplamente divulgados, focalizando diversos temas e pontos de vista ligados à necessidade de sensibilização para com a referida faixa etária.

Inicialmente, é necessário considerar que a velhice pode ser abordada a partir de termos diversos, como: “Terceira Idade”, “velhos”, “idosos”. Neste sentido, procurar-se-á trabalhar com tais termos como sinônimos, do ponto de vista de que todos se referem à mesma faixa

etária: a partir dos 65 anos.¹

Porém, tais palavras podem trazer significados divergentes (mesmo que sejam sinônimas nos dicionários), de acordo com a abordagem desenvolvida, isto é, geralmente se tem uma visão mais positiva com relação à ideia de “Terceira Idade” em comparação com a palavra “velho”.

Especificamente trabalhando o caso do jornalismo, este tem, enquanto função social, o dever de informar e promover a cidadania, de modo que acaba por intervir no conceito de educação, já que, ao informar, transfere possibilidades de utilização das informações, transformando-as em conhecimento.

Assim, a educação e a promoção da cidadania ao idoso por meio da mídia são tarefas que passam pelo reconhecimento de uma imagem que pode ser reforçada ou reformulada. Mostrar a “Terceira Idade” no jornal (impresso, falado, televisivo ou na internet) pode se realizar das mais diversas formas e com as mais variadas intenções. O que determinará isto será o compromisso ético dos meios e profissionais envolvidos.

Visando uma melhor compreensão da questão temática, desenvolve-se o problema da conceituação das pessoas consideradas na “Terceira Idade”, visando esclarecer o fato de que uma nomenclatura pode trazer consigo várias conotações, carregando valores e estereótipos em torno de si.



COMO DEFINIR A “TERCEIRA IDADE”?

Os meios de comunicação contribuem para a definição de identidade das pessoas por meio da criação de papéis e da delegação de funções específicas, geralmente associadas à idade. Definir o outro pode, neste sentido, ser uma predefinição do próprio “eu” no futuro, isto é, se hoje se cria um “molde” que define quem é o idoso e o que cabe ou não à “Terceira Idade”, isto começa a se colocar também para as pessoas que ainda não chegaram a essa faixa etária, mas que já estão criando em suas mentes hipóteses de autossignificação, preparando-se

para o envelhecimento.

É assim que muitas pessoas jovens começam a planejar sua velhice: moldando seus hábitos, de acordo com o que se vêem nos meios de comunicação, para o momento em que a “Terceira Idade” chegar. Em outras palavras, elas farão, estando ou não de acordo, algo para mudar realidades pelas quais não desejam passar.

Há uma dificuldade em padronizar “quem é o idoso”, já que as pessoas e as culturas têm ritmos diferentes: “As várias capacidades do indivíduo também têm diferentes proporções, razão porque a idade pode ser biológica, psicológica ou sociológica” (SIMÕES, 1988, p. 27).

Velhice, de acordo com a Gerontologia, pode ser entendida a partir de dois eixos: como senescência ou senilidade. A senescência é o fenômeno fisiológico, o envelhecimento sadio. Já a senilidade é um declínio físico associado à desorganização mental. Ou seja, enquanto a primeira definição é tida como algo positivo, o segundo termo traz em si uma ideia negativa, ligada à doença e à dependência.

No decorrer do tempo de vida, pode-se notar certa alteração na percepção dos papéis sociais desempenhados pelo indivíduo, pois a pessoa, em processo de envelhecimento, sente alterar os indicadores de sua identidade. É como passar de “o rapaz da esquina” para “o senhor da esquina”.

É o que ocorre com o idoso quando ele começa a vivenciar a velhice, a perder algumas referências que durante toda a vida assinalavam quem ele era. Tal situação pode ser bastante delicada ao se observar um desconhecimento da pessoa com relação a ela mesma, e isto tende a se agravar quando a família e a sociedade atribuem ao idoso um “papel sem papel”, considerando-o passivo, inútil e desentendido.

Dividindo a natureza humana em três dimensões – a biológica (necessidades físicas), a psicossocial (necessidades psicológicas individuais e de interações sociais) e a espiritual (necessidades de valores) –, parte-se da hipótese de que a complexidade humana destaca o predomínio de cada uma delas em uma faixa temporal da vida, sendo que no homem esta faixa é dividida em três: primeira (que corresponde à

infância), segunda (que corresponde à adolescência e à maturidade) e terceira (que corresponde à velhice).

De acordo com o estudo de Pintos (1992), a dimensão espiritual seria predominante na “Terceira Idade”, pois é neste momento em que a pessoa apresenta mais carências, as quais precisam ser satisfeitas por objetos específicos. A solicitação desta dimensão nada mais é do que a conquista do mundo dos valores para a compreensão da verdade, a qual também inclui estes valores. O predomínio da dimensão espiritual nessa idade pode confundir e, de fato, levar à crença de que a velhice equivale a uma fase de deterioração e de que se necessita buscar algo para além da própria existência enquanto pessoa.

A “Terceira Idade” é comumente associada a um declínio tanto das capacidades físicas como da intelectual e da saúde (física e mental). Isto ganha forte credibilidade graças ao fato de que os idosos necessitam de cuidados médicos especiais, o que faz com que tal área ganhe destaque nos estudos e que tenha suas ações voltadas a esta população, sendo a medicina e os cuidados com doenças um dos assuntos predominantes nos meios de comunicação quando se fala em velhice.

No entanto, a “Terceira Idade” não é caracteristicamente um declínio na vida. Ela pode sim ser entendida como plenitude, dependendo do ponto de vista de abordagem. Nesta fase, exige-se a vitalidade do idoso, o que resulta inevitavelmente em crescimento, já que consideramos o homem um ser também espiritual. Sendo assim, o momento de plenitude do homem não pode ser avaliado a partir das necessidades que são marcadas predominantemente pelas funções biológicas ou psicossociais.

A velhice é um momento de crescimento. É o maior trampolim que o homem pode ter acesso e observar a realidade de sua própria origem e destino, ou seja a sabedoria. Uma sabedoria complexa, já que tem de lidar com obstáculos impostos pela própria estrutura física, além das imposições sociais, para se firmar e demonstrar credibilidade.

Para definir o velho se pode apenas considerar aspectos físicos. Há também que se ter muita atenção com relação aos valores sociais,

pois a velhice é uma invenção social, e, por isso mesmo, dependendo da sociedade na qual a pessoa está inserida, esta viverá de uma ou de outra forma a “Terceira Idade”.

O que se pretende destacar com esta relação entre valores sociais e velhice é o fato de que a percepção de “quem” é o velho dentro do grupo social varia de acordo com os valores partilhados por tal grupo. Neste sentido, há profundas diferenças na figura do idoso quando se compara as sociedades ocidentais com, por exemplo, as culturas indígenas ou mesmo a sociedade japonesa.

Para Magalhães (1987, p. 111)

É fato conhecido de todos que quando somos crianças, ou jovens, tendemos a considerar velhos nossos pais de 30 ou 40 anos. Assim também, a avaliação dominante que tínhamos há algumas décadas de um indivíduo de 50 anos mudou substancialmente. Hoje tendemos a considerá-los adultos e empurramos a velhice para os 60 ou 70 anos [...].

Este trecho exemplifica como se dá a construção da velhice por meio de nosso imaginário. Por isso mesmo é que podemos dizer que a velhice, em seu próprio conceito e em sua vivência, é algo bastante relativo, pois envolve os mais diversos fatores (sociais, econômicos, entre outros). Devemos também levar em consideração o lugar em que uma pessoa vive, visto que, até em um ambiente relativamente próximo, a ideia e o papel do idoso podem variar. Os velhos do campo e da cidade podem desempenhar funções diferentes de acordo com a visão daqueles com quem convivem, ou seja, do papel social que lhes é atribuído.

Devemos, portanto, diferenciar a idade biológica, da idade cronológica e da idade social para podermos compreender o que significa ser idoso. Em países desenvolvidos, verificamos que o prolongamento da vida e a queda da natalidade têm criado um ciclo de vida onde o período de formação se alonga, o período de atividade e produção se encurta, e o período de inatividade e cessação da ati-

vidade cada vez aumenta mais com a expansão e multiplicação das aposentadorias, pré-aposentadorias e aposentadorias progressivas, criando a morte social, antes da morte biológica, como o isolamento a que ficam relegadas as pessoas que se aposentam (*idem, ibidem*, p. 177).

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser social, como já observava Aristóteles, o entendimento que se tem com relação ao outro se dá sempre a partir da comparação, já que ninguém vive só. Todas as vezes que se busca categorizar ou entender o diferente, é necessário que se parta de um princípio, e, de acordo com a antropologia, a base de comparação é sempre o “eu”, ou seja, entender o outro, dar-lhe significados, parte do princípio de autoentendimento:

Mas, quando se trata de perceber o significado da velhice, estaremos quase sempre lidando com uma relação: a nossa relação de adultos com os mais idosos. Não podemos penetrar na interioridade de seus sentimentos em relação à vida, ao seu próprio corpo, à sociedade e às transformações culturais que estão e estamos vivendo. Observamos de fora, e é o que sentimos e pensamos que transformamos como imagens do envelhecimento. É o reflexo de seres reais em nossas pupilas afetadas por idéias, sentimentos e ações (*idem, ibidem*, p. 177).

O aumento na expectativa de vida traz ainda questões relacionadas aos opostos “inclusão” e “exclusão”. Assim como novas condições promoveram o aumento da longevidade, a sociedade vem se transformando rapidamente. Pessoas, relações e comportamentos se modificam diante das necessidades econômicas (trabalho) e, até mesmo, dos cuidados com a crescente população idosa.

Essas alterações sociais se refletem em uma mudança no perfil desses idosos, os quais, muitas vezes, mesmo aposentados, precisam trabalhar para contribuir com o sustento das famílias. Sendo assim, o adulto, atualmente, tem um padrão de comportamento diverso de seus

pais e avós, o que resultará, daqui a alguns anos, em idosos também distintos.

Cabe, portanto, à sociedade, como um todo, reavaliar sua visão a respeito dos velhos, considerando que estes também são parte do todo, ou seja, a inclusão social do idoso deve ser feita consciente e cotidianamente.

A questão humanitária da inclusão social do idoso não está relacionada somente a sua ligação ao mundo do trabalho, das diversões, do reconhecimento, mas à aceitação do próprio futuro, já que o destino das pessoas está inevitavelmente ligado ao processo de envelhecimento.

Neste sentido, saber quem é o velho é uma questão fundamental para a sociedade, e esta questão não é tão simples quanto parece, já que os mais diversos profissionais tendem a olhar para esta parcela populacional de modo específico.

Os meios de comunicação, deste modo, devem ser destacados como um dos responsáveis pelos conceitos de “idoso” e de “Terceira Idade” os quais uma sociedade possui. Ao transmitir informação, valores, ideologia em seus conteúdos (os mais variados possíveis), a mídia difunde a visão que as pessoas têm com relação aos grupos e indivíduos. Assim, a construção social do conceito que se tem de “Terceira Idade”, “velho” e “idoso” varia de acordo com a visibilidade e a exploração do tema pelos meios de comunicação. “A primeira questão que ressalta é a ideia, no imaginário retratado pela imprensa, de ‘idoso’ como pobre e como problema social” (SOUZA, 2002, apud  OMATSU, 2003, p.191).

Assim sendo, uma caracterização específica acaba por criar ou reforçar imagens sobre as quais as pessoas buscam reconhecer ideais (para cultivar ou visando extinguir). Aos idosos, portanto, algumas características são relacionadas.

ACTERIZANDO A “TERCEIRA IDADE”

Em cada época da vida humana, algumas características se desta-

cam quanto ao comportamento, aspectos físicos, psíquicos e sociais, fazendo com que algumas atitudes se transformem em características de determinada fase da vida. Com relação à velhice, é muito comum se observar que ações, antes realizadas, têm de ser adaptadas ou reorganizadas de modo a atender às exigências deste período, já que mudanças físicas se impõem ao longo dos anos.

Porém, o que se observa em frequência, tanto por parte dos próprios idosos como pelas pessoas que o cercam, é que os atos vão se tornando limitados em relação à conduta dos não idosos, o que denota a ideia de que o velho vai se transformando em incapaz. Isto significa uma visão negativa que se coloca tanto para os próprios idosos como para aqueles com quem convivem, e que transcende a esfera individual quando a divulgação midiática enfatiza a dependência, educando a sociedade a olhar para o idoso sempre com destaque a este fator.

A sociedade começa a tratar de um modo diferente as pessoas quando elas envelhecem, e os meios de comunicação estão fundamentalmente ligados a esta mudança, já que transmitem conteúdos capazes de fazer com que as pessoas criem estereótipos.

Em uma sociedade em que a beleza física e a juventude são cultuadas, continuar a viver como na juventude, quando se é considerado velho, torna-se uma missão complicada, já que os limites físicos começam a se impor no que diz respeito a algumas atividades, principalmente quando o assunto é sexo.

Para Zamlutti (1996, p. 77), a questão da prática sexual é um assunto de relevada importância na discussão acerca dos preconceitos e barreiras enfrentadas pelos idosos:

Homens e mulheres enfrentam precocemente o sofrimento de envelhecer, sem sequer terem chegado perto da velhice, tendo que conviver com castrações sociais de todos os tipos e em todos os sentidos: na vida profissional, na vida afetiva, na vida sexual, na vida social etc.

A reflexão que se coloca aqui é sobre o sentir-se velho. Algumas

peçoas não se sentem velhas, e muitas ainda têm a mesma disposição para fazer as coisas que sempre fizeram, mas, por estarem envelhecidas em sua aparência, ou portarem a idade que as classifica como idosas, começam a ser tratadas de forma diferente da qual estão habituadas, e isto as leva a crer que estão velhas, influenciando tanto seu psicológico bem como seus hábitos.

Tudo isto porque a sociedade determinou que a partir de certa idade a vida muda. Talvez seja porque a partir dos 40 anos surgem os primeiros cabelos brancos, os filhos já estão crescidos, entre outros motivos. Estas mudanças interferem também na sexualidade, já que a virilidade é comumente associada à juventude, e as pessoas mais velhas passam a acreditar que o desejo vai acabar, ou que a relação a dois deva ser mais ligada à ideia de companheirismo, de modo que “o mito da morte da sexualidade devido ao envelhecimento físico pode mesmo acabar com o desejo pela simples força das crenças, que o perpetua” (ZAMLUTTI, 1996, p. 100).

A cultura molda em homens e mulheres o conceito, a função e seu próprio relacionamento com relação à sexualidade:

Porém, a preocupação com a sexualidade é maior no homem do que na mulher, pois é o sexo o seu grande símbolo de poder, de masculinidade, de dominação. [...] O “funcionar bem” sexualmente é a grande preocupação, o desempenhar bem suas funções de macho é ponto de segurança e auto-estima e, por isso, frente à primeira dificuldade no seu desempenho sexual, o homem se desespera e fatalmente faz a associação com o fator idade. (*idem, ibidem*, p. 100)

A sexualidade do homem não termina com a velhice, e, assim como na mulher, a vida sexual depende muito da maneira como se relacionam com os mitos e os valores impostos pela sociedade. Envelhecer é um processo natural, mas as pessoas envelhecem muito mais por acreditarem que estão ficando velhas do que pelo processo biológico em si. A classificação que é dada ao chamar alguém de “velho” ou “idoso” influencia as pessoas na crença de que em determinada idade já estão

velhas, ou seja, que devam se comportar como alguém que se encaixa numa classificação, alterando suas condutas e adquirindo algumas características específicas atribuídas socialmente.

Há uma ambiguidade na cultura ocidental para com esse tema: “É como se a pessoa velha tivesse a sabedoria e a experiência, mas não tivesse mais a capacidade de utilizá-las” (*idem, ibidem*, p. 111). Esta ambiguidade é notada em muitos depoimentos de pessoas com mais de 40 anos abordadas e citadas por Zamlutti em seus estudos.

A partir da leitura de tais depoimentos, foi possível evidenciar que alguns têm uma vida sexual ativa, mas preferem não demonstrar isto por medo de serem ridicularizados ou reprimidos. Outros têm desejos sexuais, mas não os satisfazem por acharem que não é uma atitude conveniente. São poucas as pessoas que, com 50 anos ou mais, assumem ter a sexualidade em alta e não têm vergonha disso.

Apesar de vários tabus estarem sendo quebrados, a sexualidade, na velhice, ainda não é um assunto tratado sem preconceitos. Para que a sociedade deixe de acreditar que a sexualidade tem tempo determinado de duração, é necessário acabar com o “mito da velhice assexuada”. E aí, mais uma vez, pode-se enfatizar a função educativa dos meios de comunicação: abordando a questão sob os mais variados pontos de vista, é possível trazer informações sobre atividade sexual e envelhecimento de modo com que os idosos possam esclarecer a si mesmos e que os não idosos possam compreender possíveis mudanças em suas vidas e vivenciar com naturalidade as experiências sexuais na velhice.

Também com relação à saúde física e psíquica, uma série de discussões de senso comum cerca a vida da “Terceira Idade”. Habitualmente, acredita-se que as pessoas velhas são depressivas em si, e que a vida como um todo entra em declínio após a aposentadoria, já que os temas ligados à previdência social são muito recorrentes nos meios de comunicação, associando “Terceira Idade” e aposentadoria quase como sinônimos.

Esta crença se baseia em nosso sistema cultural de valores, o qual diz que se alguém não está produzindo, algo está errado. Assim, a ve-

lhice leva a um estado de ociosidade que culmina na depressão, uma vez que a ideia de capacidade, nas culturas ocidentais, está diretamente ligada à produtividade e à relevância social.

Para Pintos (1992), é urgente destacar que pontos negativos e positivos fazem parte da vida como um todo, porém o modo de lidar com essa ambiguidade pode ser determinante.

A verdade é que a velhice apresenta características psicológicas positivas e negativas. As negativas respondem fundamentalmente pelo processo de involução e deterioração física e psicológica, irreversível e inevitável, e as positivas se referem a uma nova interpretação da velhice como um processo de “transformação estrutural positiva”:

[...] as perdas e ganhos vão criando uma nova ecologia interior, que é resultado de uma singular transformação estrutural, o desenvolvimento de uma verdadeira inteligência, que tende progressivamente e através do desenvolvimento existencial à concretização do *dever ser* pessoal (PINTOS, 1992, p. 47).

A atitude das pessoas diante de seu processo de envelhecimento pode ser determinante no que diz respeito à adaptação nos moldes impostos pelo grupo, isto é, aceitar ser caracterizado ou ser sujeito de seus próprios hábitos, mesmo com alguns limites impossíveis de se transpor.

Os especialistas em Gerontologia traçam uma nítida distinção entre o envelhecimento passivo e o envelhecimento ativo, considerado com êxito. Envolver-se no envelhecimento com êxito é, na verdade, uma opção. A tarefa consiste em revitalizar a energia de vida para realizar as mudanças.

Então, essa força de vida fica pronta para ser aplicada a quaisquer desafios que a pessoa possa vir a enfrentar, ou a acidentes que possam ocorrer adiante. O envelhecimento com êxito deve ser uma escolha consciente, com um compromisso de dar continuidade à instrução pessoal e ao desenvolvimento de todo um conjunto de hábitos desempenhados ao longo da vida. Não se trata apenas de aumentar a longe-

vidade em termos de enfermidade e dependência, mas sim descobrir alguma coisa pela qual se tenha de viver, um motivo pessoal.

A maioria das pessoas vai viver muito mais do que seus pais viveram. No passado, quando as pessoas desenvolviam sintomas ou problemas de saúde após os 60 anos, geralmente os aceitavam como parte de um declínio irreversível chamado envelhecimento, para o qual não havia solução.

Atualmente, com os avanços em pesquisas científicas e principalmente na medicina, a “Terceira Idade” tem ao seu alcance novas conquistas, um novo tempo de vida. Porém, enfermidade e dependência são situações desde muito tempo enraizadas na tradição e reconhecidas como fortes no que se refere ao papel do idoso no conjunto social.

O pensamento coletivo sobre o idoso passa, assim, por temas mais ligados à negatividade, a uma marginalização, colaborando para o estereótipo e mesmo para a autoimagem:

A expressão “velho” tem diferentes abordagens e pode significar perda, deterioração, fracasso, inutilidade, fragilidade, decadência, antigo, que tem muito tempo de existência, gasto pelo uso, que há muito tempo possui certa qualidade ou exerce certa profissão, obsoleto e não-adequado à vida, dando a impressão de que o velho vive improdutivamente e está ultrapassado pela nossa sociedade. Convém ainda ressaltar que a palavra velho é utilizada normalmente como antônimo de jovem (SIMÕES, 1998, p.16).

Deve-se ressaltar que, juntamente com a questão do “preconceito utilitário”, existe também um preconceito de classes que ajuda a determinar quem é o velho: “Normalmente, verificamos que as pessoas de idade elevada na classe dominante são chamadas de idosos, enquanto que os idosos da classe dominada são denominados velhos” (*idem, ibidem*, p.17).

Isto evidencia que as sociedades capitalistas, de acordo com sua forma de produzir, enquadram, tais como seus produtos, as pessoas que se inserem no sistema de acordo com a relação que exercem, e

com as influências e o poder que transmitem. Os meios de comunicação, como partes desse conjunto da sociedade, podem estar a serviço dessa visão, divulgando ideais e formando modos de pensar.

O advento da Gerontologia trouxe uma mudança fundamental no que se entende por processo de envelhecimento. Atualmente, é entendido como aquele que começa ao nascer, ou seja, do berço ao túmulo, e como um processo que varia de acordo com cada órgão, parte e sistema do corpo, diferenciando-se de um indivíduo para outro.

O desenvolvimento da Gerontologia proporcionou ainda uma melhor compreensão sobre os aspectos da atividade motora, social e psíquica da “Terceira Idade”, já que não se pode também afirmar que não há modificações estruturais na vida das pessoas quando chegam à velhice.

O que se deve destacar, no entanto, é que tais mudanças e imposições precisam ser tratadas com naturalidade tanto pelos diretamente envolvidos (idosos, pessoas próximas) como pela estrutura social como um todo (e isso inclui os meios de comunicação), visando ressaltar o aspecto saudável, e não o contrário.

IDOSO NA SOCIEDADE: (RE) CONSTRUINDO CONCEITOS

O reconhecimento de alguém como parte de um todo passa pelas construções imagéticas dadas pelos meios de comunicação. As sociedades se utilizam de jornais, rádio e, atualmente, principalmente da televisão e da internet para transmitir seus ideais e valores.

Com o expressivo aumento populacional da “Terceira Idade”, também a ideologia que se tem com relação às pessoas que são assim definidas passa pelas transmissões de tais meios. Assim, pensamentos ligados à expressividade, cidadania, relevância e papel social, características e necessidades são determinados a partir de uma generalização reforçada por intermédio da mídia.

Para Veras (1994), reconhecer e incluir os idosos como parte de um

todo é uma ação afirmativa e de cidadania a qual se deve atentar, já que em índices elevados de envelhecimento populacional, uma ampla parcela dessa população passa, e cada vez mais passará, a desfrutar de mais tempo de vida.

Hoje em dia o Brasil é um país progressivamente mais velho; os idosos são membros plenos da sociedade e devem ser vistos como tal. Como cidadãos, eles possuem os mesmos direitos que as outras faixas etárias, e não devem ser encarados como um grupo à parte dentro da comunidade como um todo. O envelhecimento sadio da população é uma meta natural e desejável de qualquer sociedade em desenvolvimento, e a velhice deve ser acompanhada por melhorias da qualidade de vida dos que chegaram até ela, ou a estão atingindo, de modo que seja uma vivência positiva.

As constatações mostram que há uma relação entre classe social e bem-estar dos idosos, e esta deve ser considerada quando se empreende o planejamento de apoio adequado para as pessoas idosas (VERAS, 1994, p. 273).

A influência dos meios de comunicação, na visão que se tem das coisas e de como elas devem ser, pode despertar interesses e atitudes distintas nos próprios idosos e no consciente coletivo, ou seja, na imagem que a sociedade tem com relação aos velhos. Com isso, a mídia também desperta em nós a esperança de podermos dominar cada vez mais a natureza; e de fato, muito do que antes era considerado fantasia exagerada, sacrilégio ou megalomania já se tornou realidade” (RIEMANN, 1990, p. 277).

As opções e as decisões que cada pessoa toma com relação ao seu processo de envelhecimento dependem da “ideia” do que para ela significa viver esta fase, isto é, suas expectativas. “Dirigir todo o interesse para a possibilidade de permanecer jovem e prolongar a vida é muito diferente de se dedicar a se estruturar para viver a velhice” (*idem, ibidem*, p. 277).

O processo de envelhecimento passa, neste sentido, pelas constru-

ções ligadas a ideias positivas e negativas, estereótipos, temas e abordagens que os meios de comunicação destacam, podendo ser visto por dois pontos de vista: com positividade e aceitação ou negativamente, com dificuldade:

Envelhecer hoje em dia é também mais difícil porque se dá um valor quase absoluto à juventude, ao ser jovem. Mais do que nunca, sentimos ao envelhecer que algo irrecuperável foi perdido. Isso nos leva ainda mais a voltar os olhos para o passado, para o que perdemos, ou a permanecermos jovens o máximo de tempo possível – ou pelo menos a querer dar essa impressão. (...) Toda pessoa que envelhece está diante da decisão de agarrar-se ao que sente escapar ou abrir-se para um novo sentimento de vida, e assim para novas possibilidades e transformações (*idem, ibidem, p. 177*).

Quando se fala em imagem construída, está-se levando em consideração a aceitação do público para com a proposta daqueles que a constroem, notadamente o grupo dominante na sociedade por intermédio dos meios de comunicação.

Os temas mais facilmente associados aos idosos, a partir de uma generalização em sua imagem construída, são comumente ligados à: saúde/doença, aposentadoria/previdência, incapacidade, perda de habilidades.

Partindo destes temas, é possível afirmar que a visão que se tem com relação à velhice é voltada muito mais aos aspectos negativos do que aos positivos, uma vez que é com menor frequência que se aborda a “Terceira Idade” com relação a assuntos como: consumo (com exceção às compras ligadas aos remédios, por exemplo), lazer, ocupações, família, prazer etc.

Educar a sociedade para o envelhecimento e os idosos para uma vida com qualidade, neste sentido, passa pelas escolhas dos meios de comunicação em “como” divulgar notícias, fatos e dados que envolvem esta temática, de forma a contribuir para que as pessoas se aceitem e/ou busquem mudar de hábitos e a rever conceitos em prol de

si e das pessoas com quem convivem. E isto passa pela concepção de que uma reorganização social requer uma revisão na visão que se tem sobre as diferentes formas de viver, de acordo com a sociedade na qual se está inserido. Uma sociedade do século 21 requer pessoas em constante adaptação às novas esferas da informatização pelas quais todas as estruturas vêm passando.

TERCEIRA IDADE” E SÉCULO 21: UMA NOVA FORMA DE ENVELHECER

A partir de uma abordagem que toma o velho como conceito, como identidade cultural em uma sociedade, é possível afirmar que há relação entre os dados demográficos e o pensamento social sobre a velhice.

A mentalidade de uma época, assim, sofreria alterações de acordo com a estrutura demográfica da população. Em “História social da criança e da família”, Ariès (1981, p. ) embora não se fixe na questão da velhice, fornece dados pertinentes a respeito dela, e mesmo que suas observações tratem da realidade europeia, é possível adaptá-las ao Brasil:

Antes do século XVIII, a velhice era considerada ridícula; no século XIX, sábia; no século XX, a velhice como conceito biológico e moral desaparece, e a pressão social exercida no sentido de negar a velhice enquanto tal, valorizando-se a pessoa que consegue disfarçá-la fisicamente (velhos bem conservados) e/ou psicologicamente (velhos de espírito jovem). Já não há valorização alguma da velhice.

A sociedade brasileira do final do século 20 e início do século 21, a partir de constatações como a crescente população de idosos e a adoção de políticas públicas específicas, dentre as quais o Estatuto do Idoso, tem colocado em xeque alguns conceitos até então predominantes a respeito dos velhos, o que se leva a admitir possibilidades diversas no

entendimento e na aceitação desta fase, demonstrando uma modificação em sua imagem criada e difundida a respeito do envelhecimento.

Com o estabelecimento e a exigência no cumprimento das leis voltadas ao idoso, o consciente coletivo tem demonstrado nova ligação e aceitação da velhice como algo mais positivo, e, em alguns casos, até prazeroso.

Modificações em hábitos e posturas colocadas a partir do reconhecimento de alguns direitos têm tirado da velhice a ideia de inatividade. Como exemplo, podemos citar as ações afirmativas desenvolvidas a partir da obrigatoriedade dos descontos em passagens de ônibus para as pessoas com 65 anos ou mais.

Cruzeiros, pacotes de viagens, roteiros específicos à “Terceira Idade” surgiram e têm se intensificado, gerando uma mudança comportamental tanto na vida desses indivíduos como nas ideias a respeito do uso do tempo por parte dos aposentados, do desfrutar de prazeres na “Terceira Idade”.

Um novo papel na família também já pode ser notado. Com as crescentes exigências no mundo do trabalho e as necessidades de tempo por parte dos filhos, a questão da utilidade social do idoso também ganha força: o auxílio nas tarefas diárias, cuidados com os netos, entre outros afazeres têm se mostrado como uma reinvenção do velho. Com novas atribuições dentro da lógica da economia de mercado, o novo idoso vem deixando de lado o estereótipo de inútil, incapaz, embora este conceito ainda seja muito forte na determinação social de velhice.

A ideia de contribuição social, neste sentido, é também um conceito que vem ganhando força. Quando alguém deixa de ser considerado como dependente, ou mesmo como um peso para a sociedade, isto pode ser entendido com mais positividade, ou seja, pode contribuir para com a vida, ao invés de “sugar” recursos, pois tem algo a dar. Este “algo” pode ser até mesmo o tempo, considerado ocioso com relação à ocupação e produtividade. O velho pode agregar seu excesso de tempo à falta de tempo dos familiares que estão inseridos no mer-

cado de trabalho, levando-o, assim, a assumir uma nova função dentro da família.

Também se destacam os novos modelos familiares emergentes, nos quais, a partir da lógica da economia e do desemprego, alguns idosos têm assumindo um papel de destaque, podendo ser até mesmo os provedores econômicos de filhos e netos. Somando a aposentadoria aos “bicos”, muitos avós, atualmente, são os responsáveis por manter a casa.

Com essa nova forma de experienciar a vida, profissões e profissionais começam a atentar para os idosos com um olhar voltado as suas necessidades, transformando-os no centro de muitas preocupações e atrações especializadas.

PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E UMA NOVA VISÃO DO ENVELHECIMENTO

A economia de mercado reconhece na especialização um importante modo de desenvolvimento e aperfeiçoamento. O trabalho especializado reúne condições de dar suporte a questões e necessidades específicas dos mais variados contingentes populacionais. É nesta lógica que vem crescendo o interesse de uma considerável diversidade de profissionais com relação aos idosos.

O reconhecimento de especificidades no atendimento não é um dado novo. A medicina aborda esta realidade há pelo menos 30 anos, porém a sensibilização de outras áreas para além da médica vem ganhando força no trabalho especificamente desenvolvido para a “Terceira Idade”.

O surgimento e o crescimento da Gerontologia são aspectos que impulsionaram o despertar para diversos profissionais em sua prática. Inicialmente, foram as áreas afins, como fisioterapia, fonoaudiologia e odontologia. Mas muitas outras atividades têm voltado seu olhar para o idoso de modo especial, criando programas e se adaptando às necessidades a fim de englobá-los e contribuir socialmente para sua in-



clusão.

Iniciativas como os programas culturais e de atividades físicas do Serviço Social do Comércio (SESC)² vêm crescendo e passaram a ser desenvolvidas por órgãos públicos, como governos estaduais e municipais, a partir do reconhecimento de que o velho é parte do sistema social e de que o atendimento as suas necessidades precisa ir além dos serviços de saúde.

Não basta prover alimentos, atendimento médico, asilo e carinho como se fosse uma questão de caridade e assistência social. Se a ideia é adequar a sociedade e tudo o que ela contém a um mundo no qual aumenta a cada dia o número de idosos, o que se faz necessário são intervenções econômicas, sociais, culturais e ambientais que reposicionem a velhice do patamar rebaixado e marginalizado, ao qual, atualmente, ela ainda está relegada, trazendo para o nível da cidadania plena, que é sua altura devida.

A mídia pode atuar, em sua função social, por meio da promoção de conteúdos que reforcem tais mudanças de pensamentos. Em seus programas, os canais de TV e rádio têm a possibilidade de colocar personagens que destaquem diferentes questões com relação ao idoso em seu convívio. A internet possui inúmeros instrumentos para (re) conhecer temas, problemas e interesses voltados à “Terceira Idade”, tais como fóruns, *chats*, *blogs*, *sites*. Já os jornais, meios mais tradicionais, contam com a assiduidade de boa parcela de idosos para divulgar ações e situações em que o envelhecimento ativo pode ser decisivo na qualidade de vida das pessoas.

Uma das primeiras manifestações de pressão social no sentido de criar tais políticas foi a realização do I Seminário Nacional de Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil, realizado em Brasília, em 1976, do qual o SESC também participou.

Neste seminário, foram formalizadas algumas questões básicas que passaram a influenciar decisivamente a abordagem da questão, reclamando para o idoso uma atenção especial do Estado.

Na Constituição Federal de 1988, foi introduzido o conceito de segu-

ridade social, alterou-se definitivamente o enfoque assistencialista da rede de proteção social do Estado brasileiro, assumindo, a partir daí, a noção ampliada de cidadania como princípio orientador.

Com a difusão da legislação e das iniciativas pioneiras – como o caso do SESC –, algumas profissões têm voltado suas atenções ao tema do envelhecimento, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida e cidadania.

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), em vigor já no início do século 21, traz muitas conquistas, direitos e possibilidades para melhorar a vivência da velhice, destacando a plenitude da vida e os direitos de cidadania acima de quaisquer preconceitos ou interesses sociais ou econômicos.

É a partir deste novo conceito de velhice que asilos e instituições voltados ao atendimento para idosos começam a modificar ações e atividades, sendo que estas são auxiliadas pelos profissionais que procuram atender às novas exigências para com a “Terceira Idade”.

A área da educação física e dos esportes tem investido fortemente em pesquisas e atitudes voltadas ao idoso, bem como programas universitários, tais como as Universidades Abertas à Terceira Idade – ações desenvolvidas em várias universidades públicas e privadas com atividades de inclusão social e intelectual do idoso.

Esta sensibilização profissional demonstra um início de mudança na caracterização, nos estereótipos e, principalmente, no autorreconhecimento do idoso. São iniciativas que contribuem para que o consciente coletivo passe a cultivar interesse pelo tema e aceitar esta fase da vida com mais positividade, fazendo com que o pessimismo e a ideia de fim existencial deixem de ser o tema central quando se chega aos 65 anos e à aposentadoria.

Aqui, especificamente, destacar-se-á a atuação dos profissionais do jornalismo para a promoção da cidadania dos idosos por meio dos enquadramentos que esses podem dedicar a esta parcela da população.



OS JORNALISTAS E O ENVELHECIMENTO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dentro de duas décadas, o Brasil terá cerca de 30 milhões de idosos, representando 15% de sua população. Isto já é esperado, pois se nota que a “Terceira Idade” está cada vez mais presente na sociedade, visto que o número de idosos no Brasil está crescendo, e sua importância econômica e social começa a ganhar destaque, principalmente enquanto mercado consumidor.

O jornalismo é concebido como a técnica de registro e de veiculação da realidade. Desta forma, pretende-se focalizar que esta atividade não é uma representação pura e simples dos fatos reais, mas sim um campo que atua como construtor de realidades, reescrevendo e dotando de sentidos e significados as mais diversas situações a partir da liberdade construtiva de seus textos, imagens e escolhas, bem como da interpretação de seus consumidores, atuando de forma a ser parte do sistema educacional não formal ao qual as pessoas recorrem a fim de consolidar conhecimentos e buscar exemplos práticos.

Assim como muitas profissões vêm se adequando às especificidades no tratamento para com a “Terceira Idade”, tem-se a necessidade dessa modificação de comportamento nos produtos do trabalho jornalístico a fim de realizar plenamente sua função social de promoção da cidadania por meio do modo como organiza e apresenta seus conteúdos.

Estudar a visibilidade do idoso na mídia se torna cada vez mais imprescindível, já que aparecer nos meios de comunicação de massa é uma das formas mais importantes de prestígio social dos segmentos populacionais no que diz respeito ao reconhecimento de seu papel na sociedade.

Formar profissionais capazes de olhar para as causas de grupos específicos de modo a tratá-los com cidadania e com respeito as suas necessidades é uma das exigências do novo mercado de trabalho e também de uma configuração social que quer ser inclusiva e igualitária.

A partir de políticas públicas e ações afirmativas, desperta-se o olhar para o idoso como alguém que é parte do grupo social, e, para

isto, necessita-se relegar a marginalidade que, ao longo dos anos, foi-lhe imposta. Neste sentido, para que a mídia possa cumprir sua função social de mediadora entre fatos e pessoas e construtora de realidades e significações, seus profissionais devem estar atentos tanto à forma de abordagem quanto aos enquadramentos dedicados à faixa populacional aqui observada.

Partindo da consideração de que as pessoas constroem imagens em suas mentes a partir daquilo que é representado e/ou reforçado pelos meios de comunicação, a imagem social do idoso, isto é, a construção midiática que representa esta categoria de forma generalizada, condiciona comportamentos e opiniões (tanto dos próprios idosos como daqueles com quem convivem).

Assim, profissões e profissionais do século 21²¹ necessitam estar atentos à ideia de inclusão social, da qual a “Terceira Idade” é membro fundamental na sua prática cotidiana. Para tanto, isto deve fazer parte de sua formação, capacitando e conscientizando o estudante dos cursos de Comunicação Social de sua função no exercício profissional. No intuito de destacar a responsabilidade social de todos e de cada um, os meios de comunicação devem, podem e têm muito a contribuir.

TENDÊNCIAS E PROPOSTAS

A temática aqui explorada tem como proposta levar à reflexão sobre a criação de uma imagem social preconcebida da “Terceira Idade” a partir dos meios de comunicação, enfatizando sua função educativa por meio do aproveitamento de conteúdos pelas pessoas em suas vidas cotidianas.

Os temas focalizados pela mídia reforçam e criam categorizações nas quais as pessoas procuram se inserir, buscando um reconhecimento social. Desta forma, comunicar-se significa reconhecer-se como parte de um todo – neste caso, a sociedade brasileira contemporânea.

A partir da problemática focalizada no decorrer do estudo, pode-se chegar a algumas considerações no que se refere à relação entre a mídia e a formação da ideia de velhice, destacando-se:

- os meios de comunicação contribuem fortemente na formação do ideário social, determinando “quem” são, quais as características e classificando uma faixa etária específica (a “Terceira Idade”) a partir dos temas que abordam o tratamento desta parcela populacional em suas notícias, e das demais abordagens relativas ao idoso;
- a ideia de envelhecimento como algo negativo ainda é amplamente divulgada, principalmente porque os temas mais retratados focalizam questões relativas à doença e à aposentadoria (ociosidade). Porém uma nova configuração no papel social do idoso já traz novas associações, notadamente mais positivas;
- uma nova categorização da velhice está surgindo desde o início do século 21, seja por mudanças no perfil da população, como o aumento do número de idosos e as novas exigências no mercado de trabalho (que modificam a relação dos trabalhadores com o tempo), seja mesmo por ações afirmativas desencadeadas a partir do estabelecimento e exigências colocadas pelo Estatuto do Idoso. Esta nova forma de entender a “Terceira Idade” é mais positiva que a predominante no século 20;
- temas diversificados têm sido abordados no tratamento do idoso, seja por um novo reconhecimento social gerado pelas novas configurações sociais emergentes e reforçado pela mídia, seja mesmo pela especialização de profissionais no trabalho voltado aos velhos, tais como a ideia de consumo e de lazer.
- a conscientização dos meios de comunicação de seu papel social de formador de opiniões e educador é de fundamental importância na consideração da inserção e da cidadania dos idosos, de modo que a abordagem dos grupos sociais pela mídia deve levar em conta a humanização e o despertar da sociedade no combate à discriminação e na aceitação das diferenças, bem como o reconhecimento da “Terceira Idade” como fase natural da vida de todos.

Tais considerações levam a concluir que envelhecer no século 21 poderá ser entendido de modo diverso do que se está acostumado. Se, até agora, ser velho levava a associação com a inatividade, problemas de saúde e questões ligadas à dependência, novos temas estão se destacando para com a “Terceira Idade”, como qualidade de vida, desfrutar de conquistas, entre outros, revelando, assim, uma visão mais positiva com relação ao processo de envelhecimento e modificando uma ideia preconcebida de diagnóstico irreversível para o entendimento de uma nova fase a ser explorada e vivenciada. Por fim, e acima de tudo, a sociedade precisa ser reeducada para vivenciar essa fase natural da vida de todas as pessoas.

NOTAS

¹ Alguns programas e documentos admitem como idosa a pessoa com idade a partir de 60 anos, porém 65 anos é a idade-padrão dos documentos nacionais, como o Estatuto do Idoso.

² O Serviço Social do Comércio (SESC) mantém atividades especializadas aos idosos desde setembro de 1963, quando um programa foi criado ainda quando a questão da Terceira Idade não despertava a atenção dos organismos públicos, das instituições de bem-estar social, dos órgãos de comunicação e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Jakobsman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 279 p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva, com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. Senado Federal. *Estatuto do Idoso*. Lei número 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal, 2003.

CANOAS, Cilene Swain. *A condição humana do velho*. São Paulo: Cortez, 1983. 79 p.

CANOAS, C.S.; NÔAS, José Walter; FONSECA, F.C.; LARA, R. Velhice: um belo porvir ou uma realidade incômoda? In: CANOAS, José Walter (Org.). *A beleza da carreira do mundo do trabalho*. 1. ed. Franca: Edunesp, 2005, v. 1, pp. 233-240.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.

KOMATSU, Ricardo Shoiti. *Aprendizagem baseada em problemas: sensibilizando o olhar para o idoso*. Rio de Janeiro: ABEM; São Paulo: SBGG, 2003. 187 p.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. *A invenção social da velhice*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987. 98 p.

RIEMANN, Fritz. *A arte de envelhecer*. São Paulo: Veredas, 1990. 145 p.

SHEPPI, Gail. Dois tipos de envelhecimento. In: _____. *Novas passagens: um roteiro para a vida inteira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pag. 425-437.

SIMÕES, Regina. *Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo do idoso*. 3. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 131 p.

VERAS, Renato Peixoto. *País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 224 p.

ZAMLUTTI, Maria Esmeralda Mineu. *O mito da velhice assexuada: um ponto de reflexão*. São Paulo: Maturidade, 1996. 150 p.

Capítulo 7

O IDOSO NAS PÁGINAS DO JORNAL COMUNITÁRIO: VISIBILIDADE, RECONHECIMENTO E ELE- VAÇÃO DA AUTOESTIMA

AMARILDO CARNICEL
AMANDA GALDINI

Um homem compra seu matutino predileto e o folheia no banco da praça, até perceber que, milagrosamente, ele se transforma em um maço de papel. Deixa-o sobre o banco e ali, tão logo, um transeunte pôs-lhe os olhos em cima, o maço de papel, por milagre, volta a ser jornal. E assim aconteceu por várias vezes, até o fim do dia, quando o último personagem da história olhou o maço de papel e, distraído, o pôs de lado, porque a metamorfose não mais ocorria e o jornal estava definitivamente condenado a ser um reles maço de papel (LAGE, 1997, p. 77)

A aposentada Aurora Alfredo do Carmo, 80 anos, concede entrevista a uma pesquisadora que desenvolve seu trabalho de mestrado. No momento em que será fotografada, dona Aurora pede licença, dirige-se ao seu quarto e demora alguns minutos. De cabelo penteado, retorna à sala trazendo uma publicação. Senta-se no sofá diante da pesquisadora, posiciona o jornalzinho com as duas mãos

diante da câmara e sinaliza: “Agora você pode fazer a foto.”²

As duas passagens citadas acima demonstram que o jornal impresso, dependendo do valor atribuído a ele após sua leitura, pode ter dois destinos: ser descartado ou preservado. Ambas as passagens abordam a condição perecível ou não da informação que ilustra a contingência do jornal moderno. Após a leitura, ele pode servir para embrulhar peixe ou pode passar para história de vida de quem o mantém. Isto depende, conforme já foi mencionado, do valor destinado ao produto.

A publicação mantida e bem conservada por dona Aurora é a edição número 2 do “Conexão Jovem”³ jornal comunitário⁴ produzido por adolescentes da organização não governamental Projeto Gente Nova (PROGEN), localizada na Vila Castelo Branco, região noroeste de Campinas, e por alunos de cinco escolas públicas⁵ instaladas em bairros adjacentes. A presente reflexão pretende mostrar a importância do jornal comunitário na vida dos idosos, os quais ganham espaço nas páginas do “Conexão Jovem”, reconhecem-se e são reconhecidos, ou seja, pessoas que ganham visibilidade junto à comunidade.

O estudo tem como objetivo apresentar e refletir sobre os depoimentos dos idosos entrevistados, buscando elementos para uma melhor compreensão das propostas, conceitos e modos de produção de um jornal comunitário, tendo o público idoso como agente participante (seja como fonte de informação, seja como leitor). Em meio às entrevistas, são oferecidas informações sobre o jornal comunitário em análise e seu papel social junto à comunidade, a qual participa nos dois extremos: elabora-o e o consome. Além de ouvir aqueles que se tornaram pauta (estamos falando exclusivamente dos idosos) e que passaram a ver os jovens de maneira menos preconceituosa, o trabalho também dá voz aos adolescentes, os quais, por meio do veículo, vivem momentos de aproximação de gerações, passando a enxergar os idosos com um olhar diferenciado, isto é, também desprovido de preconceitos. O estudo passa também pela leitura de algumas fotografias dos idosos feitas pelos adolescentes. Fotos que, quando publicadas,

passaram por processo de ressignificação.

Os depoimentos colhidos junto aos idosos evidenciam propostas, caminhos, modos de concepção e características que distinguem claramente o jornal comunitário do jornal de médio ou de grande porte. O jornal comunitário, entre outros objetivos, dá voz aos membros da comunidade e estabelece um fórum de diálogo, de exposição de ideias, de divergências e de reivindicações, conforme assinalam Callado e Estrada (1986, p. 77).

A função do jornal comunitário transcende o caráter da informação, tornando-se um instrumento de mobilização que estabelece a verdadeira comunicação entre os membros da comunidade, o debate de seus problemas e a participação de todos nas soluções a serem dadas.

Portanto, o jornal comunitário não deve se caracterizar apenas como um repositório de notícias. Deve ir além de um meio/suporte que apresenta textos informativos, opinativos, interpretativos e imagens (fotografias e ilustrações). Deve ser um instrumento que, entre outras atribuições, evoque a cidadania e amplifique seu conteúdo para dar voz aos membros da comunidade.

Nesse diálogo entre os membros da comunidade, percebe-se, nas falas dos entrevistados, a importância do “Conexão Jovem” como um instrumento de aproximação de gerações. Ao se verem estampados e, portanto, reconhecidos nas páginas do jornal, os idosos passam a enxergar os adolescentes como pessoas preocupadas com a educação e, principalmente, com o nítido propósito de crescimento intelectual e aprimoramento pessoal.

A proposta do periódico, segundo dona Aurora Alfredo do Carmo, é válida, pois o jornal proporciona dois momentos: informar a comunidade sobre fatos que ocorrem no bairro e permitir aos adolescentes o acesso a outro universo (o dos idosos), aproximando gerações e trocando conhecimentos. Em seu depoimento, ela assinala que:

A principal preocupação ao ser feita por jovens faz com que eles sejam vistos pela comuni-

dade de uma maneira positiva, pois demonstram interesse pela vida. Os jovens quando entrevistam os idosos, passam a ter interesse em conhecer diferentes idades e demonstram consideração e respeito.

Antonio Carlos da Silva, mais conhecido como TC, 56 anos, morador da Vila Castelo Branco há 42 anos, fundador e coordenador da Casa de Cultura Tainã há 20 anos, foi fonte de informação para os adolescentes do jornal “Conexão Jovem” em duas oportunidades. Na edição inaugural da publicação, em dezembro de 2003, foi apresentada uma reportagem expondo o trabalho sobre cidadania desenvolvido pela instituição que ele dirige.¹¹ Na edição de setembro/outubro de 2004, ele voltou às páginas da publicação, agora na capa do “Conexão Jovem”, divulgando o seminário “Tambor da Saúde”, que teve como proposta promover discussões com os jovens, alertando sobre os riscos de contaminação do vírus HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis.¹² Em seu depoimento, TC enfatiza a aproximação entre gerações proporcionada pelo jornal e afirma que as entrevistas, pautando integrantes da comunidade, proporcionam o encontro de pessoas de diferentes idades, e que talvez, nos dia-a-dias daqueles adolescentes, ele não se interessasse em fazê-la. Ele afirma que:¹³

Na medida em que o jovem assume o papel de comunicador, tem uma percepção e compreensão maior das diferenças culturais entre as idades.

O aposentado João Diego Zoli, 75 anos, que ocupa parte de seu tempo vendendo sorvetes na garagem de sua casa, foi capa do jornal em setembro de 2007.¹⁴ A exemplo de dona Aurora, seu João Diego, ao receber a pesquisadora para a realização deste trabalho, buscou o exemplar em que foi capa e, orgulhoso, disse: “*Eu estou aqui.*”¹⁵ Em seu depoimento, o aposentado, morador da Vila Castelo Branco há 34 anos, fala dessa aproximação:

A publicação ganha valor por ser realizada por jovens. A juventude é a força da comunidade, luta pelo progresso e união do bairro. Este veículo de comunicação aproxima mais o jovem dos idosos na busca de informação. É a união

da comunidade.

O aposentado Benedito Carlos Martins, 74 anos, é morador do Jardim Garcia há 37 anos, bairro vizinho à Vila Castelo Branco. Reconhecido por seus serviços gratuitos prestados à comunidade (executa trabalhos de encanador, de eletricista, entre outros), ele foi capa da edição 12 do “Conexão Jovem”. Segundo ele, o periódico aproxima os jovens dos idosos, pois dá voz à Terceira Idade: “O adolescente está interessado em escutar o idoso e também em levar conhecimento através do diálogo.”

O artista plástico e morador da Vila Castelo Branco há quatro décadas, Aluísio Jeremias, 68 anos, é uma das pessoas mais conhecidas do bairro. Primeiro porque foi o criador da escola de samba “Rosas de Prata”, certamente uma das manifestações culturais e populares mais tradicionais e significativas do bairro em uma das agremiações mais antigas do carnaval campineiro. Depois, a visibilidade conquistada a partir de seus quadros, expostos em mostras individuais e coletivas em diversos espaços. Foi tema de matéria publicada no “Conexão Jovem” que permitiu um contato mais próximo com os adolescentes. Segundo ele, a publicação é muito importante não só para a comunidade, mas também para os jovens que, em busca de informações, têm a possibilidade de se comunicarem com diversas gerações. Ele afirma:¹⁶

O jovem conhece mais o idoso e acaba quebrando preconceitos. O jornal “Conexão Jovem” reconhece os indivíduos que fazem parte dela, e a exposição dos idosos no informativo promove uma aproximação entre as pessoas, inclusive dos jovens que vieram também de fora da comunidade. Por isso, acho que deveriam ser realizadas mais edições por mês. O jornal caiu no gosto [da comunidade], pois não existe muita comunicação sobre a comunidade.

Outra qualidade do jornal comunitário, distinguindo-o das publicações destinadas a um público mais amplo, é seu diálogo com uma comunidade específica, por se tratar de um veículo em que os agentes responsáveis pela sua produção são pessoas da própria comunidade.

Um modo de produção em que se percebem, com muita proximidade, elementos da teoria da comunicação, como o emissor, o canal e o receptor. Porém, diferentemente do fenômeno registrado na grande imprensa em que o emissor (no caso, o jornalista) e o receptor (no caso, o leitor) não se conhecem, na mídia comunitária os membros da comunidade estão presentes nas duas extremidades: a comunidade que emite a mensagem é a mesma que a recebe. Esta relação de conhecimento, de amizade, de proximidade e de quebra de barreiras (estamos falando aqui de tempo cronológico, de diferentes gerações e de seus conflitos e preconceitos) permite que os interlocutores emitam suas opiniões sobre diferentes assuntos relacionados à comunidade e que também façam uma avaliação ou autoavaliação, seja do ponto de vista de quem escreve, seja de quem recebe a informação.

A adolescente Luciene Alves, integrante da equipe que participou da criação do “Conexão Jovem”, afirma que:

O jornal despertou uma consciência. Você não está só escrevendo, você está fazendo alguma coisa, também. É tipo uma ação coletiva movida por uma leitura. [...] Uma coisa que ficou bem clara foi o grupo Reviver. O idoso não era bem aceito, a gente sentia isso. Os adolescentes não conheciam o grupo e através do jornal eles puderam mostrar como eles eram e o que eles procuravam dentro do bairro, que era uma vida melhor.

Na outra ponta da linha, o idoso também tem a opinião formada sobre os adolescentes que fazem a publicação. O idoso fala do jornal como um instrumento que permite ao jovem mostrar suas potencialidades, e, por conta disso, ganha maior respeito junto aos idosos:

A publicação tem muito valor ao ser realizada por jovens da comunidade, pois eles têm um histórico de carência e o jornal permite aflorar o potencial dos jovens. Trata-se de um programa que valoriza os jovens. São os próprios adolescentes que se veem diferente, pois têm acesso a informação. O importante é que eles se olhem e sintam que pertencem aquele lugar [...] que podem ser agentes de mudanças e passam a acreditar em si mesmos.

O artista plástico Aluísio Jeremias ressalta que a publicação, ao ser feita por jovens, revela a importância do aprendizado por meio do jornalismo, e todos da comunidade respeitam estes jovens pelo trabalho que realizam. Ele ainda considera que o trabalho se constitui em opção para os jovens da periferia, os quais carecem de oportunidades, afastando-os do mundo do crime. Ele afirma que:¹⁹

O bandido respeita mais o adolescente que faz o jornal do que o aviõozinho que vende droga para ele, pois o criminoso não quer esse tipo de vida para o próprio filho. [...] Quando entrevistam as pessoas, os jovens sentem que têm importância, que têm valor, portanto elevam sua autoestima.

Para o aposentado Benedito Carlos Martins, o jornal acaba por despertar nesses jovens o sentimento de cidadania:

O jornal “Conexão Jovem” tem grande importância junto à comunidade, pois é escrito pelos jovens que despertam interesse pelo amanhã. A proposta é um trabalho de apoio à juventude, é um lugar para aprender e ser cidadão.

Peruzzo (2003), em trabalho publicado no “Anuário da UNESCO”, aborda a importância do jornal comunitário como instrumento de educação, de divulgação da comunidade e como prestador de serviço – qualidades ressaltadas nos depoimentos colhidos para a realização deste trabalho. A autora elenca algumas qualidades que fazem do jornal comunitário uma publicação diferenciada:

Ter como objetivo divulgar assuntos específicos das comunidades, de movimentos coletivos e de segmentos populacionais ou do interesse público, que normalmente não encontram espaço na mídia convencional. [...] Quem produz (cria, fala, redige, edita, transmite etc.) as mensagens não é necessariamente um especialista, o profissional de comunicação, mas o cidadão comum. [...] Ter como força motriz a meta de contribuir para o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania. [...] Os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, como

por exemplo: notícias sobre as atividades dos grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discriminação da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços de uso coletivo e outras informações de utilidade pública (p. 58).

A todas estas qualidades apresentadas por Peruzzo, acrescentamos, a partir dos depoimentos colhidos, algo que passamos a considerar fundamental na concepção de um jornal comunitário: a apresentação de conteúdo que contemplesse a valorização da autoestima. É preciso enaltecer os fatos positivos, as realizações da comunidade e valorizar pessoas por seus atos e talentos; é preciso permitir que anônimos estejam na vitrine e passem a ser reconhecidos pela comunidade; é preciso dar o devido valor aos indivíduos, os quais dificilmente ganhariam espaço em qualquer veículo de mídia de médio ou de grande porte. Os depoimentos colhidos evidenciam este aspecto.

Segundo Aluísio Jeremias,² o jornal “Conexão Jovem” reconhece os indivíduos que fazem parte da comunidade: “O jornal é o porta-voz da comunidade, é o único espaço que a comunidade tem para falar dela mesma. É o veículo que valoriza o trabalho das pessoas da região.”

O aposentado Benedito Carlos Martins,² em entrevista veiculada pela TV PUC por conta de trabalhos prestados à comunidade,² afirma:

Fiquei contente de falar da minha família, de onde eu moro, das coisas boas do bairro. Se estou praticando coisas boas para o bairro, é para incentivar as pessoas a colaborar para aquilo que é dele. O bairro tem um nome por essas coisas boas que estão saindo [sendo publicadas], desses projetos. Isso eleva o nome do bairro, isso é importante. Por isso eu fico contente, fico emocionado. Eu ter saído no jornalzinho [no “Conexão Jovem”] foi uma graça de Deus.

Dona Sebastiana Rosa de Andrade, aposentada que encontrou na

poesia² uma maneira de expressar sua sensibilidade, na mesma entrevista veiculada na emissora, sintetiza seu pensamento fazendo a seguinte afirmação sobre o texto publicado no “Conexão Jovem”: “*Eu penso aqui comigo que nem fui eu que fi*”

O aposentado João Diego Zoli³ fala da importância da publicação e da visibilidade que passou a desfrutar após a veiculação da edição em que foi capa:

O “Conexão Jovem” é importante, pois é a comunicação para a comunidade que não se vê em outros veículos. Os moradores do bairro têm acesso e ficam sabendo o que está acontecendo na própria comunidade. Se não tem “Conexão”, não tem notícia. A comunidade se comunica através do jornal que abre espaço para expor positivamente as pessoas e descobrir valores. Aparecer no jornal me mostrou que tenho força, saúde e coragem para lutar pela vida.

A exposição pública proporcionada pelo jornal permitiu ainda que o aposentado aumentasse o faturamento em seu comércio. Ele estima que a elevação na venda de sorvete tenha atingido algo em torno de 20%. Independentemente do aspecto comercial, ele reconhece a importância do veículo na vida do idoso e da própria comunidade:

Fiquei mais conhecido e isso ajudou mais no meu trabalho [...] O veículo dá voz a comunidade, pois além de ser bem feito pelos adolescentes, dá destaque a coisas do bairro [...] Para o idoso aparecer nas páginas do jornal ele deve participar de passeios, festas, atividades esportivas... É necessário que participe ativamente de sua comunidade.

Dona Aurora afirma que o jornal “Conexão Jovem” acaba se configurando como porta-voz do bairro, pois, ao divulgar aquilo que desperta interesse na comunidade, proporciona visibilidade para as atividades que estão acontecendo no local:² “*Os leitores do “Conexão” têm mais afinidade com o que se passa na região. É um importante espaço para expor positivamente as pessoas da comunidade e seus valores.*”

No entanto, não são apenas os idosos que têm esta percepção do jornal como vitrine das coisas boas do bairro. A adolescente Amanda

Cristina de Brito, integrante do projeto no ano de 2005, fala com orgulho da apresentação do bairro nas páginas do jornal comunitário. A jovem foi enfática ao comentar sobre a importância do veículo:²⁸

[...] Porque fala das coisas boas. Nunca fala do lado ruim. É claro que tem, mas a gente visa às coisas boas. Quando eu vejo uma matéria ruim em um jornal, falando daqui, eu penso: nossa, eu moro aqui? Fazer o que, né? Agora o “Conexão Jovem” não. Você lê e fala: que legal! Esse é meu bairro? Também tem coisas boas.

Aline Alves é outra adolescente que atua no projeto desde 2005 e que vê o “Conexão Jovem” como uma vitrine para os fatos positivos do bairro e como um suporte que lhe permite ser reconhecida no local em que vive. Monitora da Oficina de Jornalismo Comunitário desde 2008, ela revela a importância do jornal em sua vida:²⁹

Estou me tornando uma pessoa importante. Fui até convidada para dar uma palestra. E eu que era tão tímida. [...] O nosso jornal não fala mal da comunidade. Fala das coisas boas. Isso ajuda. As pessoas estão cansadas de ver coisas ruins no jornal. Só morte. Ou que os bairros daqui são perigosos... Eu vejo meu bairro diferente. Não é tudo isso que eles falam. Tem violência. Bastante. Mas eu vejo diferente.

Quando Aline faz menção às notícias ruins veiculadas sobre seu bairro, refere-se às matérias publicadas nos principais jornais da cidade, os quais, não raro, falam somente dos fatos ruins registrados em bairros habitados por moradores de classes sociais menos favorecidas – notícias normalmente veiculadas pela editoria de polícia. Percebe-se, então, outro diferencial do jornal comunitário: enaltecer fatos positivos que marcam o dia-a-dia da comunidade.

Quanto à valorização do idoso nas páginas do jornal, dona Aurora, que já foi monitora de um grupo da Terceira Idade no PROGEN, conhece os caminhos que possibilitam ao representante da Terceira Idade o reconhecimento de suas atividades. Para que isto aconteça, ela afirma que é necessário que o jovem mostre, em todas as reuniões de pauta,

a disposição de falar do idoso que este sempre está fazendo algo e, certamente, tem o que dizer.³⁶

A Terceira Idade sempre tem assunto para ser divulgado. Tenho certeza de que boa parte da comunidade gostaria de aparecer nas páginas do informativo. A prova disso é que eu tenho dois exemplares bem antigos guardados em meu armário.

Outro aspecto positivo nessa relação entre o idoso e o veículo de comunicação diz respeito ao sentimento de pertencimento social. O presidente da Comissão de Cultura Tainã, TC, expõe isso de maneira muito contundente.³¹

O mais importante é a população de uma comunidade se perceber enquanto pertencente àquele local, e é isso que o jornal “Conexão Jovem” proporciona à comunidade tratando dela mesma, sem depender de agentes externos para desenvolver esse sentimento. [...] O jornal tem um papel que vai além de comunicar: deve também proporcionar o desenvolvimento da comunidade através do reconhecimento, da valorização e da consciência política dos adolescentes envolvidos e da exposição pública dos entrevistados.

Há outras qualidades que caracterizam o jornal comunitário, as quais podem ser encontradas nessa relação estabelecida entre os jovens e os idosos. Entre estas qualidades, podemos destacar a função social do jornal, principalmente como instrumento de integração entre os membros da comunidade, conforme ressalta Wondracek (1978, p. 10).

A presença do jornal é tão importante quando mais estiver integrado e identificado com os anseios e realizações de sua comunidade. E isto implica em que o jornal deva ser uma fonte constante de promoções comunitárias. A solução de problemas sociais ou econômicos; obtenção de melhores meios de comunicação; a construção de uma creche; a valorização de uma pessoa que tenha prestado serviços à comunidade, através de uma homenagem pública; a organização de espetáculos culturais e artísticos são iniciativas que comportam a liderança de um jornal, desde que tenham a finalidade de promover o bem coletivo.

Wondracek toca num ponto de grande movimentação, ocorrido na noite do dia 16 de maio de 2008, quando a Câmara Municipal de Campinas promoveu uma sessão solene na Associação dos Moradores do Jardim Garcia para a entrega do diploma de Honra ao Mérito Herbert de Souza (Betinho) a pessoas e iniciativas que fizeram alguma diferença na comunidade. Além do reconhecimento ao jornal “Conexão Jovem” pela importância que adquiriu junto à comunidade enquanto veículo que focalizava assuntos de interesse dos moradores da região, o prêmio também foi entregue ao aposentado Benedito Carlos Martins. Este reconhecimento se deu a partir de matéria veiculada pela publicação e pela conseqüente repercussão junto à comunidade (incluindo, nesse momento, a matéria veiculada – e aqui já mencionada – pela TV PUC). Configura-se aí o papel do jornal comunitário, valendo-se das palavras de Wondracek quando ressalta a importância da publicação ao valorizar uma pessoa que tenha prestado serviços à comunidade ou que tenha recebido uma homenagem pública. O “Conexão Jovem”, neste caso, cumpriu, e ainda cumpre, duplamente seu papel: valorizou o cidadão quando fez dele capa ou página interna de uma edição, transformando-o em pessoa pública, e registrou  no momento de glória, quando o aposentado subiu ao palco da Associação de Moradores do Jardim Garcia (que, naquela noite, reuniu dezenas de convidados) para receber a condecoração do representante da Câmara dos Vereadores de Campinas. Emocionado, fez um breve agradecimento e, com o certificado na mão, tirou inúmeras fotos ao lado de amigos – foi a maneira encontrada para dividir com as pessoas do lugar o prêmio que acabara de receber.

O fato aparentemente “simples” de ser notícia no jornal valoriza, e muito, a autoestima do idoso. A totalidade das matérias veiculadas que têm o idoso como tema é acompanhada de fotografia. Embora não seja pretensão deste estudo fazer uma análise semiológica das referidas imagens, permitimo-nos abrir parênteses para tecer alguns comentários sobre o significado da fotografia, o qual se constituirá na imagem

desse idoso nas páginas do jornal e, conseqüentemente, da imagem dele que circulará pela comunidade.

O binômio fotografia/velhice é tema que vem merecendo atenção por parte de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. É comum, por parte do idoso, mostrar relutância diante do olhar indiscreto do fotógrafo. Normalmente, as pessoas idosas, não muito satisfeitas com o presente, sendo que muitas afirmam que “velho estraga a foto”, não se deixam fotografar.³ Sobre esta relutância do idoso diante da possibilidade de registro de sua imagem, Ferreira (1998, p.) afirma:

A velhice é, de todas as fases da vida, aquela em que os efeitos e as marcas adquirem maior visibilidade. Num modelo de sociedade em que beleza e juventude atuam como valores fundamentais, o corpo que envelhece vai tornando-se decrépito.

Samain (1998, p.), numa análise mais ampla sobre o comportamento vaidoso das pessoas, independentemente da idade, afirma:

A fotografia não gosta da indiscrição, mesmo que ela a induza muitas vezes. É, talvez, por essa razão, que resistimos à objetiva quando nos aponta que estamos raramente satisfeitos da imagem que fabricou de nós. Ela dizia ‘de-mais’, ‘o que não queríamos dizer’, revelava ‘o que não devia mostrar’. É por essa razão, ainda, que as fotografias se acumulam como tesouros, dentro de pastas, de caixinhas, de armários, que elas se escondem dentro de uma carteira. Elas são nossos pequenos refúgios, os envelopes que guardam nossos segredos. As pequenas peles, as películas, de nossa existência. As fotografias são confidências e memórias.

Embora as observações de Ferreira e de Samain sejam facilmente comprovadas no dia-a-dia da atividade de um fotógrafo ou de um pesquisador que faz uso de fotografias de pessoas em seus trabalhos, não é o que observamos quando nos propusemos a fotografar os idosos para as páginas do “Conexão Jovem”. Foram muitas as imagens por nós registradas, entretanto há duas que nos chamaram mais a atenção:

a do aposentado Benedito Martins (Figura 1) e a foto do sorveteiro João Diego Zoli (Figura 2). Diferentemente do que mostram os estudos (como as citações mencionadas anteriormente), os entrevistados não se intimidaram diante da câmara fotográfica. Ao contrário, posaram para o fotógrafo. Em ambas as situações, o olhar dos fotografados foi diretamente ao encontro do observador, como se não tivesse ocorrido a mediação do fotógrafo e da máquina (LEITE, 1988). Em ambas as situações, os fotografados “fabricaram-se” em outro corpo, “metamorfosearam-se” antecipadamente em imagem (BARTHES, 1984). Quando se deixam fotografar, os idosos procuram ambientes, cenários que tenham algum significado, algo que remeta a um momento de felicidade, de domínio, de conquista. É o que percebemos nas imagens escolhidas. Embora aposentados, Benedito Martins e João Diego Zoli estão na ativa, cada um ao seu jeito. Ao serem fotografados, mostraram claramente a intenção de transmitir a ideia real de pessoas ativas, que, de alguma forma, são úteis à comunidade, e, assim, negam o estereótipo do velho improdutivo em nossa sociedade.



Figura 1 – O aposentado Benedito Martins fazendo reparo em torneira no PROGEN: “Estou praticando coisas boas para o bairro.”



Figura 2 – O sorveteiro Diego Zoli na garagem  residência:
 “Fiquei mais conhecido e isso ajudou no meu trabalho.”



Figura 3 – A aposentada Amarylia  Alfredo do Carmo:
 “O veículo aproxima mais  dos idosos.”

Esse mesmo olhar, seguro e cheio de autoestima, é verificado numa terceira fotografia (Figura 3), da aposentada Aurora Alfredo do Carmo, quando esta retorna à sala de sua casa com o cabelo penteado e o “Conexão Jovem” na mão.³⁶ Orgulhosa, fita a objetiva da câmara fotográfica da pesquisadora (novamente passa a sensação de que não há intermediação entre o fotógrafo e o espectador da imagem), presta-se ao jogo social, “fabrica-se”, “metamorfoseia-se” para a materialização de sua imagem, a qual agora será eternizada. Embora a foto ora descrita não tenha sido produzida para publicação no “Conexão Jovem”, ela (a imagem) só é produzida por conta de outra foto veiculada anteriormente pela publicação, na qual a aposentada é uma das dezenas de pessoas perfiladas para foto do Reviver, grupo de idosos que foi capa da segunda edição do “Conexão”. Trata-se de um momento de plena elevação da autoestima, possibilitado pelo aparentemente simples, porém significativo, ato fotográfico. Afinal, são pessoas de origem humilde, desprovidas de registros ou álbuns sofisticados que documentam momentos de glorificação, como fotos de casamentos, de primeira comunhão ou de formatura escolar. Seus registros de memória estão guardados de maneira simples, dentro de gavetas ou em caixas de sapato, envelopes amarelados ou em latas de biscoitos – como o faz a maioria das pessoas simples quando tem estes registros. Desta maneira, olhar para a objetiva da câmara fotográfica era corroborar para a consagração, congelando aquela boa imagem para a eternidade.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgados em 2007 mostram que os idosos representam, atualmente, 10,6% da população nacional, e que o país, em 20 anos, poderá ter a sexta maior população idosa do planeta. A queda nas taxas de fecundidade e de mortalidade dá o tom deste envelhecimento. Mais: é crescente o número de pessoas que atingiram a marca de 80 anos no país (em 1992, esta população era de 1%; em 2007, atingiu 1,4% ou 1,6 milhões de pessoas). Neste universo, há a necessidade da implementação de políticas públicas e sociais voltadas aos idosos, de iniciativas que focalizem e priorizem esta parcela da população. A presente experiência, embora

realizada num bairro periférico de Campinas, ganha dimensão quando inserida numa realidade nacional, mostrando este envelhecimento da população brasileira. Por meio das páginas do “Conexão Jovem”, esta população se reconhece e é reconhecida, ganha visibilidade, sente-se pertencente ao local onde vive e tem sua autoestima valorizada.

NOTAS

¹ **Depoimentos:** Aline Alves, Aluísio Jeremias, Amanda Cristina de Brito, Antonio Carlos da Silva (TC), Aurora Alfredo do Carmo, Benedito Carlos Martins, João Diego Zoli, Luciene Alves e Sebastiana Rosa de Andrade

² Texto extraído do conto “Histórias de Cronópios e Famas”, do escritor argentino Julio Cortazar.

³ Passagem extraída de entrevista concedida pela pesquisadora Denis Castanho Antunes. Ver Carnicel (2005, p. 203).

⁴ A iniciativa, baseada na realização de Oficina de Jornalismo Comunitário, integra os projetos “Memória, qualidade de vida e cidadania: história dos bairros populares de Campinas”, desenvolvido pelo Centro de Memória da UNICAMP (CMU), e “In-forma-ção comunitária: escolas e Progen”, fomentado pelo Fundo Juntos pela Educação: Instituto Arcor, Fundação Vitae e Instituto C&A.

⁵ Para ser fotografada, dona Aurora mostra exemplar do “Conexão Jovem”. A aposentada integra matéria publicada na capa da edição 2 (abril de 2003) sob o título “Reviver: idosos reúnem-se às quartas e sextas na Praça dos Trabalhadores para atividades físicas e alívio do estresse”.

⁶ Participam do projeto as seguintes instituições: Escola Estadual Prof. Carlos Lencastre, E.E. Prof. Djalma Octaviano, E.E. Prof. Mário Natividade, E.E. Prof. Antônio Fernandes Gonçalves e E.E. Profa. Hercy Moraes.

⁷ Sobre este assunto, ver PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo Batista. *Jornal Comunitário*. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro;

CARNICEL, Amarildo Batista (Orgs.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra: Setembro; Campinas: UNICAMP/CMU, 2007. p. 177-178.

⁸ Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2009. As transcrições foram adaptadas às normas da língua portuguesa

⁹ Matéria publicada na página 5 da edição 1 (dezembro de 2003) sob o título “Casa de Cultura Tainã: opção de cidadania”.

¹⁰ Matéria publicada na primeira página da edição 6 (setembro/outubro de 2004) sob o título “Sem camisinha? Nunca!”

¹¹ Entrevista concedida em 5 de novembro de 2008.

¹² Matéria publicada na primeira página da edição 17 (setembro de 2007) sob o título “A Vila está muito melhor”.

¹³ Entrevista concedida em 5 de novembro de 2008.

¹⁴ Matéria publicada na capa da edição 12 (julho/agosto de 2006) sob o título “Ajudar faz bem”.

¹⁵ Entrevista concedida em 12 de novembro de 2008.

¹⁶ Matéria publicada nas páginas 8 e 9 da edição 1 (dezembro de 2003) sob o título “Rosas de Prata – Fome Zero, criatividade dez”.

¹⁷ Entrevista concedida em 13 de novembro de 2008.

¹⁸ Entrevista concedida em 17 de maio de 2005.

¹⁹ Entrevista concedida em 5 de novembro de 2008.

²⁰ Entrevista concedida em 13 de novembro de 2008.

²¹ Entrevista concedida em 12 de novembro de 2008.

²² Entrevista concedida em 13 de novembro de 2008.

²³ Entrevista concedida ao canal de televisão da Pontifícia Universidade Católica (TV PUC), em 6 de abril de 2006.

²⁴ A matéria “Ajudar faz bem”, publicada na capa do “Conexão Jovem”, edição 12 (julho/agosto de 2006), serviu de pauta para a TV PUC. A entrevista foi veiculada em diferentes programas e horários na grade da emissora.

²⁵ Dona Sebastiana Rosa de Andrade foi tema de matéria publicada na página 8 da edição 3 (maio/junho de 2004) sob o título “Escrever é o melhor remédio”, e de matéria publicada na página 4 da edição 12

(julho/agosto de 2006), sob o título “Cantinho da poesia”.

²⁶ Entrevista concedida em 5 de novembro de 2008.

²⁷ Entrevista concedida em 5 de novembro de 2008.

²⁸ Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2009.

²⁹ Entrevista concedida em 3 de maio de 2005.

³⁰ Entrevista concedida em 24 de maio de 2005.

³¹ Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2009.

³² Entrevista concedida em 5 de novembro de 2008.

³³ A homenagem prestada pela Câmara Municipal de Campinas foi assunto de primeira página da edição 19 (junho de 2008) sob o título: “Homenagem – Beneméritos e “Conexão Jovem” recebem diploma de ‘Honra ao Mérito’.

³⁴ Sobre este assunto, ver Carnicel (2002).

³⁵ Fotografia de capa publicada na edição 12 (julho/agosto de 2006).

³⁶ Fotografia de capa publicada na edição 17 (setembro de 2007).

³⁷ referida passagem está descrita na primeira página deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p.

CALLADO, Ana Arruda; ESTRADA, Maria Ignez Duque. *Como se faz um jornal comunitário*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 72 p.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo Batista. *Jornal Comunitário*. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo Batista (Orgs.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra: Setembro; Campinas: UNICAMP/CMU, 2007. p. 177-178.

CARNICEL, Amarildo Batista. *O jornal comunitário como estratégia de educação não-formal*. 2005. 278 p. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP, Campinas, 2005.

- _____. Fotografia e inquietação: uma leitura da imagem a partir da relação fotógrafo-fotografado. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 11, p. 41-54, 2002.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. O retrato de si. In: LEAL, Odina Fachel (Org.). *Corpo e significado*. Porto Alegre: UFRGS, p. 417-430 1998.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1997.
- LEITE, Miriam L. Moreira. Fotografia e história. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 39, jan./fev, p. 24-32 1988.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 51-78, 2003.
- SAMAIN, Etienne Ghislain. Modalidades do olhar fotográfico. In: ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson (Org.). *Ensaio sobre o fotográfico*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. p. 109-114.
- WONDRACEK, Claude. O jornal do interior na era tecnológica. *Cadernos de Jornalismo e Editoração – Estudos Sobre a Imprensa Comunitária*, São Paulo, COM-ARTE, n. 10, 1978.

OUTRAS FONTES

Edições do Conexão Jovem

Edição 1 – dezembro de 2003

Título: Casa de Cultura Tainã: opção de cidadania (página 5)

Título: Um CLICK no bairro – Os jovens são os fotógrafos/ Grupo de Senhoras pintam pano de prato/Igreja de Guadalupe: Grupo de Senhoras (páginas 6-7)

Título: Rosas de Prata – Fome zero, criatividade dez (página 8)

Edição 2 – abril de 2004

Título: Reviver – Idosos se reúnem as quartas e sextas na Praça dos Trabalhadores para atividades físicas e alívio do



estresse (página 1)

Edição 3 – maio/junho de 2004

Título: “Escrever é o melhor remédio” (página 8)

Edição 4 - junho/julho de 2004

Título: Festas animam a comunidade (página 5)

Edição 5 – agosto/setembro de 2004

Título: Gira Vida (página 5)

Edição 6 – setembro/outubro de 2004

Título: Sem camisinha? Nunca! (página 1)

Título: A Voz da EXPERIÊNCIA (página 5)

Título: A arte da NINA (página 6)

Edição 7 – dezembro de 2004

Título: Aniversário: PROGEN 20 ANOS – Como tudo começou (página 3)

Título: José Araújo, Poeta (página 8)

Edição 8 – junho/julho de 2005

Título: Fórum discute direitos do idoso (página 2)

Edição 10 – novembro/dezembro de 2005

Título: Ação entre amigas – grupo de senhoras durante oficina de bijuterias (página 1)

Edição 11 – junho de 2006

Título: Vacina contra a gripe (página 4)

Edição 12 – julho/agosto de 2006

Título: Ajudar faz bem (página 1)

Título: Cantinho da poesia (página 4)

Edição 13 – setembro/outubro de 2006

Título: Nunca é tarde para aprender (página 8)

Edição 16 – junho de 2007

Título: Hora e vez do Idoso... (página 8)

Edição 17 – setembro de 2007

Título: “A Vila está muito melhor” (página 1)

Título: Dona Jacira, misto de memória e de história (página 7)

Edição 19 – junho de 2008

Título: HOMENAGEM – Beneméritos e *Conexão Jovem* recebem diploma de ‘Honra ao Mérito’ (página 1)

Título: Centenário da imigração japonesa no Brasil (página 8)

Edição 21 – dezembro de 2008

Título: Lembranças de Dona Nina (página 3)

Capítulo 8

A BUSCA DOS IDOSOS PELA FORMAÇÃO EDUCACIONAL CONTINUADA: UMA NECESSIDADE DO SÉCULO 21

FÁBIO LUIZ VILLANI

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, muito se tem discutido sobre idosos que se destacam como “pessoas diferentes”. Quando se fala de pessoas diferentes, não se está se referindo a pessoas que se destacam dos demais idosos por serem mais sábias ou mais idosas. Fala-se de algo que, aparentemente, nada tem de diferente, pois se age como as demais pessoas agem, isto é, continuam vivendo normalmente.

A estranheza se relaciona com a capacidade que algumas pessoas com idades mais avançadas possuem de participar ativamente de todos os segmentos sociais que seu bairro ou cidade proporcionam: continuam indo ao cinema, ao teatro, fazendo atividades físicas, estudando, namorando etc.

O que isso tudo pode ter de estranho? Nada!

Mesmo assim muitas pessoas ainda encaram estes comportamentos como curiosos ou divertidos.

Muitas pessoas ainda encaram a velhice, Terceira Idade ou qualquer outro termo que possa vir a ser criado como a fase da vida que deveria ser destinada à falta de ocupação, à contemplação dos filhos crescidos, netos ou bisnetos ou dos programas vespertinos de televisão.

Cria-se, deste modo, o que se denomina de gerontofobia, que poderia ser qualificada como o medo de envelhecer pelo fato de ser criada socialmente uma série de estereótipos negativos sobre quem tem mais de 60 anos de idade (feiura, decrepitude, dependência física, econômica ou emocional de outras pessoas).

O que muitas pessoas se esquecem é que estas características podem estar presentes em qualquer fase da vida, em qualquer faixa etária.

Muitas coisas têm sido alteradas desde a criação do Estatuto do Idoso e da Campanha da Fraternidade de 2003, e muitas mudanças na forma de se encarar a velhice e o envelhecimento têm sido percebidas desde então.

O conceito de atuação educacional trabalhado dentro de um arcabouço gerontológico, no qual são priorizadas questões ligadas ao estudo e manutenção da memória, concentração e capacidade cognitiva dos cidadãos idosos, tem se tornado corriqueiro nos cursos voltados ao atendimento deste segmento da população.

Além disso, no arcabouço educacional descrito anteriormente, o desenvolvimento da criatividade por meio da educação continuada é de grande valia para o desenvolvimento de aspectos que levem à identidade positiva dos idosos em situação de aprendizado.

Assim, são estas as questões que serão discutidas no presente capítulo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A velhice se estabelece, de maneira geral, a partir da aposentadoria, quando o indivíduo se acha fora do processo produtivo formal. A aposentadoria para os homens e a viuvez para as mulheres são momentos importantes, que marcam o processo de desengajamento, na medida em que fazem diminuir os relacionamentos sociais.

É por meio de sua ocupação e de seu salário que o homem define sua própria identidade. Ao se retirar do mercado formal, ele a perde. Um profissional não é mais um profissional. Não é nada. O papel do aposentado consiste em não ter mais papel algum.

A perda do *status* profissional ocasiona uma perda do papel social, e este funciona como fonte de pertencimento, dinamismo e valorização dentro da sociedade. As pessoas aprendem a se valorizar e dar sentido à própria existência a partir dos papéis sociais que assumem.

A gerontofobia é o ódio irracional ou medo desproporcional persistente e repugnante de envelhecer, assim como de pessoas idosas. Esta fobia se assenta, muitas vezes, em fantasias negativas e estereótipos, como dementes ou inúteis, que apresentam as pessoas mais velhas.

As situações de gerontofobia marginalizam os mais velhos dos centros de decisão social e familiar, isolando-os ou deixando-os, muitas vezes, em situações de dependência as quais eles tendem a aceitar como “normal”, apesar de não a desejarem.

Segundo Schirrmacher (2004), o culto à juventude se iniciou porque os jovens sempre foram a maioria da população, e os mais idosos, por se tratar de uma minoria na sociedade, sempre foram excluídos das decisões relevantes e do interesse de todos. Já o culto moderno à juventude teve início nos Estados Unidos, com o nascimento dos *baby boomers* (nascidos no período de altos índices de natalidade após a Segunda Guerra Mundial, entre 1950 e 1964).

Ocorre que, como determinam as leis imutáveis da natureza, as pessoas da geração *baby boom*, as quais revolucionaram a moda, o consumo e a tecnologia do século 20, estão em processo de aposentadoria. Elas, atualmente, detêm 70% do poder de compra dos Estados Unidos e não podem ser ignoradas. É a geração que dará início à revolução da Terceira Idade.

Muitas pessoas se espantam quando se deparam com idosos que “fogem do modelo preestabelecido”. Atualmente, muitos idosos aparecem guiando motos, saltando de paraquedas, namorando na praia e usando facilmente o computador. Não se adequando ao padrão preconceitual do que é ser idoso, passam a merecer destaque na mídia.

A Revista Época (2003, 25) conta que:

[...] a aposentadoria não significa mais ir para o asilo como antigamente

[...] a possibilidade de criar, dá juventude aos velhos que só param ao se sen-

tirem mal fisicamente [...] uma nova atitude está mudando a cabeça e o corpo dos brasileiros sessentões [...].

Trata-se também de um grande avanço a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Em seu capítulo 4, são tratadas as ações governamentais na área da educação, as quais amparam o foco de interesse particular deste trabalho. Consta na lei, dentre outras coisas, que esforços devem se voltar a adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados aos idosos. (BRASIL, 1994).

Outra lei importante que trata deste assunto é Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e que é descrita parcialmente abaixo:

Título I – Disposições Preliminares

Art.1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art.2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

Art.10. § 2º - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças.

Capítulo V – Da Educação, cultura, esporte e lazer.

Art.20. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, adequando currículos, metodologia e material didático aos programas educacionais a ele destinados (BRASIL, 2003).

Cabe ressaltar que a escolha por proporcionar aos idosos a possibilidade de se libertarem dos estereótipos que lhes são impingidos tem também apoio nos Parâmetros Curriculares de Língua Inglesa, documento este que não é destinado ao público idoso, mas que lhe pode ser adaptado, pois aponta que:

A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por isso, ela vai centrar-se no engajamento discursivo do aluno, ou seja, em sua capacidade de se engajar e de engajar outros recursos discursivos, de modo a poder agir no mundo social (BRASIL, 1998, p.15).

De acordo com a Campanha da Fraternidade de 2003, que teve como tema “Fraternidade e Pessoas Idosas”:

A vida longa é um prêmio. A velhice pode ser um tempo de intenso desenvolvimento social e espiritual. Não há nada que justifique a exclusão dos velhos. Quem envelhece não deseja que sua vida sofra uma contração, pois, apesar das perdas, das dificuldades e dos problemas, o idoso quer viver mesmo sendo velho, apesar de ser velho e porque ele pode contar com a ajuda de sua experiência para viver mais plenamente, como direito e prêmio por ter lutado sempre (CNBB, 2002, p.4).

Ainda segundo o mesmo documento (2002, p.61), a velhice, assim como outras etapas do desenvolvimento humano, traz consigo uma crise existencial. Neste caso, tem-se a sensação de que a expectativa em relação ao futuro diminui, bem como o vigor da juventude, e, ao mesmo tempo, aspira-se à necessidade de plenitude, sabedoria e serenidade. Estas crises se devem, em muitos casos, a uma crise de identidade (capacidade de se aceitar e de estar de bem com a vida) e de autonomia (ser dependente, receber e não ser capaz de dar, o que, para muitos, é uma ideia terrível, uma lição difícil de aprender).

Conforme aponta o texto base da Campanha da Fraternidade de

2003 (CNBB, 2002, p.20), é importante distinguir o processo de envelhecimento da velhice propriamente dita. Nasce-se envelhecendo. Na vida, sempre se é mais novo ou mais velho do que alguém. O processo de envelhecimento pode ser comparado ao processo de desenvolvimento. Nele, sempre ocorrem ganhos e perdas. Porém, quando se refere ao processo de envelhecimento, geralmente as perdas são ressaltadas. Dificilmente os ganhos são reconhecidos.

Os motivos que podem levar uma pessoa de meia idade em diante aos estudos são muitos. Estas pessoas, geralmente, procuram voltar à escola para: desenvolver-se, para sentir prazer, para não ficar dentro de casa o dia todo, ter com quem trocar ideias, viver situações interessantes, conviver com pessoas diferentes, vencer a solidão, combater a depressão, preencher um vazio, melhorar sua convivência com filhos ou netos. Não importa, qualquer motivação é válida desde que a possibilidade de realizar um anseio seja concretizada.

O importante é que o sujeito idoso seja visto como um ser em crescimento, o qual necessita apenas de estímulos externos para que idealize projetos de vida e que possa colocá-los concretamente em sua vida.

A educação, antes compreendida como um evento apenas necessário na vida de crianças e jovens adultos, passa, cada vez mais, a ser também parte da rotina de muitas pessoas teoricamente fora do período normal de aprendizagem.

Como salienta Haddad (1986, p.92):

A educação deve servir como instrumento para prolongar, até a terceira idade, a intensa socialização que se dá na infância e adolescência sendo assim, a educação torna-se necessidade fundamental para que o velho possa viver bem numa sociedade que o ameaça, não por dominá-lo econômica e politicamente, mas por obrigá-lo, sob pena de condená-lo à solidão a uma permanente atualização face “as abruptas mudanças que lhe são impostas.

A educação continuada, que se inicia na infância e se prolonga por

toda a existência do ser humano, tem sido objeto de estudo e reflexões de vários educadores. Cemin (2002, p. 177) aponta que se uma pessoa tem o desejo de aprender, ela terá condições de fazê-lo independentemente de onde e de quando isso ocorra. Para tanto, é necessária a confluência de três fatores importantes: predisposição para o aprendizado, um ambiente adequadamente organizado e a existência de alguém (um par mais competente) para auxiliar o aprendiz no processo de aprender.

Ferrigno (2003) afirma que o objetivo maior destes centros de encontro da Terceira Idade deveria ser o de propiciar ao indivíduo a redescoberta de interesses, os quais, uma vez assumidos, reequilibrem-no socialmente e retardem as modificações da velhice. Ainda segundo o mesmo educador, “[...] a atualização de informação facilita a integração social dos velhos a um mundo de mudanças cada vez mais aceleradas [...]” (FERRIGNO, 2003, p. 177).

De acordo com este parecer, Barros (1998, p. 177) aponta que:

[...] deve-se ressignificar o envelhecimento, diluindo o sentido da velhice como um momento intrínseco de sabedoria proporcionada pela experiência, em favor da idéia de que esse é um momento propício para o aprendizado de novas coisas. A educação é ressaltada como necessária para que o indivíduo aproveite as oportunidades criadas para a velhice na sociedade contemporânea [...] ao dissociar a experiência dos anos vividos da sabedoria, valorizam a idéia de que a educação deve ser uma atividade permanente na vida dos indivíduos, e não somente algo que deve ser vivido somente em sua fase inicial [...].

Uma questão principal é a forma como esse processo educativo será projetado. É ingênuo pensar em fórmulas inócuas que se dediquem a preencher um tempo livre dessas pessoas, com tentativas ridículas de infantilizar seus participantes. Se envelhecer é voltar a ser criança, como tradicionalmente se ouve, seguramente não é neste sentido. Como apontado por Cemin (2002, p. 177) “[...] podemos sim, voltar ao

passado, usando das lembranças da infância e juventude, para refletir e analisar nossas trajetórias e recuperar o direito de sonhar e ter desejo [...]”. Mas é somente para isto a volta ao passado.

GERONTOLOGIA EDUCACIONAL: UM CAMINHO POSSÍVEL?

Como visto, as faculdades intelectuais nada sofrem com o envelhecimento e podem se desenvolver com o passar dos anos.

A capacidade de aprendizagem não é afetada pela idade, sendo até mesmo facilitada pela associação com experiências e conhecimentos prévios.

Quando a Terceira Idade é identificada como a idade do lazer, concebe-se a ideia da aposentadoria como um período ativo,  partir da imagem de que a vida começa aos 60 anos. Deste modo, a velhice passa a ser representada como uma fase a ser aproveitada.

A educação continuada pode ser um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento, descontração e informação da população idosa. Alguns aspectos devem ser levados em consideração para que um programa educacional voltado a este segmento populacional tenha uma boa margem de possibilidade de sucesso.

O processo de aprendizagem na Terceira Idade é necessário como estímulo para que sejam mantidas as faculdades mentais de cada um, devendo-se, portanto, respeitar o ritmo individual de cada um dos alunos e sempre se proporem atividades significativas para que sejam desenvolvidas dentro e fora de sala de aula.

Os educadores que se orientam pela Gerontologia Educacional procuram desenvolver um programa terapêutico voltado à memória, concentração, capacidade cognitiva, aprendizado e criatividade dos idosos. A Gerontologia Educacional requer uma pedagogia específica para garantir a possibilidade de que os idosos vivenciem situações de aprendizagem as quais lhes possibilitem não somente sobreviver mais e melhor, mas, e principalmente, conquistar com autonomia uma me-

lhor qualidade de vida.

Neste paradigma, a educação tem um papel de vital importância, pois não se trata de divertir ou entreter os idosos, nem de repetir papéis desempenhados por eles em outras fases da vida, mas sim servir de dispositivo para que o indivíduo, independente de sua faixa etária, consiga manter seus níveis normais de desenvolvimento.

Nesta concepção, as atividades desenvolvidas no decorrer da aula ou curso adquirem um novo sentido por estarem desvinculadas da obrigação de se cumprir determinados papéis sociais, próprios das etapas anteriores de vida, nos quais a pessoa tem a obrigação de se sair bem para galgar novos patamares na escala social ou se enquadrar nos que já existem. É o aprender por puro prazer.

De acordo com Cachioni (2003, p. 77),

A velhice e o envelhecimento são tópicos que comportam e necessitam de atuação educacional de longo prazo para que possa promover mudanças culturais nas concepções sociais vigentes sobre velhice, sobre as possibilidades de desenvolvimento nessa fase da vida e sobre o potencial cultural inerente a esse segmento da população. É, nesse contexto, que se encaixa a gerontologia educacional, campo interdisciplinar que se desenvolve no rastro da evolução da educação de idosos, na formação de recursos humanos para lidar com a velhice e na mudança das perspectivas das sociedades em relação aos idosos e ao envelhecimento.

A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO IDOSO

A construção ou resgate de uma identidade positiva é um fator muito importante a ser trabalhado nessa fase da vida. Devido a todos os estereótipos impostos pela sociedade no que concerne à volta aos bancos escolares de pessoas dessa faixa etária, e a própria resistência de parte desses indivíduos acerca de suas potencialidades intelectuais pessoais, o trabalho de resgate da autoestima destas pessoas é uma atividade, muitas vezes, árdua e muito mais difícil do que o próprio processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira para estas

 pessoas.

De acordo com Oliveira (1999, p. -106):

A primeira crise do idoso é a crise de identidade, quando existe a necessidade de estabelecer novas relações consigo mesmo e com o mundo dos valores. Uma segunda é a crise de autonomia quando o fundamental é o estabelecimento de novas relações com os demais, com referência à satisfação das próprias necessidades. Por último, a crise da velhice é uma crise de pertencimento que fundamenta a busca de novas relações com a sociedade. Constituem, dessa forma, três condições necessárias para se alcançar a integridade da personalidade na velhice.

A identidade de cada um é influenciada pela percepção que os outros têm dos papéis sociais que cada indivíduo desempenha. A pessoa é sempre tentada a se ver como ela é julgada, e cabe ao educador o trabalho árduo de resgatar essa autoestima, mesmo antes de iniciar seu trabalho como especialista em uma determinada área do conhecimento.

A autoestima sempre envolve uma questão de avaliação pessoal. Ela é decorrente de uma atitude positiva ou negativa diante de si mesma. Deste modo, a autoestima se liga diretamente ao que a pessoa julga acerca de si mesma.

A autoestima possui uma estreita ligação com as questões de formação de identidade dos idosos. Na velhice, existe uma tendência muito forte, por uma grande parte dos idosos, de se autoavaliar negativamente. Com as alterações cada vez menos positivas de sua autoimagem, a autoestima também sofre consideráveis decréscimos.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa que orienta este artigo se concretizou pelo oferecimento de um curso de língua inglesa para alunos com idade superior a 60 anos. As aulas foram oferecidas pelo período de 18 meses e realizadas em um local pertencente à igreja católica, no bairro do Tatuapé, na

zona leste de São Paulo, para um grupo denominado pelos dirigentes da paróquia de “Melhor Idade”. O material utilizado foi elaborado pelo professor, de acordo com as necessidades e interesses dos alunos. A sala de aula se tornou o foco da pesquisa, avaliando-se as performances dos alunos e do professor no tocante à investigação e interpretação da construção do processo de ensino e aprendizagem entre indivíduos nessa faixa etária.

A metodologia de análise dos dados obtidos foi de caráter qualitativo e etnográfico e, acima de tudo, com base nos elementos de análise da perspectiva fenomenológica estudada por Van Manen (1990), da qual se passará a discorrer, brevemente, na seqüência.

FENOMENOLOGIA NA ANÁLISE DOS DADOS

Diante das características desta pesquisa, a opção pela análise dos dados apresentados com base na abordagem fenomenológica é mais que uma escolha: é um caminho naturalmente obrigatório a ser seguido.

Segundo Van Manen (1990, p. ...) o modelo principal desta abordagem é a reflexão textual das experiências vividas, pois

As experiências vividas ganham significância hermenêutica quando nós (reflexivamente) damos pensamento a elas. Através de meditações, conversas, sonhos, inspirações e outros atos interpretativos nós atribuímos significados aos fenômenos da vida diária.

Neste aspecto, a visão de sujeito do autor dialoga com as concepções de sujeito social e histórico de Vygotsky (1994) e de Bakhtin (1999), pois ambos os autores constroem uma compreensão do homem como um conjunto de relações sociais, influenciado pelo meio, e se voltando a ele para transformá-lo.

Em sintonia com estes dois estudiosos, também utilizados nesta pesquisa, Van Manen (1990) expressa sua preocupação com a consciência humana e com o significado do fenômeno humano manifestados em seus pensamentos e, principalmente, em seu discurso, seja oral ou


escrito.

INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise, em uma perspectiva etnológico-qualitativa, com viés fenomenológico, foram utilizados os seguintes instrumentos na coleta de dados:

- observações do professor, por meio de diários reflexivos, ao término de cada evento-aula;
- observações dos alunos, por meio de diários reflexivos, e questionários realizados no decorrer de todo o curso;
- gravação de entrevistas com os alunos.

PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes desta pesquisa têm entre 60 e 79 anos de idade. Apresento, a seguir, uma breve descrição de cada um deles, sendo que seus nomes foram preservados:

- IB: 79 anos; viúva; com ensino médio completo; é dona de casa e faz outros cursos de línguas, além do inglês;
- BM: 66 anos; viúva; é professora aposentada e faz musculação, além do curso de inglês;
- MZ: 78 anos; viúva; possui apenas o ensino fundamental (ciclo I) e tem dificuldades com a língua materna.
- SL: 60 anos; casada; possui ensino médio completo e é dona de casa.
- RA: 62 anos; casada; possui ensino superior completo e é secretária aposentada.

Nas páginas seguintes, serão apresentados  os relatos dos participantes, sempre identificados pelas iniciais acima apresentadas  para a preservação da identidade dos mesmos.

Além disso, serão indicadas as datas em que se realizaram as declarações dos participantes e a modalidade – EN (entrevistas pessoais) e

DR (diários reflexivos).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O que esses idosos buscam retornar à sala de aula para aprender a língua inglesa?

A questão proposta provém da necessidade de entendimento acerca do que estes idosos buscam ao entrar (e em alguns casos retornar) na sala de aula para aprender uma língua estrangeira, neste caso a língua inglesa.

Para responder a esta questão, pode-se também levantar três grandes temas que facilitarão a compreensão do contexto: a educação formando a identidade positiva dos alunos, o afeto na educação dos aprendizes da Terceira Idade e o aprender nesta mesma faixa etária.

Como apontado anteriormente, a simples promulgação da lei do Estatuto do Idoso nada representa. Afirma-se que nada representa em virtude do risco que há do mesmo se tornar mais uma lei inócua, a qual poderia se juntar a um rol grande de tantas outras leis que nada representam. O idoso não sentir a necessidade de se engajar em um grupo com a finalidade de continuar evoluindo como pessoa.

Na verdade, como uma grande parcela da população, os idosos do grupo estudado sabem que há um estatuto em vigor que lhes garante alguns direitos que antes não eram reconhecidos, mas, no tocante ao direito a uma educação continuada, geralmente nada sabem a respeito. Eles acreditam que o estatuto lhes oferece privilégios em filas e em atendimentos públicos, o não pagamento do transporte público ou em controle de preços dos convênios médicos, mas é só.

Muitas outras coisas podem ser pensadas tanto na visão de quem participa das atividades como na visão de quem está lendo este relato neste momento: entrosamento com outras pessoas na mesma faixa etária, necessidade de interação com alguém com os mesmos problemas e expectativas, preenchimento de um tempo ocioso, busca em encontrar uma atividade que preencha um vazio causado pela vida diária, entrosamento ou aceitação pela família etc. Os motivos não importam,

mesmo porque são todos extremamente válidos se a pessoa que os persegue acreditar que poderá resolver, ao menos em parte, suas aflições pessoais.

Estes idosos estão sempre envolvidos em situações de aprendizado pela necessidade que têm de estar sempre atualizados e de não desejar que sejam afogados em um mar de novos conhecimentos que passarão a colocá-los em uma posição de desvantagem em relação às novas gerações, dando motivos suficientes aos outros para serem deixados de lado no dia-a-dia por não terem uma noção muito clara do que está acontecendo na atualidade.

A educação pode ser uma saída viável para que o idoso inicie sua trajetória rumo ao resgate de sua autoestima, e o conseqüente domínio de suas vontades e ações, e possa viver e conviver em uma sociedade que o ameça econômica e politicamente.

A atualização de informação facilita a integração social dos cidadãos idosos em um mundo em que as mudanças são extremamente abruptas.

Além disso, a atualização de informações serve também como uma injeção de ânimo na constituição, ou reconstituição, de sua identidade positiva.

A identidade de cada um é influenciada pela percepção que os outros têm dos papéis sociais que cada indivíduo desempenha. A grande maioria das pessoas tende a se ver pelo julgamento dos outros. Não restam aos idosos muitas alternativas: ou se tornam mais receptivos às influências dos mais jovens ou experimentam a exclusão.

Segundo uma das participantes:

Ficar em casa vendo televisão é chato. Aprender algo movimenta a minha cabeça e acho que só vou parar depois de morrer. As crianças estão mudando, evoluindo a cada ano. Se eu não acompanhar as mudanças vou ficar para trás. Se eu não me atualizar não vou conseguir conversar com ninguém. Por exemplo: minha mãe tem 94 anos e não consegue conversar com ninguém. Só fala comigo porque eu tenho paciência, mas os assuntos dela são chatos. O que ela fala é completamente fora da realidade de hoje em dia. Por quê? Porque ela só

assiste televisão. Só assiste programas que não acrescentam nada. Ela sempre diz: “dá para seus netos batata com caldo de feijão.” Meu Deus! Isso é da década de 40. Neste século, as crianças não comem mais isso! Se eu não quiser ficar excluída, como minha mãe, tenho que fazer algum curso, aprender coisas novas! (BM, 28/11/03 - EN).

A sensação de resgate da identidade é um fator de extrema importância na constituição do ser idoso, devido esta ser uma das principais dificuldades do cidadão na Terceira Idade. Como já analisado, o próprio fato de se perceber idoso já o transforma em outro, por ter perdido seu papel social e sua qualificação. Isso faz com que o idoso perca, um pouco, a noção do lugar que deve ocupar na escala social, deixando-o desnordeado.

Quando o idoso volta a se sentir engajado em alguma atividade que lhe traga prazer, ele assume atitudes afirmativas em relação à vida, aceitando de forma mais positiva as mudanças que, em outra situação, poderiam lhe proporcionar um sentimento de exclusão. Quando o idoso redescobre interesses novos, sente-se estimulado a participar de forma mais significativa e intensa em todas as etapas da vida, sejam boas ou ruins, obtendo mais chances de solucionar seus problemas pessoais.

Voltar à escola significa para mim a possibilidade de viajar sozinha sem depender de guia. Quero me tornar mais independente das pessoas da minha família. Posso ajudar meus netos no aprendizado da língua. Entendo melhor os computadores e faço meus neurônios viverem mais. (DM, 24/09/04 - DR).

Aprender inglês para esses indivíduos servia como um desafio pessoal por representar um instrumento facilitador para uma convivência de igual para igual com os demais componentes de seu círculo social. Aprendiam para si e para se relacionarem melhor com os outros, pois era uma possibilidade concreta de serem aceitos com maior naturalidade por não estarem parados em algum lugar do passado, vivendo de recordações ou de informações ultrapassadas.

De acordo com os relatos transcritos, a boa convivência que há entre eles e o aprendizado de uma nova língua era ingrediente muito saudável, inclusive para que suas potencialidades cerebrais fossem exploradas e mantidas.

Como visto anteriormente neste estudo, a estimulação social pela participação ativa em comunidades de interesse comum auxilia a regeneração do cérebro, principalmente quando esta participação está ligada ao prazer de conviver com outras pessoas e com um objetivo claro, que é o de aprender a língua inglesa, neste caso.

Para ser coerente com a visão de ensino-aprendizagem, tentou-se, a todo momento, criar um clima de mais segurança nos aprendizes em relação a seu processo de aprendizado, esclarecendo que as pessoas com mais idade têm a mesma facilidade para o aprendizado de uma língua estrangeira quanto qualquer um de alunos da escola básica ou da universidade.

O currículo pode ser um elemento alegre e prazeroso, ressaltando o prazer da convivência com pessoas diferentes e que se aprende mais sobre si mesmo e sobre os outros, e desenvolver a tolerância. Isso permite dar um novo significado à própria vida dentro e fora da escola, ampliando o potencial humanizador da instituição escolar e refletindo na sociedade ao redor do indivíduo, em um movimento favorável a todas as instâncias da vida humana.

Segundo uma das participantes,

Enquanto a gente está viva não pode estacionar, pois parar é adoecer. Tem sempre que tentar fazer mais coisas que não podia fazer quando era mais jovem e era impedida pelo marido, pela criação dos filhos ou pelos afazeres domésticos. Faço agora, 26/06/04 - EN).

É de suma importância o uso das emoções no desenvolvimento do indivíduo e no seu processo de cognição. Segundo essa pesquisadora, o sistema límbico nos seres humanos, de modo significativo na memória e na capacidade de aprendizagem. Em outras palavras, significa afirmar que quanto maior o grau de comprometimento do idoso

em atividades que lhe tragam prazer, melhor será sua atuação ao executar e resolver problemas, o que o auxiliará a reter por maior tempo os conhecimentos adquiridos e processados.

Para que isso ocorra  preciso, muitas vezes, que o educando se reconcilie com a escola, reconstruindo sua confiança no poder de aprender, valorizando sua autonomia, sua responsabilidade pessoal. Este resgate da identidade em relação à escola é um fator preponderante para que o sucesso dos aprendizes seja alcançado.

Aprender mais sobre esta língua vai me fazer me sentir mais dentro do mundo, mais moderna e atualizada (SL, 15/08/03 - DR).

A convivência e aprendizado são as maiores lições deste curso. São coisas importantes para a vida e este curso dá isso. Aprender inglês me deixa mais dentro do contexto do mundo moderno e me incentiva a aprender coisas novas. 

(SL, 25/06/04 - EN).

Minha filha tem amigos americanos e ingleses e quando se encontram, conversam somente em inglês. Foi aí que despertou em mim o interesse pelo idioma, pois gostaria de entender o que eles estão dizendo e também participar das conversas. Sinto-me alienada quando meus filhos começam a falar inglês e não entendo nada do que está acontecendo. 

(SL, 03/09/04 - DR).

A motivação para que não desistissem das aulas sempre foi uma grande preocupação minha e dos alunos-participantes. Os idosos desse grupo sempre demonstraram ser muito falantes  como educador, procurava sempre incentivá-los a falar bastante nas aulas.

Acredita-se que é a partir do diálogo que dois pólos se ligam com amor, com esperança e se fazem críticos em busca de algo. Com isto, consolidou-se esta alegria por eles estarem juntos,  fazem laços de amizade que extrapolassem os limites da sala de aula e o prazer do encontro nas aulas semanais.

Percebe-se claramente que o fator “socialização” é um ingrediente muito forte na decisão de se retornar a uma situação de aprendizado em grupo, já que todo o processo de aprendizado está diretamente relacionado à interação do indivíduo (uma ação partilhada) com o meio

externo – meio este que leva em conta não apenas o objeto, mas os demais sujeitos.

O desafio de se aprender algo novo, muitas vezes fora do padrão dos demais idosos do contexto em que o estudo foi realizado, tem um forte apelo emocional. É como se muitos deles voltassem no tempo ou transgredissem, pela primeira vez, uma norma estabelecida, pois adoravam ser reconhecidos nos demais cursos que frequentavam como “os alunos do curso de inglês”.

O padrão deixa de ser respeitado quando há uma inversão dos valores padronizados socialmente, e a educação deixa de ser algo a ser vivido apenas na primeira ou segunda fase da vida para se tornar uma atividade permanente.

De acordo com os alunos, aprender inglês é um dos elementos importantes não só para que sejam facilitadas as interações deles com o mundo, mas com as pessoas mais próximas, como visto anteriormente.

Reconhecem que o aprendizado é de grande valor, mas existem outros aspectos que também devem ser contemplados: “[...] *foi tudo muito gostoso neste tempo em que estamos juntos. A amizade que fizemos me tornou muito mais feliz [...]*” (CL, 21/11/03 - DR).

Percebe-se, por este comentário, que o componente afetivo das relações interpessoais passa a ser importante não apenas entre professor e aluno, mas também entre cada um deles e o grupo.

Reforçam-se, ainda com este comentário, as idéias de Freire (1983), que encarava a educação como uma atividade contínua e própria dos seres humanos. Segundo esse educador, não haveria educação se o homem, após uma determinada fase da vida, descobrisse-se acabado. O ser humano, por tratar-se uma criatura de questionamento, desenvolve a autorreflexão pela necessidade de querer ser sempre mais, ou seja, pelo fato de sentir-se sempre inacabado.

Pelo fato de se considerar inacabado, ele está incansavelmente em busca de algo novo e, conseqüentemente, sempre em mudança. A educação é, portanto, uma busca pelo saber, realizada por um indivíduo,

que é o homem, em busca da perfeição. Segundo uma das participantes: “[...] *tudo o que tem acontecido é de suma importância: aprender inglês (em primeiro lugar!), as festas e o convívio com outras pessoas tão diferentes, mas com o mesmo objetivo [...]*” (IB, 21/11/03 - DR).

Por esta declaração, é possível ver, mais uma vez, que os alunos da Terceira Idade têm prazer de vir à aula, desde que as atividades estejam carregadas de alguma significação para eles, o que não se percebeu com tanta clareza com os alunos dos cursos regulares e dentro da “faixa adequada” de escolarização. A motivação, tanto de um grupo como do outro, é muito mais dependente da motivação que se tem, ou não, para se realizar uma tarefa que os levará ao aprendizado significativo e que se tornará internalizado.

De acordo com uma das participantes: “[...] *qualquer aprendizado influencia nossa vida. Nos melhora, abre nossa mente e também multiplica, ou pelo menos conserva, nossos neurônios [...]*” (RA, 21/11/03 - DR).

Segundo RA, a estimulação social pela participação ativa em comunidades com interesses em comum auxilia a regeneração do cérebro, principalmente quando esta participação está ligada ao prazer de se conviver com outras pessoas.

Conforme outra das participantes do estudo:

Aprender uma nova língua pode não mudar minha vida completamente, mas vai, com certeza, enriquecê-la. Vai desenvolver minha socialização, atenção, concentração, vai me dar um enfoque em um objetivo, em um compromisso e aumentar minha auto-estima, pois vou ter novamente a sensação de que estou aprendendo coisas... vai me inserir em um mundo mais atual. (E, 15/03/05 - DR).

Percebe-se que a educação, neste contexto, deve servir como um importante instrumento para prolongar, até uma idade avançada, a intensa socialização que se dá desde a infância.

Comprova-se que a educação durante a velhice é tão ou mais necessária do que a que prepara o indivíduo para a passagem da infância para a adolescência ou para a vida adulta, pelas observações abaixo.

Aprender algo nunca é demais. Estou cercada de inglês. O dia inteiro ouço músicas e vejo palavras assim nas ruas e aparelhos elétricos...eu faço muitos exercícios na hidroginástica e na ginástica. A aula de inglês é uma ginástica para meu cérebro (Z, 24/09/04 - DR).

Além de me sentir dentro do mundo, acho que falar uma língua estrangeira é um indicador até de poder e eu quero sentir que tenho poder de ação e decisão novamente (F, 24/09/04 - DR).

Me sentia alienada quando meus filhos ficavam “enrolando” a língua perto de mim. Agora sei o que eles estão dizendo e até chego a opinar. Eles me ajudam e me corrigem. Me sinto orgulhosa por eles sentirem orgulho de mim. Eles me incentivam. Estou começando a me entrosar com eles neste sentido (DF, 25/06/05 - EN).

Em suma, um elemento é muito importante a ser percebido nos elementos apresentados nos dados que respondem a essa pergunta de pesquisa: todo o valor do aprendizado é interacional e emocional, e estes dois elementos não podem ser dissociados em nenhum tipo de trabalho em sala de aula, e, principalmente, não poderiam ser deixados de lado na educação dos idosos, os quais são focos desta pesquisa.

Estes elementos precisaram ser resgatados para que houvesse sucesso nas atividades propostas pelo professor da turma e pelos próprios alunos, os quais, em dado momento, tomaram nas mãos a condução dos destinos das atividades de sala de aula e iniciaram a trajetória no sentido de (re)desenvolver seu engajamento discursivo em aula para poder exercê-lo também em seu contexto familiar e na sociedade de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos deste estudo se mostravam sempre bastante ansiosos em relação a sua segurança, sua saúde e suas relações familiares.

Alguns não aprendiam tão rapidamente como na mocidade, e, portanto, um trabalho com viés gerontológico precisou ser desenvolvido no sentido de resgatar uma série de características que foram sendo

perdidas, gradativamente no decorrer de toda uma existência, por alguns dos componentes desse grupo.

A terapia educacional gerontológica, entre outros vários aspectos, precisou contemplar:

- a integração dessas pessoas com idade avançada a sua própria comunidade, tornando-as a mais independente possível em contato com as pessoas de todas as idades, promovendo, assim, relações interpessoais;
- o incentivo, o encorajamento e estímulo ao idoso para continuar a construir planos, ter ambições e aspirações;
- a contribuição para o ajustamento psicossocial-emocional do idoso em todos os âmbitos em que ele precisava atuar;
- a reabilitação de alguns dos alunos com dificuldades intelectuais, originadas pela falta de atividades que exigiam deles o raciocínio.

É claro que todas estas providências dependeram do estado de saúde do indivíduo, de seu grau de independência nas atividades da vida diária e de seu grau de interesse e participação em eventos com este fim.

Esta é a raiz da educação e é a que tem uma estreita ligação com as questões ligadas à educação gerontológica.

A educação gerontológica é essencialmente reflexiva por levar em conta questões mais abrangentes da educação como: metas, consequências sociais e pessoais, ética, fundamentos lógicos dos métodos e currículos e, acima de tudo, relação íntima entre essas questões e a realidade imediata da sala de aula.

A educação gerontológica deve acompanhar a evolução rápida do tempo e das atitudes, exigindo, portanto, que o educador gerontológico esteja, assim como os demais componentes do quadro da educação, em um processo de educação permanente para que se desenvolva um perfil político-crítico.

A prática educativa gerontológica pressupõe, como toda prática pe-

dagógica, um planejamento preciso. Como qualquer processo educativo, exige que se tenha uma visão clara dos objetivos que se desejam alcançar, sobre as condições em que se vão atuar, dos instrumentos e dos meios de que se dispõem.

Como se viu, a perda da memória, comum em alguns casos, pode ser evitada, retardada ou minimizada por meio de mecanismos preventivos ou terapêuticos, entre eles, o prolongamento da aprendizagem e treinos mnemônicos.

A capacidade de aprendizagem na Terceira ou Quarta Idades deve ser estimulada, respeitando o ritmo de cada um e a necessidade de aliar as atividades a tarefas significativas, criando um ambiente de apoio para avanços dos idosos.

Como levar o idoso de volta à escola, e o que ele fará neste ambiente, torna-se a grande questão deste século. Não é só uma questão de estimulá-lo a participar de festinhas sociais e dinâmicas infantilizadoras, mas dar um sentido social ao que se faz no ambiente escolar.

Assim como crianças em idade pré-escolar não vão à escola somente para brincar, por que os idosos iriam? Em ambos os casos, lazer, informação e formação devem fazer parte da dinâmica educacional, pois o processo de aprendizado de novos elementos é importante para o ser humano desde o dia de seu nascimento até momentos antes de sua morte.

Nesta perspectiva, o perfil transversal das aulas se constitui em uma forma notadamente relevante para que questões ligadas à alteridade sejam desenvolvidas, pelo fato de possibilitar que diferentes campos de conhecimento possam ser explorados sob a ótica de questões sociais, sendo que estas podem ser trabalhadas de forma contínua e integrada.

O importante é o estabelecimento de um clima positivo de aprendizagem, indicando que a sala de aula é um ambiente seguro e pacífico.

Fazer com que os idosos se sintam seguros é importante para a aprendizagem, porque se o aluno não confia no ambiente escolar, como sendo protetor e gratificante, ele não se sentirá a vontade e não

aprenderá com eficiência, pois sempre se sentirá retraído para participar das dinâmicas necessárias para seu aprendizado pelo medo de errar e se sentir exposto ao olhar crítico dos outros.

Aguçar a curiosidade do educando sobre o objeto de ensino é sempre um modo muito eficaz de se construir o conhecimento em sala de aula. O estímulo à pergunta, à reflexão crítica sobre a própria pergunta, substituindo a passividade desenvolvida durante as explicações discursivas do professor, é uma forma muito mais concreta de se desenvolver nos alunos modos de interagir com o conhecimento, apropriando-se realmente deles.

O idoso, participante e socialmente comprometido com ações libertadoras da educação, começa a agir e a pensar de um modo diferenciado e a exigir um tratamento à altura de suas potencialidades e conhecimentos. O idoso, integrado socialmente em ações educativas significativas, consegue enfrentar obstáculos que podem parecer intransponíveis, mas que, para ele, simplesmente representam o exercício de sua cidadania.

Isso é o que se pode qualificar como viver de modo pleno, e que este viver pode ser exercido em qualquer período da vida, pois o final desta pode ocorrer em qualquer fase da existência e não necessariamente somente quando se possui muito o viver de modo pleno. Este deve ser encarado como um conjunto de atitudes e atividades que levem o idoso a perceber que está vivendo este momento da existência da mesma maneira que viveu sua infância ou fase adulta.

Viver de modo pleno em idades avançadas nada mais é do que participar ativamente e sem diferenciações em qualquer situação ou segmento da sociedade. É ter seu direito à fala garantido, e mais do que isso: direito de ser ouvido com respeito e atenção. Neste aspecto, não se espera que se criem novas formas de atuação no grupo social ao qual o idoso pertence, mas sim formas que lhe facultem a permanência de forma significativa no grupo a que sempre pertenceu.

Viver de modo pleno, desta forma, é viver bem, sentir-se inserido e bem recebido em todos os contextos, aperfeiçoando suas habilida-

des sociais como uma das estratégias para se atingir uma velhice bem-sucedida, pois ao se sentir feliz e realizado, e quanto mais atuante e integrado em seu meio social, menos ônus trará para a família e para os serviços de saúde

A manutenção de relações sociais com o cônjuge, com os familiares e, principalmente, com amigos da mesma faixa etária favorece o bem-estar psicológico e social dos idosos.

Especificamente em relação ao contato com amigos da mesma faixa etária, percebe-se que é um fator bastante benéfico pelo fato de proporcionar a cada um dos componentes do grupo a satisfação de verificar que outras pessoas possuem as mesmas aflições e desejos que ele possui.

Observe que não se faz referência a uma velhice saudável (da qual se sabe a importância), mas a uma velhice plena, que é obtida apenas por meio da maturidade, que é o reconhecimento pleno de si próprio, de suas limitações e possibilidades, sabendo fazer bom uso de todos estes elementos. É somente assim que a pessoa assume sua identidade e cuida de si de modo pleno e prazeroso.

O diálogo, em uma perspectiva de se viver plenamente na faixa etária em que a pessoa está inserida, tem uma estreita ligação com a natureza histórica dos seres humanos.

O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade, consolidando o relacionamento entre seres humanos pensantes para que possam atuar criticamente e para transformarem a realidade quando esta não lhes é favorável.

Por esta razão que a motivação para a dialogicidade deve ser um fator marcante no perfil do professor, o qual diz não a supervalorização da autoridade e procura conceber experiências educativas que levem todo o grupo a aprender novas formas de inserção no mundo. Como já apontava Freire (1983), é pelo diálogo que dois pólos se ligam com amor e com esperança, fazendo-se críticos em busca de algo.

Viver plenamente na sociedade significa a possibilidade de continuar exercendo seu direito à educação continuada, pois a velhice não

pode ser encarada como uma fase cristalizada na qual tudo se sabe e nada mais se tem a aprender com os demais. É deixar de lado também a postura de “sabe tudo” para continuar seu processo evolutivo, como na época em que o idoso era mais jovem.

Os programas voltados à população idosa apresentam um aspecto bem definido: melhor qualidade de vida, que levará seus participantes a viver de modo pleno e atuante como em qualquer outra fase da vida. Assim, esses programas contribuem para a reformulação do sentido que se dá à vida, à ampliação das relações sociais e à produção de um conhecimento específico.

Neste aspecto, o grande objetivo de fazer o idoso voltar aos bancos escolares não é encher sua cabeça com informações, mas auxiliá-lo a ter uma cabeça “aberta, moderna e bem feita”.

No processo educativo, devem estar presentes a solidariedade, a festa e o prazer, com vistas a se conquistar a liberdade para se fazer escolhas coerentes. Os jogos educativos devem valorizar os sentimentos e as emoções, utilizando regras e regulamentos, sem se subordinar a eles. Esta postura caracteriza a autonomia de decisão, gerando, assim, uma atuação mais coerente em uma sociedade mais humanizada, a qual repudia o discurso conformista de papéis preestabelecidos e preconceituosos.

Para que isto ocorra, é necessário repensar o significado de se possuir uma vida plena em termos de uma reforma intelectual, moral e ética, com amplas possibilidades de acesso e inclusão, e com o direito de se escolher aquilo em que se quer ser incluído, reinventando as formas de atuação na sociedade.

A elaboração de um projeto político-pedagógico para o atendimento pleno da população idosa passa pela necessidade de conscientização e pela união de esforços da população leiga, do governo, dos familiares e dos especialistas que trabalham com Gerontologia, a fim de mudar o olhar em relação a este segmento da população. Há a necessidade de se educar o olhar no sentido de se acreditar nas possibilidades de inserção social e de não permitir que o idoso se sinta inútil, ou de não se olhar

esses idosos com compaixão ou rejeição.

Como nesta fase da vida não há mais a exigência de certificados que possibilitem algum tipo de escala no âmbito profissional, o idoso procura novamente estar em contato com o aprendizado formal que a escola proporciona como forma de atuar concretamente em comunidades de aprendizes, e isto se dá apenas pelo prazer pessoal ou para se sentir plenamente inserido em sua comunidade, na maioria das vezes, familiar, pelo que pôde ser observado.

Geralmente os idosos se reúnem nesses grupos para ampliação de seu horizonte cultural, para seu crescimento como pessoa, para uma melhor compreensão do mundo em que vivem e de um conhecimento para obterem aceitação melhor de outros seres humanos, em vistas a um convívio mais feliz. Visam também à obtenção de uma melhor qualidade de vida num momento em que antes só havia motivos para descrença, depressão e ansiedade.

Ao voltar o olhar para as questões de identidade, as quais sempre estão em processo de mudança, estabelecem-se e se revisam os desejos desses idosos em relação as suas próprias expectativas diante do processo educacional do qual participam, levando-se em conta suas origens culturais e as relações que se estabelecem.

Neste diálogo, cada pessoa tem um papel importante, já que traz uma herança cultural significativa, experiências, práticas e valores adquiridos ao longo de sua existência. Isso fez com que todos os participantes do curso se sentissem fortalecidos e plenamente satisfeitos por possuírem voz e terem suas opiniões respeitadas.

Assim como as identidades estão em constante mudança, a prática reflexiva faz com que se pense no momento da ação, da implementação e sobre a ação, como no caso deste estudo.

Como professor deste grupo, necessitei pensar sobre o que aconteceu, sobre o que fiz ou tentei fazer e sobre os resultados da ação realizada. São estes, a meu ver, os elementos principais de um processo reflexivo na busca da melhoria de um projeto pedagógico voltado a esse segmento, pois, a partir dos dados obtidos com esta reflexão,

serão indicados caminhos para que se possa saber como continuar, retomar e enfrentar os problemas detectados.

Somente um professor reflexivo pode formar alunos reflexivos, não só porque ele atua de forma coerente com o que preconiza em seu discurso, mas porque ele utiliza a reflexão para estimular o debate sobre os caminhos que devem ser seguidos pelo grupo.

É neste ponto que se deve, na constituição de um projeto político pedagógico, priorizar a presença de um educador e não de um professor.

As transformações pelas quais as pessoas passam, a partir do momento em que estão inseridas em um grupo com o objetivo de aprendizagem, podem ser percebidas tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo.

No âmbito pessoal, representa a possibilidade de se melhorar como indivíduo, passando a acreditar mais em si mesmo, redescobrimo todo seu potencial para realizar seus sonhos. É a constituição de sua autoestima, perdida em várias situações de convívio familiar ou não.

No âmbito coletivo, representa a constituição de um espaço afetivo de participação com a negação do envelhecimento na sua concepção antiga, quando esta fase da vida era mais vista como um conjunto de perdas e frustrações.

Para enfrentar as dificuldades dos educandos idosos, muitas vezes é preciso sair dos caminhos conhecidos, distanciar-se do programa e da didática, para reconstruir suas noções básicas, inculcar-lhes confiança e reconciliá-los com a escola. Para isto, é necessário valorizar a autonomia de cada um, sua responsabilidade pessoal e igualdade do direito das pessoas, defendendo valores de tolerância e respeito às diferenças.

Este resgate de identidade em relação à escola foi um fator muito marcante no trabalho com os participantes da pesquisa, haja vista que a maioria deles chegou às primeiras aulas já com uma sensação de fracasso obtido em seu tempo de educação formal e outras tentativas de frequentar um curso de línguas estrangeiras feitas no decorrer dos anos.

Grandes inovações podem ser esperadas nos próximos anos em relação à construção de um currículo e projeto político pedagógico voltado aos componentes da Terceira e Quarta Idades.

A todo momento a educação é repensada, e, com isto, espera-se que, neste início do século 21, vários olhares sejam lançados sobre a educação das classes consideradas minoritárias.

Em relação aos idosos, a atualização na construção dos cursos para os alunos com mais de 60 anos aparentemente está chegando mais rapidamente aos programas educacionais, pois as inovações são mais constantes por representarem uma nova área de estudo.

Ao analisar o contexto educacional atualmente do Brasil, e ao pensar em trabalhar conteúdos que traduzam a realidade social para a formação dos alunos idosos, não se pode ignorar a questão do outro na sala de aula. Como a identidade se define também pelo outro e não apenas pelo próprio indivíduo, o currículo e o projeto político pedagógico devem levar ao desenvolvimento de uma identidade positiva plena com todos os direitos e deveres que todo o cidadão deve ter no decorrer de toda sua existência, e não apenas em determinadas fases de sua vida.

Aponta-se para uma teoria social de aprendizagem que parta do pressuposto de que o indivíduo é um ser social e de que seu conhecimento se expressa por meio de suas competências ao realizar tarefas.

Saber alguma coisa, de acordo com esta concepção, implica na participação e no engajamento no mundo por meio de suas próprias realizações. O significado se revela na habilidade do sujeito em realizar experiências no mundo de forma significativa.

Na verdade, todo um processo inovador de educação da população idosa criará um grupo de idosos diferente dos que se veem na sociedade atual. Serão idosos que vão desenvolver seus próprios rituais, ideias e prioridades.

Acredita-se que serão diferentes porque se estará lá também fazendo parte do grupo de idosos, e com o desejo intenso de viver plenamente sem distinções ou restrições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 309 p.

BARROS, Manoel Martins. *Velhice ou Terceira Idade?* São Paulo: FGV Editora, 2003. 100 p.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Terceiros e Quartos Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Estrangeira. Apresentação. Brasília: MEC/SEF, 1998. 120 p.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

CACHIONI, Meire. *Quem educa os idosos?: um estudo sobre professores de universidade da terceira idade*. Campinas: Alínea, 2003. 258 p.

CEMIN, Regina Pereira Barreira. *A universidade aberta para a 3ª idade – a velhice se aprende na escola ou de como ser estudante após os 60 anos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002. 01-154 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Fraternidade e pessoas idosas*: texto base CF 2003. São Paulo: Editora Salesiana, 2002. 01-112 p.

FERRIGNO, José Carlos. *Co-educação entre gerações*. Petrópolis: Editora Vozes; São Paulo: SEF, 2003. 233 p.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra Editora, 1983. 62 p.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez Editora, 1986. 134 p.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. *Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora Paulinas, 1999.

288 p.

REVISTA ÉPOCA. Rio de Janeiro: Editora Globo, ed. 280, set. 2003.

SCHIRRMACHER, Frank. A ditadura dos jovens. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1.867, n. 33, p. 11-15, ago. 2004.

VAN MANEN, Max. *Researching lived experience: human science for an action sensitive pedagogy*. London: Althouse, 1990. 202 p.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afêche. 5. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994. 191 p.

Capítulo 9

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E TERCEIRA IDADE: EM DEFESA DE UMA SOCIEDADE DEMOCRATICAMENTE SUSTENTÁVEL

DILA MARIA BAHIENSE MACIEL

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, tem sido observado que o modelo de produção capitalista vem marginalizando as questões sociais e ambientais e dirigindo suas ações para a maximização do lucro, fncado no individualismo e no mercantilismo, atribuindo maior relevância ao crescimento econômico do que ao desenvolvimento social e à conservação da natureza. Neste modo de produção, norteador por atitudes desumanizantes e antropocêntricas, tanto a natureza quanto os seres humanos têm sido considerados recursos para a acumulação capitalista.

Desde o final da década de 1960, um novo fenômeno começou a ser constatado na sociedade: o aumento da esperança de vida dos idosos como um reflexo do avanço da ciência, de conquistas tecnológicas que propiciaram melhorias na qualidade de vida. A partir daí, surgiu na França a expressão Terceira Idade (SÉGUIN, 2001). Nesse momento, os países centrais passaram a investir nas pessoas acima dos 65 anos para mantê-los ativos. Esta atitude, além de possibilitar um envelhecimento mais saudável, era muito mais conveniente para o sistema de saúde, as finanças do Estado e para toda a sociedade.

A denúncia do custo desse crescimento foi amplamente deflagrada a partir da década de 1970. Esse momento foi de grande relevância no cenário internacional, pois não somente impulsionou a criação das Universidades Abertas da Terceira Idade (UnA), em decorrência de um prolongamento de vida que precisava ser garantida com qualidade e não ser descartada em função da diminuição de sua capacidade produtiva, como também favoreceu o fomento de políticas voltadas para a proteção do meio ambiente, representando, assim, um despertar para a necessidade de construir uma sociedade democraticamente sustentável, em virtude das consequências advindas do padrão de acumulação do capital: esgotamento dos recursos naturais, aumento da poluição e da desigualdade/exclusão social. As questões socioambientais passaram a ser discutidas no âmbito das políticas socioeconômicas dos Estados.

Como consequência deste processo de devastação ambiental, no qual tem predominado uma relação apontada como dicotômica entre sociedade e natureza, têm sido realizados vários eventos internacionais, nacionais e regionais com ênfase numa educação ambiental, vinculada à ética, ao trabalho e às práticas sociais, que possibilite uma melhor qualidade de vida e a minimização dos problemas ambientais, sob o enfoque da sustentabilidade.

Paralelamente, têm sido implementados tratados e leis de proteção ao meio ambiente de forma a integrar o homem à natureza, como a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que prevê em seu artigo 2º a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 2005a).

O meio ambiente carece de esforços de todos, de forma conjunta, de uma sinergia de movimentos, assevera Guimarães (2005). A educação ambiental, como um instrumento de gestão, faz-se necessária para melhor gerir os recursos naturais e auxiliar no processo de preservação e conservação do meio ambiente. Esta concepção de educação

é da maior importância, pois a crise socioambiental é resultado do desequilíbrio da relação homem-natureza, provocado por vários fatores apontados como responsáveis por este processo de degradação socioambiental.

Essa complexidade de fatores, indicadores da crise socioambiental que vem sendo vivenciada, expressa que não se trata simplesmente de culpabilizar unicamente o homem por todos os danos causados ao meio ambiente. A raiz dos problemas ambientais gerados é o atual modelo de crescimento/desenvolvimento que, baseado no crescente aumento de produção/consumo, intensifica a pressão sobre os recursos naturais, afetando a tudo e a todos, interferindo na qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Ressalva Loureiro (2000) que para construir uma sociedade sustentável é preciso uma educação crítica às relações sociais, de produção, bem como ao valor conferido à dimensão da natureza.

O homem precisa resgatar o sentimento de pertença ao meio ambiente natural.

Dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolúvelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão que a natureza está indissolúvelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 1962, p. 62-87).

Desde 1977, com a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, tem sido discutida a necessidade de educar para o meio ambiente e não sobre o meio ambiente. Para tanto, consciência e participação têm constituído eixos centrais nos diversos documentos publicados que abordam a temática ambiental.

Essa nova demanda educacional provocou a promulgação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e que concebe, em seu artigo 1º, a educação ambiental como “os processos, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades,

atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...]” (BRASIL, 2005a, p. ). O artigo 4º dispõe sobre os princípios básicos da educação ambiental, no sentido de indicar um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, de considerar a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural e garantir a continuidade e permanência do processo educativo .

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), considerada a “Carta da Cidadania”, dedica um capítulo ao meio ambiente, dispondo no artigo 225 que:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2005b, p.  .

E para assegurar a todos a efetividade deste direito, o inciso VI prevê a promoção da “educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005b, p. .

Todo o ser vivo tem direito a um ambiente sadio, e este direito deve ser irrestrito à espécie humana, ou seja, abranger qualquer faixa etária, da infância até a velhice. O direito ao meio ambiente decorre do mais fundamental de todos os direitos de um Estado democrático: o direito à vida, à própria existência, garantido constitucionalmente pela Carta Magna de 1988 (BRASIL, 2005b).

CIDADÃO IDOSO: UM DOS GRANDES DESAFIOS DO NOVO SÉCULO

Desde 1982, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (Primeira Assembleia Mundial, realizada em Viena, Áustria), preocupada com o crescimento da população idosa, vem advertindo que o envelhecimen-

to representará um dos maiores desafios para este século. Em 2002, a 2ª Assembleia da ONU, que aconteceu em Madri, Espanha, realizou projeções de cerca de 2 bilhões de idosos, acima de 60 anos, a partir dos anos 2050. Além disso, os dados revelam que o maior contingente de idosos se concentrará nos países periféricos, tidos como aqueles em desenvolvimento (PLANO, 2003).

A estimativa calculada pela ONU, em 1982, com base na população sexagenária, é de que homens brasileiros vivam em média até 77 anos, ao passo que as mulheres poderão viver até 80 anos, prevendo que, em 2025, o Brasil poderá contar com cerca de 31 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que significaria ocupar a 6ª posição no *ranking* mundial de envelhecimento (VERAS, 1988).

O Brasil, até 1980, era de fato um país jovem, com mais da metade da população abaixo dos 20 anos. Um bebê nascido nesta época, segundo as estatísticas, poderia viver 62,6 anos. Nas últimas décadas, o envelhecimento vem se destacando de forma significativa, podendo, até mesmo, já ser considerado um país de meia-idade.

Os dados coletados na pesquisa Tábuas da Vida, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o crescimento da população idosa vem se acentuando a cada ano, evidenciando um aumento significativo da expectativa média de vida.

De acordo com o censo populacional de 2004, cerca de 10% da população já ultrapassavam os 60 anos de idade, e os idosos poderão chegar a 30 milhões em duas décadas, isto é, 13% da população. O Brasil pode chegar, em 2015, com uma expectativa de vida de 74,8 anos. Isto significa que o brasileiro passaria a viver, em média, mais três anos e um mês do que a idade média de 71,7 anos, alcançada no Brasil em 2004, divulgada em 2005, pelo IBGE. A expectativa de vida vem crescendo a passos largos, e os últimos dados apresentados pelas Tábuas completas de mortalidade, de 2007, divulgados em dezembro de 2008, revelam um aumento da idade, chegando a 72,57 anos de esperança de vida (IBGE, 2008).

Este fato vem provocando, no Brasil, segundo tendência mundial, a inversão da pirâmide etária, a qual, paulatinamente, vem se tornando afunilada na base, já que a população idosa não para de crescer e a taxa de natalidade não para de decrescer. Tal fenômeno tem causado dificuldades na gestão do financiamento das aposentadorias, provocando reformas previdenciárias e, nos países centrais, políticas governamentais de incentivo à maternidade, numa tentativa de reverter esse quadro.

O processo de envelhecimento da população vem crescendo num ritmo acelerado em dimensões globais, o que tem ocasionado preocupações com o futuro do sistema de pensões. Concomitantemente, ao haver uma queda na taxa de fecundidade, aumenta-se esta tensão, pois menos bebês e mais pessoas idosas é uma equação com sérias consequências em médio prazo, uma vez que, no mercado, serão colocados menos trabalhadores, o que significa menos produção de riqueza, menos gente para consumir e menos contribuintes para manter o sistema da previdência, o qual já está sobrecarregado de aposentados.

O aumento da expectativa de vida é mais representativo nos países ricos e desenvolvidos, virtude de possuírem melhores condições de alimentação, de acesso a medicamentos e tratamentos médicos, de nível de escolaridade, de moradia que “engloba todo o sistema de infraestrutura de uma cidade, suas redes de água e esgoto. Más condições de moradia proporcionam a propagação de enfermidades (endêmicas e epidêmicas), a marginalidade e a promiscuidade” (SÉGUIN, 2001, p.27).

Um conjunto de variáveis pode interferir na promoção ou não do aumento da população idosa: aspectos socioeconômico-culturais (educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social). De acordo com o IBGE, a partir de 2005, houve relativa melhora no acesso da população aos serviços de saúde, além de campanhas de vacinação, saneamento, mudança dos indivíduos em relação a enfermidades. No entanto, 16 estados ainda estão com a esperança de vida abaixo da média nacional divulgada pelo (IBGE, 2007).

A ONU (1982) estabelece três categorias para os idosos:

- pré-idosos: entre 55 e 64 anos;
- idosos jovens: entre 65 e 79 anos, ou 60 e 69 anos, para quem vive na Ásia e na região do Pacífico;
- idosos avançados: com mais de 70 ou 80 anos.

O aumento do número de longevos no Brasil impulsionou a implementação de novas diretrizes voltadas para estas pessoas. Sendo assim, foi promulgada a Política Nacional do Idoso, com a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, ratificada pelo Estatuto do Idoso, com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, estabelecendo o limite de 60 anos de idade para identificar o idoso e apoiando a criação de universidades abertas para idosos, em seu artigo 25 (BRASIL, 2005b) 

Em decorrência da falta de uniformidade legal para o critério de idade, muitas vezes o idoso que está entre 60 e 65 anos não possui os mesmos direitos que os que estão acima de 65 anos. Reforçando esta questão polêmica, vale destacar os três tipos de velhice identificados por Bobbio (1997): cronológica; burocrática e subjetiva.

a) cronológica - uma velhice meramente formal. É aquela estabelecida por determinação legal no Estatuto do Idoso, pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, artigo 1º “é instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2005b, p. 1264). Entretanto, esta formalidade é questionável porque, muitas vezes, o idoso só passará a gozar de determinados direitos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos;

b) burocrática - alguns exemplos são:

- direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos - CRFB/88 artigo 230, § 2º, c/c artigo 39 da Lei nº 10.741/2003. No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta

- e cinco) anos, ficará a critério de a legislação local dispor sobre as condições para o exercício da gratuidade nos meios de transporte - artigo 39, § 3º, da Lei nº 10.741/2003;
- direitos políticos: o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 70 (setenta) anos - CRFB/88, artigo 14, § 1º, II, b;
 - direito à aposentadoria: aos 60 (sessenta) anos para as mulheres trabalhadoras urbanas e 65 (sessenta e cinco) para os homens trabalhadores urbanos. Os homens trabalhadores rurais têm direito a partir dos 60 (sessenta) anos e as mulheres a partir dos 55 (cinquenta e cinco) anos, com base no artigo 51 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;
 - direito à Assistência Social: O idoso, com 65 anos, que não tem meios para prover sua subsistência, e tampouco tê-la por sua família, deve ser beneficiário mensal de 1 salário mínimo, amparado nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, com base no artigo 34 da Lei nº 10.741/2003;
- c) subjetiva - não há uma idade específica e depende do ânimo de cada um, uma vez que algumas pessoas, independente da idade, comportam-se como velhos, enquanto aqueles que, de fato, já alcançaram a velhice, se sentem como tal e não querem simplesmente somar anos à vida, mas sim acrescentar vida aos anos que lhes restam.

Neste contexto de direitos dos idosos, parece mais relevante a idade burocrática, porque nem sempre a cronológica lhes garante os mesmos direitos.

Sendo assim, percebe-se que a velhice, além de ser tratada de forma diferenciada, também pode ser vivenciada diferentemente, ou seja, a única semelhança é a faixa etária, pois cada idoso pode adotar uma determinada atitude diante do envelhecimento, conforme sua própria idiossincrasia e seu contexto de vida, considerado a partir de vários fatores, tais como: hábitos saudáveis (nutrição, higiene, vida sexual,

exercícios físicos, exames de controle de sua saúde); origem étnica e cultural; o clima em que vive; a localização geográfica (países industrializados, em desenvolvimento, em centros urbanos ou áreas rurais); a própria experiência de vida.

Ao analisar as possíveis mudanças comportamentais nesta fase da vida, Novaes (1997, p. 21) chama a atenção para o fenômeno denominada por ela de “nove R’s”:

1. Resgate dos valores e modos de viver que não puderam ser até então assumidos;
2. Ruptura com situações e rotinas de vida que tiveram de ser suportadas, por força das circunstâncias ou da falta de alternativas;
3. Retomada de planos que precisam ser completados e desdobrados;
4. Ressurgimento de dimensões pessoais, como a mística, artística, laborativa, que foram preteridas no decorrer dos anos;
5. Restauração de desejos e necessidades que não puderam ser satisfeitos;
6. Retorno de emoções e sentimentos, estabelecendo vínculos e relações interpessoais;
7. Recaída constante em estados de depressão e de vazio, ligados à sensação de inutilidade, insegurança e fracasso;
8. Recordação como forma de se manter vivo, sem tentar a ponte do significado entre o passado, presente e futuro;
9. Reconstrução da identidade pessoal e social, com base em novos interesses e motivações.

Uma forma de ajudar o idoso a envelhecer com melhor qualidade de vida é entrelaçar direitos políticos com direitos sociais, ou seja, é valorizar sua função social como cidadão, conscientizando-o enquanto ser no mundo e com o mundo (relações em sociedade, entre sociedade e natureza).



Vale destacar que a qualidade de vida nesta fase pode ser definida

como a “percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive considerando seus objetivos, expectativas, padrões e preocupação” (WHO, 1998, p. 17).

É dever do Estado e de toda a sociedade promover políticas que propiciem a inclusão social. Por outro lado, é dever do cidadão não simplesmente estar com seus direitos políticos em dia, ter votado, mas, além disso, exercer a titularidade do poder constituinte do Estado-Nação, enquanto Estado Democrático de Direito, por meio da participação social, um dos sustentáculos da democracia. Porém, para participar, é preciso se comprometer com o mundo histórico/político/sociocultural no qual e com o qual existe.

Esse termo tem sido identificado ora como idoso, velho, longevo, melhor idade, terceiro ato, Terceira Idade (SÉGUIN, 2001). Esta última tem sido a mais difundida no mundo por nomear as universidades abertas. Entretanto, esta não é a maneira utilizada pela legislação brasileira para se referir a esse segmento, preferindo então empregar o termo idoso.

Entretanto, tal expressão, “Terceira Idade”, muito embora não conste nos documentos legais brasileiros, tem sido utilizada desde o final da década de 1960, na França, quando foram criados espaços para atividades culturais e sociais para ocupar o tempo livre e favorecer relações sociais, sem a preocupação da educação permanente. Ressalte-se que a primeira universidade de Terceira Idade no mundo, voltada para o ensino e pesquisa e apoiada nos conceitos de participação e desenvolvimento de estudos sobre envelhecimento, surgiu em Toulouse, na França, em 1973 (VERAS; CALDAS, 2004).

Com a criação das universidades abertas e, a partir de 1982, incentivadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio do Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, foram estabelecidos princípios para a defesa dos direitos dos idosos, englobando ações em: infraestrutura, saúde, nutrição, habitação e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência e emprego, educação, cooperação internacional (ONU,


1982).

A Constituição Brasileira de 1988, conhecida como uma constituição cidadã, diferentemente do direito anterior que enunciava a ordem social juntamente com a econômica, elaborou um título voltado especificamente para a ordem social contendo um vasto programa de transformação social e traduzido nas diversas políticas prometidas para vários setores da vida social, destacando um capítulo para a família, a criança, o adolescente e o idoso, disposto, no artigo 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 2005b, p. ).

Desde então, o idoso passou a ser incluído como pessoa com direitos e deveres reconhecidos, entre os quais o direito à vida, igual aos demais cidadãos brasileiros. A Carta Magna sinalizou para a relevância de uma política nacional que objetivasse assegurar os direitos sociais do idoso, e, a partir da Lei nº 8.842/1994, foram criadas condições para a promoção da autonomia, da integração e participação efetiva do idoso na sociedade. A Política Nacional do Idoso criou o Conselho Nacional do Idoso e, dentre outras providências, atribuiu aos órgãos e entidades públicas competências a serem desenvolvidas em diversas áreas, e na de educação, por exemplo, as inclusões da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores. A Geriatria é uma especialidade médica que trata das doenças e incapacidade na velhice, enquanto que a Gerontologia é um campo de investigação dedicado ao estudo do envelhecimento numa perspectiva mais ampla, considerando além dos aspectos biológicos, os sociais, psicológicos, econômicos, históricos, legais (NETTO, 2006).

A Política Nacional do Idoso criou condições para promover a longevidade com qualidade de vida. Implantou, em 1997, um Plano de Ação Governamental para a Integração da Política Nacional do Idoso, composta por nove órgãos: Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Educação, da Justiça, da Cultura, do Trabalho e Emprego,

da Saúde, do Esporte e Turismo, do Transporte, do Planejamento e Orçamento e Gestão (SESC, 2005). Tal Política prevê a garantia de direitos sociais de forma ampla, defendendo a causa dos idosos nos mais diversos parâmetros.

Na tentativa de assegurar os direitos sociais dos idosos em sua plenitude, o Estatuto do Idoso ampliou os direitos destes cidadãos, garantiu direitos fundamentais, estabeleceu medidas de proteção, prioridades no atendimento e tipificou e penalizou o desrespeito a estes direitos. Dentre outros, vale destacar alguns destes direitos:

- saúde: atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS); distribuição gratuita de remédios de uso continuado, bem como próteses e órteses; direito à acompanhante, em caso de internação;
- educação, cultura, esporte e lazer: oportunidades de acesso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático; descontos de 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como acesso preferencial; informações sobre o processo de envelhecimento nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal e nos meios de comunicação; apoio à criação de universidades abertas;
- profissionalização e trabalho: vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive em concursos, nos quais, em caso de empate, será dada preferência ao de mais idade; preparação dos trabalhadores para aposentadoria com antecedência mínima de um ano, com estímulo a novos projetos sociais; esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania; estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho;
- transportes: maiores de 65 anos têm gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos; transporte interestadual reserva duas vagas gratuitas para o idoso com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, e em caso de excedentes ao número de vagas gratuitas limite, será concedido 50% de

 desconto.

O Estatuto do Idoso, regulamentado pela Lei nº 10.741/2003, assegura a efetivação de todos estes direitos e garante a viabilização de formas alternativas de participação, convivência familiar e comunitária, a fim de lhes propiciar um envelhecimento saudável. Prevê o artigo 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2005b).

Tais condições de liberdade permitem ao idoso buscar justiça e direitos, adquirir novos conhecimentos, desenvolver uma consciência crítica e produzir novos significados, imprimindo um sentido maior a sua participação como cidadão.

UNIVERSIDADES ABERTAS DA TERCEIRA IDADE: UMA POSSIBILIDADE DE PRÁXIS SOCIAL

Veras e Caldas (2004) consideram ter havido três gerações de universidade da Terceira Idade. A primeira universidade foi criada ao final da década de 1960 como um espaço para o desenvolvimento de atividades culturais e sociabilidade, sem a preocupação de uma educação permanente (PEIXOTO, 1997). A segunda geração surgiu em 1973, voltada para o ensino e pesquisa, envolvendo participação e estudos gerontológicos.  terceira geração, a partir dos anos 1980, criada com o objetivo de “satisfazer uma população de aposentados cada vez mais nova e escolarizada, exigindo cursos universitários formais, com direito a créditos e diploma” (VERAS; CALDAS, 2004, p. 40).

Os primeiros projetos voltados para a criação de Centros de Convivência de idosos, no Brasil, segundo Frutuoso (1996), começaram

em 1960, a partir da iniciativa de aposentados do Serviço Social do Comércio (SESC), de São Paulo, os quais frequentavam o restaurante da instituição e por lá ficavam batendo papo, lendo jornal, que lhes foi cedida uma sala para jogos e televisão.

Em 1977, foi criado o primeiro embrião do que seria, mais tarde, a UnATI. Tal espaço, fundado pelo SESC, e assessorado por gerontólogos da Universidade de Toulouse, foi denominado Escola Aberta para a Terceira Idade (TEODORO, 2006).

As UnATIs, propriamente ditas, surgiram no Brasil a partir dos anos 1980, no momento da terceira geração destas universidades na França. O Brasil, um país de capitalismo e globalização tardios, comparado aos países centrais, também criou sua primeira universidade para idosos tardiamente e com um objetivo semelhante àquelas da segunda geração surgidas no país europeu.

A partir da Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em Viena, em 1982, programas educacionais para a Terceira Idade começaram a despontar em espaços diversos. Em 1983, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou um Núcleo de Estudos da Terceira Idade (VERAS; CALDAS, 2004).

As UnATIs trabalham para resgatar os valores pessoais dessa faixa etária, a fim de promover uma melhor qualidade de vida. Em geral, os sistemas educacionais costumam relacionar aprendizagem e ensino com escola, infância e juventude. Quanto aos idosos, há programas educativos oferecidos, em caráter formal, que, quase sempre, espelham-se em conteúdos tradicionais que não contemplam o existir dos indivíduos da Terceira Idade.

Consequentemente ao crescente aumento da expectativa de vida, as demandas por programas de atenção aos idosos também começaram a aumentar, e Frutuoso (1996) ressalta que este crescer se acentuou a partir da década de 1980. No segundo semestre deste mesmo ano, foi criada a primeira UnATI, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como um Projeto de Extensão do Setor de Psicologia Social e Institucional. Ainda no mesmo ano, a Pontifícia Universidade

Católica de Campinas (PUC-CAMP) criou também uma UnATI.

Desde então, as UnATIs se expandiram, e, em 1993, no Rio de Janeiro, foram criadas, por iniciativa privada, as Universidades da Terceira Idade nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, Universidade Veiga de Almeida, Universidade Gama Filho, Universidade Metodista Bennett e Universidade Castelo Branco.

Em agosto de 1993, constituiu-se formalmente a UnATI da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio de uma estrutura baseada num Centro de Convivência e excelência no interior da universidade pública, idealizado desde o final da década de 1980 por Piquet Carneiro, professor que começou a agrupar no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) profissionais interessados nas questões da Terceira Idade (VERAS; CALDAS, 2004).

A UnATI/UERJ tem sido considerada um modelo de cuidado integral à população idosa, pois, além do eixo identificado com ações voltados ao ensino, cuja proposta se baseia no Centro de Convivência que promove saúde e exercício da cidadania, por meio de um processo educativo não formal, realiza, também, ações voltadas para pesquisa e extensão, destinadas a profissionais e estudantes de Gerontologia, bem como promove atendimento ambulatorial e Grupos de Encontros com a Saúde, realizados no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) e o Cuidado Integral à Pessoa Idosa (CIFI), que é um centro de atendimento multidisciplinar.

Veras e Caldas (2004, p. 33) comentam que as atividades da UnATI/UERJ objetivam “fazer com que as pessoas idosas participem plenamente da vida da sociedade, beneficiando-se de seus direitos e permanecendo valorizadas como cumpridoras dos seus deveres de cidadão.”

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS UNATIS: UM CARÁTER EDUCATIVO DE CUNHO NÃO FORMAL

A partir da premissa de que a norma jurídica é o esteio do corpo so-

cial, é preciso se basear na visão ampla de educação estabelecida pelo artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2005b) como um direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, garantindo uma educação voltada para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o exercício da cidadania, sendo que este envolve uma formação para o mercado de trabalho e uma formação política. Tal exercício, uma via de mão dupla de direitos e deveres, ancorado em princípios democrático e participativo que orientam a educação ambiental, ao ser implementado, poderá contribuir para a efetivação do Estado Democrático de Direito, ratificando um de seus fundamentos – a cidadania.

A participação ativa do cidadão na vida coletiva, na sociedade, poderá ser incentivada com políticas educacionais ambientais. Uma das funções da educação é formar o cidadão, e este processo se perfaz com uma educação crítica que propicie ação e reflexão: uma práxis transformadora. Como diz Freire (1980, p. 81): “a educação crítica considera os homens como seres em devir, como seres inacabados, incompletos em uma realidade igualmente inacabada e juntamente com ela.”

Em um contexto educativo mais amplo, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política de Educação Ambiental, estabelece que todos têm direito à educação ambiental.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio

ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (BRASIL, 2005a).

Com isto, reforça-se o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com o artigo 205, que se refere ao direito à educação, e com o artigo 225, ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, pois promove o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, uma educação integrada, a disseminação permanente de informações e práticas educativas que propiciem a atuação individual e coletiva (BRASIL, 2005b).

A educação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.795/1999, é um dos instrumentos imprescindíveis para auxiliar no processo de proteção do meio ambiente:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2005a).

A Lei da Educação Ambiental confirma o disposto pela Política Nacional do Meio Ambiente, com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu artigo 2º:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 2005a).

Vale destacar os princípios básicos da educação ambiental dispostos no artigo 4º da Lei nº 9.795/1999:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 2005a).

A Lei da Educação Ambiental, no artigo 5º, propõe como objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio am-

biente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 2005a).

A lei ainda estabelece que a educação ambiental, além de ser um direito que assiste a todo cidadão, deve estar presente em todos os níveis, não se restringindo ao espaço-escola, ou seja, poderá ser ministrada em caráter formal e não formal, norteadas entre outros princípios, por um enfoque democrático. “Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 2005a).

Outrossim, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, em 1977, dispõe, na Recomendação nº 8, que: “a educação do público em geral [...] deverá atingir todos os

grupos de idade e todos os níveis da educação formal, assim como as diversas atividades de educação não formal destinada aos jovens e aos adultos” (DIAS, 2004, p. 129).

Por educação ambiental não formal entende-se, com base no artigo 13, da Lei nº 9.795/1999, como sendo “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 2005a).

Vale ressaltar o comentário de Gohn (2006) sobre a diferenciação entre educação formal, Não Formal e informal. Segundo a autora, a educação formal é aquela que se desenvolve dentro das instituições escolares, dos ambientes normatizados, regulamentados por lei, com certificados. A Não Formal ocorre no “mundo da vida”, fora das escolas, mediante um processo interativo intencional. A educação informal se desenvolve num espaço educativo demarcado por uma determinada referência (nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc.). Os indivíduos aprendem enquanto se sociabilizam. “A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa [...]” (GOHN, 2006, p. 29).

Em processos planejados de Educação Não Formal, como resultado, pode-se observar as seguintes características, segundo Gohn (2006, p. 30):

- a. o aprendizado das diferenças. Aprende-se a conviver com os demais. Socializa-se o respeito mútuo;
- b. adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o “estranhamento”;
- c. construção da identidade coletiva de um grupo;
- d. balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente.

A Educação Não Formal “capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações

sociais” (GOHN, 2006, p. 77). Neste sentido é que se apoia a educação permanente, ministrada nas UnAAs, muito embora se desenvolva em um espaço educacional.

A partir da Ses da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em 2002, em Madrid, foi aprovado o Plano Internacional de Ação sobre Envelhecimento (PIAE). Tal documento representa um compromisso internacional assumido unanimemente pelos países membros da ONU, em resposta ao rápido aumento da população longaeva.

Veras e Caldas (2004) ressaltam as recomendações do PIAE, centradas em três áreas prioritárias: inclusão do envelhecimento populacional na agenda do desenvolvimento; importância singular e global da saúde; desenvolvimento de políticas de meio ambiente (tanto físico quanto social) que atendam às necessidades de indivíduos e de sociedades que envelhecem.

Reforçando o caráter relevante das UnAAs, o Estatuto do Idoso, pela Lei nº 10.741/2003, dispõe, no artigo 25, o apoio do Poder Público à criação de universidades abertas para idosos. Estas universidades devem efetivar as disposições estabelecidas pelo referido Estatuto e oferecer ao idoso: oportunidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social; viabilizar formas de participação, ocupação, envelhecimento saudável; esclarecer sobre os direitos sociais e de cidadania (BRASIL, 2005b).

CONCLUSÃO

O direito social é um direito que traduz a predominância do interesse coletivo sobre o individual. A questão social se torna cada vez mais relevante em consequência dos avanços tecnológicos, resultantes do progresso da ciência e da tecnologia. Por conseguinte, a educação, historicamente, está adstrita ao contexto econômico, social e político, refletindo, por meio do poder de legislar do Estado-Nação, a relação entre capital e trabalho, conhecimento e técnica.

Além disso, o progresso da ciência e da tecnologia também tem contribuído para promover o aumento do crescimento da população

idosa, fato que vem se acentuando no mundo nas últimas décadas. No Brasil, vive-se um envelhecimento significativo da população, evidenciado por meio dos dados estatísticos apresentados pelo IBGE. Os idosos vêm, desde as três últimas décadas do século passado, transformando-se, a cada dia, em produtivos cidadãos, atraentes consumidores e influentes eleitores. Não se pode falar em promoção do bem-estar de todos sem que haja o respeito à dignidade da pessoa humana, à sadia qualidade de vida e ao metabolismo homem-natureza, uma relação de interdependência. O aumento da degradação ambiental e o aumento do crescimento da população idosa representam dois grandes desafios para este século. Este fenômeno requer uma demanda de programas, projetos e modelos voltados para a qualidade de vida da pessoa idosa.

O fato de a pessoa ter atingido a idade da velhice não significa que o processo de educação deva ser interrompido. Além disso, a educação ambiental, sendo um dos instrumentos de efetivação da cidadania e, conseqüentemente, de consolidação da democracia, possibilita a participação social e o resgate do idoso, do seu valor enquanto ser pertencente à sociedade em que vive.

A participação do idoso é uma das dimensões do princípio democrático que se realiza com o exercício da cidadania, com seu aprofundamento na vida cotidiana, com a tomada de consciência do verdadeiro papel que deverá desempenhar no entorno em que vive. É importante que o idoso possa continuar a contribuir para a construção de nosso país, colaborar com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, desempenhar um papel educativo ambiental na família e na vizinhança, exercer ativamente sua cidadania, um dos objetivos fundamentais da educação ambiental, sobretudo em busca da valorização do potencial humano que ainda existe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. Tradução de Daniela Versiani. Rio de Janeiro:



- Campus, 1997. 205 p.
- BRASIL. *Legislação Brasileira do Meio Ambiente*. Organização Rogério Rocco. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.
- _____. *Constituição Federal, Código Civil, Código de Processo Civil*. Organização Yussef Said Cahali. 7. ed. São Paulo: RT, 2005b.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.
- FRUTUOSO, Dina Lourdez Fernandez. *A 3ª Idade na Universidade: estudo do campo de representação*. 1996. 158f. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar, 2006.
- GUIMARÃES, Mauro. *A formação de educadores ambientais*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005. 174 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tábuas da vida de 2004, 2005, 2006, 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 de junho de 2009.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Orgs.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-52.
- MARX, Karl. *Manuscrits de 1844*. Paris: Editions Sociales, 1962.
- NETTO, Matheus Papaléo. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana et al. (Orgs.) *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 2-12.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis*

- e rupturas necessárias. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1997. 167 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento de 1982*. Disponível em: <<http://portaldovoluntario.org.br/blogs/54329/posts/162>>. Acesso em: 16 de outubro de 2005.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, Renato (Org.) *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/EDUERJ, 1997. p. 41-74.
- PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/cndi/idoso1.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2009.
- SÉGUIN, Elida. *O idoso aqui e agora*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. 122 p.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). *Encontro Nacional da Terceira Idade. Avaliação e perspectivas da implementação do estatuto do idoso*, São Paulo, SESC Pompéia, 2005. Disponível em: <<http://www.rcisystem.com/programa.htm>>. Acesso em: 14 de outubro de 2005.
- TEODORO, Marcos Fernando Martins. *UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso*. 2006. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006.
- VERAS, Renato; CALDAS, Célia Pereira. *UNATI-UERJ - 10 anos: um modelo de cuidado integral para a população que envelhece*. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ, 2004. 76p.
- VERAS, Renato. Considerações a cerca de um país jovem que envelhece. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2004, n. 20, vol. 20, p. 1-10. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 07 de junho de 2009.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Health Promotion Glossary*. Geneva, 1998. Disponível em: <http://www.who.int/hpr/NPH/docs/hp_glossary_en.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2008.



COEDUCAÇÃO ENTRE GERAÇÕES

Capítulo 10

COEDUCAÇÃO ENTRE GERAÇÕES NA OBRA “O SORRISO ETRUSCO”

DIVINA DE FÁTIMA DOS SANTOS
RUTH GELEHRTER DA COSTA LOPES
RICARDO ROBERTO PLAZA TEIXEIRA

INTRODUÇÃO

Com o envelhecimento da sociedade brasileira, evidenciado pelos dados demográficos mais recentes, o estudo de como ocorrem as relações entre as diferentes gerações se torna de crescente importância. A presença de pessoas idosas nos mais diversos papéis provoca um aumento do intercâmbio de conhecimentos e de sentimentos entre longevos e os mais jovens, intercâmbios estes que, por um lado, são ricos para ambas as gerações, e, por outro, estão associados a conflitos característicos deste tipo de relação. Estas relações podem se configurar de diferentes modos, estruturando-se como relações de aliança ou de conflito, de solidariedade ou de dominação, de inclusão ou de exclusão, de coeducação ou de mútua incompreensão (PACHECO FILHO, 2002). A maior parte dos problemas relacionados à velhice é oriunda da marginalização e do preconceito. Por um lado, a busca como valor supremo de sucesso individual e de corpos perfeitos, e, por outro, a incapacidade para suportar faltas e limitações, caracterizam cada vez mais as sociedades capitalistas modernas. A exclusão social não é eficientemente combatida pela piedade daqueles que excluem, mas sim pelo enfrentamento daqueles que são excluídos e que se tornam agen-

tes de transformações.

O envelhecimento não segue um padrão único: ninguém envelhece igualmente aos outros, pois as peculiaridades definem o padrão de envelhecimento de cada um, e as várias “idades” – a psicológica, a mental, a social, a cultural e a econômica – não se justapõem no mesmo instante de tempo (COSTA, 1998; KAMIRZ, 1981). Deste modo, é preferível falar de processo de envelhecimento e não de velhice, ou até mesmo usar o termo envelhescência (BERLINCK, 1996), pois o idoso, da mesma maneira que na adolescência, percebe-se diante de um futuro desconhecido e assustador associado à proximidade da morte, a companheira inseparável da vida: confrontação com a realidade inescapável da nossa mortalidade e com a finitude de nosso corpo frequentemente é mascarada pela tentativa da ciência de superar completamente os nossos limites físicos (PACHECO FILHO, 2002). A sociedade investe uma grande quantidade de recursos financeiros e tecnológicos para tentar conservar a vida de toda e qualquer maneira, pois as pessoas, em geral, não desejam envelhecer, o que significa, para muitos, a proximidade da morte. Suportar a vida – viver e continuar vivendo – é a maior das obrigações dos seres vivos, e também dos seres humanos, mas a decadência biológica de nosso corpo é um claro e inevitável golpe contra a nossa vontade de sermos imortais.

Ao longo da vida existe um equilíbrio entre o crescimento – os ganhos – e o declínio – as perdas –, mas, durante a velhice, o declínio ocorre em maior proporção do que o crescimento. O envelhecimento, portanto, provoca um processo degenerativo e de atenuação gradual das funções do indivíduo, as quais, entretanto, não implicam na anulação total das suas capacidades. O passado e a história são essenciais para todos os seres humanos, pois possibilitam a construção da intimidade e da sabedoria, vitais para a identidade existencial e para uma autoimagem positiva (BOTH, 2006). Uma relação profunda de uma criança com um idoso faz com que esta interação mútua ocorra como em um espelho, com as palavras e os gestos de um tocando e mexendo com o outro, provocando respeito e admiração de parte a parte.

A humanidade vem tentando entender o caráter do tempo desde épocas imemoriais, como revelam muitas pesquisas arqueológicas e históricas. O tempo pelas suas características próprias se contrapõe ao espaço no cenário da existência humana. O espaço é algo visível e que pode ser dominado e conquistado, enquanto o tempo, pela sua característica imaterial e impalpável, é fugidio e não pode ser controlado. Em geral, para grande parte da totalidade material do universo, o tempo se apresenta como infinito, mas para um ser vivo, em particular, ele é finito e limitado pelo ciclo da sua própria vida. Mas para o idoso, o tempo pode ser entendido como algo que se escasseia sucessivamente. Conforme a idade avança, o significado de “quanto tempo tenho” passa a ser frequentemente “quanto tempo ainda me falta” e não mais “que idade tenho”. A aproximação com a morte se torna mais relevante que a distância que se está do nascimento – ou seja, a própria idade. Mas, na convivência com a criança, um idoso ganha vida, pois a responsabilidade de tornar a criança um ser humano adulto dá a ele uma meta a ser cumprida antes de morrer. Ele ganha então uma razão para viver, pois tem uma missão a ser realizada. Ao se propor como um educador, no sentido mais pleno da palavra, de uma criança, o idoso, também se educa no processo.

É fundamental para os idosos que eles mantenham o amor-próprio, e, para isto, é necessária a segurança econômica, o apoio das pessoas de seu entorno e a saúde física e psicológica (DESSUANT, 1992; KAPLAN, 1997). A percepção da impotência e da impossibilidade de amar diminui extraordinariamente a autoestima, e, portanto, por contraposição, ser amado aumenta a autoestima (FREUD, 1973). No convívio cotidiano com a criança, o idoso passa a se sentir útil a alguém. Sua autoestima é revigorada ao ver que aquele pequeno ser depende dele, que ele é fundamental para aquela vida e que aquela criança o admira e o respeita. A admiração do neto ou da neta pelo avô ou pela avó melhora a autoestima desse idoso e, por decorrência, sua qualidade de vida. Um idoso ativo, motivado e com autonomia tem uma imagem social valorizada, algo que é fundamental em uma sociedade capitalis-

ta  no a nossa, em que a produtividade é importante: mais anos para a vida devem significar também mais vida para os anos (CACHIONI; NÉRI, 2004; OSÓRIO; PINTO, 2007). Uma forma de superar o sofrimento da velhice, associada à proximidade da morte e ao sentimento de que o corpo é cada vez mais um fardo, é focalizar nas variadas fontes de satisfação da vida, de libido, de felicidade, de serenidade e de energia, fontes estas que são possibilitadas também pelas relações sociais com as outras gerações (GOLDFARB, 2002). O convívio entre as diferentes gerações permite que o velho, de certo modo, reaprenda a viver, dando um novo significado à vida.

Muitos problemas psicológicos das pessoas mais idosas se originam em conflitos afetivos e frustrações de épocas anteriores de suas vidas. Uma vida bem vivida é um grande obstáculo contra os riscos psicológicos que a velhice traz, possibilitando que a Terceira Idade seja também um período de realização pessoal. Aprender a envelhecer permite criar novas maneiras de existir, as quais possibilitam uma atitude de se metamorfosear e se reinventar constantemente como se cada dia fosse o último, de continuar escrevendo, até o último suspiro, o livro da sua própria história de vida, a partir de um projeto  indique em que sentido e para onde se deseja transformá-la (COKTE, 2006). A convivência com o neto é um modo de dar ao idoso um bom motivo para que ele supere algumas das suas limitações, pois ele sabe que a criança depende dele.

O desenvolvimento do ser humano se completa na última fase da vida, quando ocorre uma maior realização e um amadurecimento e, conseqüentemente, a capacidade de autoaceitação, superando as limitações físicas que inevitavelmente acontecem, levando à sabedoria quem soube aproveitar bem as experiências proporcionadas pela vida (COSTA, 1998). Os vínculos que se estabelecem entre as pessoas propiciam o desenvolvimento da subjetividade de cada sujeito e colaboram para a manutenção da cognição, um fator crítico para a qualidade de vida de qualquer pessoa (SINGER, 2002; NERI, 2006). Todo ser humano tem uma vocação para a transcendência que vai além das

necessidades biológicas, e a convivência entre avôs e netos abre um leque imenso de possibilidades neste sentido, constituindo-se em um processo de construção de significados para os dois (BOTH, 2006; PEDROSA, 2006). A aproximação física e afetiva com o diferente e o convívio entre as gerações são caminhos frutíferos para enfraquecer qualquer tipo de discriminação e também para fortalecer sua vontade de viver, seu desejo de se atualizar culturalmente e seu sentimento de autoestima. (LIMA; GLIO, 2007). A ausência de uma maior aproximação entre gerações tem óbvias implicações sociais, emocionais e econômicas associadas à existência de indivíduos idosos com uma autoestima reduzida. Há diversos tipos de envolvimento entre pessoas de diferentes idades, os quais dependem de diferentes fatores, tais como duração, igualdade, intimidade, complexidade e cooperação (UHLENBERG, 2000). Quando os velhos, nas suas relações sociais, utilizam-se de reminiscências, lembrando de seus vínculos anteriores, eles apresentam menor chance de adoecer mentalmente (COSTA, 1998). As relações estabelecidas pelos avôs implicam, portanto, em um sentimento positivo de “avosidade”, ou seja, em toda a estruturação psíquica da pessoa localizada no primeiro nível de três gerações sucessivas (GOLDFARB; LOPES, 2006).

As diferentes fases da vida (infância, adolescência, fase adulta e velhice) pressupõem diferentes papéis sociais e, conseqüentemente, diferentes níveis de *status* nas relações de poder dentro da família, a qual pode ser definida como um grupo de pessoas que mantêm entre si relações de aliança, descendência e consanguinidade (DURHAM, 1983). Ninguém se faz sozinho. Portanto, seja na família, seja na comunidade mais ampla, as necessidades sociais podem, frequentemente, alterar as hierarquias e os papéis previstos para cada um em função da sua idade. Nascemos biologicamente como *Homo sapiens*, e é a cultura que nos transforma em seres humanos ao longo de toda a vida: o homem fez o símbolo e os símbolos refazem o homem (GIORGI, 1990). Portanto, a força de tudo que é simbólico é vital no nosso desenvolvimento.

UMA ANÁLISE DA OBRA “O SORRISO ETRUSCO”

O foco de investigação deste trabalho está nas vivências e nas experiências proporcionadas pela relação intergeracional entre avô e neto no livro “O sorriso etrusco” (“La sonrisa etrusca”, em seu título original, em espanhol), que foi escrito, em 1985, pelo catalão José Luis Sampedro. Este livro foi publicado no Brasil, em 2001, pela Editora Martins Fontes, a partir da tradução de Mônica Stahel. A edição brasileira conta com 363 páginas, e suas subdivisões ou capítulos não têm títulos.

Sampedro nasceu em 1917, em Barcelona, e recebeu influências familiares cosmopolitas, visto que seu pai nasceu em Cuba e sua mãe nasceu na Argélia. Nos anos de 1940, estudou economia em Madri e, nesta mesma época, casou-se com Isabel Pellicer. O nascimento de seu único neto, Miguel, em 1980, foi possivelmente um dos motivos que o levou a escrever “O sorriso etrusco”. Mesmo sendo republicano e eleitor do Partido Socialista, Sampedro foi indicado senador pelo rei da Espanha após o fim do franquismo e a restauração da democracia na Espanha. Sampedro foi professor de Economia das universidades inglesas de Salford e Liverpool, assessor do Ministério da Fazenda da Espanha, funcionário das Aduanas e economista do Banco Exterior. Sua luta contra uma grave enfermidade em um hospital de Nova Iorque levou-o a escrever o relato “Monte Sinai”. Atualmente, mora em Madri e é membro da Academia Real da Espanhola. Entre seus outros livros mais conhecidos estão “El amante lesbiano”, “El caballo desnudo”, “La vieja serena”, “Octubre, octubre” e “Real sitio”. Uma de suas mais atuais obras na área da Economia é “El mercado y la globalización”.

“O sorriso etrusco” narra a história de um senhor (Salvatore) que, já idoso e doente, necessita sair de sua terra natal – uma pequena cidadezinha na Calábria, no sul da Itália – para viver com seu filho (Renato), sua nora (Andréa) e seu neto (Brunettino), de 13 meses, na cidade grande (Milão), onde passará por um tratamento contra seu câncer. O choque de culturas é o grande tema de fundo do livro, porém o tema

central é o sentimento de renovação e de satisfação que o avô sente na relação com seu neto, o qual ainda é um bebê. Este livro consagrou seu autor e já teve mais de 40 edições somente na Espanha.

Logo no início do livro, ao ver seu filho tomando conta de seu neto, a primeira reação de Salvatore é de consternação: “*Renato de babá, que vergonha! Nesta Milão os homens não têm o que é preciso ter e Andrea transformou-o em Milanês.*” Com o transcorrer do livro, o pensamento de Salvatore quanto a isto irá se alterar totalmente, e será ele quem mais tomará conta de seu neto.

A primeira surpresa ocorre quando Renato conta ao pai que o neto se chama Bruno, o mesmo “nome de guerra” que Salvatore usava como guerrilheiro *partigiani* durante a Segunda Guerra Mundial. A coincidência dos nomes entre avô e neto foi a ponte de abertura para que o primeiro abrisse seu coração para o segundo.

Constantemente, Salvatore faz reflexões, ao longo do livro, que revelam as diferenças culturais profundas entre a cidade grande e a região rural de onde ele provém. Sobre a questão da paternidade, por exemplo, em um interessante trecho, Salvatore pensa: “*Na aldeia, nós, os homens não temos filhos. Temos recém-nascidos, para gabar-nos depois no batismo, sobretudo quando são machos, mas depois desaparecem com as mulheres... Embora durmam no nosso quarto e chorem: isso é só para a mãe.*” Quanto às filhas, para Salvatore é “*pior ainda: para a gente só nascem quando começam a manchar a cada mês e é preciso ter cem olhos para guardar sua honra.*”

O conflito entre culturas – na verdade, no contexto histórico italiano, entre o norte mais industrializado e o sul mais agrário – manifestase de forma evidente quando a dona da frutaria reclama de Salvatore para sua nora:

Desculpo pela senhora, que é uma pessoa fina de verdade... mas ele que não volte, por favor... Pois não é que queria rasgar o plástico das embalagens para apalpar as frutas? ... Um rústico, um grosso e, desculpe, sem idéia de higiene!... Depois implicou com minha balança automática, a mais moderna: dizia que queria testá-la com pesos de verdade... Desconfiando, senhora, desconfiando!

Na primeira vez, quando Renato explica ao pai que as crianças devem dormir sozinhas para não terem complexos e não desenvolverem uma dependência excessiva dos pais, Salvatore responde de modo debochado, perguntando se complexo é alguma “doença contagiosa dos adultos”. Na verdade, a proximidade entre neto e avô se dá porque ambos, de certo modo, têm uma relação de dependência com os outros familiares e ambos também “querem” conquistar, em um caso, ou manter, em outro, a independência. Em outro momento, em um diálogo semelhante entre pai e filho, o avô novamente responde com ironia: “*Se continuar assim essa gente vai acabar decidindo que o homem e a mulher durmam separados, para não fazerem carinho.*”

O sentimento de desejo, algo pouco discutido quando diz respeito a idosos, manifesta-se quando, em uma loja, Salvatore vai ser atendido por uma mulher que ele descreve como: “[...] *que mulher atrás do balcão, que mulher. Quarentona, a boa idade. Viçosa como suas maçãs. [...] E a voz: De verdadeira stacca, de boa égua. [...] Boas cadeiras, sem gordura.*” Este desejo se manifesta também quando conhece a jovem Simonetta, sobrinha da governanta Anunziata:

E eu gosto de que você me chame de zio – replica o velho, escondendo sua perturbação, que aumenta ao vê-la beber [vinho] com tal vivacidade, que um fiozinho vermelho escorre pelo queixo feminino, sugerindo sangue. Sangue, como se tivesse mordido o lábio, sangue daquele corpo redondo e jovem... Mas ela já se limpa com as costas da mão e o rosto recupera a inocência perdida.

Aliás, a surpresa que a juventude traz rejuvenesce até seus pensamentos: “*Aos treze, minhas raparigas de Roccasera já eram tão precavidas e reservadas quanto mulheres. Em compensação, esta Simonetta..., livre como um rapaz!... O caso é que faz bem, é até bonito, limpo*” pensa o velho, admirando-se por ter essas idéias.” A renovação de ideias de Salvatore permite uma redescoberta de si mesmo e, ao mesmo tempo, um sentimento de estranhamento: “*Se você fosse menina teria que ser como Simonetta, para dar prazer ao seu avô... Mas que bobagem! Menino, quero você menino para ser homem!... Estou caduco, será isso? Será que estou ficando velho?... Esses pensamentos serão*

um sinal?”

A relação de Salvatore com seu câncer também é colocada de modo diferenciado pelo autor, visto que o avô dá um nome à doença – *Rusca* – e a trata “*como uma cobra passeando por dentro de mim que às vezes morde.*” Na sua solidão, ele dialoga com sua doença, tornando-a uma interlocutora, talvez pela ausência de outros interlocutores: “*Você e eu, Rusca, vamos comer pelo menos uma vez por dia as coisas boas da terra.*”

Salvatore, como muitos idosos na mesma condição, tem noção, a seu modo, da gravidade de sua doença, e as tentativas de seus familiares de desconversar sobre isto não o convencem:

“Acho que sou bobo? Penso que vim me curar? [sobre a reação de seu filho e de sua nora ao ver seus exames]”; “Estão assustados, pensa o velho; basta ver como tentam disfarçar... O que eles esperavam do exame? Que par de infelizes!”; “Na rede clínica, tão esquartejadora quanto a de um matadouro, os seres humanos acabam transformados em meros tecidos, vísceras, orelhas, membros. E, ainda por cima, a hipocrisia: todos ali tão melosos, tão falsamente otimistas.”

Em muitos momentos, Salvatore usa de seu passado camponês como pastor de ovelhas para refletir a respeito de suas opiniões: “*Até os cabritinhos, que vão sozinhos à teta assim que nascem, a mãe os lambe o dia inteiro, e são animais!*”; “*O menino é instalado no berço. O velho senta-se a seus pés e recomeça sua cantoria, como há meio século ao lado de seus cordeiros.*”

Salvatore não se permitiu ser um pai carinhoso, mas, na velhice, permite-se ser um avô carinhoso, descobrindo-se, já que, quando foi criado, era a mulher quem podia se dar ao direito de ser carinhosa:

“Nos primeiros dias temia deformar aquelas carinhas: agora sabe que o menino não é tão moço. A mãozinha que esgaratava seu cabelo machuca-o com um repentino puxão voluntarioso e o velho ria prazenteiro.”; “Isso, assim, viu como está aprendendo? Assim, com golpes e com carícias... Assim somos nós, os homens: duros e amantes... Sabe o que repetia o Tortonio? Isto: A melhor vida, Bruno, é brigar às facadas por uma mulher.”

Salvatore constantemente remete à questão da masculinidade e do papel do homem a partir de seu passado e de seus pontos de vista:

“Claro, ninguém pode chegar a ser homem sem comer coisas de homem.”; “No entanto, qualquer criancinha sabe que para um varãozinho é preciso dar aguardente de  para ele não gorar, mas da autêntica; nada de farmácia.”; “Ela [a mãe] abarrotta o menino de palavras: sempre no italiano do rádio, que também não é de homens.”; “Renato não tem concerto, está domado [pela esposa].”

Conforme se intensifica a contrariedade de Salvatore com os métodos de educação de seu filho e de sua nora, cresce no avô o desejo de cuidar de seu neto, colocando-o no “bom caminho  acordo com seus referenciais: *“Ai, meu Brunettino!... Mas não se preocupe: se você não a tem, aqui estou eu. Deixe-se guiar por mim, menino meu! Irei pô-lo no bom caminho para escalar a vida, que é dura como a montanha, mas que nos enche o coração quando estamos no alto!”*

A relação com a criança fortalece o avô, e este deseja fortalecer seu neto, em retribuição: *“Como ela não sabe que vou ensinando você a se defender, não entende que seu avanço é ir aprendendo o principal da vida, meu menino: que ou você se fortalece ou lhe pisam no pescoço. [...] Aprenda bem: torne-se duro, mas desfrute os carinhos.”* Para o avô, trata-se de “salvar o menino da solidão”, mas, ao mesmo tempo, é a relação com o menino que o tira da solidão. Salvatore estabelece com seu neto uma relação de cumplicidade importante, inclusive para o desenvolvimento de sua intimidade: *“Rusca, aquele menino é um bruxinho. Percebe tudo.”* E começa a se cuidar para ser aceito por ele e poder ajudar na sua criação: *“Enfim, graças a esse cuidado [fazer a barba], Brunettino já não retira sua face, aquela suavidade de seda e jasmim.”* O sentimento e a felicidade de ser avô são declarados por Salvatore ao seu companheiro inseparável, seu câncer: *“É o que eu sou, Rusca. Mais que pai e sogro, muito mais: ‘avô’. O único que resta ao meu Brunettino; ao passo quem outros têm dois, e duas avós... Eu tive menos, nenhum! Por isso não sabia o que era, e só agora comecei a compreender.”* O afeto que aos poucos ele permite sentir para com seu neto surpreende-o: *“Dentro de*

mim cresce algo brando, terno, sabe... Antes eu ria disso: coisas de mulheres!... mas aí está esse cordeirinho, aí.”

Sua relação com o neto provoca uma mudança em seus hábitos de modo que permitem curtir melhor a vida que lhe resta: “*Mais ainda, nas últimas semanas deixou de fumar; e já não usa as botas em casa. Inclusive faz a barba diariamente e um dia se enfiou na banheira sem ninguém mandar.”*

A relação intensa com o neto aproxima inclusive o avô de seu filho, e o belíssimo trecho a seguir mostra isto com poesia, em um diálogo entre Salvatore e Renato:

Ai, pai, pai!, ele pensa, Que culpa eu tive de não ser um deus como o senhor? [...] Por que não nos compreendemos pai, se eu gosto do senhor?... Mas esta noite, pelo menos, habitamos a mesma região; estamos juntos. [...] Saem [do quartinho do neto] e, na hora de se separarem no corredor para entrar nos respectivos quartos, o cruzar dos olhares lança-os nos braços um do outro. É um abraço forte, forte; bonito e melancólico ao mesmo tempo. Como entre camaradas na guerra, pensa obscuramente o velho.

Salvatore descobre até os prazeres que as mulheres têm em seus papéis designados por tradição: “*Mas como é magnífico, cuidar de alguém assim! As mulheres têm sorte..., bem nisso. Agora compreendo Dunka, tratando do meu ferimento e me atendendo enquanto eu não podia andar!...”*

A vida para Salvatore sempre foi uma guerra – sua luta durante Segunda Guerra Mundial, sua luta como camponês, sua luta contra a doença –, e, para ele, é importante educar seu neto para a guerra que é a vida:

“Assim, meu menino, é assim que se avança! Em silêncio, como os gatos, como os partigiani! A surpresa, sempre a surpresa!”; “Você é como eu, também da resistência. Valente na vida, vindo para lutar.”; “Isso, meu menino, guerra!, ele pensa. Quem não guerreia, não é ninguém!”; “É preciso ser duro, filho; ou você morde ou os outros o mordem, lembre-se”; “Não se pode viver sem brigar”; “Pois o menino exclama não – na realidade um grito entre não e na – com energia explosiva. E encanta o velho que seja essa a primeira palavra aprendida, até antes de papai, mamãe ou vovô, pois é preciso saber se negar. Sim,


defender-se é a primeira coisa.”

O diálogo com a governanta Anunziata sobre o dia dos mortos, uma tradição do sul da Itália, também é revelador, visto que Salvatore está próximo da morte devido ao seu câncer:

- *Escute, aqui não acendem lamparina nas casas hoje? Pois é Dia dos Mortos.*

- *Esses costumes já passaram.*

- *É. E também passou o costume de dar brinquedos às crianças?*

- *No Dia dos Mortos? Quem ia ter essa ideia?*

- *Nós do Mezzogiorno, como vocês dizem. É, os mortos trazem brinquedos para nossas crianças.*

- *Que esquisitice! Aqui são os Reis Magos ou Papai Noel!*

- *Esquisitice? Esquisitos são os Reis e esse tal Noel; o que eles têm a ver com as crianças? Além do mais são mentira! Em compensação os mortos são verdade, são nossos... Não entende? Eles são os avós dos avós das crianças. E gostam delas porque são seu sangue.*

A tradição é importante para Salvatore, e, para ele, os mortos são, de alguma forma, mais verdadeiros que papai Noel. Anunziata fica indignada, pois, no mundo moderno, não se fala mais da morte, não se suporta mais viver com ela e com a finitude da vida. A referência aos avós dos avós das crianças, que já estão mortos, é interessante, pois faz o avô se lembrar de seu avô e de sua importância em toda a história da família.

A confusão de papéis de gênero aflige Salvatore conforme se intensifica sua vontade de cuidar de seu neto:

“Fora com as mulheres! Meu Brunettino e eu: ninguém melhor para torná-lo homem! Os dois sozinhos: essa ideia o encanta. Assim não o perverterão. Mas então..., ele, babá? O sufo  pentino obriga-o a passar o indicador entre o pescoço e o colarinho da camisa [...]”; *“Não meu papel será outro! Professor, isso sim, seu professor?”;* *“Mas o temor dos equívocos não se desvanece.”;* *“Que vergonha! A cobra está me devorando a coragem?”;* *“[...] E daí? Também*

Dunka [sua antiga paixão] empunhou virilmente a metralhadora mortífera!"; "Mas o seu amor pelo neto o faz mudar de opinião"; "Também não cuidamos de crianças [no Sul] e eu me ocupo de meu menino... Além do mais, durante a guerra, na guerrilha, nós fazíamos tudo: lavar, costurar, cozinhar... Tudo."

Há um sentimento de incompreensão na reação de Salvatore para com os estudantes e professores universitários, os quais desejam que ele conte suas histórias em suas pesquisas acadêmicas sobre a memória popular: *"Que coisas mais estranhas esses escritores inventam para não trabalhar!... Os contos são contados para rir e as canções para se animar: que diabo tem para ser estudado nisso?"*

Salvatore se orgulha de seu passado como *partigiano* e se sente valorizado quando alguém manifesta interesse por este período de sua vida. Ele também tem orgulho de seus conhecimentos de camponês e de sua experiência de vida, como quando ensina seu jovem amigo a forma certa de podar uma árvore: *"Para o velho é reconfortante ser útil, salvar pobres árvores que sofrem com o frio em Milão e, ainda por cima, são assassinadas pela burrice dos funcionários públicos e escritores."* O avô camponês também valoriza seus conhecimentos populares sobre os usos medicinais de ervas, em contraposição com sua desconfiança com a medicina tradicional: *"Subindo no elevador, embrulha suas compras (eucalipto) no papel de farmácia, para que as plantas salvadoras burlem os controles de Andréa e derrotem o dottore."* O orgulho pela sua região, no sul da Itália, e, ao mesmo tempo, pelo seu passado, é manifestado também no trecho em que descreve sua terra: *"Você vai ver como Roccasera é bonita; não é como esta Milão suja! Brilha um sol de verdade; vendo este você não pode nem imaginar. E ao longe, a montanha mais bonita do mundo, a Femminamorta. Parece que tira e põe vestidos como uma mulher."*

O avô tem noção de quão implacável é o tempo, e, deste modo, reflete com seu neto: *"Tire bom proveito de tudo, pois acaba chegando maus momentos e o que você não tiver desfrutado em seu tempo já não poderá desfrutar no meu."* Ele reflete também sobre a morte e a forma pela qual seu neto lhe deu uma razão para viver:

Nunca me importei em morrer. Morrer seria ruim se depois você percebesse que não está vivo, imagine!, mas como você não fica sabendo que está morto, o que é que tem?... No entanto, agora me importo, sim, porque você precisa de mim, não posso deixar você sozinho nesta Milão asquerosa.

Salvatore começa a namorar com Hortênsia, e, como consequência, completa seu renascimento: “É a primeira vez que trago flores a uma mulher.”; “deste modo, retomou a alegria de viver”; “O velho se despede [de Hortênsia]. Ágil e alegre, desce as escadas como quando descia da montanha de Roccasera em véspera de festas.”

As memórias, os cheiros e as lembranças são fundamentais na velhice, pois estão associados aos sonhos e aos desejos. Em um belo trecho, Salvatore traduz esta sensação:

O cheiro da manta não é só o da infância pastoril, mas também de suas aventuras de partigiano, e aquele cheiro tira o véu, surgindo muito viva a memória de quarenta anos atrás: aquele São Silvestre em que tão dramaticamente conheceu Dunka [sua antiga paixão]. Como foi lbe custar tanto lembrar a inesquecível São Silvestre que os levou a Rimini? Levo-a tão lá dentro, pensa, que é como o coração: a gente se esquece dele.

A solidão de Salvatore o faz, na sua velhice, refletir com honestidade sobre a profunda solidão com que se vive na grande cidade, algo bem diferente da vida na sua pequena comunidade do sul da Itália:

Sabe meu anjinho? Agora estou descobrindo que nossas casas não são caducas como eu dizia; elas nos falam dos outros para que saibamos viver juntos e nos tornar companheiros, como partigiani nesta guerra que é a vida, porque um homem só não é nada. É isso que elas nos ensinam, e por isso, nestas casas mortas de Milão, não se aprende a viver juntos... Esses arranba-céus de que Andrea gosta, cheios de pessoas que não se conhecem, que não se falam, como inimigos!

Também Hortênsia, ao conversar com Salvatore (Bruno), reflete sobre os filhos e sobre a solidão do fim da vida: “Ai, Bruno. Os filhos

acabam nos deixando, façamos  eles o que for. No fim a gente fica sozinha.”

Salvatore, ao mesmo tempo em que pretende ser como um educador de fato para seu neto, percebe-se aprendendo com ele, no verdadeiro papel de todo educador, que, ao ensinar, permite-se aprender (FREIRE, 1997): “É que ao seu lado eu aprendo, companheiro, que coisa! Também eu com você. Não sei como, mas você me ensina... Ai, meu Brunettino, meu milagre!”

O efeito hormonal dos remédios que ele toma contra o câncer desenvolve mamas no avô e ele tenta explicar e justificar isto para si mesmo, pelas necessidades da relação que tem com seu neto:

Se precisar de avó, serei avó para você, já estou me tornando. Só em cima, hem? Cuidado! Embaixo continuo o de sempre! [...] Estão me crescendo peitos, vou acabar tendo peitos para você, meu menino. [...O médico] ficou aborrecido por me ver tão disposto a tudo, até a ter peitos, quem diria! [...O médico disse sobre os hormônios:] isso acontece quando os homens os tomam, pois são remédios de mulher... Besteira: Meus peitos estão crescendo para você, meu menino, são meu florescer de homem. Para você e eu não necessitarmos de ninguém.

Um diálogo revelador de Salvatore com sua namorada Hortênsia revela um pouco sobre as relações afetivas entre homens e mulheres, vistas pela sabedoria de quem já viveu bastante esta situação:

- [O velho:] *Vivemos muito apartados de vocês, sabe? O homem vive muito separado da mulher, embora durmam na mesma cama.*
 - [...Hortênsia:] *Aprenda isto: vocês gostam das mulheres, mas não se interessam por elas. É assim que vocês são.*

Assim como as mulheres, os homens podem se deixar florescer, e mesmo que seja “tarde”, nunca será “tarde” demais:

Por isso você deve brotar seus ramos desde já. Eu nasci em pedregal e não me queixo, cheguei a me educar sozinho. Mas podia ter florescido melhor... Sua cavilação se detém nestas últimas palavras. Isso mesmo, florescer. Eu acreditava que fosse coisa de mulheres, que o homem fosse apenas madeira, quanto mais rígida melhor. Mas por que não flor?



Salvatore percebe, no final de sua vida, e em sua relação com Hor-tênsia, a importância de ter uma mulher ao seu lado e não atrás de si: “*um ao lado do outro: não à frente da mulher, como sempre se situou, mas a seu lado... O casal etrusco!, lembra de repente, numa explosão interior.*” Além disso, no fim da vida, diante da morte, Salvatore conclui que ninguém salva ninguém: “*Nunca me fei nos salvadores, como aquele Mussolini com suas histórias! Não, só a própria pessoa pode se salvar.*”

O autor do livro faz uma interessante reflexão sobre o caráter da psicologia, em um diálogo entre dois professores universitários:

[O professor Bumberger de Munique] sustenta que a chave do comportamento humano é dada pela Psicologia, a ciência da alma; sede dos impulsos, do raciocínio, da memória, da personalidade.

[O professor Buoncontoni contesta:] Escute, doutor, esta discussão não tem sentido, porque a psicologia não existe. É como a Teologia, essa contradição de termos porque é absurdo racionalizar Deus. O simples fato de o pretender prova o orgulho clerical. [...a psicologia] não corresponde a nada, a não ser a outra fantasia: a alma. [...] na conduta humana o que não é orgânico é social. Quer dizer, o que nem a Genética nem a Fisiologia explicam, a Sociologia explica. Sim senhor – prossegue disparando –, nossa conduta é genes, adrenalina, etcétera, combinados com educação e os condicionamentos sociais. Não há outra coisa, por mais livros que os psicólogos escrevam.

Em outro diálogo entre Salvatore e um acadêmico, há uma reflexão profunda sobre o significado da verdade:

[Etnólogo Buoncontoni:] Além do mais companheiro, quem sabe distinguir sem erros entre o que é verdade e o que não é?

[O velho] Alto, comigo não é assim. Eu distingo; eu noto. Vejo um carro que querem me vender ou os olhos de um sujeito e sinto se estão me enganando ou não. A verdade se toca. Eu a toco.

Um dos diálogos mais fortes é aquele travado entre Salvatore e seu médico – que também é professor de medicina –, em que, durante a

conversa, o avô demonstra que sabe de seu destino e quer ser senhor dele antes de tudo:

- *A única coisa que necessito saber, professor, é quando vou morrer. [...]*
- *O senhor pergunta umas coisas!... Esquiva-se o médico, já totalmente na defensiva. Aquele velho o fez apear de sua cátedra professoral.*
- *As que me importam. Minha morte é minha, professor.*

Um outro emocionante diálogo entre o avô e o médico, em que o avô deseja saber quanto tempo ainda lhe resta, evidencia o quanto o “pouco” pode ser “muito”:

- *Ainda não ouvi esse máximo, professor – insiste por fim o velho.*
- *Vou dizer porque o senhor merece, mas sem segurança: nove ou dez meses; não acredito que um ano... E não me pergunte o mínimo, pois esse é zero. Para o senhor para mim e para todos.*
- *Nove ou dez meses! Exalta-se o velho. – O senhor me dá todo o verão!... Obrigado, professor, é o suficiente!*
- *Para acabar com aquele seu vizinho paralítico? – sorri o médico com picardia. – Como ele está?*
- *Fatal! Quero dizer – ri o velho – progredindo. Mas não é só isso. É preciso ouvir meu neto me chamar de nonno, nonnu como dizemos lá. E quero leva-lo este verão para Roccasera, mostrar-lhe sua casa, sua aldeia, sua terra.*

O médico de Salvatore faz, quase no final do livro, uma reflexão profunda sobre a necessidade de uma ilusão e de um sonho na vida, quando comenta a vontade de Salvatore de se casar com Hortênsia, mesmo estando muito doente:

- *A essa altura da doença qualquer outro estaria prostrado na cama, mas sua fibra, ou seu espírito, se preferir, ou seja o que for, é mais forte e o sustenta... Deixe-o, deixe-o casar: a ilusão o impulsiona. Depois... certamente tudo será mais rápido, mas melhor para ele. Sim, muito melhor.*

O que mantém alguém vivo é o afeto, a ternura, o sonho, todos associados a interlocutores com os quais há uma interação, esperando-se

também que eles tenham,  por excelência, a capacidade de escutar.

CONCLUSÕES

A finitude está ligada ao corpo material, enquanto a infinitude se liga ao imaginário, ao sonho, ao desejo e ao espiritual (PY; TREIN, 2006). A vontade consciente de viver é também um poderoso sentimento humano. O homem é um ser que deseja: deseja amor à vida, deseja saúde, deseja conforto e comodidade (PY; TREIN, 2006). O “Dicionário de  análise”, escrito por Roudinesco e Plon (1998), define desejo como realização de um anseio inconsciente: o desejo inconsciente tende a se realizar restabelecendo os sinais associados às primeiras experiências de satisfação (LAPLANCHE; PONTALIS, 1970). O ser humano só sobrevive porque alguém o deseja. A necessidade elementar de ser amado, de ser cuidado e de ter um bem-estar mínimo se perpetua no ser humano até sua morte. O desejo nasce do afastamento entre a necessidade e a exigência (LAPLANCHE; PONTALIS, 1970). Na obra “O sorriso etrusco”, Salvatore se vê sendo desejado pela namorada, pelos universitários, no momento em que é solicitado para falar de suas raízes, e, é claro, pelo seu neto, de uma forma muito especial, pois, como ainda é um bebê, demonstra ao avô que sente prazer pela sua companhia e, de certa maneira, também “participa” de suas histórias, sendo educado pelo avô, mas, ao mesmo tempo, transformando-o e educando-o no mesmo processo. O neto dialoga com o avô por meio do olhar, pois ainda não adquiriu a fala. Uma escuta compreensiva abre diversos canais para a autopercepção do próprio idoso. É vital para os seres humanos a interação com seu ambiente e com outras pessoas, inclusive de outras gerações, encontrando respostas nos olhares alheios. O neto também, à sua maneira, é uma pessoa que “escuta” seu avô. Para o idoso, ser escutado é ainda mais especial, sobretudo se ele estiver doente, como é o caso de Salvatore. É por meio dela – da escuta – que ele pode relembrar sua história pessoal, e a história dá sentido à vida humana. Lembrar é uma das características que nos torna humanos. Ao se sentir ouvido, uma pessoa idosa tem a oportunidade de

rever o tempo vivido e de interagir de modo a aparar possíveis arestas mal resolvidas no passado, solucionando antigas pendências. Ao se relacionar com o neto, Salvatore reconhece que poderia ter sido um pai diferente e mais presente com seu filho. Foi por meio de seu convívio com o neto que Salvatore pôde ter uma conversa mais profunda com o filho, momento este em que demonstrou, de seu modo, seu sentimento para Renato, dando oportunidade a si mesmo, e também ao filho, de eles estarem próximos e felizes um com o outro.

Mesmo estando doente, Salvatore faz planos para o futuro. Ele planeja viver o bastante para ensinar o máximo que puder para o neto, pois acredita que apenas ele poderá passar o modo de viver e os costumes da sua região, visto que, em sua opinião, o filho já adquiriu os costumes de Milão. Ele também faz planos de se casar e acredita que a namorada o substituirá na educação do neto, pois saberá educar o menino segundo seus costumes. Sua relação com o neto faz com que Salvatore crie um novo rumo para sua história e para a história daqueles que o cercam. Neste sentido, ele acredita que dará novos rumos a vida do neto, uma vida diferente, e melhor, daquela que ele vê em seu filho e em todos aqueles que vivem na cidade grande.

A criança que convive com seus avôs adquire, ao logo do período de convivência, um sentimento de ligação, de pertencimento e de respeito à pessoa mais velha. Se a convivência for de amor, afeto e respeito, provavelmente, quando adulto, ele também terá um comportamento semelhante. Já o idoso que cuida do neto se sente útil e importante, inclusive como educador, e, deste modo, esta convivência ajuda na sua autoestima, evitando que ele adoça ou entre em depressão, tornando sua vida mais feliz, prazerosa e com sentido, de forma que valha a pena continuar vivendo, pois, inconscientemente, ele só vive porque o neto necessita de seus cuidados.

A negação do desejo na velhice é uma forma clara de violência. O desejo é um direito da velhice, direito este que é exercido quando o idoso faz planos, quando cria rumos para a própria vida, quando se interessa pelo próprio futuro. A vida humana é um processo contínuo

e dinâmico de mudanças e de transformações. Viver e envelhecer são dois lados da mesma moeda: para viver é preciso envelhecer, para envelhecer se necessita viver. A velhice é tradicionalmente vista como triste, e o velho, como aquela pessoa que já viveu tudo o que tinha para ser vivido. A ele, só resta o direito de descansar e de “esperar a morte chegar”. O desejo, em oposição, é visto como exclusividade dos jovens. Para que o corpo, na velhice, não seja um lugar de desilusão narcísica e destinado somente à decadência e à morte, é vital a interação social com seu ambiente e com pessoas da sua e de outras gerações. A infelicidade, no envelhecimento, está associada ao fato de que quando as pessoas envelhecem, elas se tornam socialmente transparentes e não são mais notadas pelos outros, não são mais relevantes, nem desejadas. Em muitos casos, como reação, tudo se aceita para não ser rejeitado, inclusive a humilhação.

A velhice não é uma espera pelo fim da jornada. Ao contrário, ela pode representar o momento do resgate e da ressignificação da história. Mas, para isto, é necessário que se tenha a abertura para novos aprendizados, concessões e mudanças adaptativas, por parte do idoso e por parte daqueles que o cercam.

Avós e netos, idosos e crianças, quando compartilham suas vidas com desprendimento, entendem-se bastante bem, pois ambos são, de certa forma, excluídos do núcleo de poder da sociedade: um já foi e o outro ainda será! Eles, deste modo, podem se respeitar e conversar de igual para igual, sem hierarquia. Quando são confrontados com as crianças, os idosos se surpreendem, pois, apesar da imaturidade infantil, a criança é ousada e age imediatamente como resposta aos fatos. Por outro lado, como a criança quer tudo rápido, é na convivência com os mais velhos que ela percebe que a paciência também é uma virtude – que não se contrapõe à ousadia, mas a complementa – e que, ao fazer as coisas e tomar decisões com calma, têm-se, muitas vezes, a melhor opção. A habilidade em equilibrar paciência e ousadia talvez seja a grande aprendizagem mútua que pode produzir uma convivência coeducadora entre diferentes gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLINCK, Manoel Tosta. A Envelhescência. *Boletim de Novidades Psiquiátrica*, São Paulo, ano IX, n. 91, p. 5-8, nov. 1996.
- BÓTH, Agostinho. Longevidade e educação: fundamentos e práticas. In: FREITAS, Elizabeth Viana et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1110-1116.
- CACHIONI, Meire; NÉRI, Anita Liberalesso. Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In: NÉRI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica Sanchez; CACHIONI, Meire (Orgs.). *Velhice bem-sucedida: aspectos cognitivos e afetivos*. Campinas: Papirus, 2004. p. 37-49.
- COSTA, Elisabeth Maria Sene. *Gerontodrama: a velhice em cena*. Estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade. São Paulo: Ágora, 1998. 170 p.
- CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). *Envelhecimento e velhice: um guia para a vida*. São Paulo: Vetor, 2006. 351 p.
- DESSUANT, Pierre. *O narcisismo*. Tradução de Ricardo Luiz Saliby. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 103 p.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, Bruna; *Perspectivas antropológicas da mulher*. (v. 3). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p. 13-44.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 165 p.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Tradução do alemão por Luís López Ballesteros y de Torres. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.
- GIORGI, Flavio di. Os caminhos do desejo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 125-142.
- GOLDFARB, Délia Maria Catullo. *Psicanálise e envelhecimento*. Re-

- vista Kairos*. Caderno Temático 2, São Paulo, p. 13-38, ago. 2002.
- GOLDFARB, D.M.C.; LOPES, R.G.C. Avidosidade, a família e a transmissão Psíquice entre gerações. In: Elizabeth Viana de Freitas; Ligia Py; Flavio A. X. Caçado; Jpohanes Doll; Milton Gorzoni. (Org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2006. p. 1374-1382.
- KAPLAN, Harold; SADOCK, Benjamin; GREBB, Jack. *Compêndio de psiquiatria: ciências comportamentais e psiquiatria clínica*. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997. 1169 p.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1970. 707 p.
- LIMA, C. R. e GIGLIO, Z. G. Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as gerações. *Revista de Ciências da Educação – UNISAL, Americana*, ano IX, n. 17, p. 141-163, 2º sem. 2007.
- NERI, Anita Liberalesso. Envelhecimento cognitivo. In: FREITAS, Elizabeth Viana et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1236-1244.
- OSÓRIO, Augustin Requeje; PINTO, Fernando Cabral. *As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. 342 p.
- PACHECO FILHO, Raul Albino. A psicanálise e as mulheres e os homens de ‘uns tantos e quantos anos’. *Revista Kairos, Caderno Temático 2*, São Paulo, p. 71-89, ago. 2002.
- PEDROSA, Aline da Silva. *Homens idosos avôs: significado dos netos para o cotidiano*. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- PY, Ligia Auxiliadora de Oliveira; TREIN, Franklin. Finitude e infinitude: dimensões do tempo na experiência do envelhecimento. In: FREITAS, Elizabeth Viana et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1353-1360.
- RAMÍREZ, Gonzalo Canal. *Envejecer no es deteriorarse*. Madrid: Pa-


raninfo, 1981.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 874 p.

SAMPEDRO, José Luis. *La vieja serena*. Madrid: Debolsillo, 2003.

_____. *El mercado y la globalización*. Madrid: Debolsillo, 2002.

_____. *Octubre, octubre*. Madrid: Destino, 2002.

_____. *O sorriso etrusco*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 363 p.

_____. *El caballo desnudo*. Madrid: Debolsillo, 2001.

_____. *Monte Sinai*. Madrid: Plaza y Janes, 1998.

_____. *El amante lesbiano*. Madrid: Edhasa, 1996.

_____. *Real sitio*. Madrid: Destino, 1993.

SINGER, Diana. Psicoanálisis y gerontología. *Revista Kairós*, Caderno Temático 2, São Paulo, p. 71-89, ago. 2002.

UHLENBERG, Peter. Why study age integration? *The gerontologist*, 
40, n. 3, p. 261-266, 2000.



Capítulo 11

EDUCAÇÃO PARA OS VELHOS, EDUCAÇÃO
PELOS VELHOS E A COEDUCAÇÃO ENTRE
GERAÇÕES: PROCESSOS DE EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL E INFORMAL

JOSÉ CARLOS FERRIGNO

INTRODUÇÃO

A fim de estabelecer uma linguagem clara e objetiva, julgo pertinente explicitar, ainda que de modo sucinto, conceitos de Educação Não Formal e educação informal sobre os quais me apoiarei. Sem deixar de considerar possíveis discordâncias entre educadores e especialistas correlatos, e assumindo a possível omissão de aspectos relevantes, apresento algumas definições que, por seu caráter genérico, talvez sejam menos vulneráveis a divergências. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão pertencente ao Ministério da Educação do governo brasileiro, Educação Não Formal pode ser entendida como:

1. Atividades ou programas organizados fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos.
2. Qualquer atividade educacional organizada e estruturada que não corresponda exatamente à definição de educação formal.
3. Processos de formação que acontecem fora do sistema de ensino (das escolas às universidades).
5. Tipo de educação ministrada sem se ater a

uma sequência gradual, não leva a graus nem títulos e se realiza fora do sistema de Educação Formal e em forma complementar. 6. Programa sistemático e planejado que ocorre durante um período contínuo e predeterminado de tempo. Nota: 1. A educação não formal pode ocorrer dentro de instituições educacionais, ou fora delas, e pode atender a pessoas de todas as idades (INEP, 2001a).

Já a respeito de educação informal, assim se pronuncia a referida instituição:

1. Processo de aprendizagem contínuo e incidental que se realiza fora do esquema formal e não formal de ensino. 2. Tipo de educação que recebe cada indivíduo durante toda sua vida ao adotar atitudes, aceitar valores e adquirir conhecimentos e habilidades da vida diária e das influências do meio que o rodeia, como a família, a vizinhança, o trabalho, os esportes, a biblioteca, os jornais, a rua, o rádio, etc. 3. Processo educativo assistemático que ocorre em meio à família, ao ambiente de trabalho, a partir da mídia, em espaços de lazer, entre outros, e resulta no desenvolvimento de conhecimentos e valores [...] 4. Educação informal abrange todas as possibilidades educativas, no decurso da vida do indivíduo, construindo um processo permanente e não organizado... (INEP, 2001b).

Segundo Park, Fernandes e Carnicel (2007, p. ...), e com base em diversos autores:

... entende-se que educação informal é toda a gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes), que acontece sem que haja um planejamento específico e, muitas vezes, sem que nos demos conta. Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado.

Os mesmos autores (2007, p. ...), citando Almerindo Janela Afonso, apontam as principais diferenças entre educação formal e Não Formal:

por educação formal entendemos o tipo de educação organizada com uma determinada sequência (prévia) e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação não-formal, embora obedeça a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Reboul (1980, p. ) alerta para a abrangência da ideia de educação e do campo educacional e ainda observa como raramente empregamos este termo sem logo limitar seu sentido:

Pensamos na escola e, entretanto, a educação se faz, primeiro, na família, sem falar do ‘terceiro meio’ constituído pela rua, pelo esporte, pelos movimentos de juventude, pelos mass media, etc. Pensamos no ensino, como se a educação não fosse tanto física, estética, moral, afetiva, quanto técnica e intelectual. Pensamos na criança, mas também o adulto não tem que se educar incessantemente? ‘São precisos cinquenta anos para fazer um homem’, dizia Platão. Cumpre tomar a educação no sentido total, mutilá-la é mutilar o homem.

SESC COMO UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O Serviço Social do Comércio (SESC) é uma instituição que atua com Educação Não Formal em seus numerosos programas de cultura e lazer voltados a crianças, adolescentes, adultos jovens e adultos da Terceira Idade. Mas, de acordo com o que já foi colocado, estes públicos, em suas interações espontâneas, coeducam-se informalmente. Esta ideia vale ainda mais fortemente para o programa SESC Gerações, o qual tem na coeducação entre as gerações um de seus principais objetivos. Portanto, neste caso, a coeducação é uma intenção institucional de uma Educação Não Formal. Mas, ao mesmo tempo, também é algo

intrinsecamente informal enquanto fenômeno que brota da informalidade das relações estabelecidas entre as gerações durante as atividades de Educação Não Formal. A propósito, Doll (2008) considera que a educação informal se refere a uma educação pela convivência.

Aqui, trataremos mais especificamente do trabalho institucional voltado a idosos e a integração destes com as demais gerações. Tendo então as definições acima explicitadas como nosso universo de referência para a presente reflexão, podemos nos perguntar como ocorreram e ainda ocorrem os processos de Educação Não Formal e informal voltados aos idosos no Brasil.

REVE HISTÓRICO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS VOLTADAS A PESSOAS IDOSAS

Nos anos de 1960, época em que teve início o Trabalho Social com Idosos do SESC São Paulo, a questão social dos velhos não estava colocada na ordem do dia. O Brasil ainda era reconhecido como um país jovem. De fato, tínhamos pouco mais de 5% de pessoas maiores de 60 anos, praticamente metade do percentual da atualidade (mesmo assim, ainda se encontra significativamente abaixo dos índices demográficos dos países desenvolvidos). Por seu número relativamente reduzido e pelo isolamento social característico daqueles anos, esse contingente não possuía visibilidade social, tampouco importância político-eleitoral.

Naquele momento, as poucas ações sociais disponíveis para os velhos possuíam uma natureza predominantemente assistencialista, servindo principalmente para suprir algumas carências básicas e minorar o sofrimento decorrente da miséria e da doença. Nesta perspectiva, as ações para esse setor se confundiam com a caridade e a filantropia. Geralmente, tais iniciativas eram concretizadas em instituições asilares, mantidas pelo Estado ou por congregações religiosas, com a finalidade de garantir a sobrevivência física do idoso.

A sociedade brasileira da época  oferecia alternativas de convi-

vência e de participação para o idoso saudável física e mentalmente. A inexistência de políticas governamentais para melhorar a qualidade de vida dos idosos, as precárias condições culturais em prol de um envelhecimento digno, as baixas aposentadorias, a inadequação das cidades às condições físicas do idoso, as dificuldades de acesso a programas de lazer, tudo foi inevitável para o confinamento dos velhos, gerando sentimentos de solidão, insegurança e outros problemas psíquicos.

Claro está que, após décadas, o cenário relativo às oportunidades de uma criativa e emancipadora ocupação do tempo livre continua distante das reais necessidades da maioria da população idosa do Brasil. Todavia, em 1963, surgiu no SESC São Paulo um programa pioneiro de atividades culturais e de lazer voltado para esta geração e que inaugurou novas possibilidades de participação, ao menos para alguns estratos da classe média brasileira. Assim, na época, em razão de uma demanda muito intensa de integração social, foram constituídos os grupos de convivência como um primeiro modelo de atendimento ao idoso, composto por atividades recreativas e de confraternização. Tais grupos se multiplicaram pelo país afora e, atualmente, ainda representam importante fator de socialização, principalmente para idosos de poucos recursos econômicos. Na atualidade, milhares de núcleos desse tipo se espalham pelo Brasil, alguns abrigados em entidades públicas ou particulares e outros ainda com uma existência independente de instituições. Convém destacar também que em outro trabalho, além de um histórico sobre esses grupos de convivência, realizamos uma análise sobre centros e grupos de convivência no Brasil (FERRIGNO; LEITE; ABIGALIL, 2006).

Em qualquer parte do mundo, tais associações oferecem a preciosa oportunidade de se estabelecer vínculos afetivos e de compartilhar preocupações, angústias, sonhos e desejos entre aqueles que vivem o fenômeno do envelhecimento. Acima de tudo, os grupos de convivência respondem à necessidade básica do ser humano, em qualquer fase da vida, de se sentir pertencendo a uma determinada geração. Assim como os adolescentes têm sua turma, os idosos também sentem esta

necessidade e têm este direito. Os interesses e as experiências comuns que caracterizam a noção de geração explicam esta necessidade, pois segundo Mannheim (1952, p. 100): “Pertencer a uma mesma geração determina certos pensamentos e comportamentos. Seus membros pensam e atuam de certo modo porque ocupam o mesmo lugar em uma estrutura global.”

Nas décadas mais recentes, não foi somente o perfil demográfico do brasileiro mudou. A maior presença dos idosos nos espaços públicos não se deve apenas ao incremento demográfico deste contingente etário. Nas últimas décadas, o comportamento destas pessoas também mudou. Movidos pelo desejo de viverem mais intensamente, tornaram-se mais participantes.

A chamada Terceira Idade se mobilizou na defesa de seus direitos, e, como saldo, organizou-se em Conselhos Municipais e Estaduais e no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. A conquista do Estatuto do Idoso, em 2003, representou a culminância desta história de lutas. Face às exigências deste “novo idoso”, surgiu no SESC, ao final dos anos de 1970, um outro modelo de atendimento pioneiro: as escolas abertas da Terceira Idade. Logo em seguida, no início dos anos de 1980, várias universidades brasileiras formaram faculdades abertas. Tais respostas institucionais buscaram responder a necessidades de atualização de conhecimentos para que os mais velhos pudessem acompanhar as transformações políticas, econômicas e culturais de uma sociedade cada vez mais acelerada e complexa em decorrência do desenvolvimento de novas linguagens e tecnologias.

As escolas para a Terceira Idade se fundamentam sobre os postulados da chamada educação permanente, a qual defende o direito, a possibilidade e a necessidade que tem o ser humano de se educar ao longo de toda a vida, postura que guarda estreita semelhança com o que é defendido pela Educação Não Formal. Mais especificamente, os objetivos das ações educativas voltadas a pessoas idosas podem ser resumidos em: socialização, atualização de conhecimentos, desenvolvimento de novas habilidades, reflexão sobre o processo de envelhecimento,

cuidados preventivos com a saúde física e mental, discussão e elaboração de novos projetos de vida e integração às demais gerações.

A importância de um processo educacional continuado é justificada de modo muito consistente por Lapassade (1975). O autor nos convida a refletir sobre o fenômeno que ele intitula de “inacabamento do sujeito”. Ele nos mostra que, diferentemente de outras espécies, o ser humano nasce prematuro física e psiquicamente, e que, além disso, ou por isso mesmo, ao contrário do pensamento dominante, ao longo da vida, o homem permanecerá para sempre inacabado.

Este inacabamento é aqui entendido como uma inexorável e iminente condição existencial. Lapassade combate, assim, o mito da perfectibilidade humana possível de ser alcançada em determinado momento da cronologia do indivíduo, perfeição esta que geralmente é situado no estágio de adulto jovem. Aí reside uma das fontes de discriminação não somente aos velhos, mas também às crianças. Estes extremos do ciclo de vida humano são colocados em posição de inferioridade social. Como seres fora do tempo presente, perguntamos, às crianças, o que elas vão ser, e, aos velhos, o que eles foram.

Lapassade, ao combater o mito da perfeição do adulto, insiste que o ser humano jamais estará pronto, mas em constante processo de construção, de aprendizagem, até seu último suspiro. Se tal enquadre diz respeito a uma condição humana, Lapassade considera que a incompletude do homem torna-se mais evidente em nossos dias. Em suas palavras:

o homem moderno aparece cada vez mais, em todos os planos da sua existência, como um ser inacabado. O inacabamento da formação tornou-se uma necessidade, num mundo marcado pela transformação permanente das técnicas, o que implica uma educação permanente (1975, p. 107).

EDUCAÇÃO PARA O LAZER É PELO LAZER

Os programas de Educação Não Formal voltados para os velhos e para todas as demais faixas etárias, além de reunirem condições de pro-

mover uma educação pelo lazer, podem também almejar uma educação para o lazer. Em outras palavras, criam-se situações em que as pessoas aprendem a ocupar de modo criativo seu tempo livre, tarefa difícil para muitos que só aprenderam a reconhecer o valor do trabalho.

Além de atividades mais reflexivas e teóricas, os alunos da Terceira Idade têm, por meio das oficinas de criatividade, a oportunidade de um trabalho prático. Usando a expressão cunhada por Herbert Read (1986), os idosos têm a oportunidade de uma “educação nas coisas”, ou uma educação pelos jogos ou pela arte, como sublinha o autor, que distingue a diversão ativa (o esporte amador, por exemplo) de um entretenimento passivo (assistir TV).

Para Read, o entretenimento é formado por ingredientes de uma dieta pobre que não alimenta ninguém e da qual logo esquecemos. A “educação nas coisas” é algo que implica um contato direto com os objetos e não apenas um manejo com as representações destes, e é uma característica constitutiva do modelo intelectualista de educação. Para esta tarefa, Read vê nas artes um papel fundamental. Para ele, é preciso viver a arte, se quisermos ser permeados pela arte. Por intermédio de atividades, explica-nos, como tocar um instrumento, pintar, dançar, entre outras atividades, adquirimos mais influência sobre nossa mente e nosso corpo.

O ideal é combinar liberdade e trabalho, transformando trabalho em diversão e diversão em trabalho. Assim se expressa Read (1986, p. 77)

Quando o que fazemos é o exercício da habilidade e da imaginação humanas em todos os campos do trabalho humano, então as diferenças entre trabalho e diversão, entre arte e indústria, entre profissão e recreação, entre os jogos e a poesia – todas essas distinções desaparecem. O ser humano se torna ser humano total, e seu modo de vida uma contínua celebração de sua força e imaginação.

O IDOSO COMO SUJEITO DA AÇÃO EDUCATIVA

A mudança da autoimagem e da imagem social do idoso como cau-

sa e consequência de sua mobilização e organização faz pensar sobre a figura do velho não apenas como um receptor da ação educativa, mas também como seu agente. Neste sentido, os idosos podem ser úteis não somente repassando seus conhecimentos específicos, por exemplo, em sua área profissional, mas de modo amplo, na condição de agentes de preservação e transmissão da memória cultural. Como beneficiário óbvio de ações desta natureza está, é claro, o jovem.

De modo genérico, como se dá a contribuição dos velhos para com as novas gerações? Segundo Bosi (1979, p. )

há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. Esta força, essa vontade de revivência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente.

Em relação à capacidade de contar histórias, tão comuns entre idosos, Benjamin (1986, p. , ) já em 1936 (entemos para suas proféticas observações), exaltando a arte da narrativa, lamentava que a mesma se encontrava em vias de extinção em um mundo que privilegiava a informação, dispensando a capacidade crítica do ouvinte:

O narrador não está de fato presente entre nós, em sua totalidade viva. Ele é algo distante, e que se distancia ainda mais (...) São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente (...) É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (...) A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores (...) Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio. A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto,

somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações.

Imagine a desolação de Benjamin com um mundo como o que vivemos atualmente, um mundo de grande volatilidade de valores em que o passado não interessa, um mundo de consumismo desenfreado em que tudo se torna descartável, efêmero, inútil. No entanto, se, por um lado, temos essa dificuldade de comunicação humana como um traço marcante do momento em que vivemos, por outro, há a promessa de uma emancipação dos velhos, pelas razões que apontamos anteriormente. Emancipação esta que deverá vir, com certeza, acompanhada de mudanças estruturais mais amplas e que poderá contar com a decisiva participação das novas gerações.

ESC GERAÇÕES: UM NOVO PROGRAMA, UM NOVO DESAFIO

As sociedades urbanas da atualidade se caracterizam pelo distanciamento entre as gerações. A classificação do ciclo vital em etapas bem demarcadas e as expectativas de comportamento das diversas gerações precisamente normatizadas são fenômenos recentes na história da humanidade e que resultaram em uma compartimentalização de espaços sociais para cada faixa de idade. Tal configuração tem suas raízes no século 17 e 18 com a escolarização das crianças.

Ariés (1981) nos chama a atenção para a transitoriedade das formas de interação entre os grupos etários. Diferentemente de sociedades anteriores e posteriores, como a nossa, ele fala especificamente de uma sociedade – a sociedade medieval – na qual não havia divisão territorial e atividades em função da idade dos indivíduos. Nessa época, não havia, usando as palavras do autor, um “sentimento de infância”, ou, diríamos nós, uma representação elaborada desta fase da vida. Apenas no final do século 17,  esta situação começou lentamente a ser alterada com a escolarização das crianças, ou seja, com a institucionalização da escola. A segmentação etária atingiu seu ápice no século 20, com a

criação da figura do aposentado, da problematização da adolescência e da meia-idade e, finalmente, dos programas sociais e culturais exclusivos para a chamada Terceira Idade. Isto é, novas categorias etárias, novas normas, novas expectativas.

Seguindo uma tendência que começou a se intensificar em várias partes do mundo, o SESC São Paulo criou um programa de atividades intergeracionais apostando na possibilidade de uma integração das gerações, entendendo que esta aproximação, se feita em condições adequadas, poderia contribuir para diminuir ou até superar o preconceito etário e promover uma rica troca afetiva e de conhecimentos entre jovens e velhos. Por esta troca, entendemos uma coeducação entre gerações. A ideia partiu de uma pesquisa que realizamos na própria instituição, entre 2000 e 2002 (FERRIGNO, 2003).

Ao falarmos de uma coeducação, estamos aqui nos referindo a trocas de saberes que se dão de modo informal no espaço da família, escola, trabalho, rua etc., entre pessoas “iguais”, ou seja, semelhantes quanto à idade, sexo, religião, etnia, classe social, ou “diferentes”, no que se refere a estes aspectos. Claro que aproximar os “diferentes” é tarefa bem mais árdua, pois, infelizmente, tendemos a ser tolerantes com as desigualdades sociais e intolerantes com as diferenças, numa absoluta e absurda inversão de valores.

Processos de coeducação entre gêneros ou entre etnias são exemplos de tentativas de aproximação dos “diferentes”. Há alguns anos, soube de uma experiência, em Portugal, que buscou aproximar professores e professoras da rede de ensino básico para que, posteriormente, estes docentes promovessem a integração entre os meninos e as meninas, seus alunos. Outra experiência importante que me recordo é de um documentário, do qual não tenho mais referências, que tratava da aproximação de adolescentes palestinos e israelenses, membros de duas etnias em beligerância há muito tempo. Certamente inúmeras iniciativas nessa direção. Mas, como já foi dito, se a aproximação nesses casos é difícil, sobram-nos justificativas éticas para arregaçarmos as mangas e trabalharmos com determinação.

Em relação a dificuldades para aproximar as gerações, devemos enfrentar, além do distanciamento imposto pelos valores que norteiam a sociedade atual, o chamado conflito de gerações, aberto ou velado, mas, muitas vezes, presente. O fato animador, apesar, ainda, dessas persistentes resistências, é que, no programa SESC Gerações, temos tido resultados favoráveis nestas empreitadas, testemunhando até o surgimento de amizades entre crianças, adolescentes e idosos.

A pesquisa que motivou a criação do programa SESC Gerações foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos metodológicos de uma pesquisa qualitativa, sendo que os dados foram obtidos junto a alunos idosos e educadores do SESC:

- entrevistas abertas realizadas com base em roteiro preestabelecido e pré-testado;
- observações diretas do relacionamento entre as partes, tanto dentro de atividades formais quanto de situações informais. Este procedimento se deveu às reminiscências de minha prática profissional com os idosos e com os demais técnicos do SESC ao longo dos vários anos de trabalho nesta instituição.

Para a elaboração e realização da pesquisa, seguimos os passos de Bosi (1979). A autora considera que o principal esteio de seu método de abordagem está na formação de um vínculo de amizade e confiança com os entrevistados. Para ela, é necessária a criação de uma “comunidade de destino” com os entrevistados, fenômeno que faz com que o pesquisador seja sujeito e objeto dos conhecimentos que vão sendo construídos. Sujeito enquanto aquele que indaga, e objeto enquanto aquele que registra as informações. Assim se expressa a autora: “comunidade de destino já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no locus da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” (1979, p. 77).

Em decorrência da natureza do objeto estudado, ou seja, de uma singular relação interpessoal forjada durante vários anos em um es-

paço social bem determinado, a pesquisa não poderia ter um caráter quantitativo e um tratamento estatístico. Portanto, optamos por uma pesquisa qualitativa e, mais especificamente, pelo método hermenêutico ou interpretativo, baseado na análise da linguagem do sujeito. Em outras palavras, buscamos o sentido de seu discurso.

Mas, como dissemos, se o objetivo central do programa SESC Gerações é a coeducação entre as gerações, a questão inevitável é: o que pode uma geração ensinar à outra? O que os idosos transmitem aos jovens? E vice-versa?

Na sequência, serão apresentados os resultados encontrados. Porém, inicialmente, vejamos o que os idosos ensinam às novas gerações.



O QUE OS MAIS VELHOS ENSINAM AOS MAIS NOVOS?

- A memória cultural, valores éticos fundamentais e saberes práticos: os idosos transmitem sua história pessoal, familiar e da comunidade, permitindo aos jovens conhecerem suas origens e se enraizarem em sua própria cultura. Conhecendo seu passado, os jovens entendem melhor seu presente e projetam seu futuro de modo mais realista e promissor;
- Educação para o envelhecimento: o velho aparece como modelo a ser seguido ou evitado, dependendo de seu grau de sucesso em viver satisfatoriamente este período da vida e de sua peculiar maneira de enfrentar as dificuldades desta fase. Os jovens da pesquisa relataram admiração pelos idosos que mantêm o bom humor, a serenidade e a abertura para o relacionamento com as novas gerações, e que mantêm para com estes uma atitude de respeito e carinho. Por isso, muitos declararam que querem envelhecer com este estilo de vida.



O QUE OS JOVENS ENSINAM AOS MAIS VIVIDOS?

A transmissão de conhecimentos dos mais velhos aos mais jovens é mais perceptível e esperada. A relação contrária, ou seja, a educação dos mais idosos por pessoas jovens, não é devidamente valorizada

porque frequentemente não é percebida. Tal fenômeno tem raízes, a nosso ver, no caráter autoritário das relações intergeracionais em nossa sociedade. No entanto, os depoimentos recolhidos em nossa pesquisa são significativos e nos mostram diversos conteúdos que as crianças e adolescentes repassam aos adultos, como:

- educação para novas tecnologias: ela se dá pela habilidade dos jovens no manuseio de aparelhos eletrônicos e da linguagem digital. Vários idosos nos contam que aprendem a usar computadores e outros aparelhos eletrônicos com seus próprios netos. No programa Trabalho Social com Idosos do SESC São Paulo, inúmeros cursos de informática para pessoas idosas foram ministrados por jovens professores, em excelentes resultados. Mais recentemente, em maio de 2001, o SESC São Paulo inaugurou um programa, aberto a todas idades, chamado “Internet Livre”, desenvolvido em salas dotadas de microcomputadores franqueados ao público, com monitoria especializada. Ocorre que, em vários centros culturais e desportivos da entidade, de forma espontânea ou induzida pelos monitores, os jovens têm dado, aos idosos, orientações de como manejar a máquina e de como navegar pela rede. Os idosos ficam felizes pelas novas descobertas, e os jovens, satisfeitos ao se sentirem competentes como professores;
- educação para os novos tempos: a geração mais jovem também transmite aos idosos valores e conhecimentos do mundo atual, e isto provoca nos longevos uma flexibilidade de comportamentos sociais de acordo com os novos valores morais, ou seja, uma educação para os novos tempos, resultando em posicionamentos menos conservadores em relação a assuntos polêmicos, como sexo, drogas etc. Diversos colaboradores da Terceira Idade, principalmente aqueles que compartilham experiências mais prolongadas de convívio com adolescentes em oficinas de teatro e de música, declaram ter adquirido um olhar mais compreensivo acerca de questões atuais a partir de suas

 conversas com jovens.

CONDIÇÕES FACILITADORAS PARA A OCORRÊNCIA DA COEDUCAÇÃO DE GERAÇÕES

A primeira das condições que considero essencial diz respeito à identidade de interesses em relação às atividades compartilhadas. É imprescindível que haja motivação de todos os integrantes do grupo, independentemente de sua idade. A multiplicidade de atividades culturais presentes no cotidiano de centros culturais permite uma ampla gama de escolha de temas que se configuram como de interesse comum.

A segunda condição é a de que a relação entre mais jovens e mais velhos seja marcada pelo igualitarismo. Como já enfatizava Paulo Freire (1977), qualquer forma de dominação e opressão nas relações entre educando e educador inviabiliza processos verdadeiramente educacionais. Portanto, deve-se operar no sentido de favorecer o surgimento e a manutenção de um clima democrático no grupo intergeracional.

Em terceiro lugar, é fundamental que haja tempo para as pessoas se conhecerem e desenvolverem laços afetivos. Portanto, atividades que permitam desenvolver o convívio contemplam mais chances de propiciar a aprendizagem recíproca, embora a duração por si só não garanta interações mais intensas e produtivas. Nosso pensamento parte da premissa de que a coeducação tanto se tornará mais efetiva quanto maior será a convivência entre as partes. A boa convivência é uma condição necessária para o processo coeducativo.

Concluindo, as ações de instituições de Educação Não Formal e as ações espontâneas de educação informal presentes nestas mesmas entidades exercem um importante papel na formação cultural do cidadão brasileiro. Esta reflexão se apoia na certeza de que o compartilhamento destas experiências pode efetivamente contribuir para a edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flakman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 279 p.
- BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Ed. Cultrix/EDUSP, 1986. 201 p.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979. 402 p.
- DOLL, Johannes. Educação e envelhecimento: fundamentos e perspectivas. *A Terceira Idade*, São Paulo, SESC, v. 19, n. 43, 2008.
- FERRIGNO, José Carlos. *Co-educação entre gerações*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: SESC, 2003. 233 p.
- FERRIGNO, José Carlos; LEITE, M.L.C.B.; ABIGALIL, A. Centros e grupos de convivência de idosos: da conquista do direito ao lazer ao exercício da cidadania. In: FREIRE, Elizabeth Viana de, et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977. 218 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Thesaurus Brasileiro da Educação. Estrutura das relações hierárquicas. *Educação Não Formal*. 2001a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37499>>. Acesso em: 28 de outubro de 2008.
- _____. Thesaurus Brasileiro da Educação. Estrutura das relações hierárquicas. *Educação Informal*. 2001b. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37527>>. Acesso em: 28 de outubro de 2008.
- LAPASSADE, Georges. *A entrada na vida*. Tradução de Agostinho Trindade de Sousa. Lisboa: Edições 70, 1975. 335 p.
- MANNHEIM, Karl. The problems of generations. In: _____. *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1952.

- PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro e CARNICEL, Amarildo (Orgs.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra: Ed. Setembro; Campinas: UNICAMP/CMU, 2007. 194 p.
- READ, Herbert Edward. *A Redenção do robô: meu encontro com a educação através da arte*. Tradução de Nuno Fernando. 2. ed. São Paulo, Summus Editorial, 1986. 158 p.
- REBOUL, Olivier. *Filosofia da educação*. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 131 p.



Capítulo 12

BOCA DE MESTRE, OUVIDO DE APRENDIZ:
TRANSMISSÃO DE SABERES
ENVOLVENDO OS VELHOS MESTRES
BATUQUEIROS

CLAUDETE DE SOUSA NOGUEIRA

 **BATUQUE DE UMBIGADA PAULISTA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E ORALIDADE**

O batuque de umbigada, também conhecido como tambu ou caiumba, é uma manifestação cultural trazida para o Brasil pelos escravos de origem bantu. No estado de São Paulo, esta manifestação chegou com os negros da região nordeste, os quais vieram escravizados para trabalhar nas fazendas de açúcar e de café.

Esta manifestação conseguiu se manter através do tempo, passando de geração para geração, com seus instrumentos, dentre os quais: o tambu, uma espécie de tambor feito de tronco oco de árvore; o quinjengue, um tambor mais agudo que faz a marcação rítmica do tambu, apoiando-se neste; as matracas, que são os paus que batem no tambu do lado oposto do couro; os guaiás, ou chocalhos de metal, em forma de cones interligados.

A dança se concretiza da seguinte forma: homens e mulheres formam duas fileiras, uma em frente da outra, encontram-se no centro do salão, fazendo passos variados, e terminam com a umbigada.

A umbigada, que é característica do batuque paulista, também aparece no jongo ou caxambu, no semba, samba-de-roda ou de terreiro, tambor-de-crioula, lundu, pernada, coco, samba campineiro ou de bumbo, entre outras danças trazidas pelos africanos ou transformadas aqui pelos negros escravizados. Em algumas destas danças, o choque de umbigos foi substituído pelos gestos, pelos chapéus, lenços ou bumbos.

O batuque de umbigada, uma manifestação ligada às danças de umbigada, espalhou-se pelo interior paulista, principalmente na região onde se localizam as cidades de Campinas, Tietê, Capivari, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Maristela, Jundiá, Indaiatuba, Cerquilha, Piracicaba, Rio das Pedras, entre outras.

Atualmente, as cidades de Tietê, Capivari e Piracicaba continuam sendo espaços dessas manifestações. O 13 de Maio, em Piracicaba, o Sábado de Aleluia, em Capivari, e a Festa de São Benedito, em Tietê, são algumas das ocasiões em que passado e presente se confundem, com a dança de umbigada, os reaquecimentos dos tambores ao calor da fogueira, os longos versos improvisados com os quais homens e mulheres, jovens e velhos revivem um ritual que o tempo não conseguiu apagar.

As falas e as lembranças evidenciam que o batuque de umbigada permaneceu “vivo” graças à influência que recebeu dos antepassados diretos: pais, tios e avós, tornando-se, em alguns momentos, uma prática cultural portadora dos anseios da comunidade. Neste contexto, entende-se a memória familiar como patrimônio simbólico dessa cultura, sendo que cada membro representa um elo entre passado e presente.

Nesse processo de transmissão de saberes, é possível identificar a força dos laços familiares e a importância da tradição oral para a manutenção da estrutura social do grupo. A memória dos velhos é a mediadora entre o passado e o presente, tendo o importante papel de intermediar informalmente a cultura (BOSI, 2004).

Por meio da memória oral, os velhos mestres do batuque de umbigada conseguiram manter a tradição, a qual era praticada, inicialmente,

entre os escravos nas lavouras de açúcar e de café. Atualmente, dançando nos palcos e nos salões, o batuque é passado para as novas gerações por meio da Educação Não Formal, experiência que envolve os jovens e os mais velhos na transmissão de valores e saberes.

MEMORAR E ENSINAR: IMPORTÂNCIA DOS VELHOS NA TRADIÇÃO ORAL

Os griots são contadores de histórias das tribos de algumas regiões africanas. Estes contadores são considerados sábios muito importantes, pois recontam as sagas dos heróis das etnias ao som de um instrumento de percussão, e, por isso, são respeitados nas comunidades das várias aldeias que os recebem.

De acordo com a definição de Lopes (2004, p. 310):

griot é um termo do vocabulário franco-africano criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes para as quais, em geral, está a serviço. Presente, sobretudo na África ocidental, notadamente onde se desenvolveram os faustosos impérios medievais africanos (Gana, Mali, Songai), recebe denominações variadas, dyéli ou diali, entre os Bambaras e Mandingas, guésséré, entre os Saracolês, wambabé, entre os Peúles, aoulombé, entre os Tucolores, e guéwel, (do árabe qawwal) entre os Uolofes.

Quando ocorria o falecimento de um griot, seu corpo era colocado, literalmente, dentro de uma gigantesca árvore chamada baobá, para que suas histórias e canções pudessem continuar brotando e alegrando todos aqueles que as ouviram.

Os griots vivem, atualmente, em muitas partes da África Ocidental, incluindo: Mali, Gâmbia, Guiné e Senegal, e estão presentes entre os povos Mande (Mandinka, Malinké, Bambara etc.), Fulbhe (Fula), Hausa, Tukulóor, Wolof, Serer, Mauritânia Arábica e muitos outros

pequenos grupos.

As tradições orais na África representam espaços simbólicos de preservação de dados históricos e também da interpretação destes mesmos dados. Mais do que fontes informativas sobre história de povos africanos, as tradições orais revelam muito da relação dos seus autores com o conhecimento histórico (BÂ, 1973)

As fontes orais, entretanto, são fundamentais no processo de transmissão de conhecimentos e compreensão de valores e normas, constituindo-se um patrimônio cultural de alguns povos. Neste contexto, a oralidade se constitui como um importante elemento no processo de conservação de memória coletiva, representando a memória viva do grupo.

Assim como na África, onde a palavra é memória viva, também podemos perceber que a oralidade se tornou fundamental no processo de aprendizagem que envolve a cultura negra no Brasil. Na visão de Silva (2003, p.), a tradição oral:

[...] é uma manifestação da tradição cultural e, como ela, encerra um conjunto de significados que se apresentam com continuidade e constância entre membros de um mesmo grupo étnico-racial. Encontram-se tais significados inscritos em intenções, projetos, posicionamentos, avaliações, articulados no agir e intervir no ambiente. Trata-se de patrimônio ancestral intangível que sobrevive com renovados contornos, como que ocultado, mas sempre compartilhado.

Nessas sociedades em que a memória é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais têm a função de transmiti-la às novas gerações, cabe aos mais velhos, com sua maior experiência e vivência, o importante papel social de guardiões da memória. “Cabe a eles a função de transmitir às novas gerações de seu grupo social os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo” (SIMSON, 2000, p.)

Esse processo de socialização está presente de uma forma geral, no

universo das manifestações culturais negras, como na capoeira, samba, jongo e também na religiosidade. “Ali os mais velhos fazem e ensinam e os mais moços observam, repetem e aprendem [...]” (BRANDÃO, 1984, p. 187)

No batuque de umbigada, os mestres, que são os mais velhos, dispõem desta autoridade perante o grupo, tendo o papel de transmitir os saberes dos antepassados por meio da oralidade e da dança. A figura dos mestres ganha uma função fundamental neste processo de manutenção da identidade grupal, pois eles representam o elo vivo entre gerações, e, como mediadores, transmitem a história de um passado vivido e experimentado.

Assim como os velhos griots e transmitiam suas narrativas e passavam as tradições de seus povos de geração a geração, os velhos mestres batuqueiros cumprem este papel na medida em que buscam expressar, na oralidade e na prática corporal, o que a memória guarda através dos tempos.

Esses saberes adquiridos, os quais, muitas vezes, não têm **intencionalidade** educativa e espontânea, mas que implicam em um processo que socializa os indivíduos, que desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e modos de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou a que pertence por herança, desde o nascimento, fazem parte do que Gohn (2007) considera como **educação informal**. Trata-se do processo de socialização dos indivíduos.

No batuque de umbigada, fazem parte deste processo as modas, os desafios, a forma de afinar e de tocar o instrumento, a maneira de lidar com o corpo por meio da dança, enfim, a maneira com que o grupo compreende sua herança cultural. Os discursos sobre a dança, por exemplo, são elementos importantes no batuque, principalmente quando se referem às umbigadas, visto que estas envolvem regras, condutas e prescrições. Quantas umbigadas, com quem, de que forma devem ser dadas explicitam algumas das concepções e visões de mundo vivenciadas pelo grupo.

Assim é que os velhos mestres se constituem como detentores do conhecimento dessas normas e regras: incumbidos de reproduzir para o grupo os conhecimentos que eles trazem na memória, recorrendo constantemente à ancestralidade.

Neste processo, o ato de relembrar em conjunto, isto é, o ato de compartilhar a memória, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos – porque são alicerçadas numa bagagem cultural comum – e, talvez, por isso, conduza a ação. Para Simson (2000, p. 111), esta memória compartilhada “é tanto forma de domar o tempo, vivendo-o plenamente, como empenho que nos leva a ação, constituindo uma estratégia muito valiosa nesses tempos em que tudo é transformado em mercadoria, tudo possui valor de troca.”

MEMBRANÇAS DOS VELHOS MESTRES DO BATUQUE

Mestre Domingos, Mestre Plínio, Mestra Anicide, Mestre Romário, Mestre Herculano, entre tantos outros são exemplos de vida e portadores da memória do batuque de umbigada. A imagem destes mestres é referência fundamental para os grupos familiares de batuqueiros e batuqueiras de Piracicaba, Capivari e Tietê na reconstrução do passado. Os mestres formaram escolas e influenciaram no modo de ser e agir dos membros do grupo. Dificilmente há um questionamento da autoridade dos mestres, os quais também são considerados líderes responsáveis por causa da manutenção da estabilidade do grupo, do controle dos conflitos e da administração dos bens simbólicos da tradição.

Na fala desses batuqueiros e batuqueiras, a reconstituição da vida dos mestres está geralmente ligada à memória familiar, na qual tios, avós, padrinhos são citados como referência significativa na vida individual e coletiva. Júnior, batuqueiro de Piracicaba, conta-nos, emocionado, um pouco da história do Rei Domingos, mestre do batuque de Tietê e quem influenciou muitas das gerações de batuqueiros:

Ele é chamado de rei Domingos, era da cidade de Tietê e foi uma das pessoas

que ensinou o mestre Herculano [...] Inclusive tem um tambú, no museu de Tietê, que pertenceu ao Rei Domingos. Ele foi muito conhecido não só por ser um grande batuqueiro, mas ele em si era um grande sábio, que ensinava muito, o contador de histórias e que teve uma longevidade, ele morreu bem idoso, morreu bem idoso. Ele passou dos 100 anos, e contou histórias, ensinou muita gente, formou uma legião de batuqueiros (Depoimento concedido em 2 de dezembro de 2005).

Assim, os batuqueiros e batuqueiras, ao reconstruírem suas histórias de vida, reconstroem também a história dos mestres que marcaram sua trajetória. Vanderlei Bastos, batuqueiro de Piracicaba, lembra em seu depoimento a história do Mestre Gugo, pessoa que se tornou para ele um modelo a ser seguido:

Então assim, a gente tem na figura dos mestres e também das mestras, sempre algo pra tirar. Sempre, sempre, sempre... sempre tem um ensinamento, sempre tem um gesto, um pequeno movimento de mão, a gente tá sempre absorvendo. Assim, eu gostaria de falar do Mestre Gugo. Mestre Gugo acho que pra mim foi uma pessoa fundamental, porque ele passou por uma dificuldade muito grande na vida. Porque emocionalmente falando, psicologicamente falando, foi o batuque, porque ele era um motorista de caminhão, e trabalhava na prefeitura aqui de Piracicaba e, ele foi assim, um dia ele foi dar uma ré no caminhão, e tinha um menino pendurado na rabeira desse caminhão, ele não viu. Esse menino caiu, ele matou esse menino. Passou pro... ele matou o menino, aí o que aconteceu, daí pra frente, ele nunca mais dirigiu... Ficou chocado, nunca mais dirigiu. Aí foi afastado, voltou a trabalhar, mais assim, tava se debilitando mesmo, dia após dia e o que segurava ele realmente eram as festas de final de semana. E a gente percebia, às vezes, ele comentava isso com a gente. E quando eu comecei a entrar no batuque, então foi o momento de maior, acho que, de sensibilidade dele, eu não sei como ele estava, acho que tava mais perto, mais próximo. Ele falou: 'eu vou ensinar você, vou ensinar você porque, tando aqui você não está reinando (risos). Você vai estar com a gente. Não tá aprendendo coisa ruim.' E foi aí que a gente começou a desenvolver um relacionamento melhor, também não durou muito, como foi com meu pai... Logo depois, ele

veio a falecer também e assim, esse mestre ... (Depoimento concedido em 2 de dezembro de 2005).

Abib (2005), em sua pesquisa sobre a capoeira angola, observa que existe uma identificação com determinada linhagem, algo fundamental para o respeito e para reconhecimento do capoeira que chega a uma roda ou a um lugar estranho. Percebe-se também que, para os batuqueiros, a referência a uma herança se faz fundamental, o que aparece não apenas nas falas, mas nas músicas, nos gestos e nas imagens fotográficas guardadas nas gavetas.

As lembranças dos entrevistados acentuam a necessidade de destacar aspectos da vida de seus mestres, como a fonte de transmissão de determinados valores, sendo que estes valores representam, aos olhos dos depoentes, uma situação social e ao mesmo tempo uma ordem moral. Na fala de Faé, batuqueiro de Piracicaba, fica evidente a admiração e o orgulho de seguir o exemplo do mestre. Ao se referir à história de vida de Tio Tónho, ele faz as seguintes observações:

O tio Tónho, por exemplo, era um tipo (de mestre) que nem eu estou fazendo hoje. Ele era uma pessoa mais idosa, morador do bairro. Então ele tinha isso. Só que o dele era mais futebol e esse negócio do batuque, ele gostava muito. Então era aquela pessoa que sempre tava ali, quando precisava de instrumento ele corria atrás, esse negócio de jogo, então quer dizer... (Depoimento concedido em 19 de janeiro de 2006).

As experiências e memórias transmitidas pelos mestres do batuque de umbigada revelam, como destaca Benjamin (1986), uma fonte na qual todos se embebedam e encontram uma significativa dimensão utilitária. Para o autor, as verdadeiras narrativas:

tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa atitude pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida. De qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos (1986, p. 200).

De acordo com Benjamin (1986), um narrador conselheiro é um homem que sabe dar conselho e que é capaz de tirar dessas narrativas a sabedoria e envolver seus ouvintes nestas narrações, transformando-os em seus companheiros de história.

Diante do exposto, percebe-se que os mestres batuqueiros, de uma maneira geral, contribuíram para a organização e a estruturação do grupo. Por meio da oralidade e transmissão dos saberes acumulados, eles interferiram não apenas nas práticas e decisões como também no modo de vida, maneira de ser e agir e se tornaram referências e exemplos para o grupo.

No entanto, as mudanças são inevitáveis. Os velhos mestres do batuque de umbigada são também desafiados a repensar o processo de transmissão de saberes num contexto marcado pela globalização, e, neste sentido, surge a proposta de Educação Não Formal com o objetivo de continuar este processo de transmissão de saberes.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: OS VELHOS MESTRES ENSINANDO E APRENDENDO

Uma fala recorrente dos batuqueiros é a de que no passado as crianças não dançavam, eram proibidas de participar diretamente do batuque de umbigada. O batuque era dança de adultos, dos negros velhos, e as crianças ficavam ao redor das fogueiras ou nos cantos dos terreiros imitando os mais velhos. No entanto, apesar desta proibição, com o tempo, as crianças foram participando das festas, aprendendo as danças, os cantos e o batuque. Em Piracicaba, por exemplo, algumas datas comemorativas, como o Dia das Crianças, passaram a ser espaços em que o batuque de umbigada era ensinado aos mais jovens pelos velhos mestres.

Motivados pelas lembranças e preocupados em transmitir as gerações mais novas não só a prática do batuque, mas também sua manutenção e continuidade, o grupo dos novos batuqueiros¹, juntamente

com os mais velhos, criou, no início do século 21, associações com o objetivo de transmitir os ensinamentos do batuque, das danças afro-brasileiras e a ancestralidade de sua cultura.

Em Piracicaba e Capivari, foram criadas associações com esta finalidade. As crianças são, atualmente, responsáveis não apenas pelos novos passos de danças e pela introdução de outros temas nas letras de música como também dividem espaços com os mais velhos nos palcos nos momentos de apresentações públicas.

Este tipo de transmissão de conhecimentos com atividades planejadas e objetivos definidos, apesar de manter a oralidade, até então predominante, permitiu ao grupo desenvolver uma educação diferenciada, baseada em sua própria cultura. Neste caso, por meio da memória daquilo que foi vivenciado, surge uma proposta educacional não formal, com a qual o grupo reconstrói seus caminhos e projetos.

Márcia, batuqueira de Piracicaba, professora e vice-presidente da Associação Tio Tónho, explica que o objetivo da entidade é o de: “*divulgar e difundir a cultura afro-brasileira e surgiu com a proposta de trazer de volta a autoestima e valorização do negro e sua cultura.*”

Neste processo, de acordo com a preocupação do grupo em construir valores positivos e em fazer com que as crianças sintam orgulho de sua cultura, as atividades desenvolvidas são direcionadas e planejadas. Questões como a vestimenta, a dança, o corpo e o cabelo são frequentemente abordadas nas oficinas e nos ensaios para as apresentações.

As atividades do grupo são distribuídas entre os ensinamentos do batuque de umbigada e outros tipos de manifestações culturais negras, como a capoeira, jongo, maculelê e samba de roda, além das oficinas e dos ensaios para as apresentações públicas. As crianças também podem frequentar, nos fins de semana, aulas de artesanato que envolvem pintura e escultura.

No batuque de umbigada, a Educação Não Formal tem permitido ao grupo fortalecer essas memórias compartilhadas, além de ser um elemento fundamental no processo de construção de autoestima para os adolescentes e crianças. Os resultados desta experiência já se refle-

tem em outros espaços, como a escola, onde as crianças demonstram com orgulho a tradição de seus antepassados.

A coordenação do grupo, atualmente jovens batuqueiros, nascidos e criados na Vila África, conta também com o acompanhamento dos velhos batuqueiros, os quais participam frequentemente das atividades e acompanham as excursões do grupo, (re)vivendo a todo o momento a tradição. Os depoimentos de Márcia e Faé, coordenadores do grupo, relatam a importância da participação dos mais velhos para a estruturação da Associação. Ao analisarem a reação dos mais velhos quanto à participação direta das crianças no batuque de umbigada, Márcia e Faé relatam:

Eles (os mais velhos) ficaram super emocionados e daí começamos na Paulicéia e teve trocas. Os avós, lá também dançavam... A gente foi descobrindo parentesco que dançavam e aí a gente foi aprofundando a história de cada um, de cada bairro. E aí a gente foi descobrindo que cada bairro tinha uma coisa... Na verdade começou na Paulicéia. Lá achamos um monte... de neto, bisneto, porque eu só fui conhecer a criançada da Paulicéia, depois que comecei a iniciar o trabalho lá. Eu nem sabia que eles eram filhos de batuqueiros também, e a gente começou...

Lá tinha morrido. Os netos mesmos não sabiam. Quando a gente começou a falar do batuque, eles foram perguntar e as avós viram. E aí começaram: 'ah, eu dancei o batuque!' Daí começou essa história aparecer (Márcia, batuqueira de Piracicaba; depoimento concedido em 19 de janeiro de 2006).

Renascia, os antigos já estavam tudo praticamente morto, eles achavam que não iam ter mais. E aí começa a surgir, a moçada começa a aparecer, começavam a ressurgir de novo... (Faé, batuqueiro de Piracicaba; depoimento concedido em 19 de janeiro de 2006).

Assim, os velhos batuqueiros e batuqueiras participam ativamente desse processo de mudanças, transmitindo os saberes guardados na memória e, ao mesmo tempo, aprendendo com os mais novos a lidar com os novos desafios que a realidade os impõe.

De acordo com Gohn (1999, p. 11), Educação Não Formal:

envolve processos educativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc.

A autora entende que:

a maior importância da educação não-formal está na possibilidade de criação de conhecimentos novos. O agir comunicativo dos indivíduos voltado ao entendimento dos fatos e fenômenos sociais do cotidiano, baseia-se em convicções prático-morais, elaboradas a partir das experiências anteriores, segundo as tradições culturais e as condições histórico-sociais de um certo tempo e lugar. O conjunto desses elementos fornece o amálgama para a geração de soluções novas, construídas face aos problemas que o dia-a-dia coloca nas ações dos homens e mulheres (1999, p. )

Neste sentido, a autora acredita que a Educação Não Formal possibilita às crianças ou jovens adolescentes resgatarem, em si mesmos, o sentimento de valorização, ou seja, oferece condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, reacendendo o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças.

Assim, ao que tudo indica, a memória familiar e a Educação Não Formal passam a ser os caminhos pelos quais se realizam, em torno da prática cultural do batuque, os projetos do grupo.

Podemos perceber também que a manutenção da tradição esteve vinculada à memória dos velhos batuqueiros e batuqueiras, tornando-se importante elemento no processo de construção da história e identidade do grupo. Para os velhos mestres e mestras do batuque, estimular suas memórias se torna também um processo bastante signi-

ficativo na medida em que podem rever seu passado e construir novos conhecimentos.

NOTAS

São considerados novos batuqueiros aqueles que tiveram contato com o batuque quando crianças, e que, recentemente, a partir da década de 1980, retomaram a tradição, incentivados principalmente pela ampla divulgação da mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. *Capoeira Angola: cultura popular e o diálogo dos saberes na roda*. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2005.

BÂ, Amadou Hampate. A palavra, memória viva na África. *Arquivo da UNESCO*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, (23), 1973.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 331 p.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2004. 219 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116 p.

GUARIN, Maria da Glória Marcondes. Educação não-formal e Cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999. 120p.

LOPES, Ney. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo: Oelo Negro, 2004. 715 p.*

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.). *De preto a afro-descendente - trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais*



no Brasil. São Carlos: EDUFSCAR, 2003. p. 181-197.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 63-74.

Capítulo 13

A VELHICE RECRIADA: DAS CANTIGAS DE RODA ÀS CANTIGAS DAS MENINAS DE SINHÁ

ADRIANA DIAS GOMIDE

Durante a velhice deveríamos estar engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo (BOSI, 1994, p. 77)

INTRODUÇÃO

Quando o aspecto visual é privilegiado na sociedade de consumo, a velhice passa a ser vista apenas como a decadência do próprio corpo, fazendo com que o idoso tenha suas possibilidades de vida restritas, visto que pouca importância é dada ao acúmulo de experiências que marcam este período da vida. Freud (1974) já havia mostrado no texto “O mal-estar na civilização” que a decadência do próprio corpo é uma das mais importantes fontes do sofrimento humano. A relação do homem com o outro foi identificada como mais uma fonte de sofrimento, talvez a mais penosa. Na velhice, temos o encontro destas duas fontes de sofrimento, pois a decadência do próprio corpo é acompanhada pela indiferença do outro em relação ao velho, o qual “nos aborrece com o excesso de experiência que quer aconselhar, providenciar,

prever” (BOSI, 1994, p. 100).

A epígrafe de Bosi chama a atenção para a necessidade do engajamento do velho com causas que o transcendam e que confirmem significado aos seus gestos cotidianos. Neste artigo, apresentaremos a experiência de um importante grupo da Terceira Idade que parece ter encontrado esta possibilidade de transcendência em uma causa que vem conferindo-lhe reconhecimento – as cantigas de roda.

Esclarecemos que as reflexões aqui propostas expressam sucessivas aproximações que foram ocorrendo entre pesquisadora e o Grupo de Cantigas de Roda Menina Sinhá. Primeiramente, esta aproximação ocorreu por meio de um projeto de pesquisa de mestrado, no qual se deteve no recolhimento da história de vida da líder comunitária, Valdete Cordeiro, idealizadora do grupo de cantigas de roda e moradora da favela do Alto Vera Cruz, situada na região leste da cidade de Belo Horizonte.

Posteriormente, interessamo-nos pela história de formação e desenvolvimento do grupo e propusemos um projeto de pesquisa¹, tendo como um de seus objetivos o estabelecimento de uma ponte entre a história individual da idealizadora do grupo e a história coletiva das mulheres que o compõem.

Nossas reflexões buscam oferecer elementos para a discussão da função da Educação Não Formal na história desse grupo de mulheres, o qual é reconhecido como um importante grupo da Terceira Idade da cidade de Belo Horizonte. O grupo surgiu em condições sociais específicas, ganhou visibilidade e sofreu transformações que interferiram substancialmente na sua dinâmica. As reflexões foram tecidas a partir da história de vida da líder e por meio de observações que fizemos ao longo dos últimos cinco anos sobre as apresentações do grupo para os diferentes públicos.

A complexidade dos fenômenos sociais aqui descritos e analisados levou-nos a uma imagem e a uma analogia que apreende o sentido que demos ao campo pesquisado. Se visualizarmos a imagem de uma teia de aranha, reconheceremos sua beleza e sua complexidade desenhada

numa confusa configuração que dificulta ao observador a identificação do seu início. Com um atento olhar, podemos observar múltiplos pontos que vão tocando fios que seguem diferentes caminhos. Estes fios, ao serem interceptados, ou tocados por outros fios, criam novas possibilidades, confundindo o observador, que já não é capaz de seguir sua lógica.

Esta analogia ajuda a pensar no tema da velhice ou da Terceira Idade, o qual integra muitas configurações e representações desta categoria social presentes na sociedade ocidental. Talvez possamos afirmar que nunca foi tão importante discutir esse tema. Com o aumento da expectativa de vida, as famílias brasileiras são confrontadas com a necessidade de reorganizar a dinâmica da vida cotidiana, incluindo, nas tarefas domésticas, o cuidado com os idosos.

Trazer a experiência do Grupo de Cantigas de Roda Meni de Sinhá pode ser uma forma de contribuir com a diversidade desse panorama, o qual é repleto de práticas e contradições. A história do grupo pode ser vista como emblemática, pois de que modo podemos explicar a experiência desse grupo, que é composto por mulheres negras, pobres, idosas e que ganharam visibilidade e reconhecimento somente na Terceira Idade, por meio da prática coletiva da cantiga de roda, se a sociedade industrial é nociva à velhice, como mostrou Bosi (1994)?

Por outro lado, este reconhecimento, quando promovido por grandes corporações, revela uma apropriação ideológica do grupo. A imagem do mesmo, associada ao negócio da empresa, agrega valor à corporação que expõe, em sua vitrine, essa imagem, e esta poderá ser traduzida para o público consumidor como a de uma empresa socialmente responsável. Da mesma forma, o grupo se alimenta dessas possibilidades, fortalecendo sua prática e ganhando, cada vez mais, visibilidade. Passamos a relatar a história de formação e desenvolvimento do grupo.

A FORMAÇÃO DO GRUPO DE CANTIGAS DE RODA



MENINAS DE SINHÁ

Embora o grupo tenha, atualmente, contornos bem definidos e delimitados, na sua origem, encontra-se, primordialmente, o olhar de Valdete para um fenômeno que lhe intrigava:

Aqui nesta esquina, onde você passou, era o Centro de Saúde e eu vinha pra cá trabalhar e via as mulheres com sacolas, como esta que você está com ela, lotada de remédio. Eu falava assim: ‘meu Deus do céu como é que pode a pessoa sair do Centro de Saúde com tanto remédio?’ Um horror! Eu ficava encabulada com aquilo. Como que pode?’

Como líder dessa comunidade, ela se aproximava das vizinhas de bairro, as quais saíam do Centro de Saúde, a fim de saber o tipo de remédio que elas levavam naquelas sacolas, e as razões para a administração daquelas “drogas” pelos médicos. Eram antidepressivos e ansiolíticos para o tratamento de sintomas que, por elas, foram nomeados da seguinte forma: insônia, tristeza, depressão, “sofrimento dos nervos”, angústia etc. Estes sintomas remetiam às problemáticas da vida familiar e doméstica. A líder procurou conversar com as vizinhas quando refletiu:

Comecei a ver que elas estavam tomando remédio, não porque estavam doentes. Não era física a doença delas, mas sim era a mente delas. Elas sentiam dor que não tinha aquela dor. Olha que absurdo. ‘Se eu não tomar esse comprimido, Valdete, eu não durmo.’ Elas viviam assim, movidas, pelo comprimido e pra mim isso é uma droga! A pessoa vicia e não pode viver sem aquilo. Aí eu fiquei preocupada.

Uma dessas mulheres lhe explicou que tomava remédio porque tinha um neto que estava envolvido com as drogas e havia sido preso. O remédio ajudava a esquecer do problema, pois um dos seus efeitos era aumentar o sono. Com a certeza de que ela tinha que fazer alguma coisa por aquelas mulheres, Valdete pensou:

Eu tenho que fazer alguma coisa. Eu fiquei martelando: o que é que eu vou fazer? Como que eu vou mexer com essas mulheres? Aí me deu uma idéia: quem

sabe se eu chamasse essas mulheres pra gente conversar. Uma conversando com a outra, uma vai vendo que o problema da outra é pior do que o dela.

Elas passaram a se reunir três vezes por semana. No início, conversavam e costuravam. Cada uma sabia fazer uma coisa. Passaram a trocar experiências e chegaram a vender seus produtos. Ela observou que aquele espaço era importante, no entanto não estava resolvendo o problema, pois as mulheres, na medida em que costuravam, gemiam de dor aqui e dor acolá. Os medicamentos não haviam sido abandonados e o incômodo permanecia.

Quer dizer, elas estavam ali, o corpo sentindo dor do mesmo jeito e elas repetindo aquilo que fizeram a vida inteira. Porque a gente aprendeu, de menina, a bordar. Tudo isso a gente aprendeu [...] Era crochê, tapete, fuxico, bolsa, essas coisas. E a gente vendia. As mulheres até ganhavam um dinheirinho. Mas eu comecei a ver que eu estava tirando as mulheres de casa para trabalhar de novo. Elas estavam trabalhando, não é? E elas continuavam ali conversando, mas tomando remédio do mesmo jeito.

Ciente de que era preciso fazer mais para atingir o objetivo de se chegar ao abandono dos medicamentos pelas mulheres do grupo, ela continuou buscando soluções, até o momento em que assistiu a uma aula de expressão corporal em um evento promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, no Alto Vera Cruz. A professora, no início de sua aula, explicou que os exercícios dados eram adequados para mulheres grávidas e idosas.

Pensando que esta poderia ser uma boa alternativa, terminada a aula, Valdete comentou com a professora seu interesse em levar a expressão corporal para o grupo em que vinha trabalhando, formado por mulheres da Terceira Idade. A professora explicou sua condição de contratada pela prefeitura da cidade. Ela poderia ajudar o grupo desde que ela fosse cedida pela contratante, o que ocorreu por um período de seis meses. Terminado o prazo, a professora considerou que Valdete estava apta a continuar o trabalho.

Além da expressão corporal, brincadeiras eram inventadas. As senhoras brincavam de roda, chicotinho queimado³, barra manteiga⁴, passa anel e de imitar animais. Observando o funcionamento do grupo, ela percebeu que as mulheres gostavam mais das brincadeiras de roda. Foi aí que surgiu a ideia de formar um grupo de cantigas de roda:

Quem sabe a gente formasse um grupo de brincadeiras de roda e saísse por aí, no mundo a fora, nas escolas, nas creches, mostrando para as crianças que existem ainda essas brincadeiras. Aí eu fiz uma reunião com elas, e elas aceitaram [...] Então vamos fazer o seguinte: cada uma vai lembrar, de criança a roda que brincava, e uma vai ensinar para a outra.

Com um gravador emprestado, começaram a trabalhar. As músicas que eram lembradas nos encontros passaram a ser gravadas. O trabalho de rememorar as cantigas mais antigas foi ampliado, resultando em uma bela atividade:

Depois elas começaram a fazer pesquisa com aquelas donas mais antigas, mais velhas que a gente. Elas iam na casa das pessoas, que, às vezes, não podiam andar, levavam o gravador para a pessoa cantar, pra gente aprender aquelas músicas mais antigas ainda.

E foi assim, observando e conjugando a expressão corporal com as cantigas de rodas, que as “Meninas de Sinhá” abandonaram seus remédios. Da cantiga à brincadeira, da brincadeira a uma nova vida:

*Olé mulher rendeira.
Olé mulher rendá.
Tu me ensina a fazer renda
Que eu te ensino a namorar.*

Metaforicamente, pode-se dizer que essas mulheres rendeiras ampliaram suas atividades e aprenderam a se enamorar. Com a atividade do grupo, elas ganharam uma nova identidade. Agora elas são as “Meninas de Sinhá” que realizam um importante trabalho na comunidade, difundindo cultura por meio das cantigas. Elas têm as agendas ocupa-

das com apresentações em diversas escolas e instituições de diferentes naturezas. A problemática inicial, do uso abusivo dos medicamentos, parece ter sido resolvida com a substituição dos remédios por uma atividade lúdica. O efeito terapêutico desta atividade criou possibilidades de reconstrução da autoestima e também a construção de objetivos comuns para as participantes do grupo.

Observa-se ainda que, antes do grupo se configurar por meio desta atividade da difusão das cantigas de roda, elas chegaram a fazer trabalhos manuais (crochê, tapete, fuxico, bolsa) e abandonaram a proposta por não identificar nestas atividades um caráter terapêutico.

No princípio, o grupo recebeu o nome de “Lar Feliz”. Esta história começou no ano de 1989, e, somente dez anos depois, houve a mudança do nome para “Meninas de Sinhá”. Sobre esta mudança, sabemos que as senhoras, ao perceberem a contradição presente no nome “Lar Feliz”, consideraram fundamental modificá-lo. Interessante notar que o grupo, no princípio, pôde ser identificado com o lar, embora um lar diferente daquele que elas tinham. Suas vivências concretas entraram em atrito com o nome “Lar Feliz”, pois, de um lado, o grupo estava se constituindo como lugar de trocas, bate-papos, ponto de apoio para as mulheres, mas, por outro, o lar havia sido deixado para trás, ele representava o trabalho doméstico, o conflito familiar, a exclusão e o sofrimento do dia-a-dia.

Nós começamos a notar o seguinte, que o nosso grupo, no início, nós pusemos o nome de “Lar Feliz”, então para nós era uma maravilha aquele “Lar Feliz”. Quando fomos mudando, vimos que o lar não éramos nós, que o lar tinha ficado para trás. É porque o lar a gente carregava ele com a gente. Então: o que que é o lar? É o seu lar, onde você cozinha, lava, passa, tê, tê, tê, tê. E a gente não queria isso. Então falamos: temos que mudar o nome desse grupo, porque aqui só tem alegria e lar só tem trabalho.

Elas se lembraram de um antigo grupo que existiu no Alto Vera Cruz, um grupo de jovens de maculelê chamado “Meninos de Sinhá”. Elas acharam o nome interessante e o adaptaram. Atualmente, o grupo

tem mais de 40 integrantes, e a senhora mais velha completou, no dia 18 de outubro de 2008, 90 anos. O território de existência destas mulheres deve ser levado em consideração nas reflexões sobre a constituição do grupo e sobre seu próprio percurso. Para isto, apresentaremos um pouco da história de Belo Horizonte, destacando, neste cenário, o Alto Vera Cruz.

BELO HORIZONTE E SUAS FAVELAS

A origem das favelas de Belo Horizonte remonta à fase de construção da cidade. Dois anos antes de sua inauguração, em 1895, já existiam duas favelas: a do Córrego do Leitão e a da Favela ou Alto da Estação, as quais já contavam com uma população em torno dos 3 mil habitantes (GUIMARÃES, 1992).

As favelas, apesar de ocuparem um espaço na cena do cotidiano, gerando preocupações para os administradores da cidade, puderam, durante muito tempo, permanecer à margem dos discursos e das ações políticas. No texto da “escrita da cidade”, muitas vezes elas foram banidas.

Com seu crescimento desordenado, elas passaram a ser fonte de preocupações e foram assumindo um lugar no “texto” urbano. Vivemos em uma época em que não podemos mais dissimular e ofuscar a miséria (LEFEBVRE, 2001). Os resultados da exploração estão explícitos nas imagens das grandes cidades, como já havia sido mostrado por Engels (*apud* LEFEBVRE, 2001).

A prática de ofuscamento de suas mazelas é muito anterior ao sistema em questão, pois “antes da época industrial, a sociedade dissimulava suas partes vergonhosas, suas fraquezas e seus vícios: a loucura, a prostituição, as doenças; ela os segregava em lugares malditos” (LEFEBVRE, 2001, p. 77).

As áreas de favela não só fazem parte da cidade como, muitas vezes, dependendo do ponto em que estivermos, estabelecem um contorno, diferente do planejado. Estamos sugerindo uma alusão à Avenida do Contorno, que se tratava, no início, de uma via, em anel, que fechava a cidade “nos moldes da composição circular da cidade utópica platôni-

ca (MAGALHÃES; ANDRADE *apud* GROSSI, 1997, p. 177).

Essa avenida de contorno que, primeiramente, recebeu o nome de 17 de Dezembro separava a zona urbana da suburbana (GROSSI, 1997). Evidentemente, com as proporções que a cidade ganhou, perdemos seus reais contornos. Nota-se que esta separação desejada e delimitada por esse anel de uma avenida, em sua origem, já apontava para um projeto de uma cidade autoritária.

A questão do direito à cidade aparece desde seu princípio. Para quem Belo Horizonte foi construída? Como mostra Silva e Souza (2002, p. 177):

Belo Horizonte é uma das primeiras cidades projetadas do país, possui cerca de 335 Km² de superfície e 2,02 milhões de habitantes. Cerca de 25% da população da cidade vive em favelas ou conjuntos habitacionais de baixa renda. A área urbana inicialmente projetada corresponde hoje a menos de 3% do território do município.

As vilas e favelas não só fazem parte da cidade como a fazem funcionar. Elas abrigam um contingente de trabalhadores que são imprescindíveis, embora, na maior parte das vezes, sejam pouco reconhecidos – os agentes de limpeza urbana, os agentes de sepultamento, os varredores, as empregadas domésticas, as lavadeiras, as passadeiras, as babás, as caixas de supermercado, os inúmeros funcionários de empresas e comércios que ganham salário mínimo – e que são enfraquecidos na possibilidade de organização para reivindicar melhores condições de trabalho pelo medo constante do desemprego. E aqui podemos questionar sobre o lugar do velho neste cenário.

Por que essas mulheres sentiram alívio com a atividade (dança e canto em roda) desenvolvida pelo grupo? Quais seriam as origens de seus sofrimentos e que tiveram como consequência a utilização de psicotrópicos? Se o trabalho é reconhecido como uma categoria central, fundador da relação entre subjetividade e objetividade, entre ser individual e social, qual a história de trabalho dessas mulheres? Quais os possíveis nexos causais podem ser estabelecidos entre a história de

trabalho e o adoecimento? Por que um grupo de senhoras idosas foi nomeado “Meninas de Sinhá”?

MULHER, FAMÍLIA E TRABALHO

O estudo das relações sociais de sexo parece ser fundamental para a compreensão da história coletiva do grupo pesquisado. A análise das relações sociais, matizadas pelas questões de gênero e trabalho, enriquecem a compreensão sobre esse grupo de mulheres da Terceira Idade, o qual inova suas relações sociais a partir de uma prática solidária e compartilhada de experiências.

Kergoat (2002) chama a atenção para o risco que corremos ao falar das “relações sociais de sexo em si”, construindo um edifício conceitual isolado na paisagem sociológica, desconsiderando, assim, as outras relações sociais. Na realidade, são estas outras relações sociais, somadas às relações sociais de sexo, que tecem, segundo a autora, a trama da sociedade, impulsionando a sua dinâmica.

[...] os seres humanos não agem – e nunca vivem – sob o prisma de uma única relação social; restringir suas práticas a uma única perspectiva, qualquer que seja, significa privar-se das chaves de acesso a todos e qualquer entendimento das riquezas, isto é das ambivalências e ambigüidades das práticas sociais (KERGOAT, 2002, p. )

Para Kergoat (2002), o trabalho é o desafio das relações sociais de sexo, sendo que o trabalho é compreendido num escopo mais amplo do que o do assalariamento, ou seja, representa, sobretudo, a “produção de vivência” (expressão esta de Hirata e Zarifian, citada pela autora).

Como “produção de vivência” entende-se o englobamento do trabalho doméstico que normalmente é delegado às mulheres e que “excede em muito as tarefas domésticas para incluir os cuidados corporais e afetivos para com seus filhos, o acompanhamento de sua escolaridade e até sua produção física” (KERGOAT, 2002, p. ) Nesta perspectiva, o tempo que as mulheres destinam aos cuidados da família é

considerado trabalho doméstico. Como uma extensão das atividades femininas, as atividades de cuidado vão se sobrepondo e definindo trabalhos que são “naturalmente” destinados às mulheres, e outros, (que exigem maior qualificação e são mais valorizados pela sociedade) aos homens.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. .

Para avançar nesta conceituação, as autoras distinguem os princípios e as modalidades da divisão sexual do trabalho. Em relação aos princípios, mostram a existência de dois tipos: o de separação e o hierárquico. No princípio de separação, temos a distinção, já comentada, do trabalho de homens e de mulheres, ou seja, baseado na ideologia naturalista, em que a sociedade produz essa noção e representação da existência de trabalhos que “naturalmente” são de homens, e outros, de mulheres. Ao “sexo frágil”, “maternal” e “inferior”, fica destinada a carga da responsabilidade pelos cuidados da família e dos seres em geral.

Já no princípio hierárquico, temos a constatação evidente do cotidiano do trabalho, no qual homens ganham mais pela mesma atividade exercida por mulheres. Para as autoras, estes princípios são válidos para todas as sociedades, pois a ideologia naturalista “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. .

Para além destes princípios, as autoras apresentam modalidades da divisão sexual do trabalho que enriquecem a análise do tema, o qual

possui uma “incrível plasticidade”. Ao tratar das modalidades, novas considerações dessa divisão sexual do trabalho são discutidas, e muitas tiveram ressonâncias com a pesquisa que desenvolvemos.

Para Hirata e Kergoat (2007), a situação dessa separação entre mulheres e homens tem evoluído, embora, curiosamente, a distância entre os grupos de sexo permaneça estável. Neste sentido, não sabemos se podemos afirmar a existência de uma melhora na condição feminina de mulheres de classe social mais baixa no contexto brasileiro. A relação assimétrica entre sexos é reforçada pelas relações econômicas – as executivas, por exemplo, “delegam” o trabalho doméstico para as mulheres pobres por meio de contratos de trabalho, muitas vezes, precários. De um lado, um aparente avanço para algumas mulheres, mas, de outro, a constatação que a distância entre os grupos de sexo, realmente, permanece estável.

As mulheres que conseguem ocupar postos de prestígio e importância na sociedade não conseguem se livrar dessa máxima que define as atividades de cuidado como sendo de suas totais responsabilidades. Este não é o caso das mulheres que integram o grupo “Meninas de Sinhá”. Ao contrário, elas encontraram no emprego doméstico, demandado por outras mulheres que necessitavam sair de casa, uma “oportunidade” de trabalho. Nesta linha, observa-se que tudo que fizeram em suas vidas foi cuidar da casa dos outros, dos filhos dos outros, de suas próprias casas (quando tinham) e de seus próprios filhos (quando foi possível conciliar estas atividades). Uma total dedicação aos outros em detrimento a si mesmas. Posteriormente, a atividade do grupo propiciou o cuidado se si mesmas. Talvez este seja o principal efeito terapêutico que o grupo criou.

Realmente, as mulheres que compõem o Grupo de Cantigas de Roda Meninas de Sinhá trabalharam, principalmente, no meio rural e no serviço doméstico. Oriundas do interior de Minas e da Bahia, muitas chegaram a Belo Horizonte porque a oferta de trabalho parecia uma realidade atraente. Quando não empregadas em casa de família, eram contratadas como faxineiras ou auxiliares de limpeza em empre-

sas públicas e privadas.

Para proceder à discussão do vínculo social e das relações entre a esfera doméstica e profissional, destacamos o “modelo da delegação” apresentado por Hirata e Kergoat (2007), o qual merece uma atenta observação a partir de algumas particularidades inerentes ao contexto brasileiro, pois, aqui, ele não emerge – como a hipótese levantada pelas autoras no contexto da França – para substituir ou sobrepor ao “modelo de conciliação” da vida familiar/vida profissional.

Levantamos a hipótese de que a mulher brasileira de classe média só se lançou no mercado de trabalho porque, desde o princípio, as atividades domésticas foram delegadas às mulheres pobres, em sua maioria, negras, com baixo nível de escolaridade e sem alternativas de ocuparem outras funções. Mesmo antes da entrada da mulher no mundo formal do trabalho, as classes sociais mais ricas contavam com a escrava ou a agregada para realizar as atividades domésticas. Essa transição da escrava para a doméstica foi feita como uma conta matemática, ou seja, uma lógica que não poderia falhar.

De fato, quando se fala que a empregada doméstica pode ser considerada um resquício do binômio “casa grande e senzala”, não sabemos bem se é justo definir tal quadro como apenas um resquício, visto que, culturalmente, o Brasil pouco mudou neste aspecto. Portanto, não há uma evolução ou sobreposição de um “modelo de conciliação” para um “modelo de delegação”. O trabalho doméstico, historicamente, é delegado, no contexto brasileiro, por uma classe mais favorecida para outra menos favorecida economicamente.

As mulheres do Grupo de Cantigas de Roda Meninas de Sinhá adoeceram ao longo da vida e somente na Terceira Idade puderam participar do grupo, o qual, segundo seus relatos, propiciou o aumento da autoestima. Corremos o risco de banalizar o relato destas mulheres quando não estabelecemos reflexões que nos conduzam à compreensão do contexto promotor das mudanças e do reconhecimento, assim como as contradições inerentes a estes grupos no contexto capitalista.

Sobre estas contradições, Von Simson (2007) já havia apontado, em

sua pesquisa sobre o carnaval paulistano, que as manifestações carnavalescas, sob a ação dos novos meios de comunicação da época estudada (rádio transistorizado e televisão), colocados a serviço do sistema capitalista, transformaram os fatos culturais “em mercadorias possíveis de serem comercializadas”, e que o avanço do próprio capitalismo se apossou “de todos os aspectos do viver, agora no âmbito dos fatos culturais. Tudo foi se transformando em mercado, e divertir-se passou a ser, cada vez mais, ato de consumo” (VON SIMSON, 2007, p. 100).

Arantes (2002) também chama a atenção para um “dos traços do urbanismo dito de última geração: vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios!” (p. 100). Esperamos que a veiculação da prática do grupo por grandes empresas não desgaste ou desvirtue a beleza do trabalho de reconstrução da cultura popular das cantigas de roda.

[...] a enorme criatividade da cultura popular e sua conseqüente heterogeneidade deixaram de ser perigosas e passaram a constituir uma grande vantagem para o capitalismo em expansão, pois significam uma fonte, praticamente gratuita, de bens culturais comercializáveis, gerando novos produtos para a sociedade de consumo (VON SIMSON, 2007, p. 100).

Questionamos quais os pontos em comum que podem ser identificados no olhar do espectador, dos pesquisadores, da mídia e das empresas públicas e privadas para a atividade do Grupo de Cantigas de Roda Meninas de Sinhá. O que o grupo suscita no espectador que assiste suas apresentações?

Dentre várias respostas possíveis, não podemos deixar de observar que são mulheres idosas que sobem ao palco para apresentar um trabalho, o qual tem uma íntima relação com a permanência de uma cultura do passado, e esta ainda é valorizada por encontrar nas testemunhas do presente importantes ressonâncias. Essas cantigas, talvez, reverberem em nossa humanidade, trazendo à tona sentimentos que parecem não encontrar espaços para sua expressão. O público também se realiza na força do grupo.

Esta força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente. Para Hegel, é o passado concentrado no presente que cria a natureza humana  em processo de contínuo reavivamento e rejuvenescimento (BOSI, 1979, p. 

É fundamental salientar que das apresentações que assistimos, o público respondeu da forma mais calorosa possível com as que foram caracterizadas por uma peculiaridade interessante: a história da formação do grupo era contada antes da apresentação das cantigas de roda, pois o trabalho do grupo foi se aperfeiçoando a cada apresentação e premiação.

Mas aquele grupo, surgido do olhar de uma líder para as mulheres que viviam na comunidade sofrendo e abusando de medicamentos, já foi desvirtuado. Atualmente, o grupo, quando convidado para fazer apresentações fora da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais, mediante o orçamento que os interessados se dispõem a pagar, necessita escolher, dentre as senhoras, aquelas que são mais desinibidas e que têm uma voz mais adequada, entre outros requisitos.

Para Valdete Cordeiro, o grupo não deve ser movido por dinheiro porque, desta forma, ele corre o risco de acabar. Ela sabe o que o dinheiro representa, e sua história de vida revela este conhecimento da forma mais perversa e cruel. Ela estabeleceu uma regra para as apresentações: o grupo só exige lanche e transporte. Se houver cachê, ele deve ser distribuído na hora ou deve ser utilizado para a confecção de roupas novas e adereços.

As relações sociais de sexo, refletidas a partir das relações sociais de trabalho e do território habitado, podem permitir um avanço da pesquisa, pois duas perguntas básicas deverão ser perseguidas durante toda a elaboração e desenvolvimento do estudo: Quem foram essas mulheres que adoeceram e abusaram de medicamentos e quem são essas mulheres que atualmente relatam uma melhora da autoestima a partir da atividade do grupo de que participam?

A metodologia qualitativa da história oral é o que nos permitirá colher os depoimentos orais dessas mulheres, enfocados segundo a tríade mulher, família e trabalho, e finalizando com suas narrativas sobre o processo de reconstrução da autoestima que viveram no âmago do grupo e nas apresentações públicas das “Meninas de Sinhá”.

A reconstrução da trajetória de formação e de desenvolvimento do grupo, por meio das histórias concretas de vida das integrantes, aponta para a importância das respectivas histórias de trabalho no processo de criação da vivência de uma velhice enraizada na cultura.

Compreender a velhice, desconsiderando o sistema capitalista ou isolando-a numa categoria analítica, sem observar os vários fios que perpassam a trama da vida cotidiana, marcada pelas relações de classe, sexo, família e trabalho, pode ser uma das formas de reforçar os preconceitos existentes em relação ao velho.

Se o envelhecimento não for compreendido como o produto também de um processo social, as análises realizadas correm o risco de reproduzir a ideologia naturalista, ampliando a vivência das limitações corporais, que ocorrem com o envelhecimento, para a limitação de uma vida psíquica, amputada prematuramente na sua possibilidade de produção de novos sentidos. O Grupo de Cantigas de Roda das Meninas de Sinhá pode ser visto como uma experiência particular provinda das classes populares e que questiona a maneira como a velhice é vivida e percebida no contexto da sociedade atual.

NOTAS

¹ Projeto de pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvido no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), junto ao Departamento de Ciências Sociais na Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson.

² As falas situadas nas páginas 5, 6 e 7 fizeram parte do trabalho que realizei com a metodologia de história de vida durante a pesquisa de mestrado. Foram entrevistas que fiz com dona Valdete Cordeiro, no

ano de 2005, e que podem ser encontradas na íntegra na minha dissertação de mestrado intitulada “Território e trabalho como possibilidade de enraizamento: a história de Valdete do Alto Vera Cruz”, defendida no ano de 2006, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³ As idosas se sentavam no chão e em roda. Uma senhora ficava com um galho de árvore na mão, andava em volta do círculo (pelo lado de fora), repetindo a frase: chicotinho queimado 1, 2, 3. Em um determinado momento, ela deixava o galho atrás de uma das senhoras. A escolhida tinha que perceber, pegar o galho e sair correndo em círculo para segurar a líder da brincadeira. Se ela conseguisse, a líder teria que sair da brincadeira e a outra ocuparia seu lugar.

⁴ As senhoras ficavam em fila e colocavam as mãos com o dorso virado para cima. Uma delas ficava responsável por bater no dorso das mãos das colegas, repetindo em voz alta: barra manteiga, barra manteiga.

⁵ O dado populacional foi retirado pelas autoras do Censo demográfico de Minas Gerais, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Cultura e transformação urbana. In:  PALLAMIN, Vera M. (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 59-70.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3. ed. São Paulo:  Companhia das Letras, 1994. 484 p.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: _____. *Obras completas*. Volume XXI. 1. ed. Português. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 75-171.
- GOMIDE, Adriana Dias. *Território e trabalho como possibilidade de enraizamento: a história de Valdete do Alto Vera Cruz*. 2006. 234 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

-  Horizonte, 2006.
- GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual Polis? *Caderno de História*, Belo Horizonte, PUC/MG, v. 2, n. 3, p. 12-24, out. 1997.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Revista Análise da Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2 e 3, p. 11-18, maio/dez. 1992.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. Tradução de Alain François. *Revista Pro-Posições*, Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação, v. 13, n.   59, jan./abr. 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marlena Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001. 180 p.
- SILVA, Regina Helena Alves da; SOUZA, Cirlene Cristina de. Múltiplas cidades: entre morros e asfaltos. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; GUIMARÃES, César; SILVA, Regina Helena Alves da (Orgs.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.147-164. 
- VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano: 1914-1988*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. p. 396. 